

FACULDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA- UFU
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ADRIANA DE CARVALHO MEDEIROS

HISTÓRIAS DE TRABALHADORES NORTISTAS NO NORTE/ NOROESTE DO
PARANÁ (1940-1970)

Uberlândia – Minas Gerais

Dezembro de 2017

ADRIANA DE CARVALHO MEDEIROS

HISTÓRIAS DE TRABALHADORES NORTISTAS NO NORTE/ NOROESTE DO
PARANÁ (1940-1970)

Tese apresentada ao Instituto de História da
Universidade Federal de Uberlândia – UFU, como
exigência para obtenção do título de Doutor em
História Social.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Doutor Antônio de Pádua Bosi

Uberlândia – Minas Gerais

Dezembro de 2017

ADRIANA DE CARVALHO MEDEIROS

HISTÓRIA DOS TRABALHADORES DO NORTE E NOROESTE DO
PARANÁ, 1940-1970.

Tese apresentada ao Instituto de História da Universidade
Federal de Uberlândia – UFU, como exigência para obtenção do
título de Doutor em História Social.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Doutor Antônio de Pádua Bosi

Data da aprovação: 27/11/2017

Banca examinadora:

Antônio de Pádua Bosi

PROF. DR. ANTÔNIO DE PÁDUA BOSI – ORIENTADOR

Universidade Federal de Uberlândia

Sergio Paulo de Moraes

PROF. DR. SERGIO PAULO DE MORAIS

Universidade Federal de Uberlândia

CONVIDADO PARTICIPOU POR WEBCONFERENCIA

PROF. DR. RINALDO JOSÉ VARUSSA

Universidade Federal de Uberlândia

Luciana Regina Pomari

PROF. DR.ª LUCIANA REGINA POMARI

Universidade Estadual do Paraná

Angelo Priori

PROF. DR. ANGELO PRIORI

Universidade Estadual de Maringá

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

M488h Medeiros, Adriana de Carvalho, 1984-
2017 Histórias de trabalhadores nortistas no norte/ noroeste do Paraná
(1940-1970) / Adriana de Carvalho Medeiros. - 2017.
319 f. : il.

Orientador: Antônio de Pádua Bosi.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
Pós-Graduação em História.
Disponível em: : <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2018.2>
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História oral - Teses. 3. Imigrantes - História -
Paraná - Teses. 4. Trabalhadores - Paraná - Teses. I. Bosi, Antônio de
Pádua. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

Aos meus pais Edmilson (in memoriam) e Fátima, que embora nunca tenham sonhado em ter uma filha doutora, nunca permitiram que qualquer pessoa me impedisse de sonhar

Ao Alan, meu companheiro da vida.

Agradecimentos

A tarefa de listar todos aqueles que contribuíram de forma direta ou indireta para realização de um trabalho, muitas vezes é árdua e ingrata porque corremos o risco da memória falhar e deixar de louvar aqueles que por diversas razões permitiram a realização de um projeto tão longo.

Bem, mas iniciemos pelo começo. Gratidão aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, que desde momento da banca me auxiliaram no processo de construção e definição da pesquisa em especial aos professores Dilma Andrade de Paula, Paulo Roberto de Almeida, Célia Rocha, Jacy Alves de Seixas e Rosangela Patriota Ramos. Ao Stênio e a Jose, que sempre estiveram a disposição de sanar as dúvidas e auxiliar em todo processo. Aos professores Sérgio Paulo Moraes e Deivy Ferreira Carneiro pelas preciosas indicações e colaboração no período da qualificação.

A CAPES pelo curto período (mas valioso) que fui bolsista no ano de 2016.

Gratidão a Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida por terem viabilizado a pesquisa no arquivo diocesano e ao Cartório Civil, Comércio e Anexos por terem disponibilizado para pesquisa os arquivos da Vara da Justiça Trabalhista de Loanda.

Gratidão a todos meus entrevistados, que são tantos que é difícil listar... Cesar Meira (in memoriam), Ásio e Alzira Monticuco (in memoriam), Sérgio Scalize (in memoriam), Zé Mineiro (in memoriam), Ugo Acorssi (in memoriam), Seu Joaquim Meira (in memoriam), D. Giovani Barbosa (in memoriam), Maria Aparecida Botelho (in memoriam), Alonso Fernandez Botelho, Manoel Ortiz, D. Terezinha, D. Cora e Seu Zé, Mundoca, Maria do Carmo e Joaquim, D. Ana, Vicente Bicudo, Seu Jorides, Manoel e Editi Carneiro, Maria Edi da Silva Comilo e tantos outros. Ao longo de mais de 10 anos de entrevistas fui feliz em poder ouvir tantas memórias e histórias que me emocionaram e muitas vezes, me fizeram parar e refletir sobre sentidos desta pesquisa, da vida, e do significado de ser trabalhador e pobre.

Gratidão ao meu amigo Dr. Emeson Tavares, que aprendi amar e respeitar pela humanidade e carinho que sempre me dedicou. Esteve comigo do começo ao fim, apoiou e auxiliou ao longo destes quatro anos, seja me esclarecendo as dúvidas sobre matrículas, seleção, ou apenas ouvindo minhas lamúrias da vida.

Ao amigo Tadeu e todos que passaram neste período pela República da Antiga Rua 12. Sem nem ao menos me conhecer, me abrigou em sua casa e estendeu a mão amiga em todos momentos.

Aos meus queridos amigos de linha de pesquisa, e que irei carregar para o resto da vida Janaina, Yangle e minha primeira amiga de Uberlândia Mariana. Com certeza as aflições e angústias foram menores e mais suaves por poder partilhar cada novo problema e conquista com vocês. Amiga Mari nunca esquecerei dos espetinhos, cervejinhas e principalmente os conselhos e carinho.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação e turma Rosana, Esdras, Luciana, Olívia, Flávia, Lígia, Júlio, Carol, Diacísio, Cinthia, Cássia, Rosana e tantos outros com que passei momentos tão felizes e pude compartilhar a alegrias e tristezas da academia.

Gratidão aos meus queridos amigos da FACINOR Cleide, Rogéria, Dirce, Ilda, Fabião, Fabinho, Leandro, Cleber, Gabriel, D. Margarida, Preta, Seu Arlindo, Seu Adão e a Francisca Chica – família FACINOR. Sempre serei grata por todo carinho, preocupação e ajuda ao longo dos três anos que fiquei entre as idas e vindas para Uberlândia, sempre presentes, atentos e com palavra amigas nos momentos de cansaço e desanimo.

As *avursas* Debora Bahú e Ednéia Carneiro. Que por muitas vezes foram meu Superego, psicólogas, confidentes e companheira de viagens e sonhos.

Meus amados Larissa e Diego. Difícil definir a importância de vocês em minha vida. Amigos, confidentes, companheiros de viagem, vida e “tretas”. Se pudesse escolher irmãos, com certeza seriam os dois. Amo vocês.

Gratidão ao meu querido Dr. Adalberto Sabino, por ser a lanterna que iluminou meu caminho nos momentos mais sombrios que vivi.

A minha *irmã* (ou o Eu mais velha) Alba Matarezi, a grande incentivadora. Com você aprendi muito sobre a academia e principalmente a vida. Que bom seria, se realmente um dia, eu for tão grandiosa como você é aos meus olhos.

Gratidão aos amigos queridos:

Ronnye Beltramini, meu primeiro companheiro de pesquisa e que me ajudou a revirar os arquivos obscuros de Loanda e Norte do Paraná;

Maria Edi da Silva Comilo, mulher que me inspira a ser sempre melhor e mais forte;

Mildredes Przybicz e Vilma Ribeiro, companheiras de uma linda jornada de trabalho e amigas para toda a vida;

Marilene Barros Bogaard, vulga Madame Mimi, amiga sempre disposta a me ouvir e apoiar em qualquer decisão;

Joh Ieda, pelo acolhimento e ser boa ouvinte. Na cruel reta final me ajudou lidar com a ansiedade e a pressa de quem acumulava muito cansaço;

Maurílio Rompatto que me fez acreditar no potencial de uma pesquisa sobre o Noroeste do Paraná e suas contribuições mais que importantes na produção da pesquisa;

A minha eterna “orientadora” Luciana Regina Pomari, que desde a graduação me fez acreditar que era possível. Minha musa inspiradora, modelo de professor e ser humano comprometido com os seus orientando e acadêmicos, esteve ao meu lado em muitos momentos felizes e triste. Serei eternamente grata.

As *cumadres* superpoderosas Aridiane Bonato e Silvia Comege: sempre disposta a dar colinho e ouvir a amiga chorona.

Gratidão a minha avó Nana (in memoriam), que em um domingo à tarde, me “inspirou” a fazer essa pesquisa. Mulher negra, nordestina e pobre. Enfrentou a vida, a pobreza, a sociedade de forma firme, sem baixar a cabeça e aceitar o que lhe era imposto. Apenas hoje, ao elaborar a conclusão desta tese é que consigo compreender suas escolhas e modo de vida, que nem sempre agradou a todos, mas que representavam a condição que carregou ao longo da vida.

Gratidão aos meus avós Nair e Joãozinho (in memoriam), por quem fui imensamente amada e aprendi a ser contadora de “causos”, “lendas”, “histórias”, mas principalmente, “ouvidora” da vida.

As minhas tias e madrinhas Neide e Rose, por todas orações, apoio e ligações preocupadas e carinhosas.

Gratidão ao meu pai Edmilson (in memoriam) e minha mãe Fátima. Embora nunca tenham sonhado com uma filha doutora, nunca permitiram que ninguém me impedisse de sonhar, por maior e mais difícil que parecesse meus sonhos para nossas condições sociais. O amor de vocês me guiou por toda vida, e me trouxe até aqui. Está na base do que sou, dos valores há que me identifico, e em todas escolhas que fiz. Os Amo profundamente.

Aos meus irmãozinhos Felipe e João. A academia significou a ausência em momentos importantes da vida de vocês, mas isso não significou que os amava menos. Sinto como fossem parte do meu corpo, e por isso, sinto amor inexplicável.

Gratidão ao companheiro que escolhi para a vida Alan Santim. Você foi o esteio, a base, a força motriz. A cada passo e tropeço estive do meu lado, e mesmo nos momentos mais difíceis não vacilou em continuar ali, com sua paciência e calma. *O que seria da Adriana sem o Alan?* Esta tese é meu presente de noivado e dezessete anos de namoro. Obrigada por não desistir de mim. Agora colocamos um ponto final em nossa tese e iniciamos o parágrafo de nossa história de final feliz. Te Amo.

E sem mais delongas, gratidão ao meu querido orientador Antônio de Pádua Bosi. Seus conselhos e orientações foram fundamentais para que este trabalho se realizasse. Estive inteiramente presente do começo ao fim desta jornada, como orientador, conselheiro e amigo. Por isso, optei por escrever este trabalho na terceira pessoa, pois ele é resultado não apenas do trabalho de minhas mãos, mas de seu apoio, paciência, motivação e dedicação que me guiaram até o último ponto final. Gratidão.

O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo dos objetos. O trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens.

A execução do trabalho aparece tanto como uma perversão que o trabalhador se perverte até o ponto de passar fome.

KARL MARX, 1844.

Quem é do chão não se trepa

GRACILIANO RAMOS, 1930.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo verificar as experiências dos trabalhadores nortistas que participaram do processo de re-ocupação do Norte/ Noroeste do Paraná entre as décadas de 1940 e 1970. Frequentemente a história oficial, a partir de um mito originário baseado na ideia de pioneirismo, tendeu a excluir trabalhadores nortistas das narrativas publicadas pela historiografia. Embora cada história de vida construída por nossos personagens, e pela análise das diversas fontes tenha suas especificidades, foi possível identificar semelhanças e repetições, que nos permitiram inferir sobre as possibilidades e horizontes apresentados a estes trabalhadores. Neste aspecto, evidenciamos que diferentemente de paulistas, mineiros e catarinenses, os eleitos da história oficial, os nortistas, referia-se a um grupo de trabalhadores que partilhavam peculiaridades quanto a sua cultura, mas principalmente uma condição comum de classe: eram os trabalhadores mais pobres que realizavam os piores trabalhos, seja na derrubada da mata no início do processo de ocupação capitalista e da terra, ou posteriormente no plantio e produção agrícola. Neste sentido, a fim de compreender as relações e experiências vividas no período delimitados, buscamos ainda compreender, as diversas formas e arranjos realizados entre trabalhadores e proprietários, que nem sempre envolviam pagamento em dinheiro. Nosso referencial encontra-se no marxismo, haja visto que ao analisar as histórias dos sujeitos aqui retratados, percebemos como estes se constituíam enquanto sujeitos, ao passo que produziam materialmente. Para tanto partimos, do conceito de experiência de Edward Thompson, que nos permitiu pensar as relações de trabalho no próprio fazer-se da classe trabalhadora. Neste trabalho, ainda foi caro as possibilidades abertas pelo uso da História Oral, por permitir dar voz a sujeitos que frequentemente foram excluídos dos registros realizados pela História Oficial. Neste aspecto, ao narrar suas histórias e reconstruir memórias sobre o passado, vários trabalhadores reelaboraram e recompuseram suas experiências a partir das expectativas colocadas no tempo presente. Na busca por encontrar indícios e evidências sobre a presença dos trabalhadores nortistas no Norte/ Noroeste do Paraná, recorreremos ainda a documentos que usualmente foram ignorados pela história positivista, mas que no tempo presente, são considerados importante fontes de informação: fontes eclesiais e autos produzidos pela Justiça do Trabalho. É no cruzamento das informações e análise das fontes que foram recolhidas ao longo da pesquisa, é que conseguimos realizar uma tessitura, que permitiu constatar as dinâmicas sociais, arranjos e acordos que foram sendo constituídos por estes trabalhadores ao longo do tempo.

PALAVRA-CHAVE: Trabalhadores Nortistas. Norte/ Noroeste do Paraná. Memória. História Oral.

ABSTRACT

This work aims to verify the experiences of the North American workers who participated in the process of re-occupation of the North / Northwest of Paraná between the 1940s and 1970s. Often the official history, based on an original myth with the idea of pioneering, tended to exclude Northerners workers from the narratives published by historiography. Although each narrative constructed by our characters, and by the analysis of the different sources has its specificities, it was possible to identify similarities and repetitions, which allowed us to infer about the possibilities and horizons presented to these workers. In this regard, we show that, unlike those Paulistas, Mineiros and Catarinenses, the elected officials of the official history, the Northerners, referred to a group of workers who shared peculiarities about their culture, but mainly a common class condition: they were the poorest workers who carried out the worst jobs, either in the clearing of the forest at the beginning of the process of capitalist occupation and land, or later in planting and agricultural production. In this sense, to understand the relationships and experiences lived in the period delimited, we also try to understand, the different forms and arrangements made between workers and owners, which did not always involve payment in cash. Our frame of reference is found in Marxism, since in analyzing the stories of the subjects portrayed here, we perceive how these constituted themselves as subjects, while producing materially. For this we start from the concept of experience of Edward Thompson, which allowed us to think about working relationships in the very making of the working class. In this work, the possibilities opened using Oral History were very important, since it allowed to include subjects that were frequently excluded from the records made by the Official History. In this regard, in narrating their stories and reconstructing memories about the past, several workers reworked and recomposed their experiences from the expectations placed in the present time. In the quest to find clues and evidence about the presence of the Northerners workers in the North / Northwest of Paraná, we also resort to documents that were usually ignored by positivist history, but which in the present time are considered important sources of information: ecclesial sources and autos produced by the Labor Court. It is at the intersection of the information and analysis of the sources that were collected during the research, that we were able to carry out a fabrication that allowed to verify the social dynamics, arrangements and agreements that were being constituted by these workers over time.

KEYWORDS: Norther Workers. North / Northwest of Paraná. Memory. Oral History.

LISTA DE SIGLAS

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT

Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP

Empresa Colonizadora Norte do Paraná - ECNP

Estatuto da Terra - ET

Estatuto do Trabalhador Rural -ETR

Grupo executivo de racionalização da cafeicultura - GERCA

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE

Movimento Sem Terra - MST

Organização Internacional do Trabalho - OIT

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste -SUDENE

LISTA DE IMAGENS – DOCUMENTOS

DOCUMENTO 1 – “Colinha” produzida por Dona Maria Malavazzi	29
DOCUMENTO 2 – Excerto discurso Empresa Colonizadora Norte do Paraná, década de 1950.	105
DOCUMENTO 8 - propaganda veiculada no Jornal do Povo – 16 de setembro de 1953	186
DOCUMENTO 9- cartaz publicitário produzido pela Empresa Colonizadora Norte do Paraná	186
DOCUMENTO 10 - Excerto matéria sobre cidade de Loanda – Jornal do Povo, Bauru/SP, 15 de setembro de 1953.	188
DOCUMENTO 11 – Excerto Jornal de Propaganda da Empresa Colonizadora Norte do Paraná – LTDA.	189
DOCUMENTO 12 – Panfleto dos Grandes Festejos na Paróquia de Loanda - Em Prol Matriz e da Construção do Colégio para Irmãs Religiosas em Loanda -de 19 de maio a 15 de agosto de 1956	191
DOCUMENTO 13 – Carta de João França, 1956 – LADO A	206
DOCUMENTO 14 - Carta de João França, 1956 – LADO B	207
DOCUMENTO 15 - Cidade de Loanda. Café com 3 anos em 17 -1-1954.	209
DOCUMENTO 16- Ficha Criminal - Inquérito Policial da Comarca de Loanda nº 69 de 1967 - anexo Processo Trabalhista nº 39 de 1967	239
DOCUMENTO 17 - Ficha Criminal - Inquérito Policial da Comarca de Loanda nº 69 de 1967 - anexo Processo Trabalhista nº 39 de 1967.	240
DOCUMENTO 18 - excerto da defesa realizada pelo advogado do proprietário. Processo Trabalhista nº 39 de 1967, p.	246
DOCUMENTO 19- Excerto da defesa realizada pelo advogado do proprietário, Processo Trabalhista nº 39 de 1967, p.xx.	246
DOCUMENTO 20 - Carta / prova anexa auto trabalhista nº 48/1964, p. 42.	257
DOCUMENTO 21 – Excerto Autos 39/ 1967, p. 59.....	262
DOCUMENTO 22 - Memorial apresentado pela promotoria. Auto 29/69, p. 01.....	263
DOCUMENTO 23 - Memorial apresentado pela promotoria. Auto 29/69, p. 02.....	264
DOCUMENTO 24 - Memorial apresentado pela promotoria. Auto 29/69, p. 03.....	265

LISTA DE IMAGENS – FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 - Loanda 27-05-1952.....	101
FOTOGRAFIA 2 - Loanda 02/06/52.	101
FOTOGRAFIA 3 - Vista parcial da Avenida Brasil. Loanda 12/12/52	102
FOTOGRAFIA 4 - Chegada de trem na Estação Pre. Roosevelt, trazendo imigrantes para a lavoura	163
FOTOGRAFIA 5 - Imigrante desembarque.....	164
FOTOGRAFIA 6 – Entrada de imigrantes na Hospedaria.....	164
FOTOGRAFIA 7 - Entrada de Imigrantes na hospedaria	165
FOTOGRAFIA 8 - migrantes na Hospedaria.....	166
FOTOGRAFIA 9 - Fazendo a matrícula	167
FOTOGRAFIA 10 -cadastramento e procura trabalho	167
FOTOGRAFIA 11 - Imigrantes no salão de matrícula	168
FOTOGRAFIA 12 – Fila para distribuição de cobertores Pensão do Migrante em São Paulo.	168
FOTOGRAFIA 13 - Alojamento de mulheres	169
FOTOGRAFIA 14 - Recebendo ficha para alimentação.....	169
FOTOGRAFIA 15 - Recebendo alimentação.	170
FOTOGRAFIA 16 - No refeitório.....	170
FOTOGRAFIA 17 - Tomando vacina contra a Varíola	171
FOTOGRAFIA 18 -Chuveiro para imigrantes.....	171
FOTOGRAFIA 19 -Inspeção médica.....	172
FOTOGRAFIA 20 - Banheiro para criança	173
FOTOGRAFIA 21 - Inspeção dentária	174
FOTOGRAFIA 22- Recebendo passe para viajar.	175
FOTOGRAFIA 23 - Recebendo o farnel para viagem.....	175
FOTOGRAFIA 24 - Entrada para estação de embarque.....	176

LISTA DE IMAGENS – GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Regiões de Origem dos nubentes nos processos de casamento.....	118
GRÁFICO 2 -Estados de origem região Nordeste.	119
GRÁFICO 3 - Estados de origem região Sudeste	119
GRÁFICO 4 - Estados de origem região Sul	120
GRÁFICO 5 - Estado de Origem dos nubentes.....	129
GRÁFICO 6 - Índice de alfabetização/ analfabetismo segundo os processos de Casamento período 1955 a 1960	138
GRÁFICO 7 - Dados sobre profissão/ ocupação de acordo com levantamento realizado nos Processos de Casamento Igreja Nossa Senhora Aparecida – Loanda/PR. 1955-1960.....	141
GRÁFICO 8 - Dados sobre declaração ocupação profissional por gênero (mulheres).....	142
GRÁFICO 9 - Levantamento por categoria/sexo: números reais.....	234

LISTA DE IMAGENS – MAPAS

MAPA 1 - Regiões do Paraná.....	19
MAPA 2 - Cidades indicadas nos autos trabalhistas	35
MAPA 3 - Região Norte: em destaque Loanda, Paranavaí (colônia oficial do Estado do Paraná), Londrina e Maringá (colônias da Companhia de Terras Norte do Paraná).	93
MAPA 4 - Colônia Paranavaí: divisão das Glebas.....	97
MAPA 5 - Imagem do percurso percorrido aproximadamente	145

LISTA DE IMAGENS – TABELAS

TABELA 1 - Local de procedência proprietários rurais.	124
TABELA 2 - Estado de origem de proprietários rurais.....	124
TABELA 3 - Dados extraídos dos proclamas de casamento da Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida – Loanda/PR. 1955-1960.	132
TABELA 4 - Dados sobre número e tipo de trabalho constante nos autos judiciais	231
TABELA 5 - Tipo de trabalhadores nas propriedades cafeeiras no Paraná	251

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - A TERRA, O CAFÉ, O PIONEIRO E OUTRAS POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA SOCIAL SOBRE O NORTE DO PARANÁ	40
1.1 O Norte do Paraná na Historiografia: construindo o tema da pesquisa.....	44
1.2 Dos anos 90 ao século XXI: Novos métodos, novos personagens.....	72
1.3 Hipóteses para a pesquisa: o local que ocupamos na esfera de produção historiográfica..	82
CAPÍTULO II: NORTISTAS E BAIANOS: FABIANOS E SINHÂS VITÓRIA NO NORTE DO PARANÁ.....	90
2.1 Experiência dos migrantes: migração, povoamento e capital imobiliário.....	93
2.1.2 Sobre trabalhadores e o registro realizado pelo capital imobiliário.	98
2.2. Sobre os nortistas.....	112
2.3.3 O que as fotografias, fontes orais e documentos eclesiais nos tem a dizer sobre a condição de saída e destinos dos trabalhadores nordestinos.....	147
CAPÍTULO III - O RECRUTAMENTO: INTENSÕES ANTAGÔNICAS.....	149
3.1 contradição e conflito: o declínio do latifúndio, a modernização do campo e a migração	152
3.2.1 Capital imobiliário, publicidade e a promessa da Terra Prometida	184
3.2.2 A ação dos Gatos e fazendeiros: redes de agenciamento, violência e aliciamento..	193
3.3 Notícias de quem chega: relações de compadrio e redes de solidariedade entre trabalhadores nortistas.....	206
3.4 Lembranças da terra prometida: à guisa de conclusão.	225
CAPÍTULO IV - SOBRE AS RELAÇÕES DE TRABALHO: COTIDIANO, JUSTIÇA E MEMÓRIA SOBRE O TRABALHO	228
4.1.1 Arranjos, acordos, emprego e a disputa pelos sentidos e identidade do trabalho rural.	238
4.1.2 A luta por direitos trabalhistas e pela terra	267

4.1.3 A luta pela permanência na terra	277
CONCLUSÃO.....	282
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	285
ANEXOS.....	293

INTRODUÇÃO

A história fragmenta e divide o que no original pode ter-se apresentado como interior, abstraindo aqui um pequeno detalhe descritivo, lá uma cena memorável. Por outro lado, a história compõe. Integra o que no original pode ter sido divergente, sintetiza diferentes classes de informação e contrapõe diferentes ordens e experiências. Traz o meio-esquecido de volta à vida, de uma forma muito parecida à dos pensamentos oníricos. E cria uma narrativa consecutiva a partir dos fragmentos, impondo ordem no caos e produzindo imagens muito claras do que qualquer realidade poderia ser (PORTELLI, 1997, p. 45).

Como anuncia Portelli, a História produzida pelos historiadores é um reorganizar e recompor: de fontes, fatos e acontecimentos. Nossa narrativa nunca recompõe o fato como aconteceu em sua origem. O presente é o tempo do historiador, que como um artesão de mãos habilidosas, constrói uma tessitura, une os fios que parecem dissidentes. E o resultado final apresenta suas hipóteses, perspectivas e uma nova visão sobre fato. Que nunca é a rigor, uma cópia do passado, mas diz muito sobre o tempo vivido pelo historiador. Suas paixões e interesses.

Ao longo do doutorado, fizemos este percurso que nem sempre foi regular de recortar, unir e tecer narrativas. Trabalho nada fácil, cheio de nós, cortes, repensar e reconstruir. Um trabalho realizado a quatro mãos, e que agora lhe apresentamos o resultado final.

De antemão, avisamos que o trabalho que apresentamos aos leitores, não reflete unicamente o esforço desenvolvido na escrita nos últimos três anos, mas ainda, compreende um processo de busca, produção e exploração de fontes que se iniciou em período bem anterior, no ano de 2004, época em que eu ainda cursava a Licenciatura em História. Reflete ainda os 33 anos de vida, em que ouvi as histórias de minha Avó Nana, meu avô Joãozinho e meus pais, que contavam as “anedotas” sobre a chegada, os fatos sobre a labuta do trabalho, os “causos” da vida, o sofrimento daqueles que pouco tinham, e por isso, também são sujeitos nessa pesquisa.

E agora falo no singular. Pois, longe de ter a presunção de ser neutra quanto ao tema e sujeitos escolhidos para este estudo – trabalhadores imigrantes procedentes do nordeste/sudoeste brasileiro, aqui intitulados como nortistas, como explicaremos mais a frente- situo este trabalho não apenas como resultado de uma pesquisa acadêmica elaborada em um meio estritamente intelectual, mas ainda, como encontro com a minhas raízes identitárias e história familiar. Isso significa dizer que ao buscar trabalhadores que procederam o capital

imobiliário no processo de reocupação do Norte/Noroeste do Paraná, encontramos a cada “esquina” da História e nas entrelinhas de cada fonte, meus tios, avós, conhecidos e pais.

Falar e pesquisar sobre os nortistas envolveu um processo de redescobrir, recontar e revolver as memórias de infância, de discutir as fontes orais com minha mãe, de confirmar fatos e evidências com meus tios mais velhos. De me emocionar e criar laços afetivos com meus entrevistados. De fortalecer os valores camponeses que formam a base de minha cultura familiar e morar. E por isso, de me reencontrar não apenas como historiadora, mas como ser humano.

Feito as considerações iniciais, que situam a autora que vos fala dentro campo de sentimentos e relações afetivas com a tese e com tema, apresentaremos os resultados preliminares do processo acadêmicos.

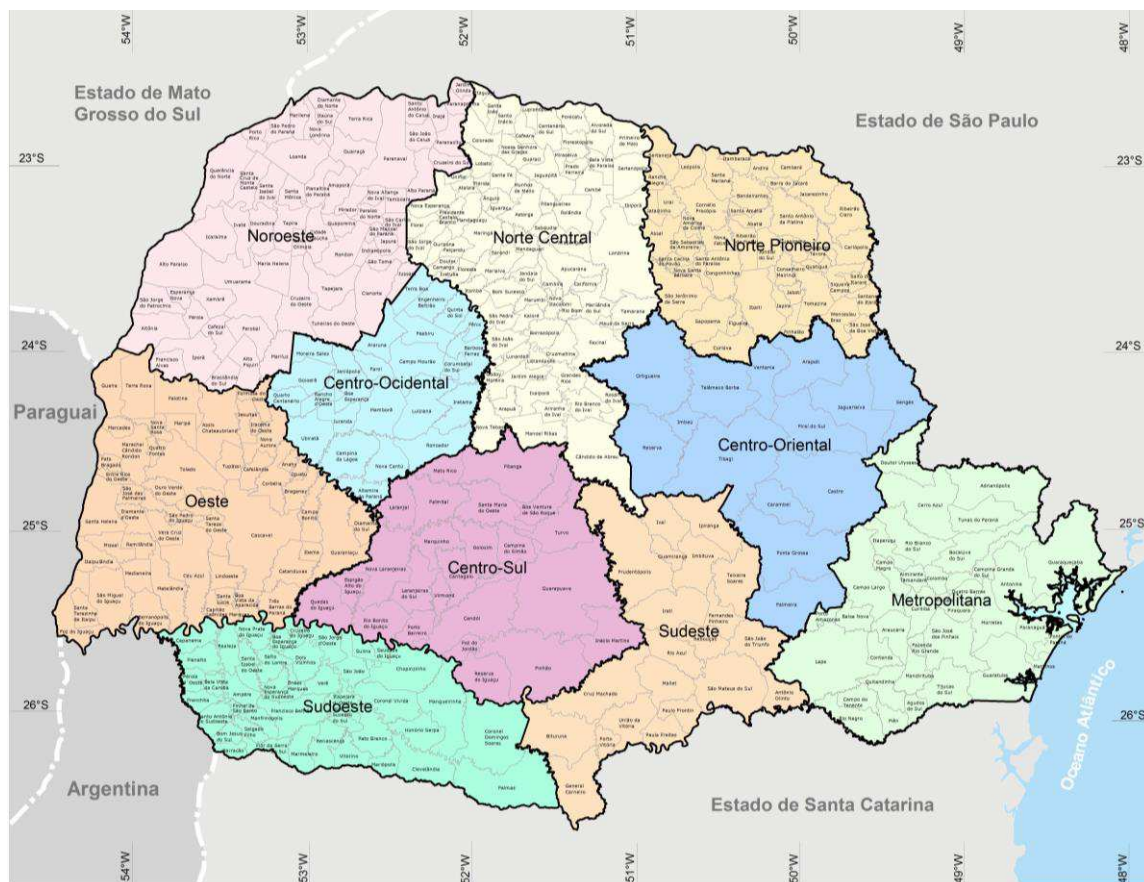
No projeto de pesquisa apresentado ao processo de seleção do Programa de Pós-Graduação da UFU em 2013, propúnhamos como objetivo evidenciar as experiências dos trabalhadores nordestinos no processo de ocupação da cidade de Loanda no período de 1950-2010.

No decurso da pesquisa com a fontes, percebemos que ao abordar os trabalhadores oriundos dos estados nordestinos que se deslocaram para município de Loanda nas décadas de 1950 e 1960, seria inicialmente impossível falar unicamente da cidade referida. Primeiramente, porque muitos destes trabalhadores antecederam a chegada do capital imobiliário na região. Por isso, ao localizar suas experiências no espaço e tempo se referiam a fazendas e localidades que não se enquadravam em um município ou outro, mas se tratava de uma região que do ponto de vista do capital, estava em fase de constituição enquanto núcleo urbano e divisão fundiária.

Assim, passamos a considerar não apenas o município de Loanda, mas todo território que hoje é definido como as regiões Norte Central, Norte Pioneiro e Noroeste do Paraná¹, haja visto que tanto os trabalhadores entrevistados, como as outras fontes utilizadas evidenciavam um frequente deslocamento desta população por toda região em busca de trabalho.

¹ Instituída com o conceito de “Região Geográfica do Paraná” para diferenciar o novo agrupamento das Mesorregiões Geográficas do Sudoeste e do Centro-Sul, essas definidas pelos critérios do IBGE. A Lei Estadual nº 15.825/08 de 28/04/2008, exclui os municípios de Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Manguaçu e Palmas da Região Centro-Sul e inclui na Região Sudoeste do Estado do Paraná, para todos os efeitos estatísticos de órgãos públicos do Estado. Atualmente, são 10 (dez) as regiões geográficas.

MAPA 1 - Regiões do Paraná.



FONTE: IPARDES. Disponível em: www.ipardes.gov.br

Quanto a isso, assinalamos ainda que a definição destes territórios é algo recente. Ao retomar o tempo e espaço de experiência da maioria de nossos entrevistados não existia ainda uma delimitação geográfica destas regiões, que na verdade, foram forjadas e delimitadas no decorrer das décadas de 1950, 1960 e 1970. Fato que muitas vezes, tornou difícil localizar a que local e região (tomando as regiões definidas no presente) a que nossos entrevistados e fontes se referiam. Assim, para este estudo partimos da definição de região geográfica instituída através da Lei Estadual nº 15.825/08 de 28/04/2008, definidas pelos critérios do IBGE.

Quanto aos sujeitos, ao longo das entrevistas percebemos que o termo “nordestino” nunca era utilizado pelos trabalhadores, não se identificando enquanto tal. Embora se referisse a sujeitos que tinham como local de origem os estados principalmente da Bahia, Alagoas, Ceará, Sergipe, estes se referiam ao termo “nortista”. Depois de muito ouvir o termo, questionamos um deles: mas quem eram os nortistas?

Muitos de nossos entrevistados nos explicaram que nortistas eram os trabalhadores que haviam saído da região nordeste, mas também de norte de Minas Gerais. Entretanto, o

grande diferencial indicados por eles, é que o termo nortista era utilizado para se referir aos trabalhadores que realizavam os “piores serviços”, mais pesados e mal remunerados. Assim, compreendemos que os nortistas eram os trabalhadores mais pobres, que chegavam a região em busca de trabalho “sem um centavo furado no bolso”² e eram subordinados a um sistema marcado pela violência e vigilância constante.

Com esta nova informação, “ampliamos” o grupo de nossos sujeitos. Para além de investigar sobre as experiências de trabalhadores oriundos de estados do Nordeste, nos propomos desenvolver uma investigação histórica acerca dos trabalhadores “nortistas” no processo de reocupação do Norte/Noroeste do Paraná, evidenciando as relações de trabalho e antagonismos vividos por estes trabalhadores no período entre os anos de 1940 a 1970.

O recorte temporal por sua vez foi delimitado pelas evidências elaboradas a partir da análise das fontes. Embora a maioria das cidades da região noroeste tenham surgido nos anos 50, nossos entrevistados e registros eclesiais indicam que uma década antes, muitos trabalhadores nortistas já circulavam na região, realizando atividades no campo e extrativas sob regime assalariado, meeiro, porcentageiro, parceiro, colono e outros arranjos que variavam de acordo com a atividade desenvolvida.

Mas, por que falar de trabalhadores nordestinos/nortistas no Norte/Noroeste do Paraná?

A História do Norte/ Noroeste do Paraná é uma história de ocupação recente segundo a memória instituída/ financiada pelo capital imobiliário e a elite local. A partir deste ponto de vista, a região começou a ser ocupada através da iniciativa do capital privado, que munidos de expectativas de gerar lucro a partir da exploração produtiva da terra através da produção cafeeira, teria loteado e revendido a baixo custo lotes de terra desde meados da década de 1920. Embora ocorra uma descontinuidade neste processo de loteamento e colonização, que envolveram interesses políticos econômicos, as peculiaridades do processo são percebidas como linha cronológica, que resultou no surgimento da ocupação atual.

Segundo esta versão, a primeira iniciativa teria ocorrido a partir da região de Londrina e Maringá onde empresários ingleses teriam adquirido terras do Estado e estabelecido a *Brazil Plantations Syndicate*, no intuito de produzir algodão e uma companhia imobiliária subsidiária, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). A Companhia de Terras Norte do Paraná adquiriu terras no Estado situadas entre os rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema. Estas terras chegaram a ser compradas pelos Ingleses até três vezes, devido ao grande número de grileiros

² MANOEL, 2015.

presentes na região e constantes conflitos de terra entre grileiros e Estado. Os ingleses montaram os escritórios da Companhia de Terras Norte do Paraná próximo a Jataizinho, para então, começar as vendas de terras rurais aos brasileiros.

A partir daí tal grupo, foi disseminada nacionalmente uma propaganda em torno da fertilidade do solo e de sua condição apropriada para o cultivo do café. Esta ação, resultou em um rápido processo de venda de terras tanto para compradores brasileiros, como para estrangeiros (italianos, portugueses, espanhóis, alemães entre outros). No ano de 1943, os ingleses venderam a Companhia, nascendo então, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Os novos proprietários além de promoverem a venda de terras, tinham como proposta promover a agricultura, pecuária e indústria na região, fato que deu origem a cidade de Maringá.

Segundo Wachowicz (2001), entusiasmado com a colonização feita pelos ingleses na região, o Estado do Paraná resolveu lotear as áreas que ainda lhe pertenciam, dando surgimento em diferentes momentos, há várias colônias oficiais como: Iraçá (1914), Jaguapitã (1943), Centenário (1944) e Paranaíba (1942). Das colônias oficiais criadas pelo Estado do Paraná, a que mais se desenvolveu economicamente foi Paranaíba, localizada a oeste das terras da Companhia Melhoramentos, com extensão que chegava até os anos 1950, até as barrancas do Rio Paraná.

A partir da década de 1950, o Norte do Paraná se tornou alvo também dos interesses do capital imobiliário. O Noroeste do Paraná foi colonizado a partir do contexto do projeto de modernização empenhada pelos governadores Moyses Lupion e Bento Munhoz da Rocha Netto, que pretendiam inserir o Paraná na política nacional desenvolvimentista, empenhada pelo presidente Getúlio Vargas, a partir da redemocratização em 1946. Neste sentido, esta região, que compunha os chamados “vazios demográficos”, deveria ser ocupada e explorada a partir da lógica capitalista (OLIVEIRA, 2001).

Tanto Lupion quanto Bento Munhoz da Rocha Netto, durante seus governos, nas décadas de 1940 e 1950, buscaram pôr em prática uma nova lógica capitalista no Estado do Paraná, a partir da expansão das áreas cultiváveis. Assim, a ocupação dos “vazios demográficos” na década de 1950 (onde viviam populações indígenas e caboclas), representou o avanço do capitalismo sobre novas regiões no Estado do Paraná, que sob a iniciativa do governo e do capital imobiliário, incorporou essas novas áreas ao sistema produtivo de exploração agrária. Assim, tivemos o início da corrida para a “nova fronteira agrícola”.

A memória instituída sobre o local, neste sentido, foi assentada sobre a figura do pioneirismo do capital imobiliário e de pequenos e médios proprietários rurais que teriam se

instalado na região no decurso destes anos. Neste aspecto, a história oficial pode ser caracterizada quase como um “mito” originário, que explica o surgimento das cidades e municípios da região, através da perseverança e coragem quase sobrenatural de homens que teriam enfrentado a mata e a rudeza do local inexplorado pelo capital. Assim, empresas imobiliárias como Empresa Colonizadora Norte do Paraná. LTDA, Empresa Melhoramentos, Empresa Colonizadora Paranapanema, e seus representantes, foram eleitos como figuras “míticas” que estão diretamente ligados a “origem” do local.

A história narrativa oficial, tendeu a ignorar ou excluir sujeitos e os antagonismos que envolveu este processo. Dela são excluídos os povos indígenas que os antecederam em milhares de anos (TOMAZI, 1986, 2000), os caboclos que viviam na região e trabalhadores que foram deslocados e atraídos pelo capital imobiliário para preparar a terra e criar condições de venda, em sua maioria trabalhadores pobres, despossuídos de capital e de origem nortista.

Assim, este trabalho objetivou evidenciar a partir da combinação de um conjunto de fontes (fotografias, documentos eclesiais, processos trabalhistas, fontes orais) a presença e as experiências dos trabalhadores nortistas neste processo. O que significou dar visibilidade aos antagonismos que envolveram processo, as disputas e embates ocorridos entre trabalhadores, proprietários e capital imobiliário por direitos e a disputa pela memória instituída sobre local.

Quanto a isso, é necessário dizer que, embora tenha como ponto de partida um determinado local (norte/noroeste do Paraná) para analisar as experiências e embates vividos por um grupo, não pretendemos contribuir unicamente para construção de uma História Local ou Regional. Pois, não compreendemos o local como “identidade distinta e separada, que pode ser estudada como um conjunto cultural” (SAMUEL, 1990, p.227), mas como representativa da totalidade das relações humanas. Nesta linha, Bosi (2000, p.11) explica que ao:

Realizar e concretizar propostas de história local ou micro história não significa perder-se nas dimensões absolutas da parte, mas valoriza-la como elemento esclarecedor do todo, do geral e do conjunto das proposituras do movimento social (BOSI, 2000, p. 11).

Acreditamos que ao falar da experiência de trabalhadores nortistas nas décadas de 1940 a 1970, nos permite compreender um contexto muito mais amplo que envolve a reorganização do capital no Brasil e no mundo, que resultou em transformações das relações de trabalho e na forma como milhares de pessoas viviam. Nos referimos as experiências e antagonismos vividos por um grupo de trabalhadores nortistas que migraram para Norte do Paraná, mas também às transformações que afetaram a classe trabalhadora e forçaram a migrar

ou reorganizar suas relações de trabalho e vida mediante a novas condições que fugiam a sua vontade. Assim, ao tratar das mudanças ocorridas no decurso dos anos 1940-1970, Hobsbawm problematiza:

Se a previsão de Marx de que a industrialização eliminaria o campesinato estava por fim evidentemente se concretizado em países de rápida industrialização, o fato realmente extraordinário foi o declínio da população agrícola em países cuja óbvia falta desse desenvolvimento as Nações Unidas tentavam disfarçar com uma variedade de eufemismo para as palavras “atrasado” e “pobre”. [...] Na América Latina, a percentagem de camponeses se reduziu à metade em vinte anos na Colômbia (1951 – 73), no México (1960-80) e no Brasil (1960-80) [...] (HOBSBAWM, p. 285).

Embora o campesinato não tenha sido extinto, podemos observar na região que muitos destes trabalhadores a partir dos anos 60 e 70 tiveram suas relações de trabalho e culturas profundamente alterados por um conjunto de transformações que envolvia a modernização do campo, as novas regras do direito positivo que passaram a vigorar a partir do estabelecimento do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214/ 63) e Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/ 64), a crise do latifúndio, a política de erradicação do café, e as frequentes geadas. Esta nova legislação, significou para nossos entrevistados a perda de algumas garantidas obtidas na esfera do vivido e que estavam na esfera das tradições e do *direito costumeiro* (THOMPSON, 2004). No âmbito do vivido, significou a expulsão do campo com o fim principalmente do sistema de colonato misto de trabalhadores e camponeses e o surgimento de uma massa de trabalhadores volantes e migrantes que se deslocaram para as grandes cidades e outras regiões em busca de outros meios de sobrevivência.

Lançar questões sobre a presença desses trabalhadores implica indagar os significados produzidos por suas práticas sociais e memórias de maneira a identificar e problematizar as lógicas vividas nas relações sociais. Sobre isso, como observou Yara Khoury, a História é

um processo de disputas entre forças sociais, envolvendo valores e sentimentos, tanto quanto interesses, e dispostos a pensar e avaliar a vida cotidiana em sua dimensão histórica, a ponderar sobre os significados políticos das desigualdades sociais, nossas atenções se voltam para modos como os processos sociais criam significações e como essas interferem na própria história. Nesse sentido é que entendemos e lidamos com cultura como todo um modo de vida (KHOURY, 2004, p.117).

De um ponto de vista mais teórico, compreendemos que cabe tomar as experiências desses trabalhadores inseridas em contextos socialmente determinados, o que impõe ter em

mente que outras coordenadas também entram na definição do sentido atribuído por eles aos seus comportamentos, seus modos de viver, enfim, à como encaravam e produziam o mundo em que viveram. Acreditamos que Thompson desenvolveu esta análise tendo ao fundo duas preocupações fundamentais e políticas: contrapor-se às interpretações apologéticas sobre a sociedade industrial que veem o progresso capitalista como inevitável; e recuperar para a centralidade da pesquisa histórica os conflitos de classe encarnados em homens e mulheres³, esforço já iniciado por Marx. Essas preocupações ainda parecem ter grande sentido se forem tomadas como problemas, afinal há muito tempo a história do capitalismo deixou de ser tratada como uma narração “idílica” do “progresso” da humanidade⁴. Essa tradição de denúncia do capitalismo, que foi iniciada em Marx, tem, em Thompson, uma continuidade na análise dos muitos modos de viver de trabalhadores explorados em na forma do trabalho ao longo dos últimos quatro séculos de história. Este aspecto é importante, pois permite que seja produzida uma História interessada nas possibilidades - realizadas ou não - de negação de tal condição, uma História escrita partindo de vidas comuns vividas em regiões, cidades ou pequenas concentrações populacionais.

Reforça esta perspectiva a sugestão de Jean Chesneaux, de que o “fazer-se” da história narrada não acontece de forma pacífica, sem disputas. Como ele afirma, (1995, p.11) a história narrada tem “*seu próprio campo, é um jogo de luta de classes*”. Nesta ótica, a História é resultado de uma ação coletiva, de experiência de diferentes atores sociais, que no fazer-se cotidiano se constitui como classe (THOMPSON, 2004). A historiografia é próprio campo de luta de classes onde os homens, de diversas classes e grupos sociais constituem suas experiências sociais cumprindo diferentes objetivos. É um processo dinâmico e dialético onde:

O passado é ao mesmo tempo um jogo de lutas e um elemento constitutivo das relações de forças políticas. Neste sentido, cada historiador tende a buscar seus próprios meios de estabelecer relações com o passado, promovendo um diálogo com o que foi, o que experimento e o que virá (CHESNEAUX, 1995, p.22).

³Para a primeira preocupação ver THOMPSON, E.P.. “Tiempo, disciplina de trabajo Y capitalismo industrial”. In: **Tradición, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. 1ª ed., Barcelona: Editorial Crítica, 1979, pp.239-293. Para a Segunda ver **A miséria da Teoria: ou um planetário de erros**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Sobre isso, recentemente foi dito que o mérito de Thompson residia em ter reescrito “*a história da virada do século XVIII a partir da experiência das vítimas do progresso*” (LÖWY, Michael & SAYRE, Robert. “A corrente romântica nas ciências sociais da Inglaterra: Edward P. Thompson e Raymond Willians”. In: **Revista Crítica Marxista**. (8):43-66, São Paulo: Xamã, 1999, p.48.). Não creio que Thompson tenha pensado nos trabalhadores que estudou como “*vítimas do progresso*”.

⁴Ver a denúncia feita por Marx no XXIV capítulo de “*O Capital*”, ainda bastante atual em seu significado político.

Concordando com Chesneaux, esse passado é significativo para a compreensão da realidade, ao passo em que este é o próprio tecido de que é feito o presente e “se o passado conta, é pelo que significa para nós” que colabora na compreensão da sociedade na qual vivemos hoje” (1995, p. 22).

Assim, quando falamos de memória devemos tratá-la no plural, na contracorrente do discurso oficial que tenta produzir uma versão única dos acontecimentos. A memória é compreendida neste trabalho, como o próprio campo de lutas de classes, que reflete a multiplicidade de experiências sociais vividas pelos diferentes personagens sociais. Analisar esta memória no tempo presente nunca é uma tarefa fácil, pois se ela conta, é pelo que significa no presente.

Para tanto, a produção de fontes orais foi imprescindível para acessar a história destes trabalhadores. Embora excluídos da história oficial e da memória constituída pelo capital sobre a região, estes homens e mulheres continuam ocupando espaço social e geográfico, constituíram família e integram a sociedade e cultura que surgiu no local. Através das narrativas desses sujeitos pudemos observar um processo de disputa pelo passado, que se assenta sobre as experiências e as dimensões do vivido no tempo presente. Longe de tomar as narrativas destes trabalhadores como “verdades absolutas” sobre o passado tornando inverídico os argumentos construídos pela classe dominante, compreendemos seu ponto de vista e recordar no campo da própria experiência humana. Assim, nos foi caro o argumento de Portelli ao sugerir que:

A memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que longe de ser transmitida pelo modo intemporal da “tradição”, ela é progressivamente alterada de geração em geração. Ela porta a marca da experiência, por maiores mediações que esta tenha sofrido. Tem, estampadas, as paixões dominantes em seu tempo. Como a história, a memória é inerentemente revisionista, e nunca é tão camaleônica como quando parece permanecer igual (PORTELLI, 1997, p.44).

Por isso, quando falamos da História de D. Nana, Seu Zé, D. Terezinha, Seu Manoel, D. Giovana e todos outros, falamos muito mais do que eles são hoje e o espaço social que ocupam. Atualmente não falamos, portanto, unicamente do passado remoto que não encontra lugar no espaço vivido. A história oral nos permitiu assim, acessar a compreensão sobre a constituição de determinadas relações e uma cultura que ainda está presente nas práticas culturais de nossos entrevistados. Que embora excluídos da história oficial implantada pela classe dominante, em suas narrativas reafirmam sua experiência e suas vivências assentadas em relações que nem sempre foram tão tranquilas e românticas.

Contradizendo a versão do mito originário que a classe dominante tem se esforçado em legitimar.

As fontes orais combinadas com outras fontes, como os documentos eclesiais, propagandas e acervo fotográfico produzido pelo capital imobiliário (representado pelas empresas colonizadoras, imobiliárias e até mesmo Estado), na verdade estas relações pareceram um tanto conflituosas e antagônicas. O que nos permitiu verificar que o processo de legitimação de uma determinada visão sobre passado envolve um processo complexo e contínuo, como ficou evidente nos documentos produzidos por exemplo, pela Companhia de Terras Norte do Paraná, e mesmo nas publicações realizadas pelo Estado do Paraná ao longo dos anos 1960-1970. Bosi explica que:

O sucesso na construção desse passado não depende tão somente de pura manipulação ou invenção de legitimidades. Até que ponto a legitimação de práticas políticas e padrões de comportamentais podem ser decalcados nas vidas das pessoas tornando-se parte integrante e com sentido para estas é uma questão bem mais complicada. Talvez um dos principais nós dessa construção deva-se ao fato de que essa legitimação precisa ser constantemente reformulada (GIMSBURG, 1989, BURKE 1995) e/ ou negociada com diferentes grupos políticos e classes sociais subalternos (THOMPSON, 1998), à medida que nenhuma leitura sobre o passado prescinde completamente da conjuntura econômica e política do presente no qual se insere, de onde se projeta o passado e onde vivem concretamente as pessoas. E, quando a classe dominante (ou uma de suas frações) não consegue extrair sua legitimidade por intermediário da integração das outras classes subalternas, a estratégia convencionada pode definir-se pela estigmatização, condenação e exclusão dos não integrados. Assim, integra-se pela estigmatização e/ou exclusão (BOSI, 2004, p. 64).

Quanto aos trabalhadores pesquisados, podemos dizer que foram excluídos da história oficial e ao mesmo tempo estigmatizados, como grupo de homens e mulheres aventureiros, sem os valores morais e cultura que eram convenientes e convergentes a proposta ideológica do capital. E mesmo, por serem despossuídos de capital. Neste aspecto, ao olhar para a constituição do espaço da cidade de Loanda por exemplo, este grupo de trabalhadores vivem o estigma da pobreza e exclusão até o tempo presente. Em sua maioria são moradores do antigo bairro Jurema, o primeiro bairro que surgiu no projeto urbano pensado pela Empresa colonizadora que construiu a zona urbano no município e foi local de moradia dos trabalhadores que chegavam em levadas na cidade. Atualmente, o bairro abriga a maioria da população pobre de ex-trabalhadores rurais e trabalhadores volantes e é considerado perigoso e periférico. Quanto a isso, o ex-prefeito renomeou bairro de Vila Vitória, em referência ao passado glorioso dos primeiros moradores da cidade.

Foi na ânsia de entender a experiência desta população e que realizamos uma série de entrevistas que antecedem o período do doutorado. Entre os anos de 2004 e 2017 entrevistamos cerca de 36 pessoas (trabalhadores, empresários, ex-prefeitos, proprietários rurais, trabalhadores urbanos) que se relacionam ao processo de reocupação na região Norte/ Noroeste do Paraná e a cidade de Loanda.

A produção de fontes orais ocorreu mediante diferentes situações e não unicamente para a produção desta tese. Assim, o primeiro registro foi produzido em 2004, durante a graduação quando participamos do Projeto de História Regional. Depois a partir de 2009 até 2012, realizamos diversos registros devido a elaboração de material didático sobre História Regional encomendado pela Prefeitura Municipal de Loanda. Entre os anos de 2009 e 2015, participamos ainda da produção de diversas entrevistas com trabalhadores de Loanda e região, devido à realização e coordenação do Projeto de Pesquisa História e Memória do Noroeste do Paraná no curso de Artes Visuais da Faculdade Intermunicipal de Loanda, que tinha como intuito a produção de documentários sobre aspectos da cultura e história dos municípios de Loanda. A entrevista com D. Nana - que originou o projeto que apresentamos na seleção de doutorado - foi realizada em 2013 por motivos pessoais, já que está é mãe de meu pai. Por fim, realizamos mais algumas entrevistas entre 2014 e 2016 (17 no total), devido a elaboração da tese.

Ao longo da narrativa que construímos como resultado final desta pesquisa, não citamos todos nossos entrevistados. Era impossível contar todas as histórias contadas, e aprofundar a reflexão acerca das condições econômicas e sociais dos trabalhadores nortistas que chegaram a região noroeste. Entretanto, foram fundamentais para realizar a leitura do contexto que estudávamos.

As histórias contadas por nossos entrevistados, apesar de terem suas particularidades, quando comparadas a outras histórias, apresentam regularidades que são próprias do conjunto da classe (THOMPSON, 1981). E assim, nos permitiram evidenciar os processos sociais construídos historicamente em torno das relações no campo de trabalho e nas disputas dos sentidos da memória e história na região.

Neste aspecto, Samuel explica que:

A evidência oral é importante não apenas como uma fonte de informação mas também pelo que faz para o historiador, que entra no campo como um fiscal invisível. Pode ajudar a expor os silêncios e as deficiências da documentação escrita e revelar ao historiador – na frase fina de Tawney- o “tecido celular

ressecado” que, quase sempre, é tudo o que tem em mãos (SAMUEL, 1990, 237).

Assim, cruzada com as evidências demonstradas nas fotografias, as histórias narradas pelos trabalhadores, nos oferecem a possibilidade de tornar mais sólidas as experiências e relações desenvolvidas por trabalhadores nortistas nas décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970.

Como eixo organizador, inicialmente buscamos entrevistar trabalhadores nordestinos, que tivessem migrado entre os anos 1940 e 1960 para Loanda e se instalado no Bairro Jurema⁵ ou trabalhado nos sítios e fazendas de café. Estávamos à procura dos trabalhadores que haviam sido retratados nas fotos que compunham o acervo da Empresa Colonizadora Norte do Paraná (ECNP).

Com pouco tempo descobrimos alguns fatos que foram decisivos para redimensionar nossa pesquisa: inicialmente é provável que estes trabalhadores após a derrubada da mata, tenha se deslocado para outras regiões ou mesmo falecido. Por isso, no bairro Jurema (atual Vila Vitória) não encontramos mais nenhum trabalhador que tenha trabalhado na ECNP.

E ainda, seria impossível falar unicamente dos trabalhadores nordestinos que migraram para Loanda. Pois, todos os trabalhadores que conversamos narraram uma *sina*, que desfiavam suas tramas sobre um local que as fronteiras e delimitações territoriais ainda não haviam sido definidas. De uma fazenda para outra, de colheita a colheita, eles na verdade, percorreram toda a região sempre em busca de trabalho.

Ao realizarmos as entrevistas redimensionamos o conceito de “nordestino”, que foi ampliado a partir do termo “nortista” - trabalhadores empobrecidos que haviam migrado dos estados do Nordeste e do Norte do Estado de Minas Gerais, realizavam trabalho mais pesado e foram submetidos a maior exploração e sujeição ao capital, como já assinalamos.

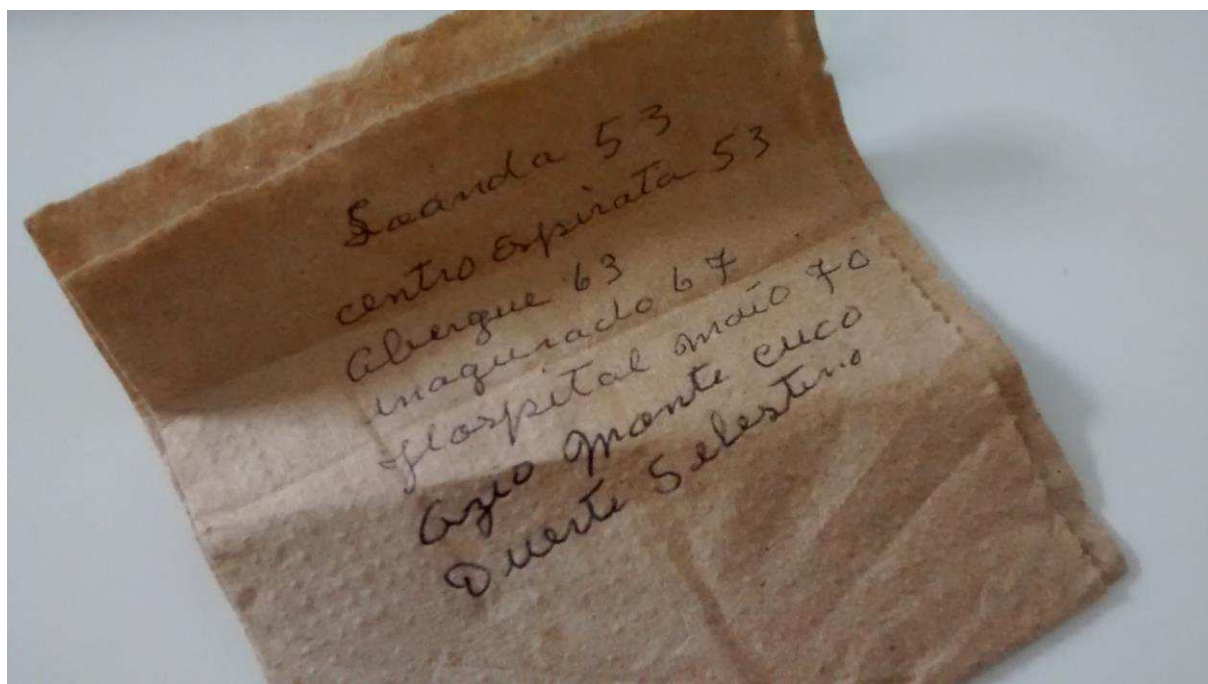
Em uma condição diferente dos pioneiros eleitos pela história oficial, os nortistas chegavam aos montes nos caminhões pau-de-arara em busca de trabalho. Muitos deles, migrantes carregavam apenas uma *muda* de roupa e os filhos. A grande esperança destes trabalhadores era conseguir um trabalho na derrubada da mata e com muita sorte, um trabalho como colono em uma das muitas fazendas produtoras de café.

⁵ Escolhemos os moradores deste bairro, porque ele foi o primeiro a ser ocupado por trabalhadores rurais. Na época de estabelecimento da ECNP os trabalhos da derrubada da mata começaram pela “ponta” do projeto da cidade. Ali teriam surgido os primeiros casebres de madeira e hotéis que abrigavam os trabalhadores que migraram para a região. Com a construção dos prédios e casa de alvenaria no centro, rapidamente este bairro, que até hoje sofre de questões estruturais como falta de esgoto e asfalto, se tornou estigmatizado por abrigar a população mais pobre, majoritariamente negra, formada principalmente por migrantes nordestinos trabalhadores das antigas serrarias e volantes.

Ao produzir as entrevistas, deixávamos que nossos entrevistados falassem livremente sem interferências. Em um ambiente descontraído, ligávamos a câmera em um canto, se possível em local onde o entrevistado não pudesse visualizá-la diretamente. Frequentemente, realizávamos uma visita que antecedia o registro filmográfico acompanhado de um filho, amigo ou vizinho que havia indicado o sujeito a ser entrevistado. Essa primeira visita era fundamental para fazermos um primeiro contato e criar um laço de igualdade com o sujeito. Situação favorável para produção de fontes oral, segundo Portelli (1997). Optamos por utilizar uma câmera filmadora, pois além das falas, queríamos registrar os gestos, olhares e sentimentos que extrapolavam a fala, algumas vezes embargadas pela emoção do rememorar.

Um elemento importante a ressaltar é que frequentemente quando solicitávamos a um novo sujeito a ser entrevistado, eles afirmavam que pouco poderiam ajudar. Tal postura era explicada com base em afirmações de que “eram velhos”, “a memória era fraca”, “não se recordavam das coisas”. Compreendemos essa negativa em realizar a entrevista como uma preocupação que estes sujeitos tinham em serem precisos e em dar informações coerentes, fato que pode ser verificado, por sempre trazerem lembretes e anotações para as entrevistas, como é o caso da Dona Maria Malavazi.

DOCUMENTO 1 – “Colinha” produzida por Dona Maria Malavazzi



FONTE: Acervo da autora.

Embora não seja nosso objetivo discutir o impacto e relevância da entrevista na memória e cotidiano dos sujeitos, ou mesmo desta pesquisa entre aqueles que participaram como personagens, temos que ressaltar que para alguns de nossos entrevistados, o momento da coleta da entrevista oral, foi considerado um momento de grande importância. Éramos recepcionados por pessoas que haviam se preparado para este momento. Cheio de temores da memória falhar, ou com alguns discursos já prontos, fomos recepcionados com muita alegria, com a casa arrumada e um café quente. Para algumas dessas pessoas que nunca tiveram a oportunidade de contar sua versão da história para fora do meio familiar e de amizade, a entrevista, foi momento solene de se recordar.

As entrevistas foram organizadas em torno de dois eixos de interesse: o que motivou a migração e as relações trabalho. Buscamos com a entrevista compreender como os trabalhadores vivem experiências de exploração e de discriminação na época delimitada pela pesquisa (anos 1950 a 1980). Entretanto, embora tenhamos traçado nossos interesses, nem sempre a lógica e as narrativas reconstruídas por nossos entrevistados seguiam o roteiro pré-estabelecido. Para eles, a sua experiência de vida, recontadas naquele momento traziam outros elementos que eram considerados centrais para compreendê-los como sujeitos no presente. Assim, para nossos entrevistados aspectos da vida como a maternidade, o matrimônio, por exemplo, eram o eixo central de toda história. Para outros, o trabalho, a viagem de deslocamento, eram mais marcantes.

Para entender as lógicas e significados que os entrevistados denotavam ao passado, foi preciso, antes de tudo, nos esforçarmos para entender o “lugar da história dentro da vida” (BENJAMIM, *apud* PORTELLI, p. 160) do personagem. Por isso, direcionamos primeiro o olhar para as condições e locais sociais ocupados pelos personagens no tempo presente, para só depois, observarmos o que eles diziam sobre o seu passado. Por isso, antes de analisar as histórias, começamos por descrever quem eram os sujeitos e o local que ocupavam socialmente no momento da entrevista. O fato dos entrevistados serem idosos, com problemas de saúde, muitas vezes deu um tom saudosista quanto ao passado e pessimista quanto ao presente. Se a história que narravam, tinham como personagens homens e mulheres fortes, saudáveis e fortes, no presente, as cicatrizes, dores e velhice era um fardo pesado, que permitia nossos entrevistados se verem com a mesma vitalidade. Inclusive, não podemos deixar de registrar que alguns destes faleceram pouco tempo depois de entrevistados, o que não nos permitiu tirar dúvidas ou fazer novas entrevistas para compreender alguns aspectos que havíamos ficado com dúvida.

Percebemos que as histórias eram reconstruídas pelos entrevistados a partir de uma estrutura que nem sempre era linear. Entre idas e vindas, a experiência de migração, o trabalho e a opressão se estruturavam e cruzavam com outros eixos, como família, experiência de ser pai, fome, conflitos culturais, mas que nem sempre eram tão evidentes. Embora as histórias parecessem fugir do foco do que pretendíamos investigar, compreendemos com o tempo - e comparando e cruzando com outras fontes como jornais, revistas, fotografias - que elas na verdade nos evidenciavam dimensões que se referiam a experiência de migração, da busca por trabalho e da exploração que também eram tratados pelos trabalhadores, no âmbito de suas consciências, valores, práticas, crenças e convicções. Para chegarmos a esta formulação, foi importante a assertiva de Thompson que esclarece que:

As pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos (...). Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas (THOMPSON, 1981, p. 189).

Esse fato, pode ser percebido nas narrativas sobre a forma como os trabalhadores chegaram a região nos anos 1940 e 1950. Tal fato, nos fez pensar sobre o processo de reelaboração da narrativa e da própria memória de nossos personagens. Cada sujeito se localizava dentro do tecido narrativo construído por ele, e assim ressignificava a partir do presente sua experiência de migração. A compreensão deste fato foi facilitada pela aceção de Samuel ao explicar:

A memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento; de modo que, longe de ser transmitida pelo modo intemporal da “tradição”, ela é progressivamente alterada de geração em geração. Ela porta a marca da experiência, por maiores mediações que esta tenha sofrido. Tem, estampadas, as paixões dominantes em seu tempo. Como a história, a memória é inerentemente revisionista, e nunca é tão camaleônica como quando parece permanecer igual (SAMUEL, 1997, p.44).

Os trabalhadores narraram os motivos que influenciaram a migração como pobreza, o desemprego, as dificuldades de sobrevivência, ou a seca. Informações que de início nos causou espanto, e ao ser cruzado com outras fontes, permitiu compreender mais sobre o campo do vivido e as expectativas que acompanhavam estes andantes no momento de sua chegada.

Na busca por encontrar evidências que marcavam a presença dos nortistas nos deparamos com os registros eclesiais produzidos pela Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida

de Loanda. Em período anterior já havíamos acessado estes documentos que ficavam guardados pela Igreja, mas que não são públicos, e por isso, sua consulta depende da autorização do pároco responsável pela Igreja.

Em 2012, ao realizar uma pesquisa junto a uma orientanda, tivemos rápido acesso a estes documentos. Momento que eu percebi o número significativo de nubentes oriundos dos estados do Nordeste brasileiro. Em 2014, retornamos a paróquia e fomos acolhidos pelo pároco que havia sido transferido para a cidade a poucos dias. Após uma breve conversa, o pároco compreendeu a importância da pesquisa e permitiu acesso irrestrito ao acervo da Igreja Nossa Senhora Aparecida.

Quanto a tipologia da fonte, é importante esclarecer que no tempo presente, as fontes paroquiais se constituem em um importante acervo, tendo-se em visto que mesmo antes da primeira iniciativa governamental em realizar um censo (1872), os padres e vigários já realizavam registro em pequenas e grandes cidades. Mesmo em locais onde os agentes do Estado não atuavam, sempre existiu uma igreja ou capela, que mesmo que esporadicamente, era frequentada por um pároco, que realizava os rituais religiosos e assim, mantinha o controle sobre os nascidos, casados e mortos. Quanto a isso, Lott (2008, p.02) explica que:

A partir da independência e da organização política e administrativa da jovem nação, autoridades passaram a se preocupar em conhecer o povo brasileiro. Estes levantamentos estatísticos seriam responsáveis por guiar políticas públicas, além de orientar sobre a cobrança de impostos e alistamento militar. Em 1872, realiza-se no Brasil o primeiro censo geral, que pretende traçar o perfil populacional e familiar do império. Os párocos foram de suma importância neste processo, pois as unidades de registro eram as freguesias e, na ausência do juiz de paz, o responsável pelas informações era o próprio vigário. Além de lançar os batismos, casamentos e óbitos nos livros de assentos, deveriam preencher quadros (mapas), e encaminha-los semestralmente para o presidente da província, onde constavam o número destes batismos, casamentos e óbitos, além de outras informações como a condição social, a idade e cor dos envolvidos (LOTT, 2008, p.02).

O chamado destes padres para o auxílio no levantamento produzido pelo Estado, é um importante indicativo de que o espaço de ação da igreja Católica, ia além dos espaços ocupados pelo Estado. E neste aspecto, em locais onde Estado não estava presente, seja incorporado pelo juiz de paz, ou delegacia, existiam paróquias e padres capelães.

No campo da produção historiográfica, os registros paroquiais e os índices demográficos, começaram a ser utilizados por historiadores franceses, que pretendiam recompor estrutura familiar e social, buscar indicativos de práticas culturais e identificar a

composição familiar em determinados períodos, como no caso das pesquisas realizadas pelo historiador Philippe Ariès.

As fontes paroquiais, por seguirem um padrão de registro regulado conforme a lei sinodal é realizado de acordo com aspectos que são apresentados na localidade da Cúria Episcopal que elabora os formulários e distribui entre as paróquias subordinadas. Neste sentido, via de regra, os formulários têm seus campos designados de acordo com aspectos apresentados na região. Isso nos permitiu fazer leitura de uma série de informações de um longo espaço de tempo sobre a população que procurou a paróquia de Loanda (única com padre fixo, que percorria toda a região até início dos anos 1960).

Para esta pesquisa, utilizamos os processos de casamento também conhecido como proclamas matrimonial, documento que antecede a cerimônia religiosa do matrimônio e que era preenchido como forma de dar “entrada” para a realização do casamento.

Embora tenhamos lido, consultado e tabulado as informações de uma série composta por documentos enumerados e organizados em número crescentes, referente ao período de 1955 a 2010, optamos por apresentar apenas os dados e análise referentes aos primeiros cinco anos de existência da paróquia – 1955 a 1960.

A partir desta série de documentos conseguimos confirmar a presença expressiva de nortistas na região e propor estimativas sobre a população que se fixou na primeira década na cidade e região. Os proclamas forneciam informações como local de residência dos nubentes; profissão; local de origem: local origem dos pais; padrinhos, etc. Este conjunto de informações nos permitiram mapear a região e pensar na malha de produção econômica e cultural que se estendia na região.

Nos proclamas de casamento, está contida uma breve síntese da história dos noivos e de seus familiares, como informações sobre locais de moradia, origem, origem dos pais, local casamento dos pais, o que nos permitem traçar as rotas que esta população que estavam em deslocamento seguiam. Assim, os campos de registros que foram elaborados pela Diocese (primeiro de Maringá depois de Paranavaí), acompanhavam e refletiam o movimento populacional da região, suas características econômica e social, a composição e comportamento social, viabilizando assim, uma constante comunicação com paróquias e dioceses de todo o país. O que nos permite qualificar como um documento, que apresenta informações que vão além de elementos básicos como dados sobre gênero, nome e paternidade dos indivíduos.

Atentamos para o fato que ao nos referirmos aos registros oficiais, a Igreja Católica, pode ser considerada importante fornecedor de informações em relação a circulação de

trabalhadores e constituição da sociedade no norte do Paraná. Longe de unicamente servir a uma história demográfica, as fontes eclesiais devido seu detalhamento em reação aos registros de seus rituais (batismo, casamento e obituários), quando questionados a partir do contexto social em que foram produzidas e cruzados com outras fontes podem nos informar sobre a cultura, organização social e aspectos da vida material.

Embora as fontes consultadas (orais e documentais) tenham confirmado a presença dos nortistas, algumas questões ainda nos instigavam, principalmente sobre a relação sistemática marcada pela violência e mandonismo vividos principalmente pelos trabalhadores envolvidos nas atividades extrativa de derrubada da mata e no campo. Após ficar sabendo por parte de um de nossos entrevistados que em Loanda, já havia existido uma Vara da Justiça do Trabalho em meados dos anos 1950/60, resolvemos buscar no Fórum da cidade algum documento que pudesse trazer novas evidências sobre as relações de trabalho.

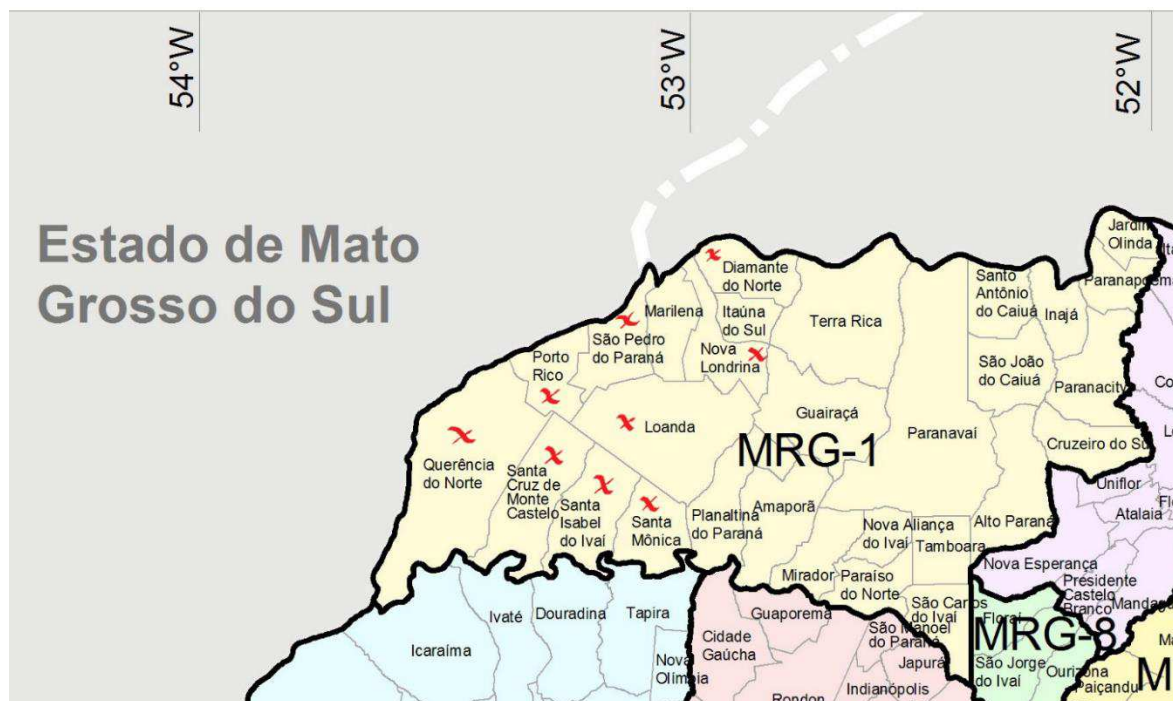
Foi sem muitas esperanças que procuramos o Cartório Civil, de Comércio e Anexos do Fórum de Loanda, e com espanto descobrimos que este cartório guardava um acervo significativo de processos trabalhistas referentes ao período entre 1955 e 1974/5 – época que a Vara Trabalhista foi fechada e transferida para cidade de Paranavaí. De início, tivemos dificuldade para ter acesso ao acervo cartorário. Embora o acervo fosse público sua consulta era condicionada a liberação do dono do cartório, que sempre protelava nosso acesso e consulta sob diferentes justificativas: falta de funcionários para acompanhar a visita ao barracão onde ficavam guardado o acervo, possível incineramento dos autos mais antigos, impossibilidade de consulta e retirada do processo por pessoa que não exercesse funções no campo do direito e não possuir carteirinha da OAB.

Ao ler trabalhos que abordaram fontes judiciais percebemos que estes problemas eram comuns a outros pesquisadores que haviam se proposto a realizar pesquisa destas fontes, que em sua origem não tinha como objetivo registrar a história, e servir de fonte histórica. Mas que hoje nos indicam importantes evidências sobre os conflitos e disputas vividos no campo do trabalho e da vida. Depois de muitas idas e vindas ao fórum, conseguimos ter acesso a uma série irregular de documentos que se referenciam ao período entre os anos de 1955 e 1973.

Embora se tratasse de uma série irregular e com lacunas de tempo e sequência de autos trabalhistas, optamos por escolher apenas alguns processos, que se comparado com o conjunto podem ser considerados como representativos. Quanto a isso, chamamos atenção para o fato, que a série não é formada por autos referentes a disputas que ocorreram em várias cidades da

região Noroeste, e que hoje pertencem a Microrregião de Paranavaí⁶, assinalada no mapa abaixo.

MAPA 2 - Cidades indicadas nos autos trabalhistas



FONTE: IPARDES. Disponível em www.ipardes.gov.br. Recorte e tratamento do mapa realizado pela autora.

A pesquisa nos autos trabalhistas começou pelo trabalho de tabulação das informações básicas que eram apresentadas nos processos: quem eram sujeitos, local moradia, gênero, local origem (quando citado), denúncia, exigências, defesa e conclusão.

Tendo estes itens tabulados, passamos realizar uma leitura levando em consideração o conjunto dos autos, que tinha como eixo dois elementos: observar os conflitos e antagonismos apresentados pelas disputas judiciais; compreender como o judiciário mediava as disputas e realizava os acordos e arranjos entre trabalhadores e proprietários.

⁶ As 10 mesorregiões do Estado do Paraná estão subdivididas em 39 microrregiões. Microrregião é, de acordo com a Constituição brasileira de 1988, um agrupamento de municípios limítrofes. A microrregião de Paranavaí é uma das microrregiões do estado brasileiro do Paraná pertencente à mesorregião Noroeste Paranaense. Sua população foi estimada em 2006 pelo IBGE em 263.088 habitantes distribuídas em 29 municípios. Possui uma área total de 10.182,281 km². Fazem parte da microrregião as seguintes cidades: **Municípios:** Alto Paraná, Amaporã, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Guairaçá, Inajá, Itaúna do Sul, Jardim Olinda, Loanda, Marilena, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranapoema, Paranavaí, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara, Terra Rica. As três maiores cidades são Paranavaí, Loanda e Terra Rica.

Embora cada auto apresentasse uma peculiaridade quanto ao desenvolvimento dos fatos, e se apoiassem sobre diferentes argumentos por parte da defensoria pública, advogado de defesa e juiz, ao ampliar o olhar sobre a série, conseguíamos ver um emaranhado de situações que se ligavam e desta forma, permitiam fazer uma leitura complexa sobre o momento estudado. Na tessitura das disputas judiciais, conseguimos enxergar diferentes vozes que compunham as partes do auto e o rito sumário: o reclamante, o reclamado, o Ministério Público (promotor), o advogado de defesa, o juiz, o escrivão que realizava registro das audiências, as testemunhas, e algumas vezes os peritos que eram solicitados para determinados casos. A nós, coube a difícil tarefa de tentar interpretar as diferentes vozes, aparar as arestas, e construir uma narrativa que refletisse uma compreensão das informações evidenciadas nos documentos. Quanto a isso, partimos da compreensão de que:

as ‘coisas’ que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência (...) cada história recuperada através dos jornais e, principalmente, dos processos criminais *é uma encruzilhada de muitas lutas* (...) Resta ao historiador a tarefa árdua e detalhista de desbravar o seu caminho em direção aos atos e às representações que expressão, ao mesmo tempo que produzem, estas diversas lutas e contradições sociais (CHALHOUB, 2001, p. 41, 42).

Embora tratássemos de um novo tipo de documento em relação aos que já havíamos trabalhado em nossa trajetória acadêmica, nos sentimos desafiados pela riqueza de evidências e possibilidades de interpretações dos processos e dos documentos que frequentemente os acompanhavam como provas: cartas, bilhetes, levantamentos de produção agrícola, recortes de jornais, fotografias, depoimentos, inquéritos policiais, etc.

Admitimos que não foi uma tarefa fácil, até mesmo porque os documentos judiciais traziam uma organização e linguagem técnica própria do Direito, o que nos fez desenvolver uma pesquisa paralela nos manuais de Direito e com profissionais da área que assessoraram na compreensão de conceitos, fatos e lógica que eram específicos do Direito e do Direito Trabalhista. Lembramos ainda, que ao longo de 1955 e 1973, houveram alterações não apenas ao que se refere ao Direito do Trabalho, mas também ao Código Civil e ascensão do chamado Direito Social.

A cada mudança no rito sumário ou na legislação, era necessária uma nova pesquisa específica e da própria história do contexto estudado, para compreender as mudanças significativas que eram apresentadas de um ano para outro. Tudo isso, foi compreendido como

desafio, mas ainda, uma problematização que deveria compor a leitura que pretendíamos fazer do conjunto das fontes. Por isso, tínhamos em mente que os historiadores que lançam mão da documentação judicial:

Concordam que a partir do discurso construído pelas instâncias judiciais, mesmo de maneira escusa e deturpada, seria possível desemaranhar do novelo da linguagem técnica e do discurso constritor, que é próprio da Justiça, tensões, atitudes, visões de mundo, experiências – enfim um conjunto de atributos culturais – dos atores sociais enredados no processo judicial e que culminaram na inauguração daquele ato formal. Além disso, acedem que da mesma documentação podem emanar valores, regularidades e comportamentos sociais indistinguíveis em outro tipo de fontes, conforme aponta Sueann Caulfield: "É possível encontrar, nas entrelinhas dos depoimentos, evidências de como vítimas, réus e testemunhas descrevem não somente os acontecimentos que os levaram à Justiça, mas também diversos relacionamentos sociais e condutas que eles consideravam corretos ou errados. Mesmo quando mentem ou inventam posturas morais, fazem-no de uma forma que acreditam ser verossímil e, portanto, ajudam a traçar os limites da moralidade comum (ROSEMBERG; SOUZA, 2009, p.162).

Cabia a nós buscar as evidências e realizar as possíveis interpretações. Estes documentos permitiram dar um passo importante para compreensão das relações de trabalho que se realizavam na região, e também das noções que os trabalhadores e proprietários tinham sobre os direitos do trabalhador e da própria justiça. Ali vislumbramos ainda, disputas quanto a própria compreensão das relações de trabalho e os acordos e arranjos que eram realizados, mas que nem sempre coincidiam com a legislação vigente e por isso, nos deram indícios que a luta de classes, muitas vezes também ocorriam no espaço da burocracia judicial.

A Justiça do Trabalho era uma das possibilidades que se apresentavam aos trabalhadores para resolver seus conflitos e resistir quando se sentiam lesados em seus direitos, ou injustiçados pela ação do proprietário.

Ainda se juntam as fontes apresentadas, fotografias, recortes de jornais, censo demográfico e dados elaborados e produzidos pelo IBGE, e a historiografia produzida sobre o tema. Todos estes documentos (e monumentos) foram imprescindíveis na construção de nossa tese, e no desenrolar do novelo dos fatos que pretendíamos apresentar. Não foi uma tarefa fácil trabalhar com tantas fontes de diferentes origens. Mas acreditamos que é exatamente na diversidade de fontes e suas peculiaridades, que conseguiríamos encontrar nossos personagens, confirmar algumas hipóteses e levantar novos problemas a partir da perspectiva da história social.

Ao avaliar este longo processo de compor, decompor e recompor percebemos que no final, a maior contribuição não está em responder as hipóteses levantadas, ou fornecer versões definitivas sobre os personagens e fatos estudados. A verdadeira contribuição está em apresentar novos problemas, indicar possíveis horizontes e fontes inéditas que podem ampliar nosso campo de visão sobre a História Social e seus personagens: a classe trabalhadora.

É a partir destas perspectivas que apresentamos o trabalho que está estruturado nos seguintes capítulos.

No primeiro capítulo *“A terra, o café, o pioneiro e outras possibilidade de construção de uma história social sobre o Norte do Paraná”*, realizamos uma reflexão sobre a produção de memorialistas e da escrita acadêmica produzida sobre a História do Norte/Noroeste do Paraná. O texto que está subdividido em três momentos, objetiva apresentar como que ao longo do tempo tivemos um reelaborar sobre a história e memória do processo de reocupação da região Norte, que coincidiu com os interesses do capital e do Estado sobre o espaço e a população.

No segundo capítulo *“Nortistas e baianos: Fabianos e Sinhãs Vitória no Norte do Paraná”* através da combinação de fotografias produzidas pela Empresa Colonizadora Norte do Paraná, fontes orais e documentos eclesiais produzidos pela Igreja Nossa Senhora Aparecida, evidenciamos quem eram os trabalhadores nortistas, do ponto de vista econômico, social e cultural no momento em que estes trabalhadores chegaram na região. Neste âmbito, dividimos o capítulo em três momentos: o primeiro, refere-se ao registro elaborado pelo capital imobiliário sobre os trabalhadores no momento que se estabeleceram na região. Neste sentido, buscamos problematizar o recorte produzido pelo obturador do fotógrafo que registrou em 1952 os trabalhadores e o processo de reocupação da região. No segundo momento, buscamos problematizar as informações registradas nas fotografias a partir das fontes orais. Com a transcrição e análise dos relatos tentamos historicizar os percursos e experiências dos trabalhadores que foram registrados nas imagens, fazendo assim, uma análise a *contrapelo* das fotografias. Por fim, apresentamos os dados levantados junto ao acervo de Processos de Casamento (Proclamas) da Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida de Loanda/ PR, no período de 1955-1960.

No terceiro capítulo intitulado *“O recrutamento: intensões antagônicas”* apresentamos as trajetórias realizadas pelos nortistas até o Paraná. Nelas buscamos evidenciar as motivações, esperanças e expectativas que guiaram os andantes, e se inserem assim, no campo de possibilidades que se apresentavam a classe trabalhadora no transcorrer dos anos de

1940 a 1970. São ainda apresentados os antagonismos existentes entre a propaganda realizada pelo capital imobiliário, proprietários e a realidade encontrada no local pelos trabalhadores no momento de sua chegada. Entre os interesses do capital e a expectativa dos trabalhadores, podemos reconhecer um conjunto de conflitos que se misturam a composição social e cultural da cidade, e dali, fomenta a conjuntura de constituição da memória social e da história destes trabalhadores.

Por fim, no quarto capítulo “*Sobre as relações de trabalho: cotidiano, justiça e memória sobre o trabalho*”, é realizado um estudo sobre os diferentes acordos e arranjos que identificam as relações de trabalho no recorte temporal estudado. Para tanto, partimos da análise de autos trabalhistas que foram registrados na Vara do Trabalho da Comarca de Loanda entre os anos de 1955 e 1973.

CAPÍTULO I - A TERRA, O CAFÉ, O PIONEIRO E OUTRAS POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA SOCIAL SOBRE O NORTE DO PARANÁ

E andava para o Sul metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes (...). Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, Sinhâ Vitória e os dois meninos (RAMOS, 1975, p. 134).

No livro “Vidas Secas” Graciliano Ramos, narra a trajetória de uma família de trabalhadores que, fatigados pela seca, explorados pelo patrão, oprimidos pelo Estado, saem em caminhada em busca de trabalho. Graciliano os faz migrar permanentemente, aludindo à realidade dos trabalhadores pobres e com poucos recursos culturais e político para enfrentar fazendeiros, seus jagunços e o Estado sequestrado pelas classes dominantes. Graciliano vê poucas saídas para os trabalhadores e destaca o cangaço. Mas Fabiano e sua família seguem sós, errantes, migrantes, retirantes na visão de Portinari. É assim que Graciliano retrata migrantes nordestinos migrantes nos anos 30.

Na última cena da história, Fabiano e Sinhâ Vitória saem novamente em retirada, após estiagem, que provavelmente possivelmente os jogariam à sorte. Antes que o patrão chegasse para “fazer as contas” e aumentar a “dívida” eles saem em retirada, travando conversa com o próprio inconsciente sobre o futuro que os aguardava e as incertezas e pretensões de encontrar uma cidade maior, local com trabalho, escola para os dois filhos, uma vida digna, “de gente”. Este foi o principal sentimento para trabalhadores como Fabiano. E vinte anos depois pode-se tomar os traços principais da expropriação e expulsão de Fabiano e do romance como características da história dos sujeitos que discutirei aqui.

Essa permanência atesta que a acumulação capitalista segue assentada na expropriação de famílias inteiras de trabalhadores. E que, ao mesmo tempo, as especificidades históricas de cada caso fizeram-se a partir das relações de trabalho resultantes da luta de classes. Por esse motivo a história de Fabiano pode ser tomada como representativa de milhares de trabalhadores migrantes que se deslocaram da região Norte para Sul, entre as décadas de 1930 e 1970.

Baianos, cearenses, alagoanos, mineiros, mas também, paulistas, catarinenses e imigrantes de outros países, deslocaram-se ao longo deste período para a nova fronteira agrícola formada a partir da década de 1940 na região Norte do Paraná. Do ponto de vista do Estado e do Capital, a criação de uma nova fronteira significou o acúmulo primitivo do capital a partir

da mercantilização da terra e a oferta elástica da mão-de-obra (OLIVEIRA, 2008), com a expansão do modelo de produção agrário exportador dependente com a implantação na região da cultura cafeeira e a geração de novas fontes de arrecadação do Estado.

Desta forma, o Capital ganhava duplamente: pela mercantilização da terra que se tornou um “bem” material, e ainda, com exploração capitalista da agricultura através da produção do “ouro verde”. Essa expansão do capitalismo sobre região, coincidia com as transformações gerenciadas pelo Estado a partir da década de 1930, que significaram uma nova correlação de forças sociais, da reformulação do Estado e regulamentação das relações entre capital e o trabalho, necessários para a transição da economia agrário exportadora, para estrutura produtiva de base industrial (OLIVEIRA, 2008). Neste aspecto, tomamos emprestado a assertiva de Francisco Oliveira, ao explicar que a abertura de novas fronteiras gerava condições do acúmulo primitivo do capital, necessários para consolidação deste processo. Segundo ele:

o trabalhador rural ou o morador ocupa a terra, desmata, destoca, e cultiva a lavouras temporárias chamadas de “subsistência”; nesse processo, ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são deles, mas do proprietário. Há, portanto, uma transferência de “trabalho morto”, de acumulação, para o valor das culturas ou atividades do proprietário, ao passo que a subtração de valor que se opera para o produto direito reflete o preço dos produtos da lavoura rebaixando-os (OLIVEIRA, 2008, p.43).

A partir do ponto de vista defendido por Francisco Oliveira, é possível observar que a criação de uma nova fronteira no Norte do Paraná, deve ser compreendida dentro processo de expansão do próprio capitalismo como uma estratégia elaborada pelo Estado que designou um novo papel para a agricultura: não mais como meio de geração de lucros para manutenção de bens de consumo, mas de geração de riquezas destinados a manutenção e expansão da cultura urbana e industrial.

Do ponto de vista do Estado, temos que ressaltar que a criação de uma nova fronteira agrícola com ampla oferta de trabalho, aliviava a tensão existente em regiões com excesso demográfico e que apresentavam cada vez mais a contradição do capital: a crise latifundiária no nordeste e surgimento dos movimentos camponeses (SILVA, 1999; MEDEIROS, 1989); a aglomeração de trabalhadores no Sudeste; a pobreza e a miséria gerada pelas frequentes secas que assolavam o norte de Minas Gerais e Nordeste; acompanhada da reestruturação do capitalismo e da própria relação entre capital e trabalho, através da regulamentação legislativa (OLIVEIRA, 2008). Ou seja, um conjunto de situações que levaram ao surgimento de uma

massa de errantes, que ao longo deste período saíram de seus locais de nascimento, abandonando suas terras (quando estas já não haviam sido tomadas), em busca de trabalho. Todos estes fatores devem ser levados em consideração para a compreensão das relações resultantes da criação de uma nova fronteira agrícola.

A propaganda disseminada pelas companhias imobiliárias e pelo Estado do Paraná, sobre a grande produtividade da terra e o rápido crescimento urbano se tornaram grandes chamarizes para a população que passou a circular por toda região⁷. As famílias que chegavam ao Norte do Paraná buscavam adquirir pequenos lotes de terra de até 10 hectares (com compra facilitada pelas empresas imobiliárias), mas procuravam principalmente trabalho e riqueza prometida pela extensa propaganda privada e estatal sobre as riquezas produzidas pelo “ouro verde”, o café. O “ouro verde”, foi introduzido na região a partir da ação da Companhia de Terras Norte do Paraná. Ao se constatar a fertilidade da “terra rocha”⁸ na região de Londrina e Maringá, esta companhia passou a empreender uma ampla propaganda sobre as possibilidades de produção de cafezais.

Estes trabalhadores, que em sua maioria não conseguiram adquirir um pedaço de terra, mas eles se disseminaram rapidamente e foram responsáveis por promoverem a reocupação da região Norte do Estado do Paraná (anteriormente sob o domínio de grupos indígenas que ainda persistem na região).

Entretanto, via de regra, essa experiência de milhares de famílias foi excluída ou desconsiderada pelas narrativas e pela história oficial sobre a constituição das cidades que atualmente formam a região Norte/ Noroeste do Estado. Sobre isso, é preciso fazer uma distinção. Aqueles que chegaram ao Norte do Paraná o fizeram em condições desiguais. Os trabalhadores vindos do Nordeste e Norte de Minas Gerais, eram trabalhadores pobres, cujas

⁷ As propagandas que chegavam via rádio, jornais, cartazes, ou mesmo de boca em boca se tornaram foram fundamentais para o processo de reocupação. Neste sentido, conseguimos averiguar que o processo de atração de população para região ocorreu de duas formas: a) ocorreu ampla campanha pelas empresas imobiliárias que investiram em material impresso (cartazes, panfletos, matérias jornais), propagandas em jornais, vídeos veiculados nos cinemas do interior paulista e circulação de “picaretas” com fotografias em busca de compradores de terras; por outro lado tivemos a ação de gatos contratado pelo Estado, proprietários rurais, ou mesmo que agiam “por conta”, que iam até regiões mais pobres e com mão-obra-abundante como Norte de Minas Gerais, e os Estados do Nordeste e ofereciam induziam os trabalhadores a mudarem-se para a região, muitas vezes em levar acompanhados de vizinhos, filhos, parentes etc. Formas como isso poderia acontecer eram muitas, como foi contado por alguns de nossos entrevistados como problematizaremos ao longo do texto. Entretanto, em ressaltamos que nos dois casos, tantos os trabalhadores que eram abordados para a venda da terra, como para trabalhar na terra, eram seduzidos pela riqueza produzida pelo café.

⁸ A região Norte do Paraná ficou famosa a partir dos anos 20 pela presença da chamada “terra roxa”, sendo inclusive *mote* utilizado pelas empresas imobiliárias para venda de propriedades rurais. Considerada um solo de propriedade superior, pode ser caracterizado pelo tom avermelhado e muito fértil, resultado da decomposição de rochas basálticas pertencentes à Formação Serra Geral de origem vulcânica. Sua cor avermelhada é resultado da presença do óxido de ferro conhecido por magnetita.

expectativas centravam-se no trabalho. A maioria dos que vinham do Sul e de São Paulo traziam algum capital para comprar terras⁹ e partilhavam de um objetivo comum: pretendiam o lugar das classes dominantes. Por isso, tinham perspectiva diferentes no processo de reocupação.

Entretanto, no conjunto da produção historiográfica produzida até os anos 1990, da história oficial e suas fontes constituída por relatórios, obras de memorialistas sobre região Norte/ Noroeste do Paraná, estes trabalhadores foram ignorados. Parte do que enfrentamos relativamente a tal historiografia pode ser resumida na reflexão de Jean Chesneaux:

As classes dirigentes e o poder do Estado somente apelam ao passado de maneira explícita: a tradição, incluída em seus componentes culturais específicos a continuidade, a história, são todos invocados como fundamento de sua dominação (CHESNEAUX, 2005, p.30).

Quanto a este fato, assinalamos que tradicionalmente, na região noroeste, a história que é ensinada e aprendida nos bancos escolares e se perpetua no imaginário social, é aquela em que figuram como personagens principais o capital imobiliário e as elites locais, loureadas como pioneiros. Neste sentido, estes grupos que se consolidaram a partir da exploração capitalista da terra, não apenas asseguraram seu domínio na região a partir da exploração da mão-de-obra e da propriedade, mas ainda, do domínio sobre a produção de versões sobre o passado, que se perpetuam como tradição.

Temos que assinalar que a “história” elaborada sobre a região tendeu a eleger sujeitos sociais vinculados ao capital e à dinâmica capitalista (o Estado, empresas imobiliárias e/ou compradores de terras). Sujeitos que se constituíram ao longo do tempo como poder local, demarcando espaços, consolidando visões de mundo, estabelecendo marcos temporais, que cronologicamente apresentam sujeitos e fatos que se tornaram fundamentais para compreensão da sociedade no tempo presente – segundo a versão oficial. Quanto a isso, concordamos com Otaviano Velho, ao defender que:

A independência, a abolição da escravatura, a proclamação da República, a Revolução de 1930, a revolução de 1964 são todas datas maiores da história oficial brasileira. A socialização da criança, sobretudo através das escolas, são ensinadas como representando marcos fundamentais. Mas ao mesmo tempo, com ênfase menor, também se houve que todas se deram de maneira a prevenir que algo “pior” ou mais radical ocorresse. Isso transparece, por exemplo, nas frases célebres” que transmitiriam uma “sabedoria” incorporada ao “ser nacional” e ao seu estilo adaptativo (VELHO, 1979, p. 125).

⁹ De acordo com alguns de nossos entrevistados, a “terra” era mais barata no norte do Paraná, e por isso, pequenos proprietários de outras regiões, vendiam suas terras nos Estados de origem a fim de adquirir propriedade maior no Paraná.

O ufanismo constituído em torno de determinados marcos e ações de agentes, frequentemente representantes do poder local e oficial, tendeu a silenciar outros sujeitos, vozes e versões ao produzir sua própria versão da história. E assim legitimar o *status quo* destes grupos ao longo do tempo. No presente, essas mesmas histórias e marcos, conferem ao poder local, as relações sociais e políticas que se constituem nas tramas sociais e transformam a reocupação do Norte do Paraná em ato civilizatório.

Como pondera Otaviano Velho (1979), o ufanismo em relação a determinados sujeitos ou fatos históricos se transforma e muda, é criado ou mesmo esquecido na proporção em que surgem novas situações, novas estruturas para justificar permanências no campo social. Assim, referindo-se à memória local, ponderamos que no tempo presente, existe uma disputa pela versão do passado, que se recoloca sob novas roupagens e condições históricas que delegam sobre a permanência de determinados sujeitos e a inclusão de novos agentes. Mas que como outrora, continua silenciando e negando a versão historiográfica narrada a partir do ponto de vista dos trabalhadores.

Em sua maioria pobres, filhos de migrantes nortistas ou nordestinos, que formaram e ainda formam a massa de trabalhadores que atravessam a cidade em busca de trabalho nas indústrias metalúrgicas, nos caminhões de boia-fria, que se espalham pela região nas plantações de mandioca ou que ainda, saem errantes, para Minas Gerais, São Paulo e Rondônia, em busca de trabalho.

Por tudo isso, não pretendemos aqui produzir uma análise unicamente sobre trabalhadores no Norte do Paraná. Pois, compreendemos que as relações estabelecidas no processo de reocupação desta região ligam-se a uma dinâmica de avanço e desenvolvimento do capitalismo que não está centrada nas unicamente as condições econômicas, políticas e sociais fixadas nesta região. E por isso, os marcos e sujeitos sociais identificados como pioneiros não serão os principais sujeitos de pesquisa.

Para tanto é necessário situar nossa pesquisa, dentro do campo de produção historiográfica produzida até momento. Sem ter a pretensão de abarcar tudo que já foi produzido, situaremos nosso trabalho entre aqueles que de princípio achamos mais relevantes e que indicam tendências ou linhas que frequentemente nortearam os trabalhos produzidos sobre o tema.

1.1 O Norte do Paraná na Historiografia: construindo o tema da pesquisa

Retomar uma temática amplamente abordada pela academia não é tarefa fácil. O Norte do Paraná e subsequentemente o Noroeste ou Norte Novíssimo foi exaustivamente abordado pela academia e por memorialistas que desde o início do século XX pretenderam construir um arcabouço teórico sobre o Norte e sua população. Longe de ambicionar construir uma revisão ou balanço sobre a produção historiográfica do Norte do Paraná, pretendemos aqui mapear de forma resumida, abordagens mais frequentes sobre tema, evidenciando as principais teses e concepções construídas e defendidas pela História Oficial e pela academia acerca da ocupação da região norte paranaense e sua população.

Para tanto, pretendemos realizar tal análise em dois momentos: a) conjunto de obras produzidas do final do século XIX até meados da década de 1980; b) a produção acadêmica surgida no final dos anos 80 até o tempo presente.

A região Norte do Paraná foi abordada pela historiografia “*paranista*” desde o início do século XX. O Paranismo foi um movimento que surgiu no final do século XIX, logo após a emancipação do Estado do Paraná de São Paulo em 1852 (IURKIEV, 2002). O movimento que se difundiu principalmente a partir da década de 1920, reuniu intelectuais, políticos e artistas em torno de um manifesto que tinha por intuito “criar” uma identidade para o Estado do Paraná e dos paranaenses, justificando e consolidando assim, a emancipação e definição territorial do Estado. Isso porque, embora o estado tenha se desmembrado da Província do Estado de São Paulo ainda durante o período Imperial, a definição territorial do Estado continuou em disputa até pelo menos a Era Vargas, quando a região do Iguaçu esteve sob intervenção do governo federal.

A historiografia sobre o Norte do Paraná produzida principalmente entre as décadas de 1950 e 1980, foi profundamente influenciada pelas duas principais teses defendidas pelo “paranismo”: o vazio demográfico; e o pioneirismo.

Romário Martins e Wilson Martins podem ser citados como exemplo de autores que, em suas obras, fortaleceram esses valores e sentimento *paranista*. Estes autores ligados a elite e à política curitibana produziram obras que tenderam a valorizar a figura dos primeiros desbravadores (considerados pioneiros de uma terra desconhecida e cheia de perigos e indígenas) que constituíram as primeiras cidades daquela região, como Antonina e Curitiba, ambas com povoados surgidos no século XVII em 1648 e 1693 respectivamente.

Alfredo Romário Martins nasceu em 1874. O Paraná já era uma província desde 1853, emancipada de São Paulo. Trabalhou como tipógrafo em Curitiba desde a juventude, obrigado pela morte do pai. Essa experiência o credenciou a trabalhar no jornal Dezenove de Dezembro,

data da posse do primeiro presidente da recém-criada província. Havia ingressado lá no ano de 1889. Seis anos depois ele estava trabalhando no Diário do Paraná, onde tornou-se secretário de redação em 1885. Interessado pela história do Estado, ele compreendia a formação do Paraná a partir de uma interpretação exclusivamente política do protagonismo de setores da classe dominante. Essa abordagem explicitava a preocupação com uma história do Estado que fosse desconectada da antiga província de São Paulo. Pode-se dizer que a independência do Paraná influenciou a formação política e intelectual de Romário Martins, de modo a mobilizá-lo em torno da construção de uma identidade paranaense. Romário Martins elegeu-se deputado estadual em 1903, sendo reconduzido por sete vezes. Ele foi um dos líderes do movimento paranista que investiu na estruturação de tradições e de folclore paranaense. Compreende-se melhor sua obra “História do Paraná”, publicada em 1889, a partir de sua trajetória. Pode-se considera-la uma antecipação do Paranismo.

Em sua obra “História do Paraná” (1899), Romário Martins classificou e caracterizou as grandes regiões do estado, de acordo com suas características ambientais e populacionais. Ele partiu de um determinismo geográfico, afirmando que “o conjunto de circunstâncias que definem o meio físico de um país exerce influência, por vezes decisiva, no seu destino” (MARTINS, 1939, p. 10). Neste aspecto, cristalizou e reforçou a ideia de “vazio demográfico” quanto as regiões “desocupadas” ou não colonizadas, e defendeu o projeto político de modernidade a partir da migração de trabalhadores europeus. Romário Martins valorizou o migrante europeu em detrimento das outras etnias que teriam formado a base da sociedade brasileira e paranaense, principalmente o elemento indígena e negro. De acordo com este autor a população negra na província do Paraná nunca foi expressiva, sendo o europeu o grande civilizador do Estado. Neste aspecto, reforça o paradigma do branqueamento da nação, recorrente nos anos 30.

A necessidade da construção de uma identidade “paranaense” foi evidenciada ainda na obra “A invenção do Paraná” (1921), de Wilson Martins que ao longo de sua obra, indicou como ocorreu a construção do Estado, de “Curitiba ao Paraná”, destacando a figura de Zacarias de Góis Vasconcellos, primeiro presidente da Província do Paraná como grande pioneiro e construtor do Estado. Entretanto, é sua obra de 1955, “Um Brasil diferente”, que Martins reafirma a ideia de uma identidade paranaense, marcada pela ação do europeu e de uma sociedade, economia e cultura totalmente diversa do restante do país. Uma de suas principais teses afirmava que “não houve escravidão no Paraná”. O autor sequer reconhecia a presença

dos negros escravos na província. Entretanto, é preciso dizer, que isto atualmente superado pelo debate acadêmico.

Wilson Martins nasceu no interior de São Paulo em 1921 e mudou-se ainda quando criança para o Paraná, onde realizou sua formação acadêmica. Desde os 16 anos trabalhou em jornais inicialmente como revisor na “Gazeta do Povo”, depois como redator do Jornal “O Estado”. Foi crítico literário dos jornais “O Estado de São Paulo” e “Jornal do Brasil”, colunista dos jornais “O Globo” e “Gazeta do Povo”.

Estudou Direito na Faculdade de Direito do Paraná e doutorou-se em Letras pela Universidade Federal do Paraná (1952), período em que manteve uma relação próxima com a elite curitibana e grupos políticos ligados a Bento Munhoz da Rocha. Estudou em Paris onde foi bolsista do governo francês (Paris, 1947-1948), o que o credenciou para trabalhar como professor de Língua e Literatura francesa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade do Paraná na década de 1950. Ainda atuou como professor visitante de Literatura Brasileira em Universidades estadunidenses (Universidade Kansas, 1962; Universidade de Wisconsin-Madison, 1963-1964 e New York University, entre 1965-1991).

Para Campos, Wilson Martins foi um intelectual importante para divulgação da modernização da sociedade paranaense:

Discorre sobre a contribuição desse pensador paranaense no processo de constituição e organização do ensino superior no Paraná e enfatiza que o seu papel consistiu em promover o debate sobre a presença do intelectual na sociedade moderna, *atribuindo-lhe a missão de guardião da moral e arauto da renovação cultural* (CAMPOS, 2013, p. 113) grifo nosso.

Assim, podemos dizer que atuou como defensor de ideias que coincidiam com os interesses de determinados grupos políticos e da elite curitibana, tanto em suas produções acadêmicas, como no trabalho desenvolvido enquanto ocupou importantes cargos políticos durante o governo de Manoel Ribas¹⁰.

Martins mantinha relação de amizade com o governador, o que inclusive, justifica a dedicatória ao mesmo na abertura de seu livro “Paraná um Brasil diferente” (OLIVEIRA, 2005). Quanto a isso, Oliveira afirma que “em seu governo, Bento recebe a assessoria de um pequeno grupo de amigos, dentre os quais está Wilson Martins” (OLIVEIRA, 2005, p. 219).

¹⁰ Permaneceu durante treze anos à frente do governo paranaense durante o Governo Provisório e Estado Novo. Inicialmente como interventor no período de 1932 a 1934, como governador entre os anos de 1935 a 1937, e novamente como interventor no período de 1937 a 1945.

Na reedição promovida pela Secretaria da Educação e Cultura em 1989 o autor faz nota justificando que:

este é um livro de 1955. Não me refiro ao ano da edição original, mas a sua data intelectual e historiográfica, pois fixa a configuração sociológica do Paraná tal como se apresentava no momento mesmo em que - completado o processo aculturativo aqui descrito - começava a modificar-se com as maciças imigrações internas, a expansão econômica, a ocupação progressiva do território, a diversificação das culturas, o desenvolvimento industrial e concomitante urbanização (fatores interdependentes e simultâneos), enfim, todo o processo modernizador que tornou diferente de si mesmo, nos dias que correm, aquele Brasil que até então era apenas diferente da imagem tradicional e convencional proposta pelos lugares-comuns de "país tropical" definido pelo "triângulo" das raças formadoras. O Paraná transformou esse triângulo em polígono, o que ainda não se havia percebido e que muitos, mesmo depois disso, se recusam a perceber (MARTINS, 1989, p. IV).

O autor finaliza dizendo que na primeira edição de 1955 dedicou o trabalho a Bento Munhoz da Rocha, homem condutor do processo de modernização do Estado, e agora, a edição de 1989, dedicava a René Ariel Dotti, Secretário de Estado da Cultura do Estado do Paraná. É possível supor como Wilson Martins não apenas representou os ideais da elite curitibana, como também se tornou interlocutor oficial das ideias e interesses do Estado. A reedição apoiada pela Secretaria de Cultura reafirma a ligação de Martins com a elite intelectual, e evidencia a relevância desta obra para construção sistemática de uma identidade paranaense. Considerada assim, pela elite e o Estado, como uma obra atemporal, e por isso, a necessidade de republicação e reafirmação de suas teses, 30 anos depois da primeira edição.

A cerca dessa trajetória acadêmica e profissional de Wilson Martins, pensamos que foi relevante para construção de uma identidade paranaense e também do movimento *paranista* na década de 1950.

Defensor de uma identidade paranaense, Wilson Martins, em seu livro "Um Brasil Diferente", tentou definir uma identidade do "*homem paranaense*", construiu uma narrativa comparativa entre o Paraná e o Brasil nos aspectos sociais, culturais e políticos. A partir desta comparação ele conclui que a sociedade paranaense foi resultado de uma ação de povoamento diferenciado. Enquanto o Brasil se caracterizava pelos elementos indígena, português e africano, o Paraná teria "outro elemento geométrico" representado por poloneses, ucranianos, alemães, italianos, pequenos grupos étnicos, indígenas e africanos (sendo os últimos pouco

representativos, com tendência a serem extintos, de acordo com o autor¹¹). Ele não exclui os nativos e africanos, mas lhes reservou um papel secundário de pouca ou nenhuma representação, nas palavras de Martins “é que o negro, sem o dinamismo reprodutivo que se observou em outras províncias brasileiras, sempre sofreu, e continua sofrendo no Paraná, da tendência a desaparecer (MARTINS, 1989, p.133). Martins justifica que a pouca incidência de africanos no Paraná, deve-se ao fato de não existir no estado grandes culturas agrícolas como a cana-de-açúcar característica do Nordeste brasileiro que demandam maior número de mão-de-obra.

Novamente nesta obra, o autor retoma a ideia de determinismo da natureza sobre a formação social. A presença de clima caracteristicamente “europeu” e de terras “extraordinariamente férteis” teriam facilitado e motivado a migração de estrangeiros, que haviam se deslocado para o Paraná a partir das várias políticas de migração patrocinadas pelo Estado ao longo do século XX. Além disso, ele argumenta que de outros estados da federação vieram muitas pessoas e famílias em busca de melhor sorte no Paraná. Ao falar dos biomas do estado, Martins caracteriza os três planaltos e defende a tese de que “essa paisagem vai determinar, por assim dizer, a civilização paranaense, porque aqui o homem ainda não dominou a paisagem, não a conformou às suas necessidades ou às suas exigências” (MARTINS, 1989, p.08), essa modernização necessária, viria com a exploração agrícola e com cultivo do café.

Sem referir-se diretamente ao Norte do Paraná, a não ser em breves excertos, essa obra juntamente com a de Romário Martins, foi a base para um conjunto de escritos (acadêmicos, literários, políticos, memorialistas, etc.) sobre a região Norte. Tais obras sustentaram as principais teses sobre o Norte do Paraná: o vazio demográfico e o branqueamento da população.

A tese do vazio demográfico, baseada na existência de uma “mata virgem”, local não explorado pelo capital (e por isso, deveria passar por um processo de modernização a partir da lógica do capital e o interesse de determinados grupo financeiros) foi discutida¹² por diversos

¹¹ Assinalamos que, via de regra, ao se referir ao processo de ocupação e re-ocupação do Paraná, frequentemente a constituição de sua população tem se remetido a política de migração estrangeira, sendo valorizada a figura dos alemães, italianos, poloneses, etc. Quanto ao Norte do Paraná, é ressaltado a figura dos pequenos compradores de terras formados maioritariamente por paulistas, mineiros e menor escala, os catarinenses, que ao longo de todo século XX deslocaram-se para a região em busca de terra. Entretanto, trabalhadores de origem indígena, africana (no período colonial e imperial), ou ainda nordestinos ou nortistas (que se referem aos estados do Nordeste, mas ainda, trabalhadores da região mais pobre de Minas Gerais) tem sido negado, ou silenciados na história oficial. Abordaremos esta questão de forma mais demorada nos próximos capítulos.

¹² Assumimos que a abordagem da temática ocorreu sobre diferentes pontos de vistas, locais sociais, e intelectuais, por isso, mesmo que tenham algumas semelhanças não podemos compreender este conjunto de trabalhos como sendo um bloco sólido reprodutor de tese única, mas que contém semelhanças, que são resultado do contexto e época em que foram produzidas.

intelectuais representantes o debate que ocorria na academia naquele momento¹³, bem como representantes do empresariado e do Estado¹⁴ a partir da década de 1950. Apesar de guardarem suas particularidades, perspectivas e métodos, alguns destes autores ao refletirem sobre o processo de reocupação da região Norte do Paraná, partiram do princípio de que a terra era inexplorada e desocupada¹⁵.

A não exploração capitalista do solo é abordada nesses trabalhos como indicativo de abandono e/ou não existência de população. São assim ignorados os povos indígenas e pequenos agricultores, posseiros e agregados que viviam da economia de subsistência. É importante observar que ao remontarem a um histórico sobre a história econômica do Estado é evidente que apenas o fator econômico é levado em consideração por estes autores.

Nessa direção, temos os estudos realizados pela geógrafa Lísia Maria Cavalcante Bernardes, publicados na Revista Brasileira de Geografia na década de 1950. A autora pondera que o colono chega para realizar uma tarefa antes negligenciada pelo próprio Estado. Para ela:

Na segunda metade do século XIX uma nova fase se inicia para a economia paranaense a agricultura ganha novo ritmo e o valor das terras florestais iguala e finalmente supera o das terras do campo. Surge agora um novo tipo social, já a muito conhecido nos outros dois estados mais meridionais o “colono, que empreendia uma tarefa até então negligenciada: abolir a mata virgem cultivar grandes áreas contíguas e expandir cada vez mais para o interior em direção ao oeste” (BERNARDES, 1953, p.64).

A ênfase da transformação da natureza na região encontra no colono”, personagem com características inconfundíveis no discurso dominante. A terra, antes subaproveitada é valorizada por novas práticas agrícolas desenvolvidas pelo “colono”. Ele cumpriria uma tarefa histórica, “negligenciada” por antecessores sem o tino exigido para o cultivo em grande escala. Desse modo, a fertilidade da terra roxa, as condições climáticas favoráveis, o distanciamento da região das geadas, tudo isso se une à índole laboriosa e empreendedora do colono.

¹³ Podemos citar importantes trabalhos como de: BERNARDES (1950), BERNARDES (1953), CANCIAN (1977), PAYES (1984), PERARO (1968), WACHOWICZ (2001), SILVA (1986) entre outros que no campo da História Econômica e Demográfica forneceram importantes subsídios para discutir as relações econômicas e crescimento demográfico assistido no Norte do Paraná a partir dos anos 150.

¹⁴ Citamos principalmente os estudos elaborados por Nicholls (1970) e Companhia Melhoramentos Norte Paraná, (1975).

¹⁵ Entretanto, no tempo presente vários estudiosos têm contestado a tese do vazio demográfico (KOZAK, 1991; MOTA, 1994; TOMAZI, 1997; MOTA & NOELLI, 1999) e defendido que processo de ocupação do Norte Paraná, na verdade foi uma reocupação, já que existem provas e evidências que o território era ocupado por povos indígenas e trabalhadores que viviam da produção de subsistência na região. Inclusive, o processo de re-ocupação pode ser caracterizado pelo uso da violência e silenciamento sobre povos indígenas e caboclos.

Também é importante notar a referência feita com entusiasmo sobre o colono dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Maria Cavalcante estudou a experiência de colonização das terras realizada com empenho ímpar: derrubar matas virgens, cultivá-las e expandir a fronteira agrícola para o oeste. Estes colonos estudados por ela, seriam na opinião da autora, o espelho para quem dispusesse de capital e vontade para ocupar áreas no Paraná consideradas virgens, sem presença humana. Novamente vê-se o recurso já naturalizado de explicar a história do lugar a partir da sedimentação de práticas econômicas tipicamente capitalistas. Este tem sido o componente principal dessa memória dominante que tem sido renovada ao longo dos tempos, às vezes com pequenos retoques.

Nesta perspectiva teórica, o economista estadunidense Willian H. Nicholls (1914 - 1978) que elaborou amplo trabalho sobre os problemas econômicos da agricultura brasileira ao longo das décadas de 1960 e dos anos 70. Este estudioso organizou um importante acervo com informações acerca da estrutura agrária brasileira neste período em cooperação com instituições como Fundação Getúlio Vargas, IPEA, Fundação Ford, Fundação Rockefeller.

O primeiro contato de Nicholls com o Brasil foi em 1949, durante o governo de Dutra. Neste período o autor fez uma análise teórica da economia brasileira, ao proferir palestras na Fundação Getúlio Vargas. Retornou ao país em 1963, quando realizou pesquisas em parceria com Ruy Miller Paiva da fundação Getúlio Vargas, financiadas pela Fundação Ford e Fundação Rockefeller. Segundo a Revista Pesquisa e Planejamento Econômico (1978) a pesquisa objetivava analisar aspectos da produtividade agrícola no Brasil, e para tanto, foram recolhidas amostras em 99 propriedades agrícolas nos Municípios de Caxias (Maranhão), Crato (Ceará), Caruaru (Pernambuco), Ituiutaba (Minas Gerais), Taubaté (São Paulo) Cachoeira e Erechim (Rio Grande do Sul) e Maringá (Paraná). Os resultados foram publicados em dois relatórios que apresentavam um enfoque global da economia brasileira. Logo após, tais resultados se desdobraram em um conjunto de novos relatórios produzidos por região.

A partir de 1970, Willian Nicholls realizou novas pesquisas no Brasil, mas desta vez em colaboração com recém-criado Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada¹⁶ (IPEA). Temos que assinalar que neste período o IPEA com sede no Rio de Janeiro, visava promover pesquisas que contribuíssem com as políticas econômicas empenhadas pelo Estado que se encontrava

¹⁶ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Realiza atividades de pesquisa que tem por objetivo fornecer suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. O Instituto começou a ser organizado em 1967 durante o governo de Castelo Branco como parte integrante das ações desenvolvidas a partir das reformas elaboradas durante o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED).

sequestrado pelos militares. Neste aspecto, a Revista de Desafios de Desenvolvimento do IPEA (2010), afirma que o Instituto participou diretamente da construção do Programa de Metas desenvolvido durante o Governo Médici, que visavam crescimento a curto prazo, no período de 1970-1973. Assim, a pesquisa de Willian H. Nicholls reflete aproximação da política econômica brasileira dos EUA; bem como medidas que previam tentativa de alavancar a economia brasileira a curto prazo, identificando possíveis problemas e propondo soluções que mais condissessem com a política de Estado.

Nicholls produziu trabalhos que em seu conjunto analisou o estágio de desenvolvimento agrícola na fronteira agrícola sul, partindo por vezes, de um estudo comparado com o caso do desenvolvimento agrícola dos Estados Unidos, a fim de medir o estágio que o Brasil e a região ocupavam naquele momento. Nicholls, em um de seus artigos publicado em 1970, ao referir-se a economia do norte paranaense no período que antecedeu a expansão da cultura cafeeira no Estado, defende que:

Prevalecia uma agricultura itinerante baseada em um ciclo de desmatamento, culturas a curto prazo e *abandono da terra* para reflorestamento natural, por ser o solo, à semelhança daquele dos campos, basicamente pouco fértil e altamente ácido (NICHOLLS, 1970, p.41). Grifo nosso.

Ou seja, a não exploração capitalista da terra, é identificada com característica de abandono econômico e social, o vazio demográfico. Neste aspecto, a economia baseada em ciclos naturais e desenvolvida por uma lógica familiar e de subsistência existente em um período anterior a expansão do capitalismo imobiliário, deveria ser superada por uma lógica mais dinâmica e que promovesse a modernização não apenas das formas de exploração da terra, mas ainda, das relações econômicas e sociais. A exemplo do que teria ocorrido nos Estado Unidos a partir da marcha para o Oeste.

Podemos identificar que Nicholls, defende a exploração a partir da lógica do capital como indicativo da modernização das relações sociais e econômica, e por isso, descreve a “*re*”ocupação¹⁷ da região Norte do Paraná, como “colonização agrícola” capaz de transformar o cenário e as relações humanas estabelecidas nesta região. Para o autor, esta transformação foi possibilitada por fatores e interesses de diferentes grupos capitalistas, que criar uma conjuntura á época, que unia os interesses do capital imobiliário, a valorização do café no mercado externo

¹⁷ Tomamos o conceito de “reocupação”, ao que se refere ao processo de expansão do capitalismo sobre região Norte do Paraná de Mota (1994) e Tomazi (1997), que em suas obras, defendem a existência de ocupação anterior a investida dos interesses de grupos ligados ao capitalismo imobiliário sobre a região.

e a política de expansão sobre fronteira agrícola. Nicholls assinala que estes elementos teriam propiciado

a alocação dos fatores terra, trabalho e capital no norte do Paraná, dado os preços vigentes dos fatores e dos produtos, está provavelmente mais perto do ótimo do que em quase todas as outras partes do país. Certamente as condições no Norte foram excepcionalmente propícias para que se obtivessem resultados relativamente eficientes.

Neste aspecto, ao fazer o balanço sobre o processo de reocupação da região, Nicholls o identifica como espetacular o crescimento populacional e o número de propriedades. Acrescenta que estava diretamente ligado a ação do capital imobiliário iniciado com a Companhia de Terras Norte do Paraná na região de Londrina, mas que, com o sucesso da empreita, teriam motivado outras iniciativas de caráter privado. O entusiasmo que identifica o papel desenvolvido pelo capital, coincide com ideias liberais e a possibilidade de expansão do capitalismo sobre regiões que mantinham ainda uma lógica de trabalho pautada em relações definidas pela tradição da exploração da terra com fim a subsistência. A regulamentação das relações de trabalho, do acesso à terra e sua exploração a partir do capital imobiliário são exaltados pela sua rápida ação em desmontar e transformar antigas culturas agrícolas e tradições, que gradativamente foram sendo substituídas e suplantadas pelas cidades e as máquinas planificadoras que derrubavam a mata, expulsavam indígenas, caboclos e posseiros. Quanto a isso, Nicholls explica que:

O surgimento espetacular de Londrina criou um ambiente tão favorável para os imóveis urbanos que uma verdadeira indústria dedicada à criação de novas cidades no norte do Paraná desenvolveu-se rapidamente. Através de numerosos escritórios em São Paulo, pequenos lotes urbanos foram vendidos a milhares de compradores que esperavam participar do crescimento de uma nova Londrina. Suas esperanças de enormes lucros especulativos se realizaram em casos muito mais numerosos do que os que geralmente acontecem na história de altos e baixos das épocas de prosperidade dos bens imóveis (NICHOLL, 1970, p.57).

Por certo existe algum exagero na visão de Nicholls. Para ele, não há contradições nesse processo. Aparentemente todos se enriqueceram e dividiram a propriedade da “nova Londrina”. Era obvio que a perspectiva de Nicholls estava informada por uma filosofia da economia liberal, da livre iniciativa, mas não só. Provavelmente havia elementos de sua cultura que influenciaram, todos eles (ou a maioria) ligados à lógica de reocupação e extermínio da população nativa nos Estados Unidos. Certamente “O Peregrino” de John Bunyan (2004) com

seu espírito desbravador, pesou na comparação de Nicholls ao ver a expansão capitalismo no Norte do Paraná tanto quanto o genocídio de grupos indígenas (GOMES, 2013). Foi dessa metodologia decorrente de uma jornada formatada pela ideologia liberal que Nicholls retira orientação para legitimar a reocupação do Norte paranaense. Deste ponto ele desdobrou seu raciocínio sobre uma “colonização agrícola” que mudaria a paisagem da região.

Nicholls justifica a presença e a atuação do capital imobiliário, argumentando que toda a região loteada foi negociada com milhares de compradores de maneira “democrática”, fato questionável ao nosso ponto de vista. Para ele, ficou sob responsabilidade das empresas privadas adquirirem terras que foram legalmente cercadas e postas à venda para a prática capitalista da agricultura. Assim, empresas imobiliárias como a Companhia de Terras Norte do Paraná promoveram uma verdadeira “reforma agrária” na região¹⁸(NICHOLLS, 1970). Por isso, Nicholls as identifica em sua pesquisa como empresas idôneas e de grande responsabilidade social. Em suma, o sujeito definido por Nicholls é o capital, as empresas privadas e as pessoas que a possuíam. Nada é dito sobre os modos de vida e de trabalho ali existentes. Nada é dito sobre a população que busca a região para trabalhar.

Como decorrência dessa visão romantizada a versão da história defendida por alguns autores (BERNARDES, 1953; MARTINS, 1955; COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE PARANÁ, 1975; PERARO, SILVA, 1988; LUZ, 1997; LOMONACO, 2008) tendeu a excluir ou silenciar as disputas pela terra, o esvaziamento do campo em período posterior, a discriminação e preconceito em relação a determinados sujeitos sociais, e ainda, os conflitos existentes entre trabalhadores, empresas colonizadoras, pequenos e grandes proprietários rurais. Ao comentar a ação do capital imobiliário sobre região defendeu que, Nicholls:

Principalmente graças ao esquema de colonização bem concebido e bem executado pela principal companhia particular de terras do norte, a falta inicial de força de trabalho nas fazendas foi rapidamente suprimida, na medida em que as oportunidades para a obtenção de propriedades de terras e de condições mais vantajosas de emprego e de posse da terra trouxeram vaga sobre vaga de imigrantes, muitos dos quais já conheciam bem a cultura do café e a criação de gado (NICHOLLS, 1970, p.61).

¹⁸ De acordo com Luz (1997) a Companhia de Terras Norte do Paraná, foi fundada em 1924, por empresários ingleses. Entretanto, em 1944 a empresa foi vendida a um consórcio brasileiro, transformando-se em Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Esta empresa foi responsável por lotear parte considerável do Norte do Paraná, dando origem a cidade como Londrina e Maringá. Só entre 1925 e 1927, a CTNP adquiriu em torno de 516.017 alqueires, que foram revertidos em pequenas e medias propriedades.

Novamente o processo de ocupação e formação de um exército de mão-de-obra são tomados pelo autor como processo de re-ocupação promovido pela companhia de terras. Não são questionadas as condições em que estes trabalhadores chegam a região, nem as formas de trabalho a que são submetidos. Não são também questionadas as contradições existentes entre as promessas de prosperidade e a realidade que trabalhadores e pequenos proprietários encontraram ao chegar a região. As companhias colonizadoras têm um protagonismo no sentido de buscar equacionar certos problemas sociais que o Estado não havia dado conta de solucionar, promovendo “distribuição” de terras, organizando cidades, formando escoadouro para população desempregada de outras regiões, e por isso, o empreendimento imobiliário, confunde-se por vezes, com a manutenção e promoção de interesse público. Esta ideia de justaposição entre Estado e de Empresas Imobiliárias no processo de re-ocupação do norte do Paraná está muito bem detalhado no livro publicado em 1978, data da comemoração dos 50 anos da Companhia Melhoramento. Nesta obra, os autores identificam a ação do capital imobiliário ao serviço público e a ação do Estado.

Como acontece em todas as grandes conquistas feitas pelo homem, no decorrer da exploração econômica racional das terras roxas do Norte do Paraná os desbravadores que se dedicavam à empreitada acabaram por verificar que estavam realizando, na verdade missão de elevado interesse público. Eles agiam como empresários, é verdade, mas nessa condição desempenhavam o papel de parcela propulsora da sociedade liberal que ajudavam a construir. Cada decisão era maduramente pesada porque os altos interesses da empresa e de seus clientes estavam em jogo. Mas é justamente a soma de todas as decisões cuidadosamente tomadas na intimidade das empresas que conduz às boas decisões superiores, já no âmbito do Estado, para resguardo dos interesses maiores da coletividade, que se identificam então como os interesses da Nação. É por essa razão que nas empresas constituídas com base nos princípios sadios do liberalismo cada ato deve ser pensado como ato de governo, como decisão destinada a resguardar o interesse público. Tal é a diretriz desejável. Tal é a oportunidade de sobrevivência do *capitalismo democrático* (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE PARANÁ, 1975, p.08). Grifo nosso.

A impressão que temos, é de que os memorialistas colocam a ação do capital imobiliário acima dos interesses do próprio capital, por isso, é concebida como “ação coletiva”, que tinha vistas no interesse público. Assim, a ação de um grupo de empresários (formado por banqueiros, comerciantes e grandes proprietários), identifica-se com a própria ação do Estado, para promover a expansão do “liberalismo” sobre a região. Sob o signo do capitalismo democrático, são sublimados os conflitos entre posseiros e loteadora: os caboclos desapropriados, a violência e normatizada sofrida pela massa de errantes que chegavam aos

montes na região, é silenciada ou mesma negada. Durante o auge da Ditadura Militar não havia democracia econômica. Por isso, acreditamos que é importante assinalar e explicitar o que este grupo entendia por reforma agrária e o modelo de desenvolvimento econômico defendido como reforma agrária.

O livro “Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná”, publicado 1975 pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, reuniu depoimentos de gerentes e agentes da empresa imobiliária, bem como outras tecnologias documentais (como excertos de jornais e fotografias) que refletem o período e servem de aporte para a compreensão da re-ocupação realizada pela Melhoramentos. A obra que é dividido em 5 capítulos e anexos, tem por objetivo apresentar uma visão geral sobre a história da empresa, nos períodos de gerenciamento inglês, e depois, por empresários brasileiros. Na apresentação do livro fica registrado que a obra é resultado da ação de “amigos” da empresa que pretendiam *“testemunhar o quanto admiram os métodos de atuação e o espírito público mantidos pela empresa”* (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE PARANÁ, 1975, p.05) ao longo de sua existência. A organização dos dados foi realizada pelo jornalista Rubens Rodrigues dos Santos, mas que, entretanto, não aparece como autor.

Na apresentação, é enfatizado que um grupo diverso de trabalhadores (pequenos proprietários, aventureiros, operários, funcionários públicos, imigrantes, maquinistas) como responsáveis por produzir a riqueza produzidas nas cidades de Londrina e Maringá. Mas assinala, que ao longo da obra, apenas serão evidenciadas personagens considerados *fundamentais* para o desenvolvimento agropastoril na região, sendo eles, gerentes diretores e funcionários representantes do Capital Imobiliário (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975).

No capítulo intitulado “Norte do Paraná, exemplo para o mundo”, é debatido o papel da empresa imobiliária, como promotora de reforma agrária com um enfoque em que é justaposto a ação da empresa aos interesses da Nação e do próprio estado. Ao expor os projetos de reforma agrária propostas pelo estado, é reproduzido depoimento do Diretor-Gerente da Companhia Melhoramentos. O Diretor Geral da empresa, Hermann Moraes de Barros inicia sua fala apresentando dados¹⁹ sobre a distribuição de terras entre a população principalmente

¹⁹ Segundo Hermann, dados fornecidos em janeiro de 1975 (?), indicavam que somente no nordeste do Brasil havia cerca de 800 mil pequenas propriedades agrícolas, ocupando 17 milhões de hectares (1975, p. 163). Comungando com tais dados, o INCRA teria informado em 1974 que no país existiam, neste ano, cerca de 2 milhões 437 mil de pequenas propriedades, que em um cálculo considerado por ele razoável (e tudo indica, realizado a partir de suas próprias estimativas) abrigariam em torno de 15 milhões de pessoas. Assim, para Hermann, seria razoável considerar que cerca de 1/3 da população brasileira (algo em torno de 30 milhões de pessoas, segundo ele) viviam

de origem nordestina migrante, e defende que “*repartir terras, no Brasil, seria o mesmo que pretender repartir o que já está repartido*” (1975, p. 164). Neste aspecto, sai em defesa do liberalismo e ação do capital ao explicar que a reforma agrária como foi apresentada em 1961, 1962 e 1963, foi na verdade, uma “*arma política, jamais como bandeira da boa política*” (1975, p. 166). Tal fato, para ele poderia ser provado pela ausência na constituição de 1946, e mesmo na história do Brasil de movimentos camponeses ou de trabalhadores do campo que lutaram pela distribuição de terra.

Nunca se soube, no Brasil de movimentos, de campanhas coletivas, de motins, de rebeldias, de conspirações, de conjuras, sangrentas ou não, de ‘massas de camponeses’ reivindicando a divisão de terras, reclamando que os grandes fazendeiros lhes dessem um pouco do muito que tivessem. Por que? Porque no decorrer dos séculos, a terra se veio subdividindo, jeitosamente, *à moda brasileira*. Portanto, em termos globais, obviamente, a terra já está dividida, restando para resolver o problema da produtividade o amparo, técnico e creditício, da saúde e da educação, do que parece lógico concluir que no Brasil reforma agrária corresponde exatamente encontrar solução para questões básicas de preços mínimos, de assistência social ao trabalhadores do campo por parte do governo, aos que já possuem terra e não a podem explorar adequadamente (BARROS, apud COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE PARANÁ, 1975, p. 166-167). Grifo nosso.

Mediante a uma visão pacifismo dos trabalhadores do campo, ausente de contradições e conflitos, nos perguntamos por que Hermann preferiu ignorar os vários movimentos camponeses, greves, motins e outras manifestações que desde 1945 sendo que tais movimentos eram comuns entre trabalhadores rurais no Brasil (MEDEIROS, 1989). Entretanto, temos que concordar que mediante a opção de ausência de conflitos na narrativa histórica adotada durante os anos de chumbo, que tendeu a eleger heróis como Tiradentes e Inconfidência como movimentos legítimos e incontestáveis do interesse público, a luta por direito a terra, nunca existiu, sendo apontada como falácia política.

Nesse sentido, qual papel na história dos povos indígenas que foram sumariamente vitimizados e exterminados desde o período colonial até o tempo presente no Estado do Paraná? Que lugar nesta versão da história ocupa a Conjuração Baiana, a Cabanagem, a Rebelião de Canudos e seus líderes populares? A partir deste ponto de vista, Manuel Faustino, João de Deus, Frei Caneca e seus errantes, Virgulino e seus cangaceiros, foram enterrados, bem como o significado de seu protesto.

neste tipo de propriedade rural, o que tornava inconsistente a bandeira de distribuição de terras. Estes dados em sua maioria baseados em “achismos” e proporções consideradas “razoáveis” pelo empresário.

Em nome de um liberalismo seguro, a bandeira da democracia é desfraldada sobre o silenciamento das lutas travadas ao longo do tempo pelos trabalhadores rurais, povos indígenas, quilombolas e comunidades rurais, sua expropriação e a concentração de terras, foram legitimados como um processo natural, ausente de conflitos e disputas. A história segue, sendo contada a partir do relato dos vencedores, *à moda brasileira*, como afirmou o próprio narrador.

Para o empresário a reforma agrária, concebida como divisão e redistribuição de terras, era uma invenção política da esquerda comunista, o “Cavalo de Tróia”²⁰. É evidente que a defesa do projeto econômico e político ligado ala mais rígida e disciplinadora da Ditadura Militar, o que nos permite afirmar que os interesses desse grupo de empresários se pareavam aos interesses do próprio estado totalitário.

Neste âmbito, os empresários da companhia imobiliária, portadores de uma ética fundada no liberalismo, defendiam uma proposta de reforma agrária na qual o próprio capital regulamentasse o processo, em uma quase retomada da teoria “*mão invisível*” de Adam Smith. Para eles, a reforma agrária baseado no liberalismo “*à moda brasileira*”, teria dado conta naturalmente de redistribuir as terras entre a população após o fim do sistema de capitâneas. A “distribuição de terras” e o modelo de reforma agrária defendido por Jango e por movimentos camponeses em período anterior ao golpe de 1964, são assim, propostas inaceitáveis e intoleráveis para, o ideal de democracia defendida pelos empresários da Companhia de terras. Por isso,

Foi por volta dos derradeiros anos da década de cinquenta e dos primeiros anos sessenta que os políticos descobriram a reforma agrária como bandeira para a conquista de votos para a tomada do poder em termos totalitários. Um pouco sob influência do que se dizia sobre Cuba, muito por palpite. E quando, de setembro de 1961 até março de 1964, o próprio detentor do poder, na época decidiu utilizar essa duvidosa bandeira da divisão de terras, o País como um todo foi tomado por um estado de tensão que culminou com o *movimento revolucionário* de 31 de março que derrubou o então presidente com sua bandeira e tudo mais (BARROS, apud COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE PARANÁ, 1975, p. 167). Grifo nosso.

Acreditamos que tanto Hermann como Nicholls na década de 1970, representam visões que coincidem com projeto de Nação e economia defendido pela Ditadura Militar. Neste aspecto, portadores de ideias liberais foram aportes do capital imobiliário e da livre ação do capitalismo na região. Na urdidura deste processo, é possível compreender inclusive o papel de

²⁰ A expressão refere-se a um dos principais símbolos da guerra de Tróia. Segundo a obra “A Ilíada”, os gregos teriam presenteado os troianos com um cavalo de madeira como símbolo de paz. Entretanto, o cavalo era oco e abrigava o exército grego que saiu durante a noite e assim, conseguiu tomar a cidade e vencer assim os troianos.

instituições como IPARDES e a presença de profissionais estadunidense que esporadicamente frequentaram o Brasil neste período, inclusive a região Norte paranaense, a fim de legitimar o novo modelo de desenvolvimento capitalista que foi tecido nos anos 70, durante chamado milagre econômico, como é o caso de Willian Nicholls.

Assinalamos que a ação do capital imobiliário no Paraná, foi um reflexo das transformações político-econômica ocorridos no bojo do desenvolvimento do capitalismo e do novo modelo de acumulação empreendidos após a Revolução de 1930. Por isso, a insistência dos dirigentes da empresa em reafirmar seu papel “público” de promoção da democracia, viabilizada pelo liberalismo democrático. Neste aspecto, o diretor geral da empresa evidencia que a reforma agrária promovida pelo capital imobiliário, a muito se distanciava da proposta defendida pelos movimentos campestres que ele entendia como “bandeira” política. Por outro lado, coincidia com projeto de Estado proposto após 1964. Por isso, não reconhece as lutas campestres, dos posseiros, dos caboclos e trabalhadores de *toda sorte*, como legítimas lutas pelo direito de acesso à terra.

Dessa forma, Hermann Barros nos explica que o modelo apropriado de reforma agrária (segundo a lógica capitalista e liberal), resultava na região norte paranaense de uma estruturação agrária planejada:

Enquanto se amiudavam as disputas entre posseiros e supostos donos em glebas de terras pertencentes aos poderes públicos, na região que se estende de Londrina a Umuarama, numa extensão de 350 quilômetros, os colonos obtinham a tranquilamente os frutos da terra. Famílias vindas de todos os quadrantes do Brasil, na maioria das vezes tendo de seu unicamente a roupa do corpo, mas irmanadas no desejo de progredir, ali depositavam suas maiores esperanças. Desbravavam a mata, cultivavam café, plantava cidades, encontravam enfim sua oportunidade de possuir terra, de se tornarem proprietários. Até os trabalhadores mais humildes, graças a *divisão da terra* em lotes pequenos e às condições módicas de pagamento, conseguiam adquirir o seu pedaço de chão e nele semear suas esperanças. Desse trabalho resultou a riqueza para muitos, do sistema de colonização que aceitaram decorreu a *justa repartição dessa riqueza*. E assim a *democracia* autêntica floresceu no Norte do Paraná, onde a iniciativa privada realizou uma verdadeira, justa e pacífica reforma agrária (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE PARANÁ, 1975, p.148- 150). Grifo nosso.

Na visão dos empresários da CMNP, no Paraná a reforma agrária foi promovida pela iniciativa privada a partir da construção de uma estrutura agrária planejada sob a vigilância do Estado, acessível a todos aqueles que conseguissem acumular capital. A justa repartição e posse da terra era aquela obtida unicamente a partir da compra da terra, que se definia assim a partir das relações capitalistas de troca, onde a terra se torna uma mercadoria. Nada se fala sobre os

trabalhadores que não conseguiam seu pedaço de terra, ou ainda, daqueles que chegando a região iludidos pela riqueza rápida e repentina, não conseguiram se manter na terra, sendo obrigados a vender seus lotes e migrarem para outras regiões. Via de regra, a estrutura agrária na região assumiu a forma de minifúndios que eram revendidos a sitiantes de outras regiões (principalmente catarinenses, paulistas e mineiros, mas ainda, rio-grandenses, cariocas, italianos e portugueses). A bandeira da pequena propriedade e trabalho familiar se tornaram o carro chefe da propaganda de venda terras. Vendidos sem nenhuma preocupação quanto aos impactos ambientais do uso intenso e predatório da terra²¹ as possibilidades de geração de lucros em propriedades de tamanho limitado, a pequena propriedade se tornou símbolo da ação “colonizadora” realizada pela Companhia Melhoramentos, mas ainda, das várias outras empresas imobiliárias que surgiram na região. Muitas vezes, os lotes de até 10ha não eram suficientes para tirar o sustento da família, o que obrigava muitos trabalhadores se empregarem em propriedades maiores da região. Com o tempo a terra cansada pela sua intensa exploração, se tornou insuficiente inclusive para produzir o mínimo necessário a família.

Isso não significa dizer que a região esteve livre de latifúndios. Ao contrário, enquanto as empresas imobiliárias compraram glebas do estado a fim de dividi-las em fatias de terras menores, foi comum a presença de grandes proprietários que adquiriram terras através de termos de doação do estado, ou compraram diretamente grandes lotes de terras destinada em sua maioria ao cultivo do café. Assim, a colonização da região se deu em dois vieses: a promovida por empresas imobiliárias e a promovida pelo Estado²². Existe ainda o caso típico onde a formação da colonização originou-se da ação algumas vezes combinada desses dois elementos, á exemplo do município de Loanda.

Entretanto, nos dois modelos de colonização, um sujeito é eleito como sendo o grande desbravador, portador de valores que se tornou fundamental para o sucesso da empreitada iniciada pelo Capital: o pioneiro.

Nesta linha, ainda podemos identificar trabalhos científicos, documentos oficiais e memorialistas que, baseados em mitos herdados do paranismo, produziram uma versão da história regional assentada no mito dos pioneiros. Tais leituras frequentemente glorificaram o

²¹ Quanto a isso, é ilustrativo a dissertação de mestrado de Olga Maria Machado Soares de 1973, intitulada “Bases ecológicas da atividade agrária de Loanda- PR”. Este trabalho, realizado entre final da década de 60 e início dos anos 70, traz um importante levantamento sobre a estrutura agrária do município de Loanda. Neste trabalho, a autora diagnostica que existia no município desequilíbrio biológico e ambiental ocorrido devido a inadequação da exploração do solo em relação a estrutura fundiária (1973, p.183) decorrente do intenso uso do solo, de pequenas propriedades, onde não era possível fazer o ciclo de cultura.

²² As colônias empreendidas pelo estado do Paraná mais conhecidas foram as colônias de Centenário, Jacarezinho e Paranavaí.

processo de mercantilização da terra, elegendo os primeiros habitantes: como heróis, mártires de seu tempo, em função de terem enfrentado as mais diversas provações e dificuldades para se estabelecerem na região. Via de regra, esses sujeitos compuseram a classe dominante local.

Tal fato tendeu a *apagar* outros sujeitos que de forma variada também foram atraídos pela propaganda de rápido acúmulo do capital e pelas grandes oportunidades de empregos. Em sua maioria, trabalhadores braçais migrantes de Minas Gerais, Alagoas, Ceará Bahia, São Paulo, entre outros, vieram compor a mão de obra básica, tanto no período da derrubada da mata, como na consolidação do processo de ocupação, desenvolvendo atividades ligadas a indústria madeireira, ou ainda, no cultivo do café, do algodão ou de atividades domésticas como lavadeiras, donas de casa, etc.

Quanto a isso, observamos que as empresas colonizadoras da época, construíram e se apoiaram em um discurso pautado na formação do solo arenito Caiuá, a *terra roxa* que criou uma personalidade para a região (anunciada como de grande fertilidade própria para produção agrícola e assim, produtora de riquezas). Esse discurso foi incorporado por várias empresas imobiliárias e pelo próprio estado que fortaleceu e identificou a região Norte/ Noroeste como de terra roxa, e seus moradores como “*pés vermelhos*”.

A incorporação e reprodução do discurso baseado na apropriação do solo e em características específicas (a fertilidade adequada ao café) coligados ao capitalismo foi amplamente disseminado pela produção literária e acadêmica. Tal literatura transformou a própria região em uma “personalidade”, ou seja, em sujeito de estudo onde “a região passa ter vida própria, e os homens e suas relações sociais desaparecem” (TOMAZI, 1997, p. 112). Neste sentido, a nosso ver, esse tipo de interpretação contribuiu para a construção de uma história e memória social sobre processo de constituição do Norte do Paraná. Quanto ao alcance dessa história/ memória pode-se medi-lo pelo quase consenso notado nos discursos políticos, na mídia e também na academia.

A esse respeito concordamos com a reflexão de Chesneaux:

Nas sociedades de classes a história forma parte dos instrumentos por meio dos quais a classe dirigente mantém seu poder. O aparato do Estado trata de ‘controlar o passado’ no âmbito político e da ideologia. O Estado e o poder organizam o tempo passado e modelam sua imagem em função de seus interesses políticos e ideológicos (CHESNEAUX, 2005, p. 29).

Jean Chesneaux nos ajuda a pensar e compreender processo de modelagem da história assentada na ordenação do passado. Do ponto de vista político pode-se interpretar a história sobre o Norte paranaense como o projeto da classe dominante em todos os processos de

formação da presença humana na região e do próprio lugar, visto como fonte de riqueza. Ideologicamente o controle da história ou a sua tentativa lançou-se sobre todas as ideias e valores produzidos ou apropriados pela classe dominante, sufocando as memórias subalternas dos grupos que imigraram para o Norte do Paraná em busca de trabalho.

Antes que esse processo se completasse no tempo e no espaço é preciso pensar as memórias dos grupos que chegam ao Norte paranaense como modos de viver e de trabalhar relativamente independentes. É a interação dessa cultura com as práticas sociais dos proprietários de terra que tornam subalternas as memórias e os saberes dos trabalhadores. Por óbvio, mesmo reconhecendo tal relação de poder, nosso investimento é identificar esses grupos e discutir os termos dessa interação, discutindo suas memórias acerca desse processo histórico.

Retomando as obras de memorialistas (SILVA, 1986; SILVA, 1988; COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE PARANÁ, 1975; LOMONACO, 2008), nota-se o esforço em sublinhar a figuras dos “pioneiros” identificados como “primeiros moradores”, “desbravadores”, homens que com seu trabalho “edificaram cidades”, trouxeram “progresso”.

Ao mesmo tempo, a incorporação do discurso sobre a fertilidade da terra, o café como grande civilizador, acabou por negar a ação dos homens, cujas relações de trabalho deram riquezas a região. Nesse ponto torna-se mais fantasioso esse tipo de interpretação. O sujeito que transforma o lugar “desocupado” é o café. Ele se sobrepõe à força e aos desejos das pessoas comuns. Nem mesmo a classe dominante se mostra mais popular e rigorosa do que o café. Tal discurso subordina o trabalho à mercadoria produzida, e de modo geral, requisita os proprietários de terras como figuras secundárias ao café, um resultado da riqueza gerada pelo grão de cor rubi.

É nesse contexto que podemos nos apoiar em Marx para compreender o sentido do trabalho e do café no Norte paranaense, articulando aquela realidade histórica à reflexão que ele realiza sobre os valores econômicos e culturais estruturados nas mercadorias e que dominam o imaginário das sociedades capitalistas. Sua avaliação acerca da interação entre o homem e o capitalismo é vibrante

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos de trabalho; por ocultar, portanto a relação social entre os trabalhos individuais dos produtos e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas, sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos (...) (MARX, 1982, p. 81).

Nesta direção, podemos observar ainda que o “apagamento” de sujeitos levou a construção de um bloco hegemônico em torno do passado e que, atualmente, reafirma relações de dominação e estruturas sociais a partir do domínio da história. Embora se possa compreender o trecho acima por uma lente exclusivamente econômica, a reflexão de Marx conecta a expropriação ocorrida na relação de trabalho à formação da memória social e da construção da história. A perda do resultado do trabalho é também, em grande medida, a perda da identidade que o trabalhador tem com o mundo do trabalho. A posição de subalterno tende a fragilizar sua presença na história e memória social, deixando-o vulnerável às ideias dominantes e a naturalização de sua exploração na construção histórica sobre o passado. Entretanto, tal fato, não anula a capacidade de resistência dos trabalhadores, mesmo que seja uma resistência simbólica²³, construída em condições muito desiguais. Assim, ao consultar o conjunto de obras sobre a região, ainda é possível identificar que ora a terra é colocada como sujeito principal do processo “colonizador”, ora o café personifica-se como principal “ator”, sendo as relações humanas e os próprios homens colocados em segundo plano. Em síntese, tal memória presente nesta produção acadêmica exclui os trabalhadores.

Neste sentido, indicamos alguns trabalhos que a partir de meados da década de 70 e anos 1980, promoveram renovação da produção acadêmica sobre Norte do Paraná seguindo algumas tendências decorrentes da ampliação das fontes, como é o caso dos Estudos Demográficos e História Agrária. Estes trabalhos apresentaram uma nova visão quanto ao processo de reocupação do Norte do Paraná, ao fornecer novas metodologias e fontes para o campo da análise historiográfica. Entretanto, são herdeiros de uma concepção relacionada às noções de vazio demográfico e ação do pioneirismo do capital imobiliário sobre a região de estudo.

Podemos citar entre esses autores Ana Yara Dania Paulino Lopes, paulista, pesquisadora do DIEESE e militante da CONTAG, que na década de 80 realizou dissertação de mestrado em Ciências Políticas com o título “Pioneiros do capital: a colonização do Norte Novo do Paraná”.

Ao pensar o processo de ocupação do Norte Velho do Paraná Yara Lopes (1982) defendeu que o café tornou a terra uma mercadoria no início século XX, ao passo que a expansão da economia cafeeira sobre a região promoveu a mercantilização da terra, com fins a

²³ Que pode ser observada na cultura popular, nas histórias, causos e contos populares que muitas vezes, mesmo que arrefecido de misticismo e folclore identificam sujeitos e relações de conflito e disputa entre diferentes grupos sociais.

acumulação de capital (por meio da venda da terra por parte das empresas imobiliárias, e através da produção do café por parte dos trabalhadores e pequenos proprietários).

Partilha dessa ideia Tania Navarro Swan, Professora da Universidade de Brasília, que no final da década de 1980 realizou alguns estudos referentes a agricultura no Brasil e História da Reforma Agrária na América Latina. Dentre estes, podemos citar artigo que elaborou abordando a fronteira agrícola no Norte paranaense.

Neste trabalho, Swan (1988) explica que diferentemente do que ocorreu no restante do país, no Sul foi perceptível uma incidência frequente de pequenas propriedades principalmente nas décadas de 1940 a 1970, época que se tornou fronteira agrícola, com grande poder de atração populacional. Neste caso, o elemento povoador é gerado pela inserção dos primeiros cafezais no final do século XIX e acesso facilitado a terra.

Evidências vigorosas confirmam a análise de Swan. Se tomarmos um caso como exemplo, notaremos que a estrutura agrária no mesmo período se caracteriza pela concentração de terras em mãos dos grandes proprietários. Em Loanda, no início dos anos 70, 80% das propriedades registradas no município eram de pequeno porte medindo até 50ha. Por outro lado, 10% das propriedades mediam entre 100 e 1.000ha, ocupando 66,3% de toda a área rural (SOARES, 1973). Muitos trabalhadores empregados na região no período entre 1940 e 1970, principalmente de origem nordestina se ocupavam nas grandes propriedades. Tudo isso corrobora a avaliação de Swan de que o Paraná se tornou ao longo do século XX um local de atração populacional devido ao baixo valor das terras e o lucro elevado do café relativamente à São Paulo.

Além disso, a possibilidade de acesso facilitado a terra e possíveis lucros gerados pelo café teriam sido fundamentais para aumento significativo no contingente populacional entre 1940 – 1970, sendo que o fluxo migratório teria atingido seu ápice na década 1950 (105%). Entretanto, a autora ressalta que o aumento do fluxo migratório e a alta do café levaram a um rápido crescimento do valor da terra, dificultando rapidamente o acesso a mesma.

A expansão do café é compreendida por alguns pesquisadores (BERNARDES, 1953; SOARES, 1973; MUSSALAM, 1975; CANCIAN, 1977; PERARO, 1978; SWAN, 1988;), como prolongamento da crise do café no interior paulista onde o crescimento demográfico do Estado do Paraná, já nas primeiras décadas do século XX, efetua-se de modo significativo na região Norte. Para estes autores, o povoamento da região norte expandiu-se em ritmo acelerado após a década de 1920, sua população que representava cerca de 12,1% dos habitantes do Estado, passou em 1950 a representar mais de 50% dos habitantes do Paraná. Assim, para eles,

o aumento demográfico na região Norte do Paraná é explicado pelo aumento do fluxo migratório oriundo de todos os pontos do país, mas especialmente de São Paulo, Minas Gerais e do Nordeste.

Neste contexto, com a superprodução do café no início do século XX, o governo do Estado de São Paulo passou a taxar as novas plantações. De acordo com Swan (1986), tal política favoreceu a expansão café no Norte do Paraná, onde não existiam tais restrições, e por isso, permitiu a expansão da cultura cafeeira pela região Norte do Estado. Nesta linha Padis (1981) defende a tese de que o processo de industrialização de São Paulo criou condições para o desenvolvimento de economias periféricas, como é o caso da expansão cafeeira no Norte paranaense. Ele argumenta sobre as verdadeiras causas desse fenômeno ímpar na história do nosso país e explica que não constitui tarefa das mais fáceis, pois é resultado da conjugação de vários fatores, dentre os quais podem ser destacados: a qualidade das terras; a situação econômica nacional no contexto internacional depois da crise de 1929; a evolução da cafeicultura paulista neste período; e talvez, de modo especial, o surto de industrialização de São Paulo a partir da década de 1930 (PADIS, 1981, p. 83).

Ressaltamos, entretanto, que alguns autores (TOMAZI, 1997) defendem que a expansão do café no Paraná tem uma trajetória própria, não sendo unicamente resultado da política de erradicação do café em São Paulo. Para Tomazi, foi resultado de um processo que já vinha se desenvolvendo no Paraná desde a década de 1920, e que resultou da combinação de condições econômicas, principalmente o interesse do capital imobiliário sobre a região e a valorização do café na década de 1950.

Nessa linha de pensamento que destacou o café e a terra como grandes personalidades promotoras do progresso e modernização da economia local, surgiram estudos que evidenciaram o processo acelerado de povoamento da região.

Destacamos as pesquisas produzidas por René Mussalam (1975) que realizou estudos demográficos sobre a ocupação da região Norte do Paraná na década de 1970. Partindo de dados fornecidos pelo IBGE e o Censo Agrícola, seu estudo pretendeu caracterizar o rápido processo de povoamento da região. A demografia²⁴ neste período, abria-se como um campo possível para produção historiográfica, e neste aspecto, forneceu subsídios para pensar locais de história recente como o caso das cidades da região Norte do Paraná.

²⁴ Assinalamos que o curso de Mestrado em História inaugurado em 1970 na Universidade Federal do Paraná, mantinha no período a linha pesquisa de História Demográfica (onde inclusive o autor realizou mestrado em 1972/73), o que justifica a produção nesta década de diversos trabalhos ligados a História Demográfica sobre a região em estudo.

Em sua dissertação de mestrado Mussalam (1975) defendeu que o café foi o grande elemento colonizador e motivador do fluxo migratório, responsável pela circulação de população entre uma região e outra do Norte do Paraná (Norte Velho, Novo e Novíssimo). Para o autor

Mantiveram-se estreitamente correlacionados, nessa região do Paraná, a *expansão de sua população* e o *alastramento da lavoura do café*, atraindo estas correntes migratórias que se deslocavam de zona para zona, num ímpeto irrefreável de desbravamento de novas terras (MUSSALAM, 1975, p.50).

Assim, é perceptível que para estes autores, a expansão da cafeicultura sobre região é evidenciada como condutor da nova colonização agrícola que sob novos moldes teriam originado um processo nunca assistido na história brasileira.

Condicionada por uma ação da iniciativa privada, o potencial econômico do café é concebido por parte da historiografia como grande dinamizador do processo colonial. Em uma análise comparativa entre colonização agrícola do Brasil e Estados Unidos, Nicholls defende que “claramente, iria caber ao café propiciar a dinâmica não somente para o desenvolvimento econômico recente do Brasil como também para a expansão muito atrasada de suas fronteiras agrícolas do Sul”, de forma bem análoga à da expansão americana do século XIX (1970, p. 36). A exaltação do café desta forma, é associada ao desencadeamento de um processo de modernização (ou seja, compreendido como exploração capitalista da terra), marcado pelo rápido povoamento. Entretanto, sem que fosse questionado em nenhum momento quem eram os povoadores e a que condições de trabalho eram submetidos.

Sobre o café e seu potencial povoador, uma importante referência são os estudos produzidos por Nadir Aparecida Cancian. A pesquisadora que também foi professora da Universidade Estadual de Maringá, em sua tese de doutoramento defendida na Universidade Federal do Paraná em 1977, apresentou um estudo onde defendeu a ideia de que a cultura paranaense é um prolongamento da marcha para o oeste realizada pelos paulistas, tendo em vista a obtenção de lucros.

Neste trabalho, Cancian utilizou de dados demográficos levantados pelos censos de 1930, 1940 e 1970, coletados junto ao acervo da Companhia de Terras Norte do Paraná. Ao tratar da migração e do elemento “povoador” a autora apresenta dados estatísticos sobre origem e residência dos compradores de terra no período entre 1934 e 1975. É importante assinalar que ao fazer balanço sobre as evidências fornecidas pelo gráfico, conclui o seguinte:

Vários estudos já efetuados revelaram que a região norte Novo teve seu povoamento efetuado por contingentes demográficos provenientes do Norte

Pioneiro e de regiões de cafeicultura de São Paulo. De fato pode ser constatado que os compradores de terras residentes no Estado São Paulo, foram no computo geral entre 1930 a 1974, em número bastante elevado – 10.081 pessoas, ultrapassando portanto os do Norte Pioneiro (CANCIAN, 1978, p.103).

O período estudado por Nadir Cancian é relativamente longo, de 1900 a 1970. Publicada em 1981, seu doutorado é considerado uma referência para o tema, tornando-se fonte histórica para muitos estudos. Seu argumento principal sobre o Norte Novo do Paraná indica a atividade da cafeicultura como centro de interesse, entretanto, nos fornece importantes dados sobre imigração nordestina em São Paulo e o movimento migratório.

Repete-se aqui o recurso às estatísticas, o que de fato confirmam a ideia de que a cultura do café deu-se como prolongamento de seu cultivo em São Paulo, associado ao crédito e apoiado pelo Estado. Em resumo, Cancian insiste neste ponto de modo a reafirmar a tese da colonização inevitável numa região considerada despovoada. Ao longo disso, está implícita em seu texto aqui citado a comunicação (devidamente evidenciada) de que tal empreendimento seria obra de “compradores de terras residentes no Estado de São Paulo”. Em alguma medida, a contraposição feita entre colonizadores do Norte Velho e compradores de terras vindos de São Paulo sugere mais do que a ideia de prolongamento do cultivo do café para o Norte Novo. Pode-se ver nessa concepção a superioridade do empreendedor oriundo de São Paulo, a quem geralmente é atribuída o progresso e a prosperidade. De qualquer modo, mais certo é o conteúdo relativo dos sujeitos dentro de sua obra. Numa direção já bastante pavimentada Nadir Cancian reafirma a tese do vazio demográfico e de protagonismo do café.

Vinculado a ideia do café como grande colonizador, existem trabalhos que salientam de forma destacada o papel das empresas colonizadoras e dos pioneiros. Peraro (1978) ao refletir sobre crescimento demográfico na região do Norte Novo, justifica que:

Será a partir da segunda guerra mundial, ou mais precisamente, na fase nacional da Companhia Colonizadora que o Norte Novo começa a tomar frente. A partir da produção de 1949 e 1952, que realmente irá se impor como região líder na produção de café (PERARO, 1978, p.37).

Neste aspecto, o capital privado é identificado como grande “povoador”, promotor do desenvolvimento e ocupação das zonas marcadas pelo “vazio demográfico”. É retomada aqui a ideia de que a ocupação realizada pelas empresas imobiliárias foi um projeto eficiente para problema agrário e social no país. Assim, na visão da autora, enquanto grande contingente de trabalhadores era dispensado das regiões Norte e Nordeste devido à crise agrícola associada a seca, o Norte do Paraná criou um mercado de trabalho que poderia sanar esse problema social.

Nessa mesma direção temos o trabalho de Pedro Padis (1981) que retoma a narrativa sobre café como personalidade.

Pedro Calil Padis foi professor de economia na EAESP/FGV. Dirigiu o Instituto de Estudos de Desenvolvimento Econômico e Social, ex-pesquisador do CEBRAP. Doutorou-se em economia pela Universidade de São Paulo, onde apresentou a tese “Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná”. Seu trabalho produzido no final da década de 1970, e depois publicado postumamente em 1981 pela editora Hucitec, reuniu um grupo importante de fontes documentais em uma tentativa de promover uma síntese do “atual” desenvolvimento da economia paranaense. No prefácio do livro, técnicos do Iparde (1980) delimitaram a contribuição da pesquisa de Padis dentro do conjunto da produção acadêmica produzida sobre tema, ao explicar que:

O valor de sua contribuição está no fato de ter resultado de intensas pesquisas documentais, de numerosas entrevistas, e de amplos levantamentos estatísticos. Sem querer fazer uma história do Paraná – como ele mesmo salientou na introdução do trabalho. Pedro Calil Padis obteve uma reconstituição dos fatos necessários para a interpretação das várias fases do desenvolvimento da economia paranaense. Essa reconstituição, de tipo analítico, por si só já veio preencher uma lacuna, constituindo um marco para a compreensão até então existente sobre o Paraná (IPARDES, apud PADIS, 1981, p.XII).

Padis elabora uma teoria sobre o desenvolvimento da economia paranaense e defende que este estado, historicamente, teve uma dificuldade de integração à economia nacional. Entretanto, a partir da década 50, se colocou como segundo maior estado da federação, posição possibilitada pela expansão do café. Neste âmbito, o autor justifica que o Norte do Paraná é resultado da articulação de um conjunto de fatos como: qualidade das terras, situação econômica nacional e internacional depois crise 1929, surto de industrialização São Paulo, esgotamento da produção cafeeira em regiões de São Paulo. Desta forma, tenta demonstrar os efeitos econômicos da ocupação do Norte do Paraná relativamente ao estado e à federação. Assim, ao fazer uma leitura de época em relação ao processo de expansão da cultura cafeeira, o mesmo identifica a ocupação da região como fenômeno:

A um estudioso de movimentos ocupacionais ou de frentes pioneiras de ocupação territorial, não pode passar despercebido o fenômeno “norte do Paraná”. Poucas notícias existem de acontecimentos processados de forma tão rápida e de efeitos tão surpreendentes que lhe sejam similares. Em meados de quarenta anos uma área aproximadamente 71.637 quilômetros quadrados, ou seja, de cerca de 36 por cento do território paranaense transforma-se, de densa mata, absolutamente despovoada, em região que, em 1960, contava com

apenas cerca de 1.843 mil habitantes (34 por cento da população do Estado) distribuídos em 172 cidades, algumas de porte considerável (PADIS, 1981, p. 83).

O contraste apontado por Pedro Padis que separa o tempo em passado e presente é ilustrado por números. Novamente a noção de vazio demográfico aparece sob a formulação de “densa mata, absolutamente despovoada”. Que outra narrativa desconsideraria tão abertamente a presença humana de caboclos e indígenas na região? Esta evidência – ou sua omissão – refaz e reproduz a estrutura de uma prática discursiva antiga que defende e justifica a “colonização” como ato inevitável (fenômeno) e emancipador. Para dissipar dúvidas Padis argumenta que numa densa mata se fez uma região com 34% da população do Paraná, distribuída em 172 cidades. Na perspectiva capitalista não haveria melhor forma que contasse essa história.

Padis repete o enredo elencado por Cancian e Peraro e salienta determinada noção de progresso e de desenvolvimento explicitada em estatísticas que menospreza aquele lugar e tudo que havia nele em tempos passados. Assim, novamente torna o café a grande personalidade do processo de reocupação do território, que trouxe como grande consequência de sua expansão, o surto povoador. Claro que não colocamos no mesmo patamar de discurso as teses elaboradas pelos estudiosos Padis, Cancian e Peraro ao do famigerado Herman de Barros. Embora os três primeiros apresentem uma visão sobre a reocupação do território a partir do surto povoador promovido pelo café, estes autores não são representantes do Capital, embora por vezes seu trabalho tenha contribuído para produzir uma história legitimadora da ação das relações capitalistas na região.

Sobre o processo de migração e a marcha dos errantes para Norte paranaense nada é dito, neste momento o rol de problemáticas, preocupações e perspectivas eram outros, diferente dos que nos guia no tempo presente. Estes trabalhos de forma geral sintetizam uma versão da história, que a seu tempo tentam ilustrar as transformações ocorridas no campo econômico e político, mas que não apresentavam uma visão sobre as relações humanas que se desenvolveram no bojo da constituição das comunidades rurais, cidades e economia que se instalou a partir da expansão do capital sobre a região.

Sobre este aspecto, é exemplar a afirmativa de Nicholls ao avaliar que:

A migração tem servido de importante válvula de segurança contra a superpopulação rural nas regiões de renda mais baixa, com a migração interna do setor rural de um estado para o setor rural de outro estado proporcionando frequentemente a oportunidade para melhorias de status econômico mais acentuadas do que aquelas proporcionadas pela migração mais comumente reconhecida do setor rural para o setor urbano. Visto que as últimas fronteiras agrícolas que ainda restam no Brasil, fora da difícil Região Amazônica,

provavelmente terão sido ocupadas daqui a uma geração, sua existência atual pode servir apenas como adiamento temporário e parcial da necessidade contínua de uma rápida expansão (e maior dispersão regional) do sobre região não-agrícola. Entretanto, porém, tem sido um fenômeno muito impressionante e significativo a rapidez com que os brasileiros vêm há muito fazendo recuar cada vez mais a sua fronteira agrícola, processo cada vez mais acelerado na medida em que a rede rodoviária está integrando numa única economia regional o Sul inteiro e o Centro-Oeste, com impacto crescente sobre o Norte e o Nordeste (NICHOLLS, 1970, p.60 -61).

Há nesta síntese de Nicholls um olhar cuidadoso e solícito às classes dominantes a respeito do significado positivo da migração e do ritmo acelerado da expansão das chamadas fronteiras agrícolas brasileiras. Sua visão sobre a migração é sobretudo política e subliminar. Ele pondera em que medida o deslocamento do excedente da força de trabalho nas regiões interioranas de um estado para outro aliviaria pressões sociais. Seu argumento ressalta a possibilidade de desafogar as cidades comumente procuradas por migrantes e de melhorar as condições (“status econômicos”) para os trabalhadores saídos de regiões “de renda mais baixa”. Na sequência, Nicholls destaca a rapidez com que a fronteira agrícola recuou desde os anos 70, facilitada pelo crescimento da rede rodoviária. Ao qualificar este acontecimento de “significativo” e “impressionante” ele exalta, novamente de modo subliminar a onisciência e onipresença daqueles que formaram a classe dominante no Norte paranaense

A ação do capital imobiliário, é compreendida como autônoma, desvinculada dos interesses do Estado, que é concebido como coadjuvante deste processo. É importante observar, que as iniciativas de colonização empreendidas pelo Estado (como colônia militar de Jataí, ou colônia Paranavaí) são qualificadas como iniciativas que não obtiveram tanto sucesso e impacto como as realizadas pelo setor privado, principalmente da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná.

Corroborando para esta linha de pensamento, Mussalam²⁵ (1975) e Peraro²⁶ (1978) discutem os marcos históricos de ocupação da região Norte do Paraná e a define de *zona pioneira*²⁷. Eles tomam de empréstimo a justificativa de Waibel (1955, apud MUSSALAM 1975; PERARO, 1978) que explica tal termo assim:

²⁵ Mussalam em sua tese “Norte Pioneiro do Paraná: formação e crescimento através do senso”, faz um estudo demográfico sobre processo de povoamento, crescimento e evolução populacional do Norte pioneiro (Norte Velho) do Paraná.

²⁶ Na mesma linha de Mussalam (1975), Peraro em seu trabalho “Estudo do povoamento, crescimento e composição da população do Norte Novo do Paraná de 1940 a 1970” (1978), também realiza uma investigação demográfica sobre a evolução da população do Norte do Paraná, entretanto, foca-se na região Norte Novo.

²⁷ Peraro ainda, em síntese apresenta com característica de uma zona pioneira a “preexistência de matas virgens, ou sertão bruto; a construção de estradas ou ferrovias; crescimento rápida da população e expansão rápida da área

Quando, subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre torna a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o afluxo de uma forte corrente humana. Em outras palavras: quando a agricultura e povoamento provocam o que os americanos denominam na sua linguagem comercial um “boom” ou “rush”. Então os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia e um espírito de arrojo e otimismo invade toda a população (WASEL, apud MUSSALAM, p. 16).

Quanto a rápida ocupação realizada pelo capital Mussalam argumenta que:

Constata-se que o Norte do Paraná é, *realmente, uma zona pioneira. Isto porque, em nenhuma região do país, ocorreu um processo de povoamento e expansão da agricultura de forma tão rápida e de efeitos tão surpreendentes.* E isso se verifica, tendo em vista que, no espaço de, aproximadamente, quarenta anos, 1900-1940, numa área de cerca de 72.000 km, praticamente despovoados e de densas matas virgens, apareceu mais de uma centena de cidades e com uma população que se aproximava dos dois milhões de habitantes (MUSSALAM, 1974, p.16) grifo nosso.

Um dos temas mais relevantes no discurso desses dois autores diz respeito à neutralidade que estrutura a rápida e extensa transformação do Norte paranaense. A valorização das terras, a derrubada da mata e o surgimento das cidades encobrem o trabalho e os sofrimentos decorrentes dele. Ao contrário disso, Waisel presume que toda a população é invadida instantaneamente por um espírito de arrojo e otimismo advindo das mudanças nas relações de produção capitalista naquela região.

Mussalam reforça essa visão legitimando a noção de “zona pioneira”, conferindo-lhe uma singularidade relativamente às demais experiências no país. Existem fortes imagens que estruturam tal visão. A rapidez e a perícia que transformaram a região e os obstáculos enfrentados, as matas virgens e o despovoamento. Embora não haja menção a especulação imobiliária no trecho analisado, ao longo de suas obras Mussalam e Peraro reafirmam a percepção de Waisel sobre a valorização do capital em escala acelerada, fato que evidencia uma prática sistemática da especulação imobiliária.

Espantar-nos-ia o fato de Mussalam repetir o argumento de Pedro Padis (já abordado aqui) sobre o ineditismo do “processo de povoamento e expansão da agricultura de forma tão rápida” se este não fosse na linha mestra para explicar a existência social e econômica no Norte

cultivada; preexistência de latifúndio, em pleno sertão bruto, adquirido por particulares ou companhias de terras, antes da chegada da estrada de ferro” (PERARO, 1978, p.27).

paranaense. Lá está a noção de terra despovoada aguardando uma organização capitalista da produção da vida.

Uma síntese das obras analisadas até aqui corre o risco de forçar consensos e reduzir a complexidade que cada uma delas guardam quanto ao seu tempo. O que acreditamos ser possível é apontar e sumariar as características mais ressaltadas sobre a região e a presença humana nela. Assim, pontualmente reconhecemos as ideias do vazio demográfico, da valorização mercantil da terra, da dinamização da economia a atribuição de um papel empreendedor e pioneiro das famílias que constituíram os minifúndios, e de uma preocupação em definir e legitimar determinada importância e peculiaridade da região para o país. Cabe agora relacionar e abordar a literatura que, em alguma medida, criticou essa visão dominante acerca do Norte paranaense a partir de novos métodos e novos personagens.

1.2 Dos anos 90 ao século XXI: Novos métodos, novos personagens.

A partir da década de 1990, podemos observar transformações significativas no campo da produção historiográfica em relação não apenas ao Norte do Paraná, mas no conjunto da produção intelectual em relação ao Estado. Este processo que já havia começado a ser desenhado a partir da segunda metade dos anos 1980, amadureceu e resultou em um conjunto de obras que se diferenciam por suas perspectivas, sujeitos e objeto de pesquisa.

Assinalamos, que esta mudança de perspectiva, é resultado de um conjunto de transformações ocorridas ao nível político e econômico, mas também, no campo de produção intelectual e da disseminação de novos métodos e correntes historiográficas que propunham a utilização de novas metodologias de pesquisa, uma maior diversificação de fontes documentais, e espaços de pesquisa, resultando assim, no surgimento de novos personagens que haviam sido colocados à margem das narrativas historiográficas produzidas pela história tradicional e acadêmica. A crise de paradigma aberto entre os anos 40 e 80, levaram a busca de “formas novas de pesquisa e de expressão” (ARÓSTEGUI, 2006, p.196), que podem ser observadas no decorrer dos anos 80 e 90.

Chamamos a atenção para o fato que é na década de 1980, que ocorre a tradução para o português de importantes obras da Nova História Inglesa, como “A formação da classe operária inglesa”, que jogou uma nova luz sobre a experiência social. Na década de 1980, surgiram os primeiros programas de pós-graduação em História Social e junto com estas

transformações ocorridas principalmente com a redemocratização do país, temos uma mudança de referenciais teóricos que colocaram em evidência, novos sujeitos e espaços de luta.

O recurso a história oral foi um elemento fundamental para a construção de um conjunto de trabalhos que, a partir da história recente e dos desdobramentos e resultados gerados pelo modelo de “ocupação predatória” das décadas de 1950, 60 e 70, levaram a retomada de antigos temas e trabalhos. Contudo, desta vez os fatos foram narrados por sujeitos que participaram do processo histórico e não mais assentados em projeções demográficas. Assim, diferentemente do que ocorreu nas décadas de 1950 quando se tentou caracterizar a região Norte do Paraná, e na década de 1970, quando os economistas tentaram buscar soluções para obtenção de lucro rápido com produção agrícola e os estudos demográficos tentaram explicar aumento demográfico na região, a produção acadêmica mais recente voltou-se para sujeitos que não foram abordados em trabalhos anteriores.

Em 1985, o jornalista José Joffily no livro “Londres- Londrina”, salientou que o empreendimento desenvolvido pela Companhia Terra Melhoramentos que deu origem à cidade de Londrina, baseou-se em um plano para obtenção de altos lucros através da obtenção de terras (sob condições favoráveis) do Estado que foram revendidas a preços muito superiores em formato de pequenas propriedades. Neste sentido, sua crítica rompeu com ufanismo que até então era reproduzido em torno do capital imobiliários, principalmente da CTNP, ao evidenciar os reais interesses do capital sobre a região. Chamamos atenção para o fato de o autor ainda colocar em evidência o Estado como colaborador neste processo, seja por favorecimento através da facilitação do acesso à terra, seja criando condições para que a expansão do capitalismo ocorresse.

Corroborando com esse novo viés crítico, o sociólogo Nelson Dácio Tomazi, tem papel destacado sobre interpretação e análise da História do Norte do Paraná. Em sua dissertação de mestrado intitulada “Certeza do Lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná”, defendida na Unesp em 1989, o pesquisador já apresenta uma visão crítica em relação ao processo de reocupação do Norte do Paraná, mas principalmente sobre o papel desempenhado pela Empresa Colonizadora. Nelson foi o primeiro a tomar a CTNP como sujeito de pesquisa aprofundando as reflexões iniciadas por Joffily.

Em sua dissertação de mestrado, Nelson buscou evidenciar a mistificação do discurso moralizador elaborado por esta empresa (representante dos interesses do capital imobiliário) sobre “terra promissora”, “eldorado” e seus verdadeiros interesses econômicos: obter lucro

rápido com avanço da capitalização da terra. Neste aspecto, conclui que o mito da boa empresa cumpriu e cumpre, papel primordial tanto na esfera regional, como nacional.

Nessa mesma linha de análise, sua tese de doutorado “Norte do Paraná: história e fantasmagorias” (1997), demonstrou a partir de diferentes fontes como foi construído um discurso sobre o Norte do Paraná. Neste aspecto, evidencia como o capital imobiliário e a produção historiográfica produziu um discurso hegemônico que no final da dos anos 90 se recolocava e reafirmava nas relações estabelecidas no momento de produção da tese. Neste sentido, o Tomazi defende que:

A exclusão e a violência na região foram explícitas, pois não houve nenhuma tentativa de moderação, ou cooptação, dos dominados para a criação e uma sociedade onde a tolerância fosse o padrão. A violência que ocorreu passou a ser algo escamoteado, quando os dominantes procuraram escrever a história da (re) ocupação sob o seu prisma (TOMAZI, 1997, p. 08).

Acreditamos que a maior contribuição deste trabalho encontra-se no fato de o autor indicar os silêncios produzidos pela produção intelectual que se tornou hegemônico e como sugere autor, criaram fantasmagorias, como o mito da colonização pacífica e do pioneirismo.

Em sua tese, Nelson organiza um conjunto de ideias que formaram o discurso do “Norte Paraná”, e que ainda hoje estão na gênese da versão oficial e na memória local. Estas ideias foram assim sintetizadas pelo autor:

- A (re)ocupação das terras situadas ao norte do estado do Paraná é um prolongamento da expansão cafeeira que ocorreu no estado de São Paulo.
- A figura do "pioneiro" como sendo o personagem por excelência no processo da (re)ocupação.
- A defesa intransigente da atuação da iniciativa privada em detrimento da ação do governo do estado do Paraná, presente na expressão "o estado nada fez".
- A Clivagem Norte/Sul do Paraná e os conflitos existentes entre estas duas "regiões" do estado.
- A ideia de que a região em estudo foi e é a Terra da promessa, a Nova Canaã e o novo Eldorado.
- A ideia de que a região em estudo era um sertão despovoado presente na expressão "vazio demográfico".
- O processo de (re)ocupação ocorreu de forma pacífica, não havendo conflitos violentos.
- A identificação da (re)ocupação da região norte-paranaense com as atividades da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) / Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).
- A existência de uma especificidade, de uma identidade regional, de uma civilização e um cidadão norte-paranaense (TOMAZI, 197, p. 08).

É importante ressaltar que desde o fim da década de 1980, com a crise do café que havia abatido a região nos anos 1970 e o aumento do afluxo migratório do campo para cidade,

surgiram alguns trabalhos que deslocaram seu olhar das relações desenvolvidas no campo, para a cidade. Com o crescimento das cidades e surgimento de relações sociais e econômicas mais complexas, várias pesquisas buscaram refletir sobre as relações estabelecidas nos diferentes espaços urbanos e as implicações do inchaço populacional. Neste sentido, os agrupamentos urbanos como Maringá, Londrina, Cambé, Cianorte, Paranavaí entre outros, se tornaram objetos de estudo e análise, o que coincidia com a conjuntura que se desenhou na região neste período.

Nesta perspectiva, temos alguns trabalhos realizados a partir da pesquisa de mestrado do arquiteto Marcos Fagundes Barnabé. Ao analisar o projeto de constituição urbana concebido pela Companhia de Terras Norte do Paraná, Londrina e Maringá, sob modelo de *cidade-jardim*²⁸. A partir deste estudo vários outros surgiram no tempo presente, no intuito de investigar o discurso de constituição moderna, baseado no planejamento de espaços que deveriam ser ocupados por diferentes grupos sociais.

É representante deste grupo de trabalho, a dissertação de mestrado de France Luz, “O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá” (1988), que é pioneira na abordagem sobre o processo de urbanização da cidade de Maringá. France Luz foi professora da Universidade Estadual de Maringá e durante sua trajetória acadêmica se tornou referência sobre estudos realizadas sobre a cidade. Em seu estudo sobre a história da cidade, defende a influência da Companhia de Terras Norte do Paraná sobre a ocupação de Maringá.

Assim, conseguimos delimitar uma ruptura no campo de produção acadêmica nos anos 90. Neste período, acreditamos que a grande contribuição para os estudos sobre a história da reocupação do Norte do Paraná, ocorreram com os estudos realizados pelo sociólogo Lúcio Tadeu Mota, autor de vários livros e artigos que circulam entre crítica antropológica e historiográfica, oferecendo uma análise sobre os povos Kaingag e Xetás no Sul do Brasil e no Paraná. A partir da análise de fontes arqueológica, documentos levantados nos arquivos públicos e produção de entrevistas orais, o pesquisador se tornou marco na produção intelectual sobre a História do Paraná, ao questionar a produção historiográfica e criticar os intelectuais paranaenses que até o início dos anos 1990 haviam reproduzido de forma hegemônica a tese do “vazio demográfico”, e que assim, resultaram no estabelecimento de um historiografia que

²⁸ Publicado posteriormente em 1997 com mesmo título.

tendeu a promover uma apologia ao processo colonizador desde o século XIX. Neste sentido, Mota e Noelli²⁹, defendem que:

Construiu-se a ideologia de que esses territórios indígenas estavam vazios, desabitados e prontos para serem ocupados. Tal construção ocorreu dentro dos marcos da expansão capitalista que incorporou essas novas áreas ao seu sistema de produção. Os agentes dessa construção são muitos: desde a história oficial das companhias colonizadoras; os discursos governamentais; os escritos que fazem a apologia da colonização; os geógrafos que escreveram sobre a ocupação nas décadas de 30 e 50 do século XX; a historiografia paranaense produzida nas universidades e, por fim, os livros didáticos que, se utilizaram dessas fontes, e repetem para milhares de estudantes do Estado a ideia de que as terras indígenas do terceiro planalto do Paraná constituíram um imenso “vazio demográfico”, pronto a ser ocupado pelos pioneiros. Com isso, retiram-se, eliminam-se propositalmente da história regional as populações indígenas que aqui viviam e resistiram à conquista de suas terras e a destruição de seu modo de vida (MOTA; NOELLI, 2001 p.21-22).

Partindo de uma leitura de época, o autor situa produção intelectual sobre a História do Paraná, dentro dos interesses do capital sobre a região, e neste sentido, defende como historicamente, a academia e historiografia serviram para fundamentar e legitimar as ações políticas e governamentais no campo das ações humanas. Sem cometer anacronismos, a obra de Lúcio, situa-se em momento de renovação e repensar destas relações sociais. Neste sentido, parte de questões colocadas nos anos 1990: a luta por direito dos povos indígenas e as questões ligadas a ecologia.

Apoiado em uma ampla pesquisa documental de fontes inéditas apresentadas em sua tese de doutorado “As guerras dos índios Kaigangs: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769- 1924)” (1992)³⁰, Mota evidenciou as principais características dos índios Kaingang, produzindo uma etnologia sobre seus costumes e delimita seus territórios. Seu trabalho foi fundamental para superação da ideia de vazio demográfico e a construção de um novo paradigma, assentado no conceito de *re-ocupação*. Este trabalho desenrolou-se em uma ampla produção acadêmica, sendo atualmente considerada uma referência sobre História Indígena no Brasil.

²⁹ Em parceria com Éder Novak (2001, 2008), e o arqueólogo e historiador Francisco Silva Noelli (2001), Mota continuou sua pesquisa, publicando um conjunto de trabalhos que ampliam as ideias defendidas na dissertação mestrado e na tese de doutorado.

³⁰ A tese foi publicada em seu formato original, entretanto, com a continuidade da pesquisa por parte do autor, sua segunda edição realizada pela EDUEM, em 2009 apresenta um conteúdo ampliado como explica Lúcia na apresentação do livro.

É importante ressaltar que os fundadores de Maringá não foram os primeiros humanos a ocuparem a região; nem mesmo os caboclos que chegaram antes. Tampouco os militares e as expedições de reconhecimento da antiga província do Paraná no século XIX (...). É importante dizer que não há uma continuidade étnica cultural entre os maringaenses e as populações pré-históricas e indígenas que viveram onde atualmente se encontram os limites do município. Para existir Maringá e o “Norte do Paraná”, foi necessário expulsar, destruir e confinar as populações indígenas que viviam nessas regiões. Da mesma maneira que se substituíram as populações indígenas por brasileiros e imigrantes de outros países, também foi necessário destruir a rica floresta do Paraná para implantar o modelo econômico agropastoril das monoculturas e da criação extensiva de gado. No interior dessas áreas predominantemente florestais, os Guaranis, Xoklens e os Kaingang realizavam uma sofisticada e produtiva agricultura de diversos cultivos, de baixo impacto ambiental e adaptada aos ciclos biológicos naturais (MOTA; NOELLI, 2001, p. 6-7).

Neste aspecto, podemos observar que os autores denunciam a violência que ocorreu no processo de reocupação da terra pelo Estado e pelo capital imobiliário. Para eles, esse processo ocasionou a destruição das populações que anteriormente ocupavam a região. Assim, Mota colocou em evidência a expansão do capitalismo e como este utiliza-se do Estado e do meio de produção científica para legitimar sua ação.

É de relevância a contribuição do autor na fundação do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) da Universidade Estadual de Maringá em 1996. O LAEE ampliou o número de estudos realizados sobre Arqueologia e Etnografia, o que contribuiu para a construção de um importante acervo sobre a história dos povos indígenas na região e no Paraná. Estes estudos foram decisivos para colocar por terra a tese do vazio econômico e ainda, evidenciar a violência travada contra os povos nativos no processo de ocupação do Norte do Paraná.

As reflexões do professor Lúcio abriram caminho para um conjunto de estudos que partindo de uma visão crítica sobre o processo de “colonização” elegeram novos sujeitos, e assim, passaram a contar “outras histórias, outras memórias” que nem sempre coincidiam com a história oficial. Neste ambiente, são elucidadas a violência do processo de expansão do capitalismo, bem como a disputa pela posse da terra.

Dentro deste campo de produção, o professor da UEM Ângelo Priori desenvolveu estudos sobre a revolta camponesa em Porecatu nas décadas de 1940 e 1950. Autor do livro “O levante dos posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo” (2011) e de vasta produção composta por coletâneas e artigos científicos como “O Protesto do trabalho: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná” e Lutas sociais e conflitos políticos: alguns temas da história de Maringá (o II Congresso de Trabalhadores Rurais e formação da Frente Agrária Paranaense” (2001), evidenciou a luta

organizada por camponeses e trabalhadores em defesa da posse da terra e de direitos na região Norte do Estado do Paraná.

São ainda vários os trabalhos realizados junto aos programas de pós-graduação em História e Geografia da Universidade Estadual de Maringá, e artigos e trabalho produzidos a nível de graduação da Universidade de Londrina. Motivados em grande parte pela presença de professores como France Luz, Lúcio Tadeu Mota e Ângelo Priori, que realizaram diversos estudos sobre o tema.

Essa diversidade de temas e abordagens podem ser ilustrados pela coletânea de artigos reunidas no livro “Maringá e o Norte do Paraná” (2001), publicado pela UEM, que em reuniu 20 capítulos, textos de professores de diferentes departamentos da UEM e UEL, abordando novos e velhos temas dos mais variados campos do conhecimento histórico sobre Norte do Paraná. Entre eles Pré-História, a ocupação e disputa pela terra, os discurso sobre Norte, História das Migrações, História Urbana, História das Mulheres, História da Educação.

Recentemente, surgiram muitos trabalhos nos vários campos das ciências sociais e humanas, relacionados a luta pela terra a partir da presença do Movimento Sem Terra, no município de Querência do Norte. Estes trabalhos, além de produzirem análise sobre o processo de disputa pela terra e a Reforma Agrário no tempo presente, ainda, evidenciaram como historicamente ocorreu o acesso à terra no extremo Noroeste do Paraná, retomando processos políticos que nortearam a política de Terras ocorridas durante os Governos Moyses Lupion e Bento Munhoz da Rocha.

É exemplo desta corrente a pedagoga e geógrafa Adélia Aparecida de Souza Haracenko. Em sua dissertação defendida no Programa de Mestrado em Geografia da UEM, a pesquisadora construiu uma narrativa que buscou associar o processo histórico/ geográfico da colonização às diferentes fases de acesso à terra no Município de Querência do Norte. Neste aspecto, além de abordar os processos de grilagem e expulsão da terra presentes entre as décadas de 50 e os anos 70, Harecenko buscou traçar uma ligação entre estes embates e a luta pelo direito a terra e a Reforma Agrária a partir da década de 1980 no município com o aparecimento do Movimento Sem Terra e a criação dos primeiros acampamentos e assentamentos.

Ao referir-se ao processo de reocupação da região Norte paranaense, a pesquisadora situa historicamente as lutas desenvolvida pela posse da terra, em um período anterior a chegada do capital imobiliário da terra. Neste sentido, lembra que:

A maior parte da Região Norte do Paraná, eram de terras griladas anteriormente a 1930, e que nesse ano ocorreu a desapropriação desses grilos

pelo Estado, que passou então a ter uma grande quantidade de terra para (re)trabalhar o processo de ocupação do espaço agrário (HARACENKO, 2002, p.117).

Adélia pondera que a prática da grilagem de terra, continua após 1930, o que justificava as lutas e disputas ocorridas no em período posterior, que tornaram o município de Querência do Norte, ou “Querência da Morte” (como ficou conhecida no senso comum), como local marcado pelos conflitos ligados a posse da terra. Quanto a isso, a autora evidencia que no município estudado, existiram paralelamente dois tipos de acesso à terra: a) pela compra, empreendida pelo capital imobiliário representado pela Companhia Colonizadora Brasil; e b) pela posse realizada por grileiros e posseiros. A última categoria, segundo ela, “por ser a mais ‘fraca’, foi a que mais sofreu as consequências das lutas pela posse da terra em Querência” (HARACENKO, 2002, p. 118). Seu estudo reúne um grupo de fontes formadas por documentos publicados, fotos e entrevistas orais, que mapeiam e situam a partir das narrativas de trabalhadores camponeses, os conflitos pelo direito a terra.

No centro de sua narrativa, está a análise sobre o mais violento despejo ocorrido na região do Extremo Noroeste: o da Gleba 29, a fazenda Vale do Tigre, “onde muitas famílias de pequenos posseiros foram despejadas no início da década de 1970” (HARACENKO, 2002, p. 120). O desenrolar dessa situação é contextualizado pela pesquisadora, dentro da conjuntura histórica desenvolvida a nível regional e no Estado Paraná. Neste sentido, Adélia analisa a retomada da luta pelos posseiros em 1986, com a ocupação da Fazenda Vale do Tigre e sua desapropriação ocorrida a partir das lutas empreendidas pelo Movimento Sem Terra. Desta nova fase, participaram os antigos posseiros da região e posseiros de outros municípios “que tinham longa história de acampamento pelo Estado do Paraná”, formado por “grupos excedentes dos assentamento que ocorreram no Sudoeste” e trabalhadores atingidos pela construção da Barragem da Usina de Itaipu.

Sobre a luta pela Reforma Agrária, temos ainda a tese de doutorado da geografa Eliane Tomiasi Paulino, defendida em 2003, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP. Em sua tese intitulada “Terra e vida: a geografia dos camponeses no Norte do Paraná” (2003), a autora buscou analisar como ocorreu a reconstrução dos camponeses no Norte Novo do Paraná a partir expansão das relações capitalistas sobre a terra e a monopolização da terra pelo capital.

Além dos trabalhos citados até o momento nos anos 1990, surgiram vários outros sobre diferentes enfoques e perspectivas. Ao olhar para o conjunto das obras produzidas sobre o Norte do Paraná, podemos evidenciar uma fragmentação da narrativa histórica antes orientada por

viés da história econômica e uma tentativa de história global sobre processo, transforma-se em milhares de “migalhas”, elegendo novos sujeitos e espaços.

Sobre os novos espaços e sujeitos, citamos a pesquisa produzida por Paulo Fernando de Souza Campos. Em sua dissertação de mestrado defendida na Unesp (1997), apresenta um estudo que investiga a "loucura" e as práticas psiquiátricas implementadas no período de 1960 a 1980, em face ao processo de urbanização da cidade de Maringá. Neste trabalho, o autor tece sua narrativa no campo da história e reflete sobre as relações estabelecidas nos espaços urbanos, indicando para violência e contradição existentes no discurso promovido através do projeto higienista e normatizados proposto pela CTNP. Para ele, o projeto de “cidade planejada” era baseado na repressão, àqueles que eram considerados desvios sociais, como prostitutas, imigrantes, etc. Neste aspecto, o autor defende que:

Na cidade planejada para ser bela e sem problemas, os homens e mulheres pobres, oriundos da epopeia imigrantista que se consolidou na região norte paranaense em meados do século passado, foram acusados, presos e excluídos por consubstanciar a ameaça ao planejamento da cidade, tanto o urbano quando o desenvolvido para o seu crescimento e projeção econômica. Nos anos de 1960, a eliminação da proverbial ameaça imposta aos pobres e despossuídos fez da cidade um campo de batalhas instauradas para expurgar as mazelas da cidade planejada (CAMPOS, 1997, p. 61).

Campos explora os usos dos diagnósticos médicos pelos interesses políticos que fomentaram ações normalizadoras e moralizadoras a fim de livrar a cidade de sujeitos que realizavam práticas considerados indesejáveis para sociedade local e que fugiam do padrão idealizado pela Empresa Colonizadora. Neste âmbito, ele relaciona o processo saúde/ doença ao crescimento e desenvolvimento urbano da cidade de Maringá, ao mesmo tempo que oferece um panorama sobre história local.

Campos evidencia uma ligação entre as ações realizadas no campo da política municipal ao surgimento de instituições normatizadoras - como manicômios e cadeias – necessárias para a disciplinarização da população de acordo com os discursos de cidade moderna, que eram defendidos pelo capital imobiliário e a elite local, como é apresentado nas fontes estudadas pelo autor.

Seu trabalho contribui para pensar as ações realizada pela CTNP, mas ainda, pela elite local. Para ele, devido o afluxo de trabalhadores migrantes, ou ainda, com a crise do café a partir da década de 1960 e a intensificação da migração campo-cidade, houve diminuição das expectativas de sucesso econômico na região, e a necessidade de maior controle sobre conjunto da população que chegava. Ele explica que:

Dadas as vicissitudes da migração campo-cidade, as possibilidades individuais de sucesso econômico e de ascensão social tornaram-se mais restritas, exigindo uma intensificação das relações sociais que passaram a ser definidas em função dos interesses da pequena elite dominante e com base em valores tipicamente elitista como moral, trabalho, sucesso material e apego a religiosidade dominante (CAMPOS, 1997, p. 65).

Essas transformações ocorreram gradativamente a partir da década de 1970 como resultado da mudança do modelo econômico, que passou de uma economia agrária exportadora dependente para economia industrial (fenômeno percebido não apenas em Maringá, mas ainda aos maiores polos urbanos do Norte Paraná, como Umuarama e Londrina). Assim, a alteração das relações econômicas, levaram a mudança dos valores sociais e dos paradigmas que regiam a sociedade e cultura local. Quanto a isso, Fernando Campo assevera que:

O problema da marginalidade social em Maringá intensifica-se em meio á mudanças provocadas de novos re-ordenadores. Com o adensamento populacional no perímetro urbano, o ideal de progresso incorporou o paradoxo da sociedade do trabalho que, ao representar a perspectiva da valorização do trabalhador, reproduz ao mesmo tempo desajustes comportamentais que escapam dos padrões desejáveis ao ritmo imposto pela lógica do capital que exige, por sua vez, trabalhadores saudáveis, disciplinados, aptos a responder as demandas de um mercado de trabalho cada vez mais especializado. A vigarice, a devassidão e a indisciplina aos poucos ocupavam no imaginário social o lugar próprio criado pela sociedade do trabalho, qual seja, a detenção (CAMPOS, 1997, p. 72).

Sobre a produção historiográfica recente no Norte Paraná, assinalamos os trabalhos desenvolvidos no âmbito do grupo de pesquisa “Estudos históricos do Norte e Noroeste do Paraná” liderada por Maurílio Rompatto da UNESPAR. A partir da perspectiva do uso da história oral, liderou nos últimos dez anos o Projeto de Pesquisa e Extensão “História do Noroeste do Paraná: Microrregião de Paranavaí”³¹, desenvolvido entre 1998 e 2012, que teve como objetivo coletar fontes documentais e produzir fontes orais com os acadêmicos do curso de História da IES, formando rico acervo sobre a história da Região.

As pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto, tem fomentado e incentivado a produção acadêmica apresentada em congressos e simpósios, além da reunião destes trabalhos publicados em duas coletâneas: “História e Memória da Colonização do Noroeste do Paraná:

³¹ Atualmente, o projeto está sendo desenvolvido na UNESPAR Campus de Apucarana sob título “Projeto Memória do Norte do Paraná - Microrregião de Apucarana”.

os casos de Paranavaí, Nova Londrina e Loanda” (2012) e “Histórias e Memórias da ocupação das regiões paranaenses no século XX” (2014).

Das investigações iniciadas durante o projeto, temos importantes pesquisas realizadas a nível de mestrado que contribuíram de forma fundamental para pensar nas relações sociais e de poder nos municípios do Extremo Noroeste do Paraná, deslocando as discussões que, até o momento se centralizavam em torno das cidades mais populosas e de maior importância econômica.

A partir desta perspectiva, podemos citar o trabalho da Hortência Daniely Scaliante, professora da Rede Pública de Educação do Estado do Paraná. Em sua dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UEM (orientado pelo Professor Ângelo Priori), analisa o processo de grilagem da chamada “Areia Branca e Tucum” no Município de Loanda, e neste sentido, evidencia a violência no processo de colonização na região.

Em um viés mais político, o pesquisador Cássio Augusto Samogin Almeida Guilherme, em sua pesquisa de mestrado intitulada “A Ditadura Civil-Militar e a “politicalha interiorana”: O caso Halim Maaraoui em Nova Londrina-PR (1969)”, defendida no Programa de Pós-graduação em História da UEM, abordou a História do município de Nova Londrina. A partir de uma perspectiva política, o mesmo constrói uma narrativa sobre processo de cassação do prefeito Halim Maaraoui em 1969, auge da Ditadura militar-civil no Brasil. Esta obra tem papel fundamental por demonstrar o deslocamento do olhar dos grandes centros para regiões interioranas, onde, no senso comum, a Ditadura Militar teria atuado de forma branda. Neste aspecto, ao investigar os processos políticos em torno da cassação do prefeito, evidencia as estratégias da elite regional para manter-se no poder.

Em seu conjunto, estes trabalhos apresentam novas perspectivas e problemas que se colocam para a academia no tempo presente. Longe de cometer anacronismos, exigem do passado respostas de perguntas que não poderiam ser feitas, a leitura destes trabalhos nos permitiu observar o comportamento social ao longo do tempo. Neste sentido, o estudo da historiografia produzida sobre Norte do Paraná, nos permitiu identificar as mudanças e permanências sobre as narrativas tecidas sobre a região. Nos cabe agora, juntar as partes e fazer uma leitura dos seus significados a partir do ponto de vista eleito: o da história social.

1.3 Hipóteses para a pesquisa: o local que ocupamos na esfera de produção historiográfica

Buscamos evidenciar como o campo da produção historiográfica (principalmente entre as décadas de 1950 e 1970) colaborou para a construção de uma versão da história sobre o processo de reocupação do Norte do Paraná, isenta de contradições, violência e luta de classes. A partir da década de 1990, tivemos um re-pensar desta produção historiográfica, que a partir de outras perspectivas, jogaram uma nova luz sobre processo de (re)ocupação da região Norte do Paraná.

Paralela a historiografia, a obra de memorialistas e produção literária representantes dos valores das elites locais, colaboraram para a construção e legitimação de uma história oficial que fortemente calcada nos conceitos de vazio demográfico e pioneirismo. Que encontram respaldo no senso comum até o tempo presente.

Esta versão da história, portadora de valores, visões de mundo e interesse de classe, se consolidou como história oficial e dominante no senso comum, estando arraigada na defesa de determinados grupos econômicos (ligados a exploração da terra e elites locais) que reelaboram e sacralizam personagens, mitos originários, e marcos temporais. Chesneaux ao falar sobre a apropriação da história francesa ao longo do tempo pelo Estado a fim de consolidar determinados valores, explicou fenômeno ocorrido em torno da figura do general De Gaulle:

Mais perto de nós, o poder político do gaullismo se fundamentava, entre outros elementos, numa hábil apropriação do passado da França, apresentado como algo em comum do povo francês. As palavras “permanência”, “continuidade”, “tradição” e “herança” retornavam sem cessar no discurso histórico gaullista, no sentido de reforçar o prestígio e a autoridade do general: uma França dada como absoluta, uma Ideia onipotente, sob cuja dependência todos deveriam situar-se docilmente e em nome da qual se aceitassem todos os sacrifícios. Tinha-se como evidente que De Gaulle era o depositário e a continuidade daquela “determinada ideia de França” (CHESNEAUX, 1995, p. 29).

Aqui, como Chesneaux identificamos a reprodução de palavras e ideias ao longo do tempo foram sendo reintroduzidas na produção acadêmica, mas ainda na memória social, fortalecendo valores, legitimando processos e personagens, justificando a ação do capital sobre a região e suas mutações. A nosso ver, esta reprodução não acontece de forma natural e sem consequências, é resultado das ações ocorridas no campo das relações humanas, principalmente aquelas ligadas a luta de classes que se fortalece no domínio sobre o passado, e a formulação de uma história dominante. Constituiu assim, uma tradição seletiva.

Quando utilizamos o termo “história dominante” não nos referimos unicamente à história produzida pelos canais oficiais, pela academia ou memorialistas, ou seja, financiada e produzida pelos que dominam. Mas assumimos a perspectiva defendida por Tomazi que

defende que história dominante se refere ainda ao “olhar de uma parcela significativa da população que a aceita e a reproduz, assumindo-a integralmente, porque ela é prenhe de valores hegemônicos na sociedade brasileira” (TOMAZI, 1997, p.107). Entretanto, este processo de aceitação e incorporação de uma versão da história não ocorre de forma pacífica. Relaciona-se a um universo de disputas que nos possibilita colocar a história e a escrita da história como elementos ativos presentes nas práticas sociais, haja visto que, “ cada um escolhe seu passado, e essa escolha nunca é inocente” (CHESNEAUX, 1995, p 34).

Como Chesneaux, acreditamos que “o poder ainda controla o passado [...] ele fundamenta sua prática política, sua decisão, suas escolhas sobre o passado, sobretudo o passado mais recente” (1975, p. 31), e por isso, a história tem sido permeada pelas relações de poder, que se consolidaram no tempo presente, mas que se alimentam das apropriações feitas do passado. A nosso ver, este conjunto literário e historiográfico, em certa medida, representam as escolhas produzidas em torno do passado, sobre o que deveria permanecer e o que deveria ser esquecido em relação ao processo de reocupação do Norte do Paraná.

Longe de vitimar a classe trabalhadora, principalmente os trabalhadores nortistas que são nosso objeto de estudo, pretendemos demonstrar como os costumes e as legitimações desse passado, por vezes, fazem parte de uma consciência representante de antigos usos dos costumes e culturas que se forjam no tempo presente. Como assinala Thompson (2013) ao falar dos costumes do século XVIII, por maiores que sejam as pressões pela mudança e transformação da cultura, existe resistência latente, que de tempos em tempo é possível observar nas reminiscências, nos relatos sobre o passado, na insistência em visitar o presente.

O quadro que nos foi possível traçar aqui identifica duas grandes tendências que compõem o universo acadêmico que tematizou o Norte do Paraná. Em muitos pontos elas são antagônicas. A primeira legitima o processo de desenvolvimento do capitalismo na região e desconsidera a presença de caboclos e indígenas. A segunda critica a primeira, principalmente ao que se refere à ideia de vazio demográfico. Contudo, nesta vertente a crítica ao capitalismo é discreta.

A noção de reocupação, por exemplo, parece substituir ou evitar o uso da noção de expropriação. Reocupação, apesar de descrever o processo histórico no Norte do Paraná, tem seu uso necessariamente associado à expansão do capitalismo. Por outro lado, expropriação é uma noção mais analítica do que descritiva, e diz respeito à pilhagem e destruição ou subordinação de modos de vida e de trabalho. E invariavelmente, o capital que continua sendo sujeito de transformação local.

A classe trabalhadora, continua ausente das narrativas históricas. Outras vezes, vitimados e determinados pela expansão do capitalismo, suas ações aparecem como focos de resistência isolada, descontinuada. As relações de trabalho não são descritas e analisadas no bojo das relações de poder, e assim, não se ligam a um processo de disputas de forças produzidas no campo maior, que não se refere unicamente a história local, mas ainda, as mutações do capitalismo vividas a nível nacional.

Assim, nos capítulos a seguir pretendemos compreender as relações humanas estabelecidas, mediante ao avanço social do capital sobre a região em relação a um todo, não a datas e acontecimentos fixados cronologicamente em um lugar. Buscamos assim, encontrar um espaço de inteligibilidade, onde ocorrem as relações estabelecidas pelos homens, conforme estes produzem objetos de valor, e as suas próprias vidas. Neste âmbito, trabalham, se casam, vivem, estabelecem relações de solidariedade e lutam pela memória sobre estas relações.

Esta opção metodológica e teórica em relação ao objeto de estudo, “trabalhadores nortistas”, refere-se a um posicionamento quanto a memória e a posição historiográfica que se tornou hegemônica, ao que se refere a memória do “Norte do Paraná”, que a nosso ver, parece dissonante a partir do ponto de vista da história social.

De forma poética retomamos, assim, a assertiva de Gullar de que:

A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulo, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo só cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não tem voz (Ferreira Gullar – Corpo a corpo com a linguagem).

São nas relações vividas pela classe trabalhadora que buscamos fontes para as reflexões que pretendemos realizar nesta pesquisa. Como Thompson (2004), partimos do pressuposto de que a classe é uma relação que se faz a partir de dinâmicas que resultam da experiência partilhada por homens. Ao produzirem suas condições de sobrevivência, os homens desenvolvem relações, criam condições materiais de vida, disputam direitos, constituem lutas, desenvolvem cultura, produzem memória.

A produção historiográfica explicitada anteriormente, muito brevemente, abordou os trabalhadores que participaram deste processo. É exemplo a pesquisa desenvolvida por

Mussalam, ao tratar dos trabalhadores migrantes presente no processo de reocupação do norte pioneiro os caracteriza como

mão-de-obra assalariada, sob o regime de colonato ou do camarada (peão de trecho e enxada), com características de instabilidade e, até, de nomadismo (casas rústicas, pouco – cuidadas). O grosso dessa mão-de-obra era constituído pelos nordestinos e sudestinos (mineiros e capixabas), como em São Paulo (MUSSALAM, 1975, p. 52).

Não seriam estes trabalhadores portadores de costumes? Quais fatores o levaram a nomadismo? Não teriam desenvolvidos relações sociais? Disputado espaço? A quais condições de trabalho teriam sido sujeitados na região Norte paranaense? Nada foi dito.

A relações de trabalho, as formas de exploração da mão-de-obra, os costumes, as ações cotidianas, não são problematizadas ou sequer se tornaram tema destes estudos que apresentamos anteriormente. Como o autor afere, o importante não é o crescimento demográfico assistido na região, nem mesmo as relações sociais estabelecidas por estes homens e mulheres que se deslocaram pela região em busca de condições de sobrevivência, mas o dinamismo da ocupação da terra motivada por fatores econômicos, no caso, café.

Partimos ainda do pressuposto que a reocupação do território paranaense foi efetuada pela iniciativa privada com apoio do Estado, sendo que isso se tornou mais evidente durante o governo do Lupion devido os grupos econômicos e interesses que ele representava, que podem ser contemplados com a política de doação de terras a grupos ligados ao capital imobiliário e a indústria extrativa.

Quanto a isso, uma produção historiográfica mais recente (TOMAZI, 1997; PRIORI; HARACENKO, 2002, 2007; SCALIANTE, 2010; OLIVEIRA, R. C.; SALLES, J. O; KUNHAVALIK, J. P., 2004) defendem que o capital imobiliário adquiriu poder espaço durante o governo Lupion, chegando a sobrepor-se aos interesses do Estado.

Para Oliveira, Salles e Kunhavalik, (2004) a opção pela iniciativa privada foi vinculada por Lupion ao lema “Marcha para o Progresso” defendido por Vargas. Assim, este se apresentava como *self made man*, elemento fundamental segundo sua propaganda para modernização do estado, baseado na capacidade de ação do *business man*³² (além de político

³² Assim, vinculado ao lema da campanha de Lupion ao governo do Estado de 1955 (“Paraná maior”) temos a elaboração de um plano de governo que consistia em fortalecer laços entre privado e as políticas públicas a fim de fortalecer o desenvolvimento econômico do Estado. Assim surge a ideologia do privado – como já tratamos ao longo do texto - como agente de desenvolvimento do Paraná, ocorrido em uma conjuntura de rápido crescimento populacional e expansão e diversificação de trocas, que levou ao acúmulo de capital.

empresário empreendedor, que poderia gerir Estado como empresa privada a fim de capitar maiores lucros). Ao favorecer a iniciativa privada, o governo Lupion levou a um acirramento nos conflitos de terras, tendo os seus dois governos sido marcados pela violência no campo, na região Oeste, Sudoeste e Norte Paraná.

Ressaltamos que a leitura destes trabalhos e os dados apresentados (estudos demográficos, estudos de movimento de populacional, estudos sobre a estrutura fundiária) são fundamentais para fazer uma leitura de época, que nos permite não apenas compreender este processo, mas também como seus diferentes agentes criaram canais de interlocução, consolidando versões sobre as relações sociais estabelecidas, consolidando uma memória oficial.

Mediante a história baseada em dados e documentos oficiais, nos perguntamos, como os trabalhadores migrantes principalmente da região nordeste e norte de Minas Gerais- os chamados nortistas- que atuaram como “machadeiros”, arrancadores de “toco”, “chapas”, “jagunços”, “peões”, “diarista” ou ainda como “meeiros”, “colono”, “parceiros”, “empreiteiros”, se recordam e reconstroem no tempo presente este processo?

Diferente da história oficial e das obras de memorialistas, as narrativas contadas por estes sujeitos nos levam a outros lugares e nos contam outras histórias. Para eles, o processo histórico é contado a partir de outros caminhos, que nem sempre são tão épicos, como a narrativa que elegeu o pioneiro e o capital como personagens. Suas experiências são menos previsíveis e se desenvolvem por outras tramas, o que coincide com a reflexão de Thompson:

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença [...] dentro do ser social ocorrem mudanças que dão origem a uma experiência transformada: e essa experiência é *determinante* no sentido que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e oferece grande parte do material com que lidam os exercícios intelectuais mais elaborados (THOMPSON, 1981, p. 17).

Ao entrevistar trabalhadores rurais e urbano que viveram na região do município de Loanda, mas que por vezes, mudaram constantemente de cidade e de fazenda em busca de trabalho, o processo de reocupação do Norte do Paraná não comporta visões tão idílicas,

heroicas como as que estão presentes nos livros comemorativos. Para estes sujeitos, não descrevem o Norte do Paraná como o local da “terra da prosperidade”, de “riqueza fácil”, haja visto que muitos não constam no hall de “pioneiros”, e por isso, não serem considerados vencedores do ponto de vista do capitalismo.

Suas experiências sociais, hoje rememoradas a partir das questões vividas no tempo presente, colocam-se como concorrentes a visão ufanista da história oficial, marcada pelo pioneirismo, exaltação do capital imobiliário. Além disso, essa disputa vai mais longe, já que há presença ainda hoje de conflitos e disputas pela posse da terra (terras e grilos em litígio).

Por fim, a partir dessas ponderações, sublinhamos uma observação de Beatriz Sarlo (2001), sobre ressaltar e problematizar como é que os trabalhadores, ao narrarem situações vividas e relacionadas ao trabalho, se empoderam de suas vidas, atribuindo-lhes significados. Pressupomos que os trabalhadores, quando contam sobre suas trajetórias, revelam seus medos, valores e expectativas quanto à vida. Quando dialogamos com essas falas, interrogando-as e propondo-lhes questões, grifando o que parece ser imperfeições e em seus raciocínios, valorizamos o que é mais subjetivo, recusando-as apenas como depoimentos ou relatos.

A novidade de nosso trabalho, situa-se na abordagem do tema sobre uma nova perspectiva, que elege o “trabalhador” como sujeito promotor de ações que em suas experiências, tornam evidentes outras “versões” da história, marcadas pelo conflito de interesses, luta pelo acesso à terra e assim, as condições de sobrevivência, e mesmo, no tempo presente, a disputa pela memória. Em sua maioria, homens pobres que ocuparam por toda vida condições subalternas.

Admitimos que ao nos depararmos com o conjunto de fontes que utilizamos para tecer esta narrativa, tivemos certa dificuldade em definir e reconhecer esses sujeitos. Na historiografia, via de regra, estes trabalhadores foram identificados como nordestinos. Esta definição recorre a características regionais que foram reforçadas por uma literatura que frequentemente homogeneizou as experiências dos sujeitos sob determinados estigmas (como seca, miséria, migração), o que resultou em uma centena de críticas que não entraremos em discussão por não ser objetivo desta tese.

Por outro lado, estes trabalhadores confirmaram sua presença, como demonstra as entrevistas orais produzidas e as demais fontes consultadas. Isso significa um ponto de vista de alteridade: nativos que ao mesmo tempo identificam origem cultural, também identificam um modo de vida e trabalho. Com relação a este aspecto material o conceito de *nortista* será utilizado ao longo da tese onde vamos evidenciar, a partir da voz do trabalhador, como ele se

identifica. Neste sentido, o conceito de trabalhador nortista será utilizado na identificação destes sujeitos. Com isso, não estamos deduzindo que as escolhas e comportamento desses sujeitos foram realizadas a partir unicamente da lógica de funcionamento do modo de trabalho. Não tomamos assim, o conceito de trabalhador como realidade completa ou categoria neutra. Embora os sujeitos tenham um campo de possibilidades limitados ao horizonte social circunscrito, eles ainda preservam espaço de escolhas e estratégias, onde os laços familiares, redes parentais, clientelares e de amizades também são fundamentais para a compreensão da ação e resistência destes sujeitos.

Entretanto, ressaltamos que a categoria de trabalhador nos é caro, haja visto que, o trabalho e a autoafirmação como trabalhador perpassam as narrativas destes sujeitos, se tornando importante elemento na construção de suas trajetórias. Chamamos a atenção, que muitos destes homens e mulheres, durante algum tempo não foram considerados trabalhadores rurais segundo o Estatuto do Trabalhador Rural, e foram identificados pela mesma lei como volantes, meeiros, parceiros (como discutiremos nos capítulos 03 e 04). Talvez por isso, a todo momento eles reforçam a ideia de que são trabalhadores.

Partimos do ponto de vista da história social. Por isso, ao longo desta pesquisa buscamos descrever e a analisar como ocorreram as relações de trabalho desenvolvidas no processo de reocupação do Noroeste do Paraná, a partir da perspectiva de trabalhadores, no caso, os nortistas. Levamos em consideração, que estes trabalhadores, ao chegarem à região atraídos por uma propaganda de enriquecimento fácil, promovida tanto pelo capital imobiliário, quanto pelo Estado, chegaram em uma condição diferente daqueles trabalhadores que adquiriram pequenas propriedades rurais. Assim, nosso campo de pesquisa abrange não apenas os trabalhadores rurais, que se empregaram nas diversas fazendas de café que existiam por toda região, mas ainda, aos trabalhadores que chegaram no momento anterior e participaram da derrubada da mata e destocamento do solo, se empregaram madeireiras, ou ainda, na abertura de cidades e construção dos primeiros prédios.

CAPÍTULO II: NORTISTAS E BAIANOS: *FABIANOS* E *SINHÁS* VITÓRIA NO NORTE DO PARANÁ

O vaqueiro precisava chegar, não sabia onde
(RAMOS, 1975, p.10).

A caminhada dos errantes continua, sem parada. A busca por trabalho e de um lugar seguro para dormir. O sonho da cama de couro. O sonho da terra fértil, onde os grãos germinem. Mas onde seria este lugar?

Graciliano Ramos não responde a pergunta levantada por vários homens, mulheres, crianças e velhos, muitos *Fabianos* e *Sinhás*, nortistas que ao longo do século XX deslocaram-se de norte a sul. A busca incessante destes homens muitas vezes, desdobrou-se em uma longa jornada de cidade em cidade.

Para a pesquisa histórica tudo isso sugere perguntas: Quais as marcas deixadas nestas trajetórias? Quem pode nos contar estas histórias? Quem eram estes trabalhadores? Quais sonhos e expectativas os motivaram a migrarem para a região?

Carpinteiros, mateiros, lavradores, domésticas, camponeses, homens e mulheres pobres, em condição de subalternidade que realizavam o trabalho mais pesado, recebiam os menores salários, viviam algumas vezes, em relações de trabalho que combinavam colonato e compadrio. Respeitando suas especificidades, estes trabalhadores em seu conjunto compuseram um mesmo retrato social, e aqui no Norte do Paraná, ficaram conhecidos como *nortistas*. Aqui tiveram experiências semelhantes que a distância nos permite pensar sobre a classe trabalhadora. Suas marcas podem ser percebidas ainda hoje na cultura regional, na fê carregada pelos foliões de reis, nas festas rurais, na fala arrastada ainda perceptível entre os mais velhos.

Entretanto, estes trabalhadores não tiveram suas histórias e cultura registradas pela história oficial. Poucas fontes hoje podem contar suas histórias.

Como observamos no primeiro capítulo, a historiografia tradicional das décadas de 1950 e 1960, sob a influência do *paranismo* produziu a imagem do Norte do Paraná embasada em símbolos e alegorias ligados a ideia de progresso. Tal fato reforçou a ideologia e interesses da classe dominante na região. Por isso, apresenta uma versão da história que evidenciou um grupo ligado ao capital imobiliário que promoveu reocupação da região.

A historiografia tradicional por preocupar-se com questões ligadas a produção de riquezas obtidas com o café e a especulação imobiliária, elegeu o café e o pioneiro como personagens centrais de suas narrativas. Ao tratarem da história da ocupação da terra a partir

dos interesses do capitalismo, evidenciam uma tecnologia rudimentar que outrora ocupou-se do local. Ressaltando o progresso como símbolo dos novos tempos, esta historiografia reforçou o papel desenvolvido pela classe dominante e tentou apagar ou subordinar a história dos trabalhadores que vieram ao longo desse processo. E ainda, permanecem na região.

Nos anos 90 e no início do século XXI, a historiografia produzida a partir de novas fontes e perspectivas teórica superou narrativas baseadas em maniqueísmos como: “mata virgem” e progresso; a boa colonizadora e os pioneiros heroicos. Tivemos assim, um novo enfoque que buscou evidenciar novos sujeitos e problemas ao analisarem o conflito pela posse da terra e a ocupação dos espaços urbanos. Desta forma, essa geração de pesquisadores evidenciaram os problemas sociais surgidos com a crise do café e os novos movimentos migratórios.

Estes estudos renovaram o tema em suas abordagens ao apresentarem novas fontes e perspectivas em suas narrativas de forma problematizadora. Passaram a questionar a ação do capital sobre a região e a luta pela posse da terra.

Entretanto, por vezes, atualizaram também o perfil da classe dominante trazendo o “ranço” da história tradicional do passado glorioso, do tempo da “colonização”. Desse modo, não ampliaram os sujeitos e nem evidenciaram suas experiências. Embora os conflitos indiquem os personagens que figuraram neste processo: os proprietários, a colonizadora, o café. E, desta forma, ainda ressoa a pergunta: *Quem são os Fabianos e Sinhás Vitórias?*

Optamos, pelos *quase*³³ invisíveis. Pelas Sinhás Vitórias, menino mais novo e mais velho. Partimos do ponto de vista o Fabiano, *os nortistas* e *baianos*³⁴ considerados errantes porque rodavam como peão, mudando de lugar á busca de sobrevivência. Isso porque não tinham emprego, nem terra, nem coisa alguma. Para tanto, o termo experiência é muito caro para nós, porque ele nos permitiu valorizar nossa posição de classe.

Quando falamos de trabalhadores, não falamos de experiências individuais. Falamos de uma trajetória social, muitas vezes distante do nosso próprio tempo, mas relacionadas às questões que enfrentamos cotidiana e rotineiramente. Acreditamos que os homens e mulheres vivem a exploração e a discriminação não de forma individuais, mas em um processo coletivo, que envolvem muitos trabalhadores ao mesmo tempo. Por isso, refere-se a uma experiência

³³ *Quase* pois, compreendemos que embora tenham sido excluídos da história oficial, estes sujeitos ocuparam e ocupam espaços da cidade, desenvolvem relações de parentela e compadrio, circulam pelos espaços públicos, transmitem memória, constroem versões da história, e assim, deixam suas marcas pela cidade, pela memória social e familiar.

³⁴ O termo baiano também foi utilizado pelos nossos entrevistados para identificar os homens e mulheres vindos da região nordeste e norte de Minas Gerais. Neste sentido, nesta pesquisa optamos por utilizar o termo nortista, que foi utilizado no mesmo sentido, para identificar os sujeitos eleitos por nós.

partilhada, mesmo que de forma específica para cada sujeito, pela classe trabalhadora, que independe muitas vezes de suas vontades, pois:

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença (THOMPSON, 1981, p. 17).

Levando em conta a assertiva de Thompson, ao olhar para novos problemas e nossos sujeitos, pensamos quais elementos se constituíram como opção, estratégias ou determinações. Consideramos que a experiência da migração, da busca por emprego, do trabalho superexplorado etc., é uma experiência da classe. Embora a decisão de migrar, mudar-se de um local para outra seja realizada pelo sujeito, esta, ocorre dentro de um conjunto de situações que são partilhadas e independem das vontades do sujeito. Este insere-se no campo das estratégias de sobrevivência de homens e mulheres, que dentro de um universo restrito de possibilidades, optaram por diferentes motivos pela migração.

Motivados pelas histórias e experiências sociais que permanecem na memória social, entramos nessa “peleja”:

[...] Nosso conhecimento do passado é um elemento ativo do movimento da sociedade, é uma articulação das lutas políticas e ideológicas, uma zona asperamente disputada. O passado e o conhecimento histórico podem funcionar a serviço do conservadorismo social ou das lutas populares. A história se insere na luta de classes; ela nunca é neutra, nunca está acima da peleja (CHESNEAUX, 1995, p. 24).

Como Chesneaux, acreditamos que a memória e a história são campos de disputa. Pelo que foi, pelo que é, e pelo que pretende se concretizar no futuro. Assim, inserimos esta tese no campo de luta de classes. Em defesa dos significados que a classe trabalhadora atribuiu à ocupação do Norte do Paraná. Buscamos assim, abordar a memória da classe trabalhadora, dos analfabetos, dos nordestinos, que chegaram nos ônibus, caminhões, desde as décadas de 1940 e 1950.

Assim, informados por tais referências, neste capítulo pretendemos situar nossos sujeitos de pesquisa: os nortistas. Para tanto, apresentaremos quem são os trabalhadores nordestinos que se instalaram na região na década de 1950, do ponto de vista social, econômico

e cultural. Procuraremos discutir as formas com que os trabalhadores tratam (processam) essa experiência no âmbito de suas consciências (valores, práticas, crenças, convicções etc.).

2.1 Experiência dos migrantes: migração, povoamento e capital imobiliário

No início dos anos 1950 o capital imobiliário florescia no Norte do Paraná. Várias empresas imobiliárias incentivadas pelo sucesso alcançado pela Companhia de Terras Norte Paraná na região de Londrina e Maringá, haviam adquirido glebas do Estado. Estes lotes eram revertidos em lotes urbanos e rurais que eram revendidos a pequenos proprietários³⁵ em longos parcelamentos a baixo custo.

MAPA 3 - Região Norte: em destaque Loanda, Paranavaí (colônia oficial do Estado do Paraná), Londrina e Maringá (colônias da Companhia de Terras Norte do Paraná).



FONTE: Google Maps. Edição da autora.

³⁵ O público alvo eram pequenos proprietários vindos de outros estados e trabalhadores que haviam acumulado algum dinheiro com o trabalho no sistema de colonato principalmente dos São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina. O parcelamento a longo prazo e baixo custo, era para facilitar a compra de lotes por um grupo de trabalhadores que poderiam desenvolver a agricultura a partir do modelo familiar. Como nos afirmou Monticucco (2012) a ideia era pagar a terra com o valor produzido pelo cultivo do próprio café. Estes Estados segundo Scalize (2004) e Monticucco (2012) se concentraram o maior número de “picaretas” em busca de compradores e onde foram divulgadas a propaganda da empresa a partir de cartazes, notas em jornais, rádios e cinemas.

Com a Empresa Colonizadora Norte do Paraná Ltda³⁶ que adquiriu as Glebas 15 e 16 da Colônia Paranaíba³⁷, onde hoje está situada a cidade de Loanda, não foi diferente. Formada por pequenos empresários do ramo da construção do interior paulista, principalmente Tupã, ao saberem da corrida pela compra de terras no Paraná decidiram adquirir pedaços de terras do Estado. Inicialmente, fizeram investidas na região Oeste do estado. Depois de infrutíferas tentativas, acabaram comprando duas glebas de proprietários particulares na região Norte³⁸. A seleção do território onde seria estabelecido o povoamento, decorreu de povoados já existentes na região.

Como nos explicou o senhor Ásio Monticuco “*Maringá e Paranaíba já existia, Santa Isabel já tinha, Porto Rico já tinha [...] então vamos fazer a cidade aqui porque todo mundo que seria mais ou menos viria pra cá [...] era região central*” (MONTICUCO, 2012). A primeira visita ao local foi realizada em 1952. Ainda no mesmo ano começou o trabalho de divisão e limpeza da Terra. Segundo Monticuco:

A primeira viagem fizeram eu e meus sócios (...) sobrevoamos a área e descemos em Santa Isabel. *Não tinha nada* (...). Compramos a terra em fevereiro de 52. [...] Compramos a área lá. Aí no outro mês, acertamos com engenheiro, filho de um japonês (...) Nagashima que cortou a área. Eu o filho japonês e três picadeiros, ficamos acampados um mês aqui. Eu Nagashima mais três picadeiros, fiquei acampado ali um mês, eu mais o engenheiro mais três picadeiros. *Antes na Vila Nova tinha estrada velha vinha daqui*, vinha de Nova Londrina, passava por Santa Isabel, e tinha outra e ia pra Monte Castelo, naquele tempo, *só picadãozinho*. Ficava então na casa Pedro Peterson, pagava pensão [...] comia, dormia lá numa tuiá de Algodão. Um mês! E o engenheiro cortando aqui. Cortou só mapa em volta e voltamos pra Dracena (MONTICUCO, 2012. Grifo autora).

³⁶ Na época a palavra empresa era grafada com Z e não S. Assim, até a extinção da empresa imobiliária, o nome da mesma foi grafado com Z. Optamos por manter a grafia original, para colaborar com o leitor podendo diferenciar quando falamos da Empresa Colonizadora Norte do Paraná, das outras empresas colonizadoras que existiam na região.

³⁷ Segundo Rompato, a reocupação moderna da região noroeste começou a partir do final do século XIX e início do século XX; quando por decreto da União n.º 10.432 de 9 de novembro de 1889, fez uma concessão de terras a empresários nacionais e estrangeiros a fim de construir uma estrada de ferro ligando Itararé-SP a Santa Maria do Monte-RS. No território paranaense, foram cedidos 1.700.000 hectares à uma das subsidiárias, a BRAVIACO (Companhia Brasileira de Viação e Comércio S/A). Esta empresa deveria construir o trecho da estrada de ferro que ligasse o interior do estado. No final dos anos 1920, a Braviaco teria deslocado cerca de 1.200 famílias de trabalhadores nordestinos para a Gleba Pirapó, dando origem a Fazenda Brasileira. Segundo Marcelo (1998), estes trabalhadores eram alvo de controle e pressão feito pelos jagunços, que ficaram responsáveis por garantir o andamento da produção agrícola. Em 1930 Vargas anulou todos títulos de terra cedido a empresas estrangeiras. A BRAVIACO por não ter construído parte do projeto ferroviária que lhe cabia, teve sua concessão cancelada pelo decreto Estadual n.º 300 de 11 de novembro de 1930 (ROMPATTO, 2011, p. 1297). Em 1932, Manoel Ribas propôs o projeto de colonização oficial dando origem a Colônia Paranaíba, que teve sede urbana surgida no local onde se situava a antiga Fazenda Brasileira.

³⁸ Cerca de 8 mil alqueires de terra, Gleba 15 e 16.

A fala do senhor Ásio é contraditória. Apesar de afirmar que não existia “nada” na região, indica que havia fazendas, vilas, estradas que inclusive ligavam uma região a outra. Esta mesma contradição é encontrada na fala do Senhor Sergio Scalize, que ao relatar as primeiras visitas ao local em 1952, refere-se também aos “picadões” e fazendas espalhadas entre as pequenas vilas que estavam sendo construídas por outras empresas imobiliárias. Quem teria aberto os picadões? E se haviam estradas, haviam pessoas que circulavam pela região.

A partir da segunda viagem realizada no início do ano de 1952 para reconhecimento da terra, um grupo de trabalhadores foi deslocado para a região, em sua maioria nortistas que desenvolveram a atividade de machadeiros ou mateiros. Estes nortistas foram encarregados de realizar a derrubada da mata e abrir as ruas formando a planta da cidade projetada pelo engenheiro de São Paulo. Essa “turma”³⁹ ficou responsável de produzir condições para a chegada dos visitantes e compradores, que se seguiu quase um ano depois⁴⁰.

Parte destes trabalhadores foi arregimentado entre os trabalhadores que circulavam pela região. Eles teriam sido atraídos a mais tempo⁴¹ pela abundância de trabalho ofertada nas fazendas de café e nas terras que estavam sendo “abertas”, como nos contou Zé Mineiro, que chegou na região em 1949 acompanhado do irmão. Outra parte, foi formada por trabalhadores pobres que foram atraídos por “gatos” e migraram de várias regiões (Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo). Um terceiro grupo, era de trabalhadores com mão-de-obra *mais qualificada* (marceneiros e pedreiros) que também foi contratado pelos proprietários da ECNP e vieram do interior paulista (principalmente Tupã, Pompéia e Dracena⁴²), como é o caso do Senhor Ásio

³⁹ Nas entrevistas produzidas com homens que trabalharam como machadeiros ou mateiros, ao se referir ao grupo de trabalhadores vinculados a derrubada e limpeza da terra, eles se referem a “turma”. A “turma” dependendo do tamanho da propriedade, lote ou terra podia ser formada de 15 a 20 homens, que eram espalhados pelo local. Segundo o Zé Mineiro (2014), cada turma ficava em um acompanhamento onde tinha um “chefe” (cozinheiro). As cabanas de madeira e lona e as camas de palha eram feitas pelos próprios trabalhadores que organizavam sua “matula” (moradia improvisada) segundo sua “condição”. O Zé Mineiro ainda contou que estes trabalhadores recebiam por dia, de acordo com o trabalho que realizavam: se trabalhavam no facão, no machado ou com a serra. Ao falar do trabalho que realizava, Zé aponta para as mãos calejadas e com problemas de reumatismo, mostra os dedos que haviam perdido a sensibilidade devido trabalho exaustivo com o cabo do machado, e afirma “não dobra mais [...] ficou assim de segurar o cabo do machado”.

⁴⁰ Embora o processo de limpeza e derrubada da mata tenha se iniciado em 1952, Monticucu contou que o ápice das vendas ocorreu em 1955/ 1956. Neste período, ainda temos um enorme fluxo de migrantes e visitantes que deslocaram para esta região. Tal fato, nos permite pensar que ao longo dos anos de 1952, 1953 e 1954 ocorreu um trabalho extenuante de limpeza e “recorte” da planta da cidade, que foi realizada por este primeiro grupo de trabalhadores arregimentados.

⁴¹ Como citamos acima, desde 1929 haviam sido deslocadas famílias de trabalhadores nordestino para empreitas que estava sendo realizadas por empresas privadas, no caso a Braviaco. Além destas, o União e Estado havia concedido terra a outros empresários desde final do século XIX, como tentativa de colonizar os “vazios demográficos”. Por isso, existiam fazendas que era dedicada ao cultivo do café pelo menos desde o final dos anos 1920.

⁴² Antes de Loanda, o grupo de empresários que integravam a ECNP, haviam empreendido outro projeto “colonial” no interior do Estado de São Paulo que deu a cidade de Dracena. Na época, Ásio Monticucu que havia trabalhado

Monticucu que era empreiteiro no interior Paulista, e foi convidado a integrar o grupo de empresários da ECNP. Embora de regiões e com expectativas e experiências diferentes, o primeiro e segundo grupo era majoritariamente formado por homens pobres, em condições de subalternidade que chegaram na região como mão-de-obra barata, e assim eram identificados como nortistas.

Como assinalamos, existiam regiões que eram ocupadas no Norte/ Noroeste do Paraná. A cidade de Paranavaí (antiga Fazenda Brasileira), havia durante a década de 1930, reunido mais de mil famílias. Depois, o Estado teria empreendido uma tentativa de colonização oficial fracassada por parte do Estado do Paraná.

Quando o interventor Mário Taurino decretou a anulação da concessão de terras a BRAVIACO, as terras da Fazenda Brasileira voltaram para o Estado. Os cafezais foram abandonados e os trabalhadores nordestinos “ficaram sem rumo, muitas foram para outras regiões do Estado ou do país e outras permaneceram no local, na condição de posseiros” (ROMPATTO, 2011, p.1298). Acreditamos que estes trabalhadores se espalharam pela região buscando emprego nos projetos empreendidos pelo capital imobiliário e as grandes propriedades de particulares. Na região que atualmente forma o território do município de Loanda, já existiam por exemplo, grandes propriedades produtoras de café como a Fazenda Belo Horizonte, de Alonzo Fernandes⁴³; e outra propriedade de propriedade do espanhol David Bancov – que depois foi adquirida pela ECNP.

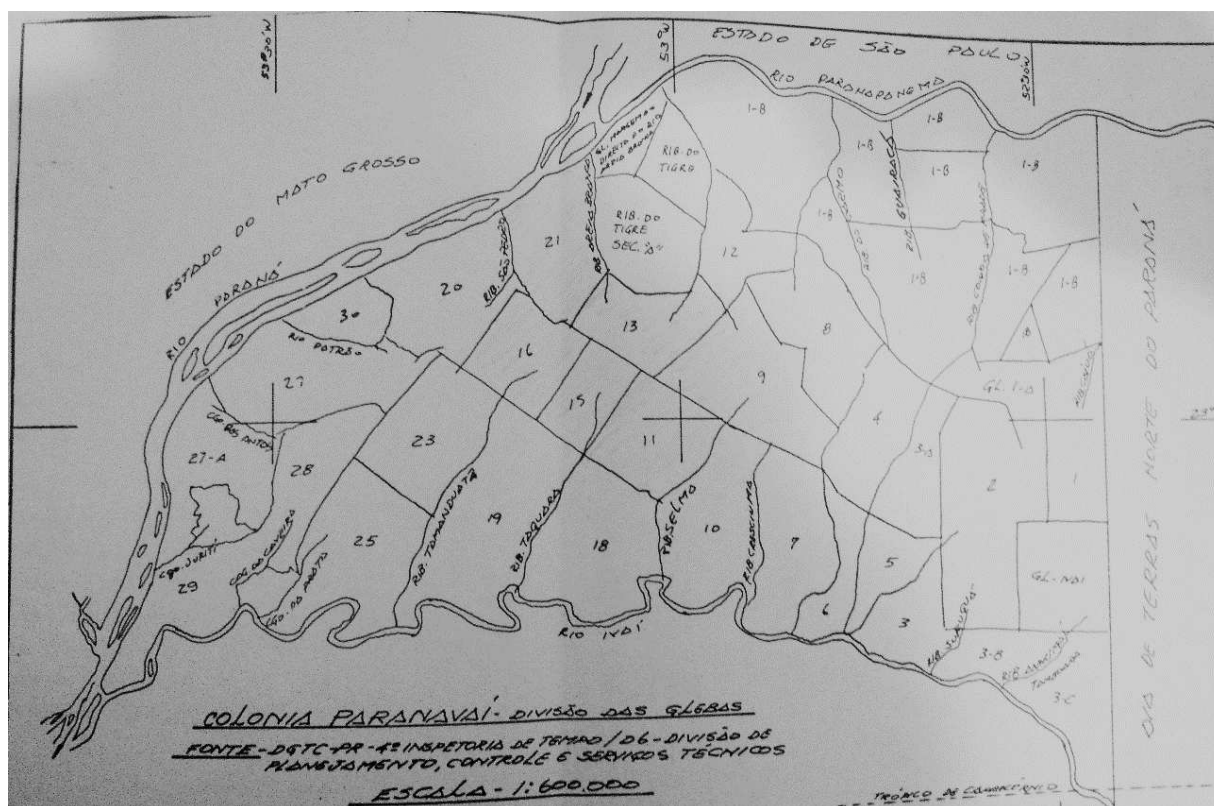
Quanto a cidade de Loanda, o território que atualmente forma o município, integra glebas que eram de propriedade da ECNP, glebas que eram de outras empresas imobiliárias e terras que foram vendidas diretamente pelo Estado⁴⁴ para grandes proprietários como podemos observar no mapa abaixo:

como gerente da empresa, foi convidado a compor o grupo que deu origem a Empresa Colonizadora Norte do Paraná (no período empresa era grafado com a letra Z).

⁴³ Alonzo Fernandes, migrante espanhol da região de Múrcia adquiriu em meados dos anos 50 165 alqueire de terras do Estado do Paraná. Ali deu origem a fazenda Belo Horizonte que se tornou uma das maiores fazendas produtoras de café da região. No ápice de sua produção chegou a abrigar muitas famílias de trabalhadores em sua colônia tendo mais de 50 trabalhadores. Na fazenda, existiam além da casa dos trabalhadores duas escolas primárias, uma capela, campo de futebol e salão onde era realizado atividades lazer (BELTRAMINI, 2016).

⁴⁴ Quanto a composição do município Olga Maria Machado Soares, ao realizar pesquisa mestrado sobre as bases ecológicas da atividade agrícola entre 1969 e 1973, explicou que o município tinha um zoneamento fundiário diverso. Soares (1973) informa que o município foi formado pela junção das glebas 9, 11, 13, 15 e 16 da Colônia Paranavaí. A ECNP que fundou a cidade (aglomerado urbano), atuou nas glebas 15 e 16 que foram redivididas em pequenas propriedades (xácaras e sítios) de 5 á 10 alqueires. A Gleba 11, teria sido sub-loteada por outra empresa imobiliária de Londrina (a autora não cita nome da imobiliária), teriam propriedade maiores formadas por sítios de mais de dez alqueires. As glebas 13 e 21 foram loteadas pela Empresa Imobiliária Paranapanema LTDA, que teve origem no grilo de terra “Areia Branca e Tucum”. Segundo Soares (1973), a Empresa Imobiliária Paranapanema apresentou reivindicação de posse da Terra das Glebas 20 e 21 mediante apresentação de falso documento de posse de terra, ganhando a causa. Entretanto, o Estado cancelou a concessão logo após. Entretanto,

MAPA 4 - Colônia Paranaíba: divisão das Glebas.



FONTE SOARE, O. M. M., 1972

Glebas 15 e 16: Empresa Colonizadora Norte do Paraná; Glebas 13 e 21: grilos de terra Areia Branca e Tucum; Gleba 09: grandes propriedades vendidas diretamente pelo Estado do Paraná e grilos.

Antes da chegada da ECNP, já ocorria desde o início do século XX ocupação de territórios na região, inclusive havendo conflitos pela posse da terra. Existem relatos sobre disputas violentas, com casos de assassinatos, perseguições e conflitos armados entre grileiros e posseiros⁴⁵. Fato que contradiz a insistente afirmação de Moticuco (2012) e Scalize (2004), que durante as entrevistas que realizamos com ambos, sempre se referiram processo de

a Parapanema já havia vendido vários lotes de terra a pequenos proprietários. Estas terras, por sua vez, foram revendidas pelo Estado a outros proprietários. Tal fato, deu origem a um violento conflito entre pequenos proprietários que haviam adquirido lotes pela Empresa Parapanema, e fazendeiros que haviam requerido posse junto ao Estado. Estes conflitos tramitam judicialmente até o tempo presente. A gleba 9, com propriedade de mais de 100 alqueires paulistas, foi ocupada por grandes fazendeiros produtores de café e gado, que compraram terras diretamente do Estado. Nesta gleba os lotes de 26 a 32 também teriam a presença de grileiros portadores de falsos documentos de propriedade que deram origem ao grilo “Apertados” (refere-se a uma extensa área que atinge os municípios de Paranaíba, Terra Rica, Nova Londrina e Loanda, e teria conflito de terras surgido devido o surgimento de um documento falso de Sesmaria apresentado ainda no século XIX (SCALIANTE, p.79).

⁴⁵ Sobre os grilos de terra “Areia Branca e Tucum” e “Apertados”, ver SCALIANTE, Hortência Danielli. **Violência e conflitos políticos no processo de colonização da região noroeste do Estado do Paraná: os casos dos grilos “Apertados” e “Areia Branca do Tucum” (1950-1970)**. Maringá, 2010. Dissertação de mestrado em história. Universidade Estadual de Maringá.

reocupação da região como pacífica sem casos de violência, a exemplo de outras cidades da região como Querência do Norte.

A circulação de trabalhadores era constante. Nas entrevistas produzidas entre os anos de 2004 e 2015, vários dos entrevistados (SCALIZE, 2004; CASSIMIRA, 2010; DARCI, 2016) nos falaram sobre os “correntões” e jagunços que eram comandados por delegados e proprietários que impediam a instalação destes trabalhadores nas clareiras existentes.

Antes da instalação do município de Loanda, por exemplo, havia uma antiga estrada que ligava a região a cidade de Paranavaí, que inclusive é citada pelo Monticuco como estrada antiga. Os moradores da cidade (GIOVANA, 2014; CASSIMIRA, 2010) contam que, até a década de 1950, no final desta estrada havia um *correntão* que atravessava o caminho e era “vigiado” por um “jagunço”. O famigerado Joaquinção. Essa figura quase folclórica⁴⁶ da cidade controlava a entrada de pessoas não autorizadas nas terras.

A presença dos *correntões* e jagunços na região, nos permite formular a hipótese que parte dos trabalhadores nortistas, após serem expulsos da fazenda brasileira continuaram na região. Além destes, outras levas de trabalhadores começaram a chegar constantemente atraídos pela propaganda do capital imobiliário e dos “gatos”, tanto interessados em adquirir terras, como em busca de trabalho nas fazendas. Fica evidente que existia um medo de que as terras que não haviam sido reocupadas pelo capital imobiliário, fossem tomadas por posseiros.

2.1.2 Sobre trabalhadores e o registro realizado pelo capital imobiliário.

Sobre estes trabalhadores quase não existem registros. Entretanto, a Empresa Colonizadora Norte do Paraná (ECNP) registrou eles em fotografias produzidas em 1952. Acreditamos que esse acervo de fotografias pode ser explorado como forma de acessar esses trabalhadores.

⁴⁶ Desde criança, como moradora da cidade ouvi muitas histórias do valentão Joaquinção. Segundo as histórias locais narradas pelos meus avós, Joaquinção era homem alto, gordo e muito “machão”. Era matador que vivia amedrontando os moradores da região. Segundo D. Cassimira (2014) seu destino de valentão acabou quando se casou com a filha de um “gaúcho”. Após abusar da moça, o pai desconsolado, atacou Joaquinção na esquina do Colégio das Irmãs [Colégio Santa Edwiges], com faca em punho “e matou ele [Joaquinção] igual um porco”. Joaquinção era tão odiado na cidade que ficou horas caído no chão sem ser socorrido. Até que Lauro Bananeiro (que depois seria prefeito da cidade) passou e colocou o corpo em cima de uma carroça. D. Cassimira, na época morava no fundo da casa do “valente”, e ajudou a arrumar o corpo do famoso defunto. Ela ainda lavou a camisa que o Joaquinção estava na hora do assassinato. Contou 17 furos feitos de faca. Para fechar o folclore criado em torno da figura, ressa lenda que Joaquinção era tão ruim, que nem a terra o quis. E por isso, que o túmulo do jagunço no cemitério da cidade sempre se racha ao meio.

Boris Kossoy (2012, p.47) defende de que “toda fotografia é um resíduo do passado” que traz artefatos de uma realidade retratada. A fotografia é um documento carregada de significados por parte daquele que registrou ou encomendou a captura de determinada imagem. Mas também, de uma experiência, a do fotógrafo, que é atada às experiências da pessoa fotografada (BOSI, 2015).

A moldura é necessariamente teatral, e, como no proscênio do palco, o que transparece, acidentalmente ou de propósito – não é o fotógrafo, às vezes interlocutor ausente e empresário responsável pela *mise-en-scène* – pode ser mais pertinente à continuidade do drama do que o que se oferece ao olhar do observador. Objetos, embora aparentemente fugidios, contam sua própria história de forma desordenada, é certo que, como variante ostensiva do tema e por essa razão, entre outras, é que o historiador local alerta recorre a lupas para examinar cenas de rua (SAMUEL, 2000, p.25)

Neste caso, embora as fotografias sejam carregadas de sentidos e significados ideológicos, que transparecem o olhar daquele que pelo obturador selecionou a paisagem e compôs a cena – muitas vezes, segundo a encomenda de um empresário – não deixa de registrar um fato do qual não se pode fugir: a experiência social retrata. Cabe ao historiador decompor a fotografias e recompor cenário completando o quadro com peças que foram excluídas ou colocadas na penumbra no momento que o obturador foi disparado. Fazendo assim a imagem projetar-se em direção ao futuro, até os significados construídos no tempo presente.

A série de imagens apresentado abaixo faz parte do acervo produzido entre 1952 e 1953 pela ECNP. No momento de sua produção, estes registros fotográficos tinham objetivos diversos: registrar a região e ação da Empresa Colonizadora; produzir acervo que serviu de propaganda para venda de terras; atrair trabalhadores para região. Por isso, tem duplo caráter de documento e de propaganda.

Imagens como estas, integravam os álbuns de fotografias que eram levados pelos “picaretas” em suas viagens em busca de possíveis compradores de terra pelo interior de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina. Além das fotografias, também eram levados cartazes e projetos arquitetônicos de prédios de alvenaria (rodoviária, o cinema e prédios comerciais) que foram construídos no decorrer dos anos de 1950. Atualmente, estas fotografias integram o acervo Sebastião Delfino Machado da Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná composto por doações realizadas pela família do ex-proprietário da ECNP em 2004. Não

existem registros de quem capturou as fotografias⁴⁷, mas sabemos que foram encomendadas pela ECNP e foram produzidas de tempos em tempos⁴⁸. Desta forma, mensalmente eram capturadas fotografias que registravam o avanço do trabalho de derrubada da vegetação e abertura das estradas e da cidade.

As primeiras fotos capturadas em 1952, forma uma série que reúne imagens que retratam a vegetação densa, o trabalho da derrubada da mata, ferramentas e maquinário utilizados, alguns trabalhadores, as clareiras, os pés de café e outros produtos agrícolas produzidos na região.

Para esta pesquisa selecionamos quatro fotografias que retratam um grupo de trabalhadores. Organizamos as imagens abaixo seguindo a ordem cronológica. Todas as imagens têm legenda com datação realizada ainda nos anos 1950, realizada sobre a própria foto. Atentamos para o fato de que a primeira imagem traz duas datações: a primeira do dia em que foi realizada e a segunda de arquivamento.

⁴⁷Quanto o equipamento, técnica e material utilizado é possível observar a diferença entre as várias fotografias. Provavelmente foram produzidas por equipamentos diferentes, ou mesmo, reveladas em estabelecimentos diferentes. Enquanto algumas são em preto e branco, outras possuem tonalidades em sépia. Algumas têm pixels maiores, outros menores. Observa-se ainda quanto à técnica e qualidade de enquadramento. As duas primeiras trazem enquadramento com falhas – os pés dos personagens da primeira fotografia foram cortados e na segunda parte dos homens que estavam à esquerda também foram excluídos). A terceira e quarta foto demonstram maior domínio do equipamento e das técnicas de enquadramento. Há alguns anos ao entrevistar o senhor Sérgio Scalize (ex-gerente da empresa na década de 1950 e 1960), este nos mostrou uma máquina fotográfica antiga e várias fotografias que havia produzido com a família. Entretanto, naquele momento não o questionamos sobre o intuito de adquiri-la e se o mesmo chegou a produzir fotografias da região. Entretanto, acreditamos que alguns destes registros podem ter sido realizados pelo mesmo a fim de informar aos sócios (em sua maioria moradora do interior paulista) sobre avanço do trabalho desenvolvido na região.

⁴⁸ É possível fazer esta afirmação pois, as fotografias em sua maioria trazem datação realizada no período em que foi realizada.

FOTOGRAFIA 1 - Loanda 27-05-1952.



Acervo Sebastião Delfino Machado/ FACINOR. Marcação autora: arma no coldre.

FOTOGRAFIA 2 - Loanda 02/06/52.



Acervo Sebastião Delfino Machado/ FACINOR – Loanda/PR.

FOTOGRAFIA 3 - Vista parcial da Avenida Brasil. Loanda 12/12/52



Acervo Sebastião Delfino Machado/ FACINOR – Loanda/PR. Marcação da autora: criança a frente pai.

Fotografia 4: Cidade de Loanda – 1952.



Acervo Sebastião Delfino Machado/ FACINOR – Loanda/PR.

Estas fotografias de 1952, produzidas a pedido da ECNP buscavam construir uma narrativa sobre o processo de reocupação da região. Contam uma história e no presente, colaboraram para instituir uma memória sobre o espaço, o tempo e os sujeitos que são retratados⁴⁹. Por isso, devem ser compreendidas em seu conjunto⁵⁰ e de forma contextualizada.

Havia aí, a tentativa da construção de uma narrativa do passado, do presente e do futuro. A ideia que se passa é “tudo está começando”. “Não existe o antes”. Existe a promessa de riqueza para aqueles que chegarem primeiro.

A existência destas fotografias nos colocou o primeiro problema: embora excluídos da memória oficial, estes sujeitos foram registrados na década de 1950⁵¹ em situação de sujeição.

Acreditamos que estes trabalhadores, foram retratados por interesses comerciais. Do ponto de vista comercial, era necessário comprovar que o projeto estava avançando e que a empresa imobiliária realmente estava alcançando o que suas propagandas prometiam. Assim, era necessário registrar o canteiro de obras, os trabalhadores e a dimensão do projeto proposto pela empresa imobiliária.

Quanto a empreita imobiliária, o projeto tinha determinados prazos. As fotos comprovavam que as metas estavam sendo realizadas. A mata estava sendo derrubada, as estradas estavam sendo abertas e a cidade sendo construída⁵².

⁴⁹ As fotografias destes álbuns foram reproduzidas em várias revistas comemorativas publicadas ao longo dos 60 anos da cidade. Acompanhadas de textos que exaltam um passado remoto, marcado pelas dificuldades enfrentadas pelos “pioneiros” reafirmam assim a memória instituída pelo capital imobiliário. Nas reproduções que encontramos ao longo tempo, seja nas revistas comemorativas, jornais, exposições ou mesmo nas redes sociais, é interessante observar que estas imagens sempre aparecem como ilustrativas de um passado superado. Entretanto, os personagens que figuram nas mesmas, são aprisionados em um anonimato. Não são apresentados, questionados sobre os papéis desenvolvidos, suas ocupações e sua importância na construção da sociedade em questão. Embora estejam ali retratados, os mesmos compõem um cenário que quase que teatral.

⁵⁰ Neste aspecto, acreditamos que este conjunto de imagens não deve ser tomado como isolados, mas analisado dentro dos significados atribuídos ao seu conjunto. Benjamim, ao analisar os sentidos requeridos pela fotografia no início do século XX e seu uso pela imprensa assevera que “as orientações que o texto dos jornais ilustrados impõe àqueles que olham as imagens far-se-ão logo ainda mais precisas e imperativas mediante o advento do filme, onde, pelo visto, não se pode captar nenhuma imagem isolada sem se levar em conta a sucessão de todas as que precedem” (BENJAMIM, p. 19). Ou seja, devem ser tomadas a partir do conjunto de elementos que se apresenta e foram disponibilizados aos espectadores. Neste sentido, embora não possamos apresentar todas as fotografias dispostas no acervo Sebastião Delfino Machado, acredito que podemos desenhar um quadro analítico, que permita ao leitor compreender o enredo em que estas fotografias foram veiculadas.

⁵¹ Apesar de terem sido realizadas em Loanda, estas fotografias são representativas do que ocorria em toda região. Estão disponíveis nos acervos municipais e nas redes sociais fotografias muito semelhantes produzidas no mesmo período, mas que se referem as cidades de Nova Londrina, Santa Isabel do Ivaí, entre outras. Todas “surgidas” pelo capital imobiliário em meados dos anos 1940 e 1950. Possivelmente alguns dos trabalhadores podem aparecer nos registros produzidos em uma cidade ou outra. Já que estes homens estavam em constante circulação.

⁵² Assinalamos que os donos da Empresa imobiliária não se instalaram na região. Por isso, no início da empreita capatazes e empreiteiros foram responsáveis de “tocar” a obra. O senhor Ásio Monticuco, foi o único dos empresários que mudou-se para o município no ano de 1955. Nesta época a cidade já tinha sido “cortada” e haviam instalações para acomodar a família. Ali ele foi eleito o primeiro prefeito da cidade. Os outros empresários Lino e Irio Spinardi teriam realizados visitas esporádicas em momentos importantes como o estabelecimento da comarca e a instalação do padre. Já o Sebastião Delfino Machado, aparentemente nunca visitou local. Entretanto, o acervo

Estas fotografias no princípio - quando ainda não haviam casas e poucas plantações, para demonstrar a riqueza e prosperidade eminente da terra - era um forte argumento para vender os lotes rurais.

A ECNP não era a única empresa imobiliária que atuava na região. Existiam outras empresas imobiliárias com mais capital como é caso da Companhia Imobiliária e Colonizadora Santa Isabel do Ivaí que “fundou”⁵³ o município de Santa Isabel do Ivaí⁵⁴, apenas a oito quilômetros de distância de Loanda. Sobre isso, tanto Monticuco (2012) como Scalize (2004) relataram que sempre existiu uma disputa entre as duas empresas. Seja pelos clientes, seja pela obtenção de benfeitorias do Estado que pudesse valorizar os lotes de terra: instalação da comarca, delegacia, ou mesmo, a atração de um padre para a paróquia⁵⁵. A empresa que ofertasse melhores instalações possivelmente chamaria mais atenção dos compradores.

Monticuco nos contou que de início, os empresários da ECNP pensaram em unir-se aos empresários da Companhia Imobiliária e Colonizadora Santa Isabel do Ivaí, fundando um único núcleo urbano. A ECNP venderia apenas os lotes rurais das Glebas 15 e 16, como sendo anexos ao município de Santa Isabel (Gleba 19). Entretanto, como ele nos contou, “pessoal da outra empresa pensou que a gente era aventureiro, e não quis juntar com a gente” (MONTICUCO, 2012). Essa ideia parece ter sido recorrente no discurso do empresário ao longo dos anos.

Quanto a isso, consultamos um discurso escrito aproximadamente em 1954, que teria sido proferido por Sebastião Delfino Machado (um sócios-proprietários da empresa imobiliária) durante uma solenidade (não citada no documento).

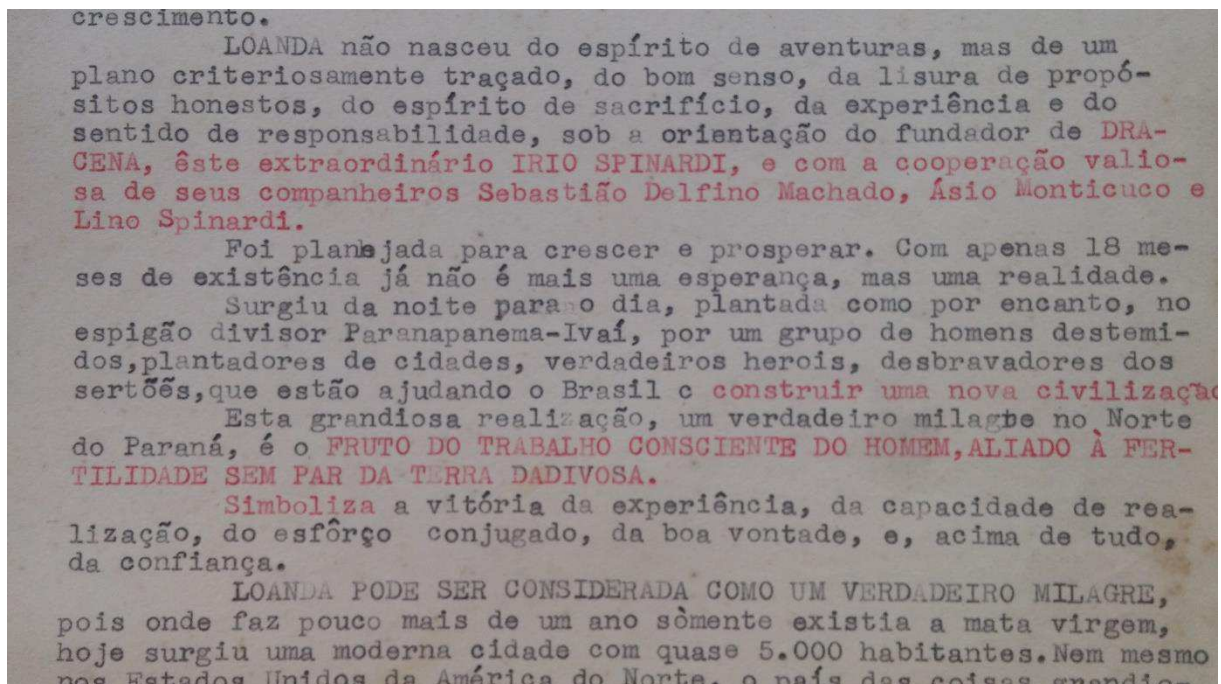
consultado na realização desta pesquisa composto de vários documentos (dentre eles fotografias, propagandas, cartazes, matérias de jornal, mapas, etc.) eram de seu arquivo pessoal. O que demonstra que mesmo não tendo visitado a região, tinha acesso ao andamento das obras.

⁵³ A criação de núcleos urbanos era uma estratégia das empresas imobiliárias para vender os lotes rurais. Muitas destas empresas inclusive, para atrair compradores davam lotes urbanos a quem compravam propriedades rurais, ou ainda, financiavam a longo prazo a construção de casas e prédios comerciais na zona urbana. Essa estratégia já havia sido utilizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná.

⁵⁴ Em 1948, empresários do interior paulista adquiriram a Gleba 19 e a partir da Companhia Imobiliária e Colonizadora Santa Isabel do Ivaí, deram início processo de reocupação da região. Como no caso de Loanda, a empresa fundou um povoamento urbano, e loteou o território em pequenos lotes destinados a agricultura. A venda da terra era anunciada a partir da fertilidade da terra rocha, e a possibilidade de cultivo de café. A cidade que na década de 1960 chegou a ter aproximadamente 40 mil habitantes, perdeu drasticamente população nos anos 1970 e 1980. Segundo o senso IBGE 2010, atualmente o município tem 8.760 habitantes, incluindo a zona rural e urbana.

⁵⁵ Scalize (2004) e Monticuco (2012) nos contou que inicialmente o padre enviado pela Cúria de Maringá deveria instalar-se na paróquia do município de Santa Isabel do Ivaí. Mediante a promessa da doação de uma casa paroquial e outros equipamentos para paróquia de Loanda, o padre acabou instalando-se em Loanda.

DOCUMENTO 2 – Excerto discurso Empresa Colonizadora Norte do Paraná, década de 1950.



FONTE: Acervo Sebastião Delfino Machado

O documento dos anos 1950, já indicava discurso ufanista em torno da empresa imobiliária. Sebastião Delfino, que era professor, frequentemente era quem elaborava os discursos, como nos explicou Monticucco.

Devemos levar em consideração, que naquela altura a chegada a região era de acesso difícil. Existiam poucas estradas, em maior extensão de chão batido e em péssimas condições. Uma das formas mais rápidas para se chegar ao local era de avião. Por isso, a logística para venda das terras naquela época era diferente, devido as dificuldades de locomoção. Do momento da captura da fotografia, até sua revelação e chegar às mãos dos vendedores existia um espaço de tempo, que poderia durar mais de um mês. Por isso, estas fotos eram acompanhadas de projetos que contavam os próximos passos: a construção de prédios, a abertura da cidade, a aberturas de ruas etc. Antes mesmo da construção do projeto, a propaganda já era realizada.

Esse fato pode ser observado na foto 3, que traz na legenda: “Vista p. (parcial) da Avenida Brasil”. Na verdade, o que temos retratado é uma porção da mata e trabalhadores que abriam caminho para a futura avenida. Esta avenida que era prevista no projeto produzido pelo engenheiro, era divulgada pelos vendedores, mas de fato não existia. Quanto a isso, a legenda orienta o olhar do observador para o fato que o fotógrafo pretendeu narrar com a

imagem, seja o que está registrado, ou ainda, o a ideia (ideologia) que pretende construir sobre o fato. Quanto a isso Samuel explica:

As legendas, mesmo aquelas vinculadas aos instantâneos em álbuns de família, possuem uma retórica, contando-nos o que devemos ver e como o que vamos ver deve ser visto. Muitas vezes elas têm a intensão de contar uma estória (...). Por mais que sejam sobressalentes, elas nunca são puramente referenciais. Assim, o nome de um local, embora aparentemente, seja apenas descritivo e esteja apenas localizando uma determinada cena, desdobra-se no papel de significantes, permitindo que uma única imagem represente um todo maior (...) (SAMUEL, 2000, p.26).

Neste sentido, o registro das datas na fotografia - realizada sobre a imagem e não no seu verso, o que seria comum- contribuem também para solidificar a visão ideológica e a fantasia que é construída sobre o fato. O registro a cada dois meses, entra neste enredo do argumento que era oferecido aos compradores. As coisas estão acontecendo; e rápido.

Alguns dos nossos entrevistados, entretanto, falaram das contradições existente entre a propaganda vendida pelos “picaretas” e a situação que os visitantes encontravam na hora que chegavam ao povoamento. Segundo Pinheiro (2012), que foi prefeito da cidade nos anos 70 e chegou na região no início dos anos 1960 “não tinha água, não tinha nada. Muita gente chegava aqui e muntava no caminhão e voltava na hora”. A narrativa destas contradições evidencia que nem sempre a imagem que se pretende sobre o passado, “depende tão somente da manipulação e invenção de legitimidades” (BOSI, 2004, p. 63), elaborados pela classe dominante.

Neste cenário, os trabalhadores são retratados nos anos de 1952 e 1953 porque naquele momento eram os únicos que estavam no local onde seria cortada a cidade. Eram provas vivas de que existia realmente um projeto imobiliário. Esta confirmação era importante já que existiam áreas que haviam sido loteadas por outras empresas imobiliárias, mas que sofriam disputa judicial⁵⁶. Além da presença de grileiros e posseiros. Tanto a imagem dos trabalhadores, como a imagem da mata reforçavam a ideia que a terra estava vazia.

Entretanto, a partir do momento que começaram a chegar as novas compradoras em aviões, ônibus e jipes; se instalaram os primeiros prédios comerciais, hotéis e começou a haver mais moradores no local, os trabalhadores deixaram de ser personagens dos registros produzidos pela empresa. As fotografias passaram a ter novos personagens: estudantes, crianças, padre, cerimônias religiosas, etc. Pessoas vestidas com suas melhores roupas. Crianças sorrindo junto com os empresários. A mata deixa de ser retratada e agora os prédios

⁵⁶ No caso, o grilo da “Areia Branca e Tucum”, vendidos pela Empresa Imobiliária Paranapanema.

de alvenaria são grande destaque. O cinema para 400 pessoas. A rodoviária com entrada subterrânea. O Grande Hotel Loanda, “totalmente de alvenaria e em dois andares”⁵⁷. Projetos urbanos considerados arrojados para o seu tempo.

A dinâmica retratada é outra: a cidade que crescia, aumento da população, o crescimento urbano. Quanto aos trabalhadores pobres que haviam figurado nas primeiras fotos continuavam a cumprir seu trabalho e a parte que lhes cabia na elaboração do projeto imobiliário previsto para região. Entretanto, os trabalhadores deixaram de ser registrados nas fotografias e nos outros documentos que foram sendo produzidos ao longo do tempo: filmes, memoriais, revistas comemorativas. Foram apagados brandamente da história e memória criada sobre local.

Embora estes personagens façam parte da composição da cena, da história e narrativa construídas pela imagem, eles permaneceram no anonimato. A experiência social se tornou memorável na cena fotografada, e na história depois contada. Entretanto, seus personagens se tornaram desconhecidos.

O “esquecimento” dos trabalhadores justifica-se pelo fato do registro pertencer a classe dominante, que naquele momento - embora a fotografia tivesse se tornado mais popular - ainda era um objeto caro para trabalhadores pobres⁵⁸. Quanto a isto, nos perguntamos se os trabalhadores que figuram nestas fotografias tivessem realizado o registro teriam eles selecionado a mesma cena. Com certeza, não usariam as roupas esfarrapadas do trabalho (embora pode ser que eram as únicas que tivessem). Possivelmente colocariam a melhor vestimenta, de ir à Igreja nos finais de semana. E se colocariam em posição mais solene do que comendo de pé (foto 2), ou ainda, empunhando os instrumentos de trabalho.

Na verdade, a fotografia conta muito pouco sobre eles e as contradições que envolvem suas experiências e relações de trabalho, até mesmo porque este não era o objetivo, como explicado anteriormente. A narrativa apresentada se esvai no ato em que o obturador foi disparado. Uma cena que foi selecionada de uma teia de histórias, que enredam a experiência social partilhada por estes vários sujeitos. Não sabemos no tempo presente quem eram. Quais seus locais de origem. Quantos deles permaneceram morando na cidade. Quais foram seus destinos no próximo ato (a construção das casas, o estabelecimento da comarca, etc.). Todas

⁵⁷ Propaganda Empresa Colonizadora Norte do Paraná LTDA, 1957.

⁵⁸ Sempre ao entrevistar trabalhadores, perguntamos se tinham alguma fotografia ou outro documento da época. Quando muito, o único registro que tinham de quando mais jovens era a foto do casamento, ou da carteira de trabalho. Além de ser um artigo difícil de se obter – ainda mais em locais que ainda eram isolados – era muito caro para estes trabalhadores.

estas perguntas são difíceis de responder no tempo presente. Já que poucos foram os registros sobre este grupo de trabalhadores e a distância do tempo em que foram capturadas as imagens.

Embora este tipo de fonte (a fotográfica) tenha limitações quanto as informações que podemos extrair sobre os nortistas, observando as fotografias, podemos realizar uma análise sobre a narrativa construída a partir da perspectiva do fotógrafo.

Nas duas primeiras imagens foi registrado um mesmo grupo de trabalhadores que aparecem em primeiro plano, e em 2º plano tem como cenário o acampamento provisório. Observem que apesar da distância de um mês, na segunda foto aparecem alguns personagens que estão na primeira foto. O que diferencia as duas fotografias é que na primeira é registrado a esquerda do observador um dos donos da ECNP, o senhor Ásio Monticuco⁵⁹. Junto com ele, mais dois homens que possivelmente eram capatazes ou empreiteiros - que deviam ser responsáveis por aquela fase do projeto. Na segunda foto, podemos observar pelas roupas mais simples, que todos são trabalhadores. Quase todos negros, com roupas rasgadas. Aparentemente foram fotografados durante o momento de descanso enquanto se alimentavam.

A diferença entre os três sujeitos (o empresário, o empreiteiro e os trabalhadores) pode ser observada nas roupas: os trabalhadores vestem blusas de mangas curtas, calças retas e botas por dentro da calça, proprietário e empreiteiro blusas de manga longa e botas de cano alto.

Na terceira foto temos um enfoque mais amplo, com dois planos: no primeiro o grupo de trabalhadores com as ferramentas na mão, no segundo, a mata densa e imponente. Aqui o objetivo da imagem não é o grupo de trabalhadores. O olhar é direcionado pela legenda que situa o projeto que tomaria forma com a derrubada da mata: está presente a ideia do futuro.

Entre as duas primeiras imagens e a terceira existe a mudança de enfoque: as duas primeiras foram tiradas de um ângulo mais próximo, onde a mata é retratada como elemento secundário. Os personagens principais são os trabalhadores (nas duas fotografias ocupam o primeiro plano e na terceira o segundo plano). Na terceira, o grupo de trabalhadores aparece enfileirado na frente da mata – agora enquadrada em quase toda sua integralidade, já que parte da copa foi cortada – imponente. Na última é evidente a comparação entre tamanho dos trabalhadores e das árvores⁶⁰. À frente em primeiro plano o espaço vazio, que a legenda completa: “futura vista parcial da Avenida Brasil”.

⁵⁹ De todos personagens o mesmo se destaca por dois fatos: primeiro é o mais bem vestido. Seu traje é formado por camisa, pulôver, casaco, calças e botas de cano alto. O segundo elemento é que o mesmo traz uma arma no coldre, que pode ser observada se olhada com mais atenção, e perceber o coldre preto que esta em torno da cintura, e o cabo da arma que fica rapidamente descoberta, por colocar as mãos no bolso.

⁶⁰ Existe uma foto com a vegetação totalmente derrubada, onde aparece unicamente a rua de terra com data posterior, onde a legenda identifica: “Avenida Brasil”. Frequentemente as duas imagens apareciam juntas, o antes

Na quarta foto, dois trabalhadores. Negros, jovens, de olhar baixo pelo sol, mas encarando o obturador. Enxada na mão cavando em torno de uma árvore grossa. De onde teriam vindo? Ao fundo, o carro da Empresa, em um ângulo entre a mata, a terra limpa e os trabalhadores. Mesmo que ocupando segundo plano, é o jipe da empresa que aparece como figura de destaque, e desvia o nosso olhar para o anúncio feito pela legenda – “Cidade Loanda”. A cidade ainda não existe, mas, seria o passo seguinte a derrubada da mata. Observamos na composição desta imagem a relação entre o passado (a mata), o presente (o trabalho) e o futuro (a cidade).

Mas e os trabalhadores? A partir de nosso ponto de vista, estas fontes evidenciam a primeira hipótese que levantamos: antes dos compradores de terra, do estabelecimento do capital imobiliário, da chegada das levas de colonos, outros homens, mulheres e crianças, chegaram no local. E estes não se enquadram no modelo de pioneiro defendido pela história oficial. Em sua maioria eram trabalhadores pobres, migrantes, eram os nortistas.

Podemos dizer que estes homens realizaram o trabalho mais pesado e criaram condições de ocupação a partir do modelo proposto pelo capital imobiliário. A maioria eram homens. Algumas vezes, não vinham desacompanhados como Zé Mineiro, Manoel, Deusdete, Francisco. Outras, chegavam com mulher e filhos, como D. Nana, Giovana, Terezinha. A presença das duas crianças nas duas primeiras fotos⁶¹ nos chamou atenção pois, todos os trabalhadores que entrevistamos que trabalharam na abertura da mata narraram que frequentemente eram os “gatos” que pegavam empreitas para derrubada e limpeza da terra. Para isso, reunia um grupo de homens de 15 á 40 trabalhadores, que eram levados para a região onde acampavam em instalações temporárias, onde ficava um cozinheiro responsável por cozinhar pra “turma” (DEUSDETE, 2016). Lá ficavam até terminar todo trabalho, que poderia durar de dez dias até um mês.

O fato de as fotografias registrarem crianças e jovens, vai de encontro ao discurso defendido pelo Senhor Ásio Monticuco que narrou que a Empresa, em Loanda, “queria coisa séria” e por isso, “não aceitava qualquer um [...] forasteiros, mas, homens casados” (MONTICUCO, 2012). Assim, provavelmente, estas fotografias contribuía com a imagem de

(mata virgem) e o depois (a rua aberta). Esta avenida era a via principal do projeto produzido pelo engenheiro, que cortaria a cidade onde provavelmente se estabeleceria o centro comercial.

⁶¹ Observe que na ultima foto também tem uma criança a frente de um homem. Entretanto, pelas roupas do menino este possivelmente não era filho dos trabalhadores. Mas de um dos proprietários que devia estar de visita na área. Entre as fotos que foram oferecidas pelo Senhor Ásio Monticuco, existe alguns registros de seus filhos ainda muito pequeno em frente a pés de café e sobre troncos de árvore. Esses registros ocorreram em uma das várias visitas que ele realizou antes de se mudar para o município. É possível que o menino da quarta foto seja Gilberto Monticuco.

“segurança” e “seriedade” que a empresa queria construir mediante os futuros compradores de terras.

Nestas fotografias está definido o papel destes trabalhadores no processo de reocupação da terra: o trabalho árduo, duro daqueles que se encontram no princípio. As roupas simples e rasgadas, as ferramentas rudimentares, colaboram para apresentação dos personagens em condição de subordinação à classe dominante. A maior parte da mão-de-obra utilizada na década de 1950 foi de homens jovens (média de 16 á 25 anos)⁶², que chegavam na região em busca de trabalho e desenvolveram trabalho com instrumentos rústicos como enxadas, serras, foices.

O trabalho era duro e desenvolvido coletivamente para sua realização exigia-se muitos trabalhadores. Além de dividir o trabalho, estes homens dividiam momentos como o da alimentação em torno dos acampamentos erguidos no meio da mata, como foi registrado na segunda foto. A alimentação frequentemente era realizada por um “chefe” que cozinhava para todos. O lugar de cozinheiro era conseguido por aqueles que tinham algum parentesco, ou ligação maior com gato, como nos explicou Deusdete (2016). Possivelmente por ser um trabalho mais leve e menos perigoso. Neste caso, conseguir um trabalho em uma empreita ou cargo mais qualificado, defendia por relações parentais, de compadrio ou amizade.

É possível observar os objetivos e mensagens que estão explícitas: a densa mata, a ideia de terra fértil, os trabalhadores e o trabalho que estava sendo realizada, a empresa colonizadora como transformadora da região. Homens que estavam sob a liderança de empresários “corajosos”. E apesar das dificuldades, abriam caminho para o futuro que se desenhava, derrubando a mata, preparando a terra, levando a modernização⁶³.

Entretanto, não é necessário apenas questionar o que está explícito na imagem, mais ainda, compreender o implícito⁶⁴. Ali não estão retratadas as trajetórias dos trabalhadores. Nem

⁶² Essa média foi realizada com base nos trabalhadores entrevistados que registraram que chegaram à região entre 16 e 25 anos, época em que em certa medida, saíram de sua região em busca de trabalho. Essa média foi ainda reforçada pelos dados obtidos mediante levantamento dos Proclamas de Casamento da Igreja Matriz, que apresentaremos em seguida.

⁶³ A ideia de “modernidade” como processo de capitalização da terra é constante na propaganda produzida pela ECNP. Cartazes, filmes, folhetins, matérias de jornais e fotografias. Em seu conjunto estas fontes ressaltam o capital imobiliário como grande transformador, modernizados da região. Neste aspecto, a modernidade é compreendida como sendo processo de derrubada da mata “virgem”, improdutiva do ponto de vista do capitalismo- e a instalação de um complexo camponês que se integrasse a economia nacional. Fato conseguido principalmente a partir do cultivo do café.

⁶⁴ Kossoy explica que “o significado mais profundo da vida não é o de ordem material. O significado mais profundo da imagem não se encontra necessariamente explícito. O significado é imaterial; jamais foi ou virá a ser um assunto visível passível de ser retratado fotograficamente. O vestígio da vida cristalizado na imagem fotográfica passa a ter sentido no momento em que se tenha conhecimento e se compreendam os elos da cadeia de fatos ausentes da imagem. Além da imagem iconográfica” (KOSSOY, 2012, p. 130).

a política de incentivo a reocupação dos chamados “vazios demográficos”. As fotografias, no tempo presente criam uma imagem romântica sobre esse processo e o papel de desbravadores que naquele momento o capital imobiliário estava promovendo na região. Apesar de mostrar as roupas rasgadas, os olhares duros, não retratam a experiência destes trabalhadores por inteiro. Fato que demonstra os limites e possibilidades alcançados por esta fonte.

Embora as fotografias evidenciem a presença destes trabalhadores e nos deem algumas evidências e indícios sobre quem eram e as experiências dos nortistas que estavam na região neste momento, elas se limitam ao fato retratado. Ficamos nos perguntando sobre os destinos destes homens depois da “abertura” da cidade. Sabemos que daí surgiu o Bairro Vila Jurema (atual Vila Vitória), que ainda hoje abrigam muitos nortistas. E que parte desse contingente foi aproveitado na instalação das serrarias, e em algumas construções produzidas pela ECNP, como nos narrou Monticuco (2010).

Com a gradual derrubada da mata, surgiram as serrarias e as fazendas de café. Através do relato de alguns de nossos entrevistados, sabemos que alguns destes trabalhadores foram gradualmente inseridos em outros postos de trabalho. A partir dali, surgiram novas demandas de trabalho que aproveitou estes trabalhadores e, motivaram a vinda de muitos outros como caso de Zé Mineiro, que foi contratado pelo último patrão para formar café, e buscou o restante da família e vizinhos no Norte de Minas Gerais para trabalhar na mesma fazenda. Além das propagandas as relações de compadrio e parentesco ajudaram a atrair a trabalhadores para região, como trataremos no capítulo 3.

Muitos destes nortistas se estabeleceram na região. Aqui se casaram. Criaram e reproduziram laços de família, amizade e compadrio. Deixaram suas marcas, descendentes e histórias.

Ao longo de nossa pesquisa e percurso da produção de fontes orais, nos deparamos com vários trabalhadores que viveram e trabalharam em condições análogas aos dos trabalhadores retratados nas fotografias. Entrevistamos cerca de 25 nortistas⁶⁵, além de ter contato com muitos outros que apesar de contarem suas histórias, não quiseram gravar entrevista, por acharem que suas histórias e experiências não eram relevantes.

Ressaltamos que nenhum deles trabalharam diretamente para ECNP, mas para os “gatos” que contratavam grupos de trabalhadores para empreender a derrubada da mata nesse momento. Salientamos ainda, que mesmo a ECNP, utilizava o serviço dos gatos para arregimentar a mão-de-obra, e assim, os trabalhadores temporários que foram direcionados a

⁶⁵ Apresentamos no anexo 06, p. 298 a lista de entrevistados.

estas atividades não eram contratados diretamente pela ECNP, mas por gatos, empreiteiros e gerentes que pegavam o “serviço”.

E assim, embora não possamos contar a história dos homens e crianças que estão retratadas nas fotos, podemos falar sobre a vida de alguns homens e mulheres, considerados e autodeclarados nortistas, que se estabeleceram na região Norte/ Noroeste do Paraná. Podemos assim falar da vida de D. Nana, do Zeca Mineiro, do Seu Manuel, da D. Terezinha, do pai do S. Darci, e outros, pois suas histórias sempre se remetem a outros sujeitos, familiares, amigos, vizinhos e parentes que se deslocaram para região.

2.2. Sobre os nortistas

Nenhum dos homens e mulheres que foram entrevistados se identificaram como nordestinos, migrantes ou retirantes. Todos se identificam como trabalhadores, que sem condições de viver no local onde viviam, saíram em busca de trabalho, ou seguiram um grupo de homens que anunciavam bonança e fartura nas regiões das chamadas fronteiras. A mudança para o Paraná insere-se no campo das possibilidades e estratégias de sobrevivência destes homens e mulheres. Assim, a palavra nortista é a que mais foi utilizada, quando se referiam as “leva de gente” que seguiram até a região.

Depois de um tempo, alguns conseguiram se fixar nas cidades da região. Loanda, Santa Isabel, Paranavaí, São Pedro do Paraná. Outros (Deusdete, Terezinha, Francisco) tentaram por um tempo a vida em outros lugares: Minas Gerais, Rondônia, São Paulo. E por algum motivo (seja familiar ou idade avançada), acabaram voltando para as pequenas cidades da região Norte do Paraná “onde é mais tranquilo”.

É como nortista que se identifica Seu Manoel. Batizado como Genildo e registrado no cartório civil como Manoel⁶⁶, é conhecido lá na Bahia pelos irmão e amigos como Gegeno. Sergipano, nasceu em 1940 em Nossa Senhora das Dores. Seus pais eram camponeses. Era o filho mais novo de uma família de 10 irmãos. Foi o único a vir para o Paraná. Em sua terra

⁶⁶ Como o caso do Senhor Manoel, ainda encontramos outros casos em que o sujeito tem nome de batismo e outro no registro civil. Tal fato, acontecia, pois, em regiões onde não existia cartório, primeiramente era realizado o batizado da criança. Apenas muito tempo depois, quando existia a oportunidade de ir a uma cidade que tinha cartório, é que era realizado o registro de nascimento. Neste sentido, alguns de nossos entrevistados fizeram registro de nascimento muito tempo depois quando já eram adultos, como caso do Zé Mineiro, que fez registro apenas no Paraná, quando foi “mexer com a documentação para aposentadoria”, e D. Maria do Carmo, que também, mesmo depois de casada ainda não tinha “os documentos”, os tirou aqui no Paraná.

natal, desenvolvia várias atividades no campo e na cidade. Segundo ele, buscava na cidade trabalho esporádico porque a renda produzida na terra não era suficiente. Como ele explicou:

lá eu vendia lenha na rua pro povo, cortava e vendia na rua com animal amarrado nos feixe, com carro de boi. Com carro de boi era por metro, mas com animal era com os feixe. Amarrava feixe de lenha e levava pra vende em dois... então o serviço era vende lenha, tocava roça de mandioca .. tinha criação mas tudo animal [...] morava no sítio [...] (MANUEL, 2015, grifo nosso).

Hoje, aposentado tem um pequeno sítio onde cultiva cereais e cria umas “cabeças” de gado com um filho e um neto. Das pessoas que entrevistamos, é único que continua no campo e ainda, é proprietário do local onde vive. O pequeno sítio foi conseguido com o dinheiro acumulado ao longo do tempo e o acerto que fez com o último patrão. Para ele, ter conseguido um pedaço de terra é motivo de orgulho, já que quando chegou no Paraná andava “*só com uma malinha na mão*” (MANOEL, 2015).

No Paraná, perambulou por várias cidades do norte do Estado. Cortou madeira, colheu café, plantou roçado como trabalhador volante. Labutou duro na lida diária. Dentro do campo de possibilidades que se apresentava a ele, elaborou estratégias que pudesse garantir seu sustento, garantir trabalho. Entretanto, reconhece que fazia parte de um grupo que tinha algumas condições determinadas na época:

Nordestino é coisa de hoje, naquela época chamava nortista [...] baiano [...] Norte é sempre é Minas [Gerais] pra frente... é mineiro, baiano, sergipano, pernambucano [...] aquela história, vem caminhão cheio de gente ô é português ô é baiano. Porque quem leva ferro ou é português ou baiano [...] o cara as veis (vez) nem é baiano [...] hoje é mais diferente (jeito de falar), mas naquela época era mais baiano (MANOEL, 2015).

Para Seu Manoel, o regionalismo a que se refere o termo nordestino no tempo presente, não dá conta de caracterizar o grupo a que ele se identifica. Nordeste é coisa de hoje, e o nortista, baiano era coisa daquela época. Para ele o nortista se referia a um grupo que coincide não apenas no fato de terem vindo de uma determinada região (já que poderiam vir de diferentes estados), mas que, no Norte do Paraná formaram uma massa de trabalhadores empobrecidos que realizaram trabalho rústico, “*os mai lascado*” (MANOEL, 2015). Portanto, partilhavam condições econômicas e pertencia a uma classe diferente, por exemplo, dos trabalhadores que migraram do sul do país ou dos estrangeiros.

Assim, continua sua narrativa qualificando e diferenciando os nortistas dos outros trabalhadores:

A maioria que abriu era os nortista. No sul tinha uns *troxa* pra trabalha, e do Paraná mesmo era preguiçoso, meio índio os nativo (paranaense) [...]. Quem tinha do Sul era mais rico, esse povo as veis tem descendência de fora é o estrangeiro sangue misturado [...]. E nortista vinha tudo de lugar fraco né? Era só pobreza né? Os nortista era sempre mais pobre. Hoje tão rico, mais naquela época era mais pobre. E o que era mais rico era porque chego primeiro, que era decendente dos portugueses porque o Norte começo com os português, com os estrangeiro que veio por fora (MANOEL, 2015).

Manoel qualifica o nortista como personagem dado ao trabalho rústico, pesado. E diferencia dos “nativos” e de “sangue misturado” que por terem condição privilegiada (ao seu ver) eram portadores dos bens de produção, e por isso, menos dados ao trabalho pesado. Observa que em um cenário onde se reuniam homens e mulheres de vários lugares (sergipano, alagoano, baiano, italiano, alemão) nem todos partilhavam das mesmas condições materiais e tradições de trabalho.

Essa memória é guiada pelo fato de existir nas décadas de 1950-1960 proprietários rurais de origem *sulitas*⁶⁷ (catarinenses e rio-grandenses) e alguns italianos que tinham propriedades na região (ZÉ MINEIRO, 2015). Neste aspecto, Manoel identifica os “nortistas” como os trabalhadores que compartilhavam situação de subalternidade e viviam da venda da mão de obra: eram os trabalhadores pobres. O outro grupo, qualifica como os que vieram em sua maioria em outra condição: o de proprietário.

Manoel ao compor sua narrativa indica que hoje, os nortistas estão ricos, e neste aspecto, o “rico”, identifica a sua própria trajetória de trabalho e garantia de um pequeno pedaço de terra. Para ele, ser rico é ter um “pedaço de terra” e ter saído da condição de trabalhador meeiro, parceiro ou colono. Os significados de sua narrativa, partem da situação presente de

⁶⁷ Durante período de produção de entrevistas, encontramos vários sujeitos que se mudaram para região nos anos 50 em a fim de comprar terras. Neste aspecto, podemos dividir em dois grupos: aqueles que comprar propriedades como mais de 100 alqueires de terras (pequenas fazendinhas), como é caso dos senhores Jorides Zorato, Valter Gomes (Pirajuí), Argentino Bahú (precedente de Santa Catarina veio com os irmãos onde adquiriram terras, que atualmente formam bairro rural que leva nome da família: Bahu). O outro grupo formado por pequenos produtores rurais ou trabalhadores rurais principalmente de São Paulo e Minas, que tinham um pedaço de terra e/ ou conseguiram juntar bom dinheiro para adquirir sítio onde o trabalho era realizado quase que exclusivamente com a mão-de-obra familiar. Essa foi a história contada por Osmar Santim (seu pai, Antônio Santim -descendente italianos, veio do interior paulista e adquiriu terras no Bairro Rural Atibaião); Joaquim Meire (Todos os Santos); Mário Sartori; Antônio Dias de Carvalho (Atibainha). Isso não significa que todos paulistas e catarinenses eram proprietários. Existiam também trabalhadores pobres de origem, catarinense e principalmente, São Paulo.

pequeno sitiante. Ou seja, o narrador que se coloca em condição diferente da que chegou: trabalhador volante.

Para nós, os nortistas formaram um grupo de trabalhadores pobres que foram utilizados pelas empresas privadas e pelo Estado para realizar o estágio inicial de ocupação da terra, e criar as condições necessárias para a exploração a partir da produção cafeeira. Homens e mulheres pobres, foram submetidos a uma relação de trabalho baseado na violência e exploração. A partir destas narrativas, saímos em busca de novas evidências sobre estes sujeitos.

Foi neste momento que nos deparamos com os documentos paroquiais da Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida de Loanda. Ao consultar os processos de casamento (proclamas) realizadoS na Igreja Nossa Senhora Aparecida entre os anos 1955 e 1960⁶⁸, conseguimos mapear algumas informações importante quanto a composição social, econômica e cultural dos homens e mulheres que se casaram na região neste período. Antes da realização do casamento religioso, o casal deve se dirigir a Igreja onde é agendado a cerimônia e preenchido formulário (Proclamas) onde são registrados os dados sobre os nubentes. Este registro além de conter informações sobre os noivos, ainda traz assinatura das testemunhas, que ali, firmavam o compromisso realizados entre as partes e a Igreja. O Formulário é produzido pela Cúria e distribuído entre as paróquias ligadas a mesma. Os termos e itens dispostos no documento, são organizados de acordo com as características regionais, e por isso, se modificam ao longo do tempo. Para o preenchimento deste formulário, o secretário ou padre da paróquia poderia exigir outros documentos como certidão de batismo, certidão casamento dos pais, ou atestado paroquial de que o nubente não tinha contraído casamento anteriormente. Para nós, o proclamas se tornou uma fonte rica de informação sobre os nortistas

Por se tratar de um local em fase de construção do espaço público e de seus mecanismos de controle, acreditamos que a igreja teve papel destacado no disciplinamento e construção de uma cultura local. Neste aspecto, Thompson ao se referir ao papel desenvolvido pela igreja na regulamentação das relações de trabalho na Inglaterra do século XIX, nos atenta que “à Igreja cabia a guarda da memória da paróquia (...)” (THOMPSON, 2013, p.87). E completamos aí, garantir a instalação e manutenção dos valores morais considerados aceitáveis

⁶⁸ Este recorte temporal levou em consideração o fato da Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida de Loanda, ser a única igreja da região que tinha um padre capelão. Por isso, era responsável por realizar os sacramentos da população de toda a região. O Padre de Loanda, o polonês Pedro Plonka, realizava as cerimônias de casamento e batismo nas cidades de Loanda, Santa Isabel, Santa Cruz de Monte Castelo, Querência do Norte, São Pedro do Paraná, Porto Rico e Diamante do Norte. Era comum realizar atividades nas capelas existentes nos bairros rurais e nas capelas das fazendas. Por abranger extensa região, estes registros no permitem ter importantes informações sobre esta população. A partir de 1960, estas cidades dispuseram de padre capelão, sendo então as cerimônias religiosas divididas entre as outras paróquias das cidades, o que fez com que volume de processos diminuísse.

para a sociedade local. E vamos além: naquele momento a Igreja poderia contribuir para promover síntese entre os sujeitos com diferentes culturas que nem sempre coincidiam com os interesses e ideologia elaborado pelo capital.

A Igreja Matriz de Loanda Nossa Senhora Aparecida, foi criada em 1º de abril de 1955 pelo Bispo D. Geraldo de Proença Sigaud, da Cúria de Jacarezinho⁶⁹. No dia 7 de abril do mesmo ano, o Padre polonês Pedro Plonka⁷⁰, assumiu a liderança da paróquia e permaneceu na mesma até o ano de 1968, 13 anos. A expansão do número de igrejas e paróquias na região, bem como o estabelecimento da cúria em Maringá, e logo depois, em Paranavaí, liga-se ao processo de reocupação da região a partir da expansão do capital imobiliário na região. Desta forma, deve ser analisado a partir das condições históricas e sociais que definem este período.

A Igreja era um espaço de sociabilidade e referência para os moradores da região. Frequentemente eram prédios de madeira, que eram construídas pelas empresas imobiliárias que se instalaram na região ou ainda, por grandes proprietários rurais⁷¹. Além da Igreja

⁶⁹ A primeira Diocese do Norte do Paraná foi criada no dia 1º de maio de 1926 na cidade de Jacarezinho pelo Papa Pio XI. No mesmo ano a Diocese foi desligada da Diocese de São Paulo e ligada a Diocese de Curitiba. Em 1926, existiam apenas 4 dioceses no Paraná, sendo elas: Arquidiocese de Curitiba, Diocese de Foz Iguaçu, Diocese de Ponta Grossa e Diocese de Jacarezinho. Por isso, abrangia grandes territórios que com o avanço do processo de reocupação das regiões de mata atlântica, foram sendo gradativamente desmembradas. No dia 1º de fevereiro de 1956 foi criada a Diocese de Maringá e Londrina, situadas na chamada região Norte Novíssimo, Norte Paraná. A criação destas dioceses acompanhava o rápido crescimento demográfico da região norte do estado, decorrente da expansão dos interesses do capitalismo imobiliário sobre a região. Neste sentido, a paróquia de Loanda passou a atender a diocese de Maringá, que no período compreendia 45 mil habitantes, espalhados em uma área de 24 municípios, área 14.902, 67km. A Diocese atendia cerca de 15 paróquias, tendo grupo de 22 padres religiosos e 7 padres diocesanos que eram responsáveis por realizar os rituais e cerimônias religiosas em todas regiões, tanto nas paróquias urbanas, como nas diversas capelas que existiam nos bairros rurais e nas fazendas onde haviam colônias de trabalhadores. No dia 15 de março de 1968 foi criada a Diocese de Paranavaí. A diocese contava com 560 mil habitantes, em uma área de 8.699,60 km, limitado pela área das Dioceses de Umuarama, Maringá, Presidente Prudente e Dourados. Na época, a Diocese de Paranavaí compreendia cerca de 23 municípios e 15 paróquias. Devido ao crescimento demográfico que existia na região e a grande demanda, a diocese sofria com problemas como dificuldades econômicas (que dificultavam a instalação da Diocese) bem como a dificuldade de cunho social devido a circulação populacional e a carência de clero.

⁷⁰ Mesmo com surgimento das primeiras Igrejas e Capelas, isso não garantia que houvessem padres disponíveis para todas novas paróquias. Por isso, existia uma disputa por padres que eram enviados pela Diocese como explicamos anteriormente. Como forma de atrair párocos, frequentemente as empresas imobiliárias construíam igrejas e ofereciam estrutura para acolhida do pároco com casa e doações de objetos necessários para o estabelecimento da paróquia, entre outros. Além da ação da empresa imobiliária, as elites locais também contribuíram para os estabelecimentos das paróquias com doações que eram esporadicamente realizadas, como explicou Sergio Scalize: “*Cada um deu alguma coisa, depois chego o padre, depois que nós fizemos uma igreja é que veio o padre. (...) e ele fez cada um dá uma coisa eu ele fez daquele negócio que passa com a fumacinha, aí ele comprou e a gente pagou*”. Ao relatar as práticas anteriores a chegada do padre e o estabelecimento da paróquia, Scalize nos contou que: “*Não casava, só que quem casava na Igreja vinha um padre de Paranavaí e vinha o bispo de vez em quando na paróquia. No começo tinha várias paróquias no mato aí eu levava o padre para fazer missa, batizar*”. Como podemos observar, a população que existia na região, era praticante do catolicismo e os rituais eram realizados esporadicamente com a vinda do Bispo e de padres da Diocese e das cidades vizinhas.

⁷¹ Visitando a região, é possível observar que além da igreja “matriz” que se localizava no centro urbano, existiam ainda diversas igrejinhas em fazendas e bairros rurais. No caso de grandes propriedades que tinham colônias com muitos trabalhadores, era comum existir um pequeno aparato voltado para os trabalhadores, com Igreja e escola primária, como é o caso das fazendas Belo Horizonte e Ouro Verde. Em bairros rurais, onde existiam pequenos

frequentemente, era deixado um pátio, que servia para realização das quermesses e festas religiosas. Algumas vezes existia um salão, onde eram lecionados a catequese e festas religiosas. No pátio da igreja de Loanda, ainda tinha um autofalante onde eram anunciadas algumas notícias (de morte, recados paroquiais, festejos, etc.). Nossos entrevistados (AIDIR, 2015; MANOEL, 2015; ASSIS, 2014) nos disseram que muitas vezes os caminhões com trabalhadores chegavam e estacionavam no pátio da igreja.

Acreditamos que parte do trabalho de assistencialismo aos trabalhadores que chegavam a região, era realizado pelo padre da paróquia, que usava inclusive o carro da paróquia (jipe) para levar e trazer trabalhadores em propriedades da região (AIDIR, 2014, JOAQUIM MEIRA, 2013). Averiguamos ainda em algumas fotografias disponíveis no acervo Sebastião Delfino, que os caminhões ficavam estacionados ao lado da Igreja à espera da carga de café e algodão.

Observamos que através de suas práticas religiosas e culturais, o padre ocupava um papel importante no processo de reocupação da região. Talvez por isso, tenha sido alvo de disputa⁷² entre as empresas colonizadoras como nos contou Scalize (2004). Ao cumprir seu papel como vigário da região, devia garantir que as relações familiares e maritais fossem constituídas dentro dos valores morais católicos. Assim, nestes registros é possível observar as trajetórias e alguns aspectos sociais e culturais dos homens que se instalaram na região. Neste período analisado foram realizadas 907 cerimônias religiosas, o que nos permitiu ter acesso a informações sobre 1814 nubentes (homens e mulheres).

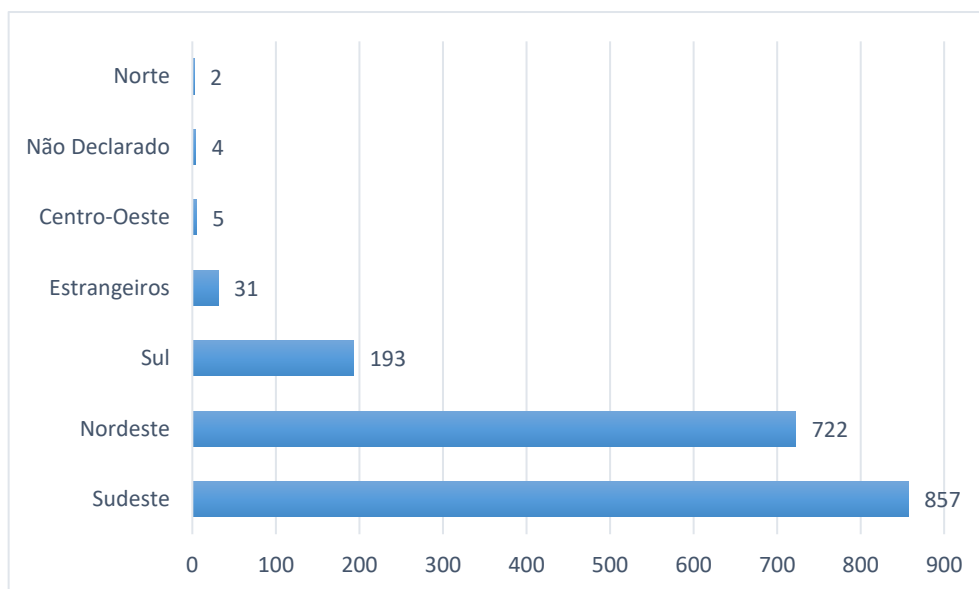
Entre os dados obtidos é possível observar a origem diversa dos nubentes (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Santos, São Paulo, Sergipe, Tocantins), e de outros países (Espanha, Itália, Japão,

sítios e chácaras, a “comunidade” frequentemente se reunia e construía coletivamente Igreja, campo futebol e salão de festas. Os terrenos eram cedidos por um dos membros da comunidade, e a construção era realizada pela associação de moradores, frequentemente formada por moradores das redondezas como é o caso da Atibainha, Atibaíão, Marco Zero, *Vai quem quê*. Temos um caso na região, onde vários membros de uma mesma família de catarinenses (os Bahú) compraram sítios e fazendas na mesma região, dando origem a um bairro rural com sobrenome, o Baú. Lá eles também construíram igreja, escola e campo e futebol que era utilizado pelos membros família, funcionários e outras famílias da região. Nos registros eclesiais, foi recorrente a referência destas igrejas rurais, fazendas e bairros, seja no registro da cerimônia, ou como moradia da maioria dos nubentes.

⁷² O Senhor Sérgio Scalize nos contou que inicialmente o padre cedido pela Cúria de Maringá iria para a cidade de Santa Isabel do Ivaí. Entretanto, devido as promessas realizadas pelo gerente da Empresa Colonizadora Norte do Paraná, ele acabou vindo para Loanda. Segundo Sérgio, foi oferecido ao Padre Pedro Plonka casa paroquial, ajuda financeira para estabelecimento da paróquia, e terreno onde foi construído nos anos 1970 a Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida, em alvenaria. Assim, as atividades eclesiais ficaram concentradas na paróquia de Loanda, de onde padre se deslocava até final dos anos 1960 para as cidades vizinhas para realizar batizados, casamentos, missas, entre outros.

Portugal e Odessa/Rússia). A maioria dos nubentes declararam sua origem eram das regiões Sudeste e Nordeste, como podemos observar nos gráficos abaixo.

GRÁFICO 1 - Regiões de Origem dos nubentes nos processos de casamento



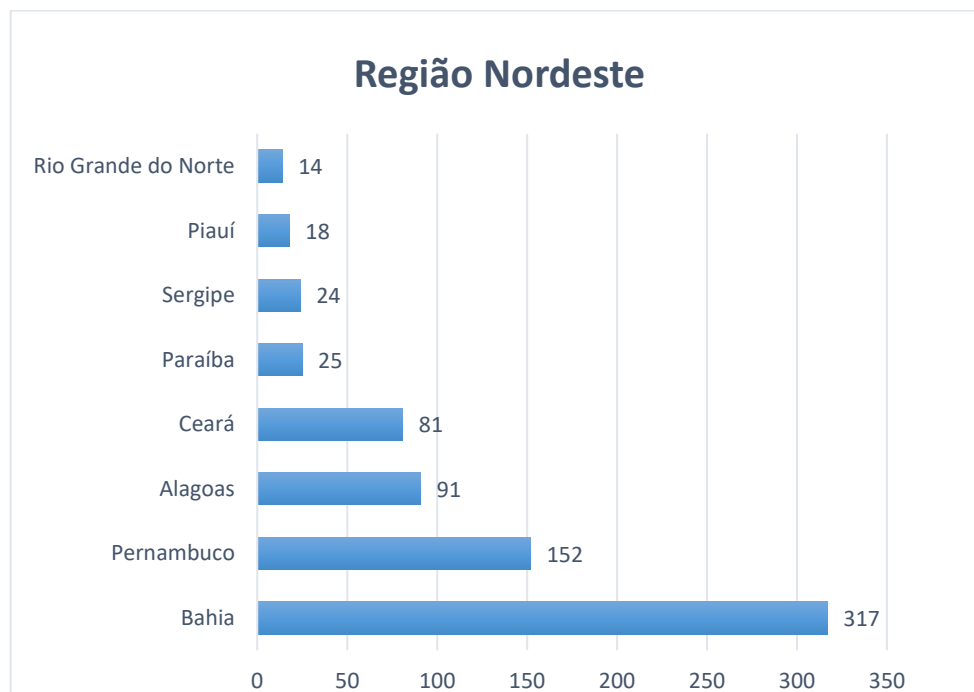
Fonte: Acervo da Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida de Loanda- PR

Como podemos observar, a maioria dos nubentes tinham origem nas regiões Sudeste e Nordeste respectivamente. As outras regiões, aparecem em número bem menor. Havia ainda número pequeno de estrangeiros (Rússia, Portugal, Espanha e Italiano)⁷³. Embora os dados se refiram a um pequeno percentual de todos os homens e mulheres que se deslocaram para a região, esta amostragem confirma a hipótese de que existiam número considerável de homens e mulheres dos estados do Nordeste, que estiveram presente desde o início do processo de reocupação.

⁷³ É importante observar que embora o número de estrangeiros, principalmente, italianos, japoneses, libaneses, alemães tenha sido pequena na região, nos anos 1970 e 1980, tentou se consolidar uma memória sobre uma ocupação multinacional na região, mas que nos anos 90 perdeu força e praticamente deixou de existir. Quanto a isso, por exemplo, embora conste que tiveram alemães na “colonização” da cidade, este se resumiu a uma família, de um médico que teria vivido por cinco anos na cidade. Encontramos no acervo fotográfico da Prefeitura de Loanda álbuns de fotografia dos desfiles em comemoração ao aniversário da cidade, sete de setembro que ressaltavam as “colonias” estrangeiras que compuseram a colonização da cidade. Em carros alegóricos decorados com motivos típicos, personagens vindos de outros países e seus descendentes desfilavam pela cidade. Ainda na década de 1980 tivemos a festa das nações que tiveram poucas edições, mas que também recorria a este artifício. Este fato não ocorreu apenas em Loanda, mas nas cidades da região. Em 2016, na cidade de Santa Isabel do Ivaí, o desfile de sete de setembro organizado pelas Escolas Municipais, novamente trouxe à tona a memórias sobre os “migrantes” da região. Cada escola ficou responsável por representar um grupo étnico estrangeiro que participou da “colonização” da cidade.

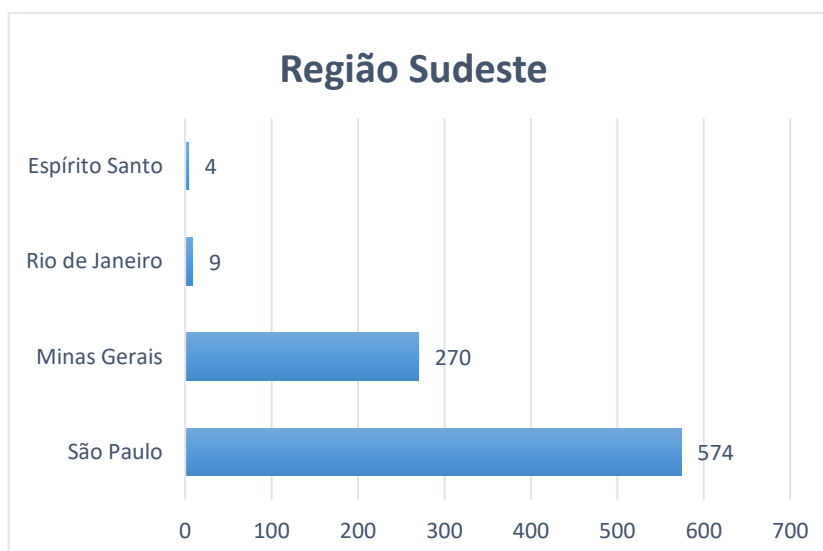
Os Estados que forneceram maior número de nubentes foram São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Santa Catarina, como observamos nos gráficos abaixo.

GRÁFICO 2 -Estados de origem região Nordeste.



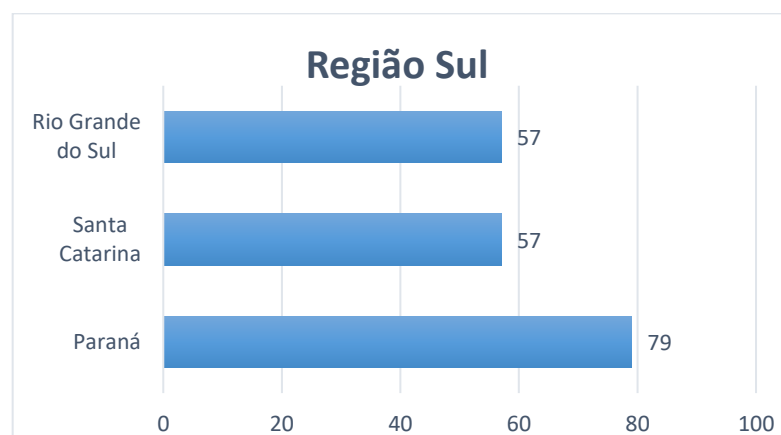
Fonte: Processo de casamento da Igreja Nossa Senhora Aparecida – Loanda/PR. 1955-1960. Organização autora.

GRÁFICO 3 - Estados de origem região Sudeste



Fonte: Processo de casamento da Igreja Nossa Senhora Aparecida – Loanda/PR. 1955-1960. Organização autora.

GRÁFICO 4 - Estados de origem região Sul



Fonte: Processo de casamento da Igreja Nossa Senhora Aparecida – Loanda/PR. 1955-1960. Organização autora.

Como podemos analisar nos gráficos 2, 3, e 4, os estados que mais contribuíram com o fornecimento de nubentes foram: 573 do Estado de São Paulo, seguido 317 da Bahia, 270 de Minas Gerais, 152 de Pernambuco, 91 de Alagoas, 81 do Ceará, 79 do Paraná, 57 do Rio Grande do Sul e 57 do Rio Grande do Norte. Nestes registros constava ainda dados de procedência e origem dos pais e local de casamento. Embora não tenhamos sintetizado em gráficos e porcentagem (como fizemos com os dados de origem dos noivos)⁷⁴, observamos uma pequena incidência de jovens que nasceram em regiões de São Paulo, mas que os pais, nasceram ou se casaram em outros estados, frequentemente Bahia, Minas Gerais. Assim, os dados indicam para uma diversidade de sujeitos que se deslocaram de vários Estados do país, e que circularam e se estabeleceram na região ao longo dos anos, e não unicamente paulistas, mineiros e catarinenses como defende a história oficial

Estes dados coincidem com a narrativa de alguns de nossos entrevistados. Seu Zé e Dona Cora também nos falaram da diversidade dos trabalhadores com que viveram nas colônias de café entre os anos de 1950 e 1980. Hoje seu Zé e D. Cora moram na cidade de Paranavaí, são aposentados e tem alguns problemas de saúde. Vivem em casa própria que os dois filhos ajudaram comprar. Filhos de camponeses, nasceram em Itaberaba, Bahia. Seu Zé em 1930 e D. Cora em 1937. A família de S. Zé era extensa, eram 9 filhos. Os pais eram trabalhadores rurais, “tocava terra dos outros”, bem como os filhos. Ao falar a impressão ao chegar na fazenda de café onde trabalhou nos primeiros anos em Terra Rica nos contou que:

⁷⁴ Embora tenhamos realizado levantamento deste dado, devido o número escasso dos registros que traziam este dado preenchido pelo padre (menos de 50%), optamos por não elaborar o gráfico. Uma das dificuldades em trabalhar com os dados contidos neste documento está exatamente no fato, de nem sempre todas informações eram preenchidas, principalmente ao que se refere a origem dos pais, e dados referentes a moradia, profissão da noiva.

Tinha muita gente ... não dava para conta [...] Tinha gente de todo canto. Tinha gente da Bahia, tinha de Sergipe, Alagoas, Paraíba...Paraíba tinha...Tinha poca gente era aqui no Rio Grande do Norte... Do Rio Grande do Norte não tinha muito não. Ceará...Ceará que tinha muita que o Mundoca [gato] trazia (...) Minas Gerais também tinha muita gente [...] Era de tudo canto (...) italiano.. mas a maioria era de lá do Norte (JOSÉ DE FREITAS SANTOS, 2016).

Para Seu Zé o que é era mais forte na memória era a quantidade de gente que tinha nas fazendas que trabalhou. Por várias vezes repetiu: “Era muita gente”. E na sua narrativa essa diversidade ficava por conta da diversidade de estados de origem destes trabalhadores. Apesar de afirmar que tinha gente de “todo canto”, até mesmo alguns estrangeiros, tinha mais gente de um “canto” do que outro. O Norte, que para ele se referia aos atuais estados do Nordeste e a região mais pobre. Talvez essa concentração de nortistas, era devido a ação dos gatos, que arregimentavam a população dele, como ele se recorda.

Seu Zé veio para Terra Rica, ficou um ano e voltou para Bahia “cuidar do meu pai que ficou doente”. Depois de dois anos voltou como administrador de uma fazenda onde ficou até 1986. Como administrador acompanhava o intenso fluxo, primeiro na produção de café, depois algodão. Assim, ele contou que “era caminhão chegano toda hora” (...) Uns ficava outros iam embora. Eu fiquei lá por mais de vinte ano” (JOSÉ RIBEIRO, 2016). E neste âmbito, marca assim não apenas o fluxo que ocorria de trabalhadores, mas ainda, aqueles que por diversos motivos acabavam se fixando no lugar, como seu caso.

A presença dos nortistas também foi relatada pelo Seu Joaquim Silva. Nascido em Lago do Gavião, Bahia em 1929, seu Joaquim percorreu enorme percurso até chegar ao Paraná. Passou algumas cidades da Bahia, depois esteve em Belo Horizonte, cidades do interior de São Paulo e por fim, veio atrás do irmão que estava pelas bandas de Paranavaí. Hoje, com 87 anos é aposentado e vive com a esposa, Dona Maria do Carmo viúva do irmão do Seu Joaquim (aquele que ele veio atrás). Aqui o irmão de Seu Joaquim era empreiteiro, pegava mato para derruba para os lados onde hoje fica o Icatú. Ele nos contou com seu jeito tímido, como era a rotina de trabalho, das turmas que se embrenhava no mato, e os perigos de trabalhar derrubando árvore. Ao perguntarmos das “turmas” que eram formadas pelo irmão, se eram daqui (Paraná), ele nos contou “Não! Vinha tudo do Norte. Era tudo do Norte. Bahia, Ceará, Pernambuco... Vinha tudo de fora... (...)” (JOAQUIM, 2016).

As narrativas de nossos entrevistados e os dados dos documentos paroquiais, contrariam a história tradicional que, via de regra, defendeu que os povoamentos e cidades da região teriam sua população constituída por população de procedentes de São Paulo, Minas

Gerais e Santa Catarina. Inclusive, pelas evidências encontradas, os catarinenses formavam minoria. Como podemos observar, realmente existe número considerável de mineiros e paulistas, entretanto, a existência de uma porcentagem considerável de homens e mulheres de outros Estados como Bahia e Pernambuco, nos permite refletir sobre os silêncios sobre os sujeitos e personagens que constituíram a região.

A exaltação dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina pode decorrer da origem da maioria dos proprietários rurais na região. Fato que se explica, pelas vendas da empresa imobiliária terem centralizado as campanhas publicitárias nessas regiões, como nos explicou Monticuco (2012) e Scalize (2004).

Entretanto, mesmo entre os proprietários parece que era considerável número de trabalhadores de origem nordestina. É exemplo deste caso o Senhor Raimundo Homem Cruz. Sua trajetória é bem diferente da maioria dos nortistas que entrevistamos. Seja pela condição que partilha no tempo presente, ou mesmo na narrativa sobre a chegada e as condições que o trouxe ao Paraná.

Mundoca “como todo mundo chama”, nasceu em 1932 em Joazeiro do Ceará, no Ceará. Quando o entrevistamos tinha 84 anos e era muito ativo, fato que nos fez o procura-lo várias vezes em casa, pois, sempre estava “fazendo alguma coisinha”, dono de um caminhão fazia frequentemente fretes pela região. Falou com orgulhos dos seus quatro filhos, apontando para uma foto afirmou “o único burro da família sou eu, os outros [quatro filhos] são doutor” formados em odontologia.

Mundoca é o filho mais velho de uma família de seis filhos. O pai de Mundoca tinha um armazém de cereais na Bahia e a mãe (que quando o entrevistamos ainda viva com 101 anos), cuidava da casa e dos filhos. Ambos também haviam nascido no Ceará. Mundoca nos contou que foi o espírito aventureiro e o “tino” para o negócio, que trouxe seu pai para o Paraná. Assim ele narrou que:

Meu pai sempre foi aventureiro. Então ele quis vim prá cá do Ceará ele veio prá cá pá Paranavaí em 1950. Eu vim com ele com 16 ano. A notícia boa e ruim corre junto (...) Todo mundo dizia que aqui era bom ele disse ‘Vou vê se é bom mesmo’. (...) Ele vinha comprar café na Bahia, e o pessoal falava ‘Paraná é bom... O Paraná tem café, não sei o que’. Aí ele incentivo, se incentivo com isso e disse ‘Vou pra lá’. Só veio eu e ele ... só nós dois (...) de caminhão (...) Nosso, do meu Pai (...) Chevrolet Brasil 1950. (...) Quando chegamos aqui não tinha dez casa ... só eu e o veio aquele lá falecido. (...) Pai chego gosto daqui, aí trocou o caminhão em troca de uma propriedade lá no 28 [Distrito de Mandiocaba] troco o caminhão em 36 alqueire de terra. Tudo barro... tudo mato. Pra vê a olho o Sol tinha que olha pra cima, porque era tudo mato. Pra lá era tudo mato ainda (...) aí gosto, trocou o caminhão na

propriedade, e aí voltamos. De caminhão de trem fumo ino prá lá, no Ceará. Ai chego lá compro outro caminhão coloco a família em cima, nós entrou aqui em Paranaíba no dia 02 de novembro de 51. (...) Meu pai foi, eu não. Meu pai troco o caminhão num armazenzinho nessa mesma rua ali na esquina (...) na Curitiba com a São Salvador. Eu fiquei no Armazém e meu pai foi com meus irmãos que hoje são doutor também, pra fazenda. Planto 36 mil pés de café. Eu fiquei no armazém eu era o mais velho ele me deu essa regalia os outros foi pra roça. (...) nós viemos com caminhão cheio de gente, da família da minha mãe veio tudo. Na segunda viagem da família do meu pai só veio meu pai, e o resto era tudo da família da minha mãe. Veio irmão dela, veio cunhado, veio sobrinho... trouxe todo mundo! (...) veio mais [de 30 pessoas] ...Veio porque queria vir, mas acabaro trabalhando pro meu pai (...) Naquela época meu pai era o que podia mais ou meno, então ajuda a família inteira (RAIMUNDO, 2016).

São vários os elementos presentes na narrativa de Mundoca. Como ele ressalta já no final da fala, o pai partilhava de melhores condições materiais, por isso, inclusive podia “ajudar” os outros membros da família. Por várias vezes ao longo de sua narrativa Mundoca atentou para o fato de que apesar de ser mais velho, foi o único que não quis estudar, por opção própria, todos os outros 5 irmãos tinham um curso superior. Neste aspecto, o fato do seu pai ter chegado na região na condição de proprietário, diferenciava a sua trajetória de tantos outros trabalhadores que ele trouxe de Juazeiro do Ceará, enquanto trabalhou como gato trazendo de pau-de-arara trabalhadores do Ceará e Pernambuco.

A possibilidade de gerar lucro a partir da produção cafeeira não era um atrativo apenas para trabalhadores pobres vindos do “Norte” (Estados do Nordeste e Minas Gerais). Mas também para empresários e proprietários rurais que buscaram prosperar em um novo lugar. É possível indicar, que também tivemos nortistas que vieram no intuito de comprar terras, e no Paraná, se estabeleceram como proprietários rurais, ou se tornaram proprietários rurais no decorrer dos anos.

Colaboram para evidenciar esta hipótese os dados obtidos pela geografa Olga Soares que compõem sua “tese” de mestrado. Em 1972 em decorrência da elaboração recadastramento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a pesquisadora Olga Soares acompanhou 359 proprietários que compareceram a prefeitura municipal de Loanda, perfazendo amostragem de 30% (de um total de 1200) dos proprietários cadastrados no INCRA no período de 1968-1969 para realizar seu cadastro. Naquele momento ela registrou dados de procedência e origem dos proprietários rurais. Os dados levantados pela pesquisadora foram:

TABELA 1 - Local de procedência proprietários rurais.

Local procedência	%
São Paulo	41,7
Paraná	34,2
Outros Estados	20
Outros países	1
Não informaram	3

FONTE: SOARES, 1973

Embora a maioria dos proprietários se declarasse procedente de São Paulo e Paraná, quanto questionada sua origem, podemos averiguar que os mesmos tinham origem diversa, como aponta a tabela abaixo:

TABELA 2 - Estado de origem de proprietários rurais.

Estado de origem	
São Paulo	38
Bahia	13
Minas Gerais	12,7
Pernambuco	7,5
Ceará	3,2
Alagoas	2,3
Rio de Janeiro	2,3
Rio Grande do Sul	2,6
Santa Catarina	2,9
Espirito Santo	1,7
Rio de Janeiro	2,3
Piauí, Paraíba, Sergipe, RN	3,5
Paranaense	2,9

Embora os dados levantados pela pesquisadora se refiram unicamente ao município de Loanda, acreditamos que estes refletem uma realidade vivida na região. A divergência dos dois dados nos permite formular uma outra hipótese: parte dos trabalhadores nortistas que se deslocaram para a região, não vieram diretamente para o Paraná, mas estavam em deslocamento algum tempo em busca de trabalho. Neste sentido, haviam passado por outros locais, principalmente interior paulista, onde existia abundância em oferta de trabalho nos cafezais. Esta hipótese trabalharemos no próximo capítulo.

Do ponto de vista econômico, todos homens e mulheres que entrevistamos eram filhos de famílias camponesas e que se mudaram para região em busca de trabalho no campo: pequenos agricultores ou trabalhadores rurais, com famílias extensas.

Neste aspecto, no caso o senhor Zé Mineiro, Deusdete, Manuel, Maria do Carmo e D. Terezinha, na região onde nasceram a família inclusive era proprietária rural. Entretanto, a porção de terra e dificuldades de produção, não eram suficientes para manter muitas vezes os vários filhos. Adultos sem grandes expectativas, foram buscar trabalho primeiro, na localidade depois em outras regiões, como é o caso de Zé Mineiro, Manoel, Deusdete.

Deusdete Ferreira de Cerqueira, nascido em março de 1930 na cidade de Anjicos, Bahia, é o que goza de melhores condições econômicas no tempo presente. Conseguiu ver nas oportunidades que apareceram formas de juntar dinheiro, e obter riquezas, principalmente durante o período da erradicação do café na década de 60⁷⁵. Foi prefeito da cidade de Paranavaí,

⁷⁵ A superprodução cafeeira não era novidade no final da década de 1950. Desde o início do século, a economia brasileira, baseada em um modelo agrário exportador dependente, tinha sua econômica centrada na produção do café que era exportado para EUA e mercado Europeu. Neste sentido, no início dos anos 60 foi realizada uma política de diversidade da agricultura brasileira. Para tanto foi criado o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) em 1961, cujo objetivo era “a erradicação de cafezais antieconômicos, a modernização da cafeicultura brasileira e a substituição dessas lavouras e bases modernas” (CARVALHO, 1999, p.55). Essa política foi aplicada em duas fases nos anos 1960. Em junho de 1962 teve início a primeira fase política de erradicação do café, que inicialmente deveria erradicar os cafezais menos produtivos. Em 18 meses cerca de 587,5 milhões de pés foram erradicados, diminuindo em 30% a produção nacional (PANAGIDES, 1969). Nessa fase o lavrador tinha direito de uma “indenização de Cr\$15,00 por pé eliminado, o que equivalia na época a cerca de 80% do valor da produção correspondente à produtividade de seis sacos por mim cafeeiros. O lavrador que se utilizasse desse programa, escolheria a cultura a substituir o café sem exigência de técnicas agrônômicas, caso fossem lavouras temporárias. As lavouras substitutivas eram financiadas com recursos, basicamente do Banco do Brasil (através do CREA), acrescidas em 10% para o uso de sementes selecionadas, e 20% para a execução de práticas de conservação do solo e 20% para o emprego de fertilizantes e defensivos” (CARVALHO, 1999, p.55). Parnagides explica que “em agosto de 1966 uma nova fase na política do GERCA, com maior financiamento e maior ênfase à diversificação. Pela nova política, o plantador era obrigado a cultivar certos produtos decididos de antemão, e assim estava apto a receber o subsídio de erradicação. Como resultado desta fase, de acordo com os dados do

e presidente da Associação Ruralista da mesma cidade. Hoje, aposentado cria cavalos e gado de raça. Ao contar sua história se colocou como os vários outros nortistas que encontrou quando veio para a região em busca de trabalho. Por ser nortista de origem humilde inclusive, assinalou que por diversas vezes foi visto de forma “diferente” pela elite da região.

Na Bahia, os pais tinham uma pequena propriedade rural, herança deixada pelo pai de sua mãe, “cada irmão tinha uma fazenda”. Entretanto segundo ele, por ser uma região seca, as terras quase não produziam renda capaz de manter a sobrevivência da família. Ele nos narrou que dos onze irmãos “cada um foi saindo para outros cantos diferente, porque lá não tinha condição de sobrevivência”. Deusdete seguiu a orientação da mãe, que aconselhou: *“Meus fi eu não queria que vocês saíssem, mas se vocês ficar aqui vão passa necessidade. (...) mesmo sendo proprietário, porque não tem arrecadação”* (DEUSDETE, 2016). Foi assim que chegou em Paranavaí *“até sem mala, que perdi na estação em São Paulo”* (DEUSDETE, 2016). O objetivo era trabalhar na derrubada da mata e na produção cafeeira. Aqui primeiro trabalhou como mateiro, depois que sofreu acidente de trabalho, passou a cozinheiro da turma. Nessa época, vendia dose pinga, e outras “coisinhas”. Foi indo, até que conseguiu juntar algum dinheiro e comprar pedaço de terra.

Este também era o objetivo das mulheres nortistas que também se deslocaram para a região. D. Giovana, D. Edite e D. Nana eram filhas de trabalhadores rurais. Elas seguiram a família em busca de trabalho.

D. Giovana, chegou no Paraná acompanhando a irmã. Quando entrevistamos Dona Giovani Barbosa da Silva (Dona Giovana como gostava de ser chamada) era aposentada, e morava com a única filha solteira em uma casa que havia adquirido quando o marido era ainda vivo. Depois de trabalhar no campo mudou-se para a cidade onde começou a lavar, passar e

GERCA, mais 665 milhões de pés foram erradicados entre agosto de 1966 e 25 de abril de 1967. Em resumo, no período entre 1962 e 1967, o GERCA facilitou a erradicação de 1,38 bilhões de pés” (PANAGIDES, 1969, p.45). Entretanto, o autor em 1969 já alertava que o maior impacto sentido no período foi na dispersão de mão-de-obra. Segundo ele “A substituição de café por pastagens teve sérias implicações no emprego dos recursos liberados. Consequências particularmente desagradáveis são notadas na mão-de-obra liberada. O uso intensivo da mão-de-obra no café, sobretudo durante a colheita, em oposição ao pouco emprêgo da mão-de-obra das atividades substitutivas, constitui uma grande dificuldade social para a erradicação do café” (PANAGIDES, 1969, p.45-46). Ele ainda alerta para problema social gerado com a modernização da produção, como era projetado pelo Estado, para a plantação de novos cafezais, mais produtivos. Neste sentido, alerta que “a erradicação de velhos cafezais e o plantio de novos está associada com uma tecnologia de menor emprêgo de mão-de-obra. Em outras palavras, a moderna tecnologia dispensa um emprêgo intensivo de mão-de-obra. Isto é, mesmo sem redução no volume da produção do café, realizada antes da erradicação, novos plantios significarão redução da força de trabalho no setor de café” (PARNEGIDES, 1969, p.47). Infelizmente, o autor estava certo. Nas décadas de 1970 e 1980, regiões inteiras (não apenas no Paraná, mas interior Paulista, Espírito Santo e Minas) foram esvaziadas devido a falta de trabalho. E um grande número de andantes voltaram a busca de trabalho em outras regiões, agora na última fronteira agrícola: Rondônia e Mato Grosso.

engomar roupas para pessoas de melhores condições da cidade. Ela ainda nos disse que fazia outras atividades como escolher café, catar madeira, carregar água e cuidar dos filhos e da casa. Como ela disse, “*gostava de té meu dinheirinho*”. Por isso, sempre realizou atividades que “ajudava” comprar “*as coisinha*”. Orgulhou-se em dizer que era a melhor engomadeira. Mesmo com idade avançada, às vezes, engomava uma roupa para um, ou para outro... cultura que quase não existia mais⁷⁶.

Natural de Pernambuco São José de Belmonte, D. Giovana era a filha mais jovem de uma família de 8 irmãos. Quando a sua mãe faleceu (possivelmente de câncer no pulmão), D. Giovana tinha seis anos. Sem direito de escolha ela seguiu a irmã mais velha, que se casou e ficou com a responsabilidade de acabar de “cria-la”. Antes de chegar em Loanda, D. Giovana e sua irmã também moraram na capital paulista. Nos contou:

Eu nasci em São José de Belmonte no Pernambuco [...] nós somos em oito [irmãos]. Minha irmã casou e minha mãe tinha morrido e aí minha irmã era muito apegada comigo [...]. Aí ela me trouxe eu tinha o que, tinha nove anos [...] para São Paulo. Aí de São Paulo meu cunhado pegou um sítio para administrar. Aí viemos [para Loanda]... Aí fomo para São Paulo, ela teve filho cuidei, aí depois fomos para Santa Terezinha [fazenda em que o cunhado trabalhou no município de Querência] ... casei com ela [no município de Santa Isabel do Ivaí], foi ela [a irmã] que me ajeitou tudo e hoje to aqui. Aí... de São Paulo vim pra cá [...] Fazenda Santa Terezinha [...] pra lá de Monte Castelo perto de Querência [...]. Eu vim criança e vim e casei aqui em Santa Isabel. [...] Cheguei [em Loanda] faz muitos anos [...] Conheci meu marido numa festa da igreja tinha doze anos. Eu tinha quatorze e ele trinta e cinco ano [...]. Ele morava em São Paulo só que ele era caminhoneiro vinha toda semana pega madeira ... vinha pega mader na fazenda leva pra São Paulo [...]. Tinha doze caminhão que vinha puxá mader de lá. Aí meu cunhado tinha um restaurante lá [na fazenda] e dava pensão pra eles quando vinha né? Foi assim... Aí ele disse pro meu cunhado, queria tanto arrumar emprego de caminhoneiro [que fizesse trabalho local apenas]... aí ele arrumo. Aí nós casamos. [...] Ele era da Bahia, Caiteté. Eu era do Pernambuco e ele era da Bahia. Aí [depois de casada] fui mora nessa fazenda... Santa Terezinha (D. GIOVANA, 2014).

A história da D. Giovana é linear, estruturada a partir de três fatos organizadores: a morte da mãe, o casamento da irmã, o seu casamento. Com a morte da mãe, ela fica a sorte dos

⁷⁶ Chamamos a atenção para o fato que D. Giovana não se coloca como trabalhadora, apesar de ter sempre realizado trabalho remunerado, embora sem ter carteira assinada. Ela explica suas atividades sempre como “complementares” ao do marido. Neste aspecto, se coloca como coadjuvante na responsabilidade da reprodução da família.

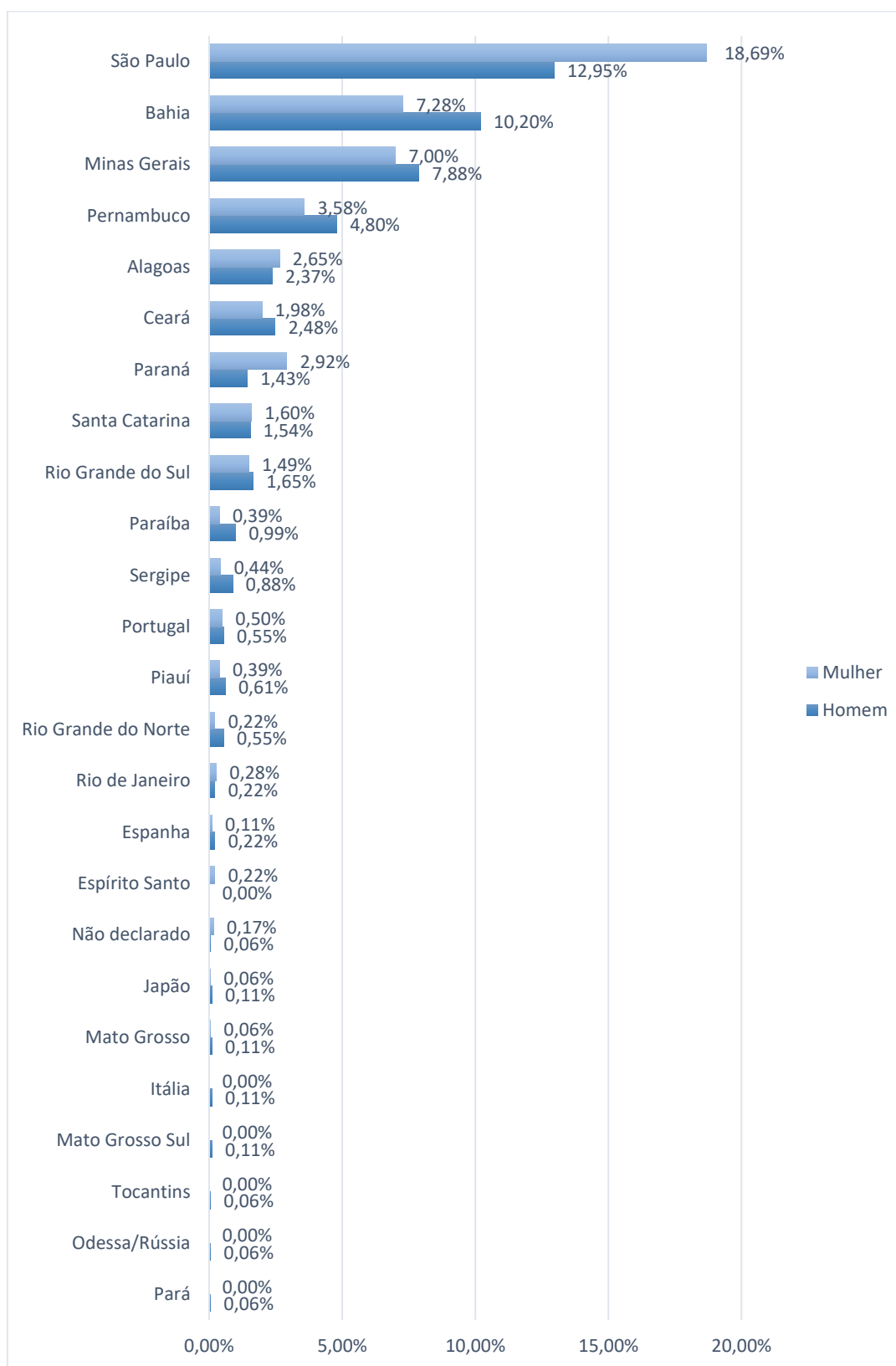
irmãos maiores e do pai que realizava atividades na agricultura. Da tutela da mãe, para irmã e depois, o marido. No enredo é possível compreender que a responsabilidade da irmã acaba quando aos 14 anos D. Giovana se casa. É importante notar que a migração se torna significativa para D. Giovana unicamente pelo fato dela ter que seguir a irmã, já que a mãe morreu. Entretanto, a pobreza e as dificuldade para sobreviver na região que morava que incentivaram a saída da irmã - e depois do pai e dos outros irmãos, como narrou depois- não são elementos nesse momento levantados por ela.

Algumas de nossas entrevistadas, indicaram que após se casarem o Paraná parecia uma boa alternativa. Assim, D. Maria do Carmo, Dora e Terezinha, vieram acompanhando o marido. Neste sentido, a mudança inseria-se no campo das possibilidades que se colocavam na época para jovens casais que sonhavam com uma vida com maior tranquilidade financeira.

Nos dois casos (quando as mulheres se deslocaram com os pais, ou depois de casadas), observamos que os percursos eram menores. E assim, as andanças embora possa ter incluído um dois, ou três destinos, frequentemente aparentemente, essas famílias procuravam trabalho que pudessem oferecer maior estabilidade, já que deslocavam com a família.

Talvez esta hipótese justifique a diferença dos dados que obtivemos no levantamento realizado com os documentos paroquiais quanto a origem dos noivos. Ao comparar o local de nascimento de homens e mulheres, observamos que era superior o número de homens vindos dos Estados do Nordeste, como podemos observar no gráfico abaixo.

GRÁFICO 5 - Estado de Origem dos nubentes



Fonte: Processos de casamento da Igreja Nossa Senhora Aparecida – Loanda/PR. Divisão por Gênero: 1955 A 1960. Organizado pela autora. Dados reais anexo 2, p.288.

Nas entrevistas que realizamos, constatamos que frequentemente, as mulheres deslocavam-se em menor quantidade. Sempre acompanhadas do marido ou pais. Encontramos uma única mulher que se deslocou sozinhas em busca de trabalho: a D. Ana. Filha de mãe solteira foi criada por uma família que a trouxe do interior de São Paulo para a cidade de Nova Londrina. Em 1960 quando tinha 15 anos a mãe adotiva faleceu e pai adotivo se casou novamente. Ela decidiu então mudar-se para Loanda, onde conseguiu trabalho “no bar da rodoviária”. Entretanto, casos como a de D. Ana não são comuns. Também tivemos ainda o caso da irmã de D. Edite, a Laudelina que reuniu a família e veio atrás do marido, como explicamos anteriormente.

Como já afirmamos, os trabalhadores que se deslocavam com a família, desenvolviam atividades de peão fixo como meeiro, parceiro ou colono, como é o caso de D. Nana, D. Giovana e D. Terezinha, Seu Zé e D. Cora, que se deslocaram toda família direto para fazendas de café.

Nos registros, observamos que era menor o deslocamento de uma cidade para outra, ou região, entre as mulheres. Geralmente, estas saíam das cidades de origem, direto para a fazenda ou local onde os pais se empregariam. Quanto a isso, Mundoca explicou que:

Em uma [viagem] vinha eu trazia os homi... iii, na outra viagem eu trazia os homi também a terceira viagem eu trazia só de mulher, desses homi que eu tinha deixado aqui. Porque eles já tinha arrumado um lugarzinho pra mora, ai eu trazia as família depois. [...] Ia pro Joazeiro do Ceará mandava cara embora (com outro motorista) i ia pro Afogado do Ingazeiro (PE) [...]. Levava esse pessoal direto pra lá [...]. Esse pessoal que trouxe foi pra lá (fazenda do Remo Máximo). Quando chegava aqui ele pagava a viagem e voltava buscar outra viagem [...]. Cada sessão fazia 20 casa, ai morava 20 família [...] Remo Máximo dizia vc traga os homi porque não vô paga... porque tinha família que tinha mulher e cinco, seis filhos! Ai fica pesado pro pro, fazendeiro pagá e só um trabalha. Ai quando via que tava tudo certinho, que já tava morando numa casa pagava a passagem (para trazer a família). Pagava prá ele (Remo Máximo), pra mim eles não pagava nada. Às vezes vinha vinte mulhé e resto tudo criançada. (MUNDOCA, 2016).

Entre nossos entrevistados observamos que era frequente o caso em que os homens vinham algumas vezes na frente como é o caso do Zé Mineiro e seu irmão que era casado, ou vizinhos em busca de trabalho. Quando encontrava condições favoráveis mandava buscar a família. Neste período, podia ser que ainda retornasse de tempos em tempos para cidade de origem. Quanto isso, D. Edite falou de um primo que veio treze vezes para Paraná, e depois, retornou definitivamente para o Bahia. Mas ainda, existe caso daqueles que nunca conseguiram retornar local de origem, devido as condições materiais que se apresentavam, como é o caso de

D. Nana, Maria Gavião de Lima e Seu Francisco, e assim foram ficando, não como opção, mas única possibilidade aparente.

Verificamos que algumas dessas mulheres constantes nos registros paroquiais nasceram em São Paulo, eram filhas de trabalhadores que já haviam migrado de outros Estados, e que haviam deslocado toda família para região. Isso é fato.

É o caso por exemplo de D. Maria de Jesus. Moradora da cidade de Paranavaí, quando a entrevistamos era aposentada e não enxergava mais devido diabetes. Morava com uma acompanhante, mas recebia a todo momento visita de cada um dos 8 filhos. D. Maria nasceu em Garça em 1933, entretanto, seus pais eram trabalhadores que haviam migrado Bahia alguns anos antes.

Seus pais haviam deslocado para interior de São Paulo após se casaram. Em Garça montaram um pequeno negócio, foram comerciantes e açougueiros. Quando D. Maria tinha 16 anos, sua mãe faleceu de hemorragia. Com 8 filhos, o pai encontrou segunda esposa com quem teve mais oito filhos. Ainda em Garça, Maria conheceu Clovis, com quem se casou aos 16 anos. Clóvis que também era da Bahia, chegou no Estado de São Paulo com 22 anos. Em Garça ele plantou algodão e trabalhou como barbeiro, época que conheceu Maria que tinha 13 anos. Três anos depois se casaram e logo vieram para norte do Paraná. Aqui Clóvis trabalhou como “gato” e “empreiteiro”. Foi responsável inclusive por trazer muitas famílias da Bahia, uma delas a família de D. Maria do Carmo e seu Joaquim.

O deslocamento de D. Maria de Jesus não foi tão grande. Apesar disso, recorda-se das histórias que os conhecidos, compadres e família contavam. Os famigerados pau-de-arara que percorriam sistematicamente caminhos que ligavam norte do Paraná a Bahia, Ceara, Alagoas, Pernambuco (MARIA DE JESUS, 2016). Muitas vezes devido à distância (levava-se em torno de 14, 15 dias de pau de arara ou trem e ônibus como nos narrou muitos de nossos entrevistados), não propiciava o deslocamento de famílias inteiras para a região. Como D. Terezinha nos contou era comum que alguns homens viessem e largasse a família e “nunca mais dava notícia” (2014).

Esse fato ainda pode ser observado na organização dos documentos para a preenchimento do Proclama de Casamento. Em torno de 1956 passou a ser comum o Formulário estar acompanhado por uma declaração emitida por padre da Cúria ou Paroquia de origem do nubente (frequentemente homens que vinham de estados distantes como Bahia, Pernambuco, Ceará). Esta declaração continha dados sobre batismo e a confirmação de que não existia registros de matrimônio na paróquia de origem. Ao questionar o atual padre da paroquia sobre

o costume, ele explicou que caso o pároco tivesse dúvida da legitimidade das informações passadas pelo nubente, era comum que ele exigisse algum documento emitido pela própria igreja como registro de batismo e declaração que não havia contraído casamento anteriormente.

D. Edite contou o caso da sua irmã Laudelina, que foi enganada por homem ainda na Bahia. Segundo Edite, a irmã começou a namorar com um homem que havia aparecido pelas bandas de Itajaí (Norte da Bahia). O que Laudelina não sabia era que ele era casado e pai de três filhos. Avelino era gato e tocava plantação de cacau no norte da Bahia. Após engravidar a moça, “fugiu” com ela. A levou para fazenda de cacau que tocava. Depois de um tempo a primeira mulher apareceu desmascaram a mentira do farsante. Alguns anos mais tarde quando Laudelina estava grávida da terceira filha, Avelino “juntou turma e veio para o Paraná”. A promessa é de que seis meses depois levaria a esposa e filhos. Isso não aconteceu. A desculpa era de que a filha caçula era pequena “não aguentava a viagem” (EDITE, 2015). Na primeira visita que fez após mudança falou “eu vou leva uma mulher, uma véia pra queimá lata pros peão”. Desconfiada, a irmã de Edite rogou uma praga: o marido choraria lágrimas de sangue.

Edite narrou que nos primeiros anos Avelino mandou cartas. Chegou a visitar a Laudelina e levou o cunhado mais novo para “colhe e toca café” no Paraná. Depois de quatro anos sem notícia, a irmã de Edite se cansou da espera. Reuniu pai, mãe, os irmãos, filhos e mais quatro famílias e veio para o Paraná em busca do marido fujão. Ao chegar aqui ficou sabendo que estava em uma fazenda. Já tinha arrumado terceira família, mas havia falecido pouco tempo antes dela chegar.

Edite não foi a única que narrou história de mulheres abandonadas por homens que vinham em busca de trabalho. Como estes homens se deslocavam com frequência era difícil saber se haviam contraído matrimônio ou constituído família em outros locais.

Quanto a isso como já asseveramos, a buscar por trabalho já havia iniciado há algum tempo, o que pode ser observado tanto nas narrativas transcritas dos trabalhadores entrevistados como nos roteiros informados nos registros de casamento como podemos observar em alguns registros extraídos:

TABELA 3 - Dados extraídos dos proclamas de casamento da Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida – Loanda/PR. 1955-1960.

Morou em Princesa Isabel (PB) até os 20 anos, até os 22 anos em Presidente Venceslau (SP), depois em Loanda (PR).

Morou até os 16 anos em Buriqué (PE), até os 18 anos em São Paulo, depois Loanda.

Nasceu em São Lourenço (MG); em 1947, capital São Paulo (SP); em 1948 Londrina (PR); 1953 em Lambari (MG); 1954 em Arapongas (PR), em 1957 Loanda (PR) até agora.

Até os 18 anos em Garanhuns (PE), dos 18 anos aos 21 em Marília (SP), de 21 aos 35 anos em Flórida Paulista (SP), depois em Santa Isabel do Ivaí (PR).

Nasceu na Bahia, mudou-se aos 16 anos para Cornélio Procópio (PR), Bandeirantes, Londrina, Maringá, Paranavaí e Loanda.

FONTE: Acervo Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida de Loanda- PR

Muitos registros evidenciam que o primeiro destino de migração era interior paulista. Como discutiremos posteriormente, a atração para as cidades do interior de São Paulo ocorreu em meados das décadas de 1930 e 1940. Período que estas cidades se tornaram importante polo produtor de café, a partir de uma estrutura fundiária baseada no latifúndio e mão-de-obra assalariada.

Ao verificar estes dados, observamos que frequentemente os homens abandonavam suas cidades de origem entre os 16 e 24 anos. Dali, seguiam para cidades maiores no próprio estado, ou em outros estados. A mudança de um local para outro variava muito. A estimativa de tempo de deslocamento de um local para outro é de 2 a 6 anos.

No caso das mulheres, os registros sobre locais que haviam morado até a data do casamento, a maioria informou que haviam se deslocado para o Paraná com 12 ou 14 anos de idade. O que não significa que algumas também haviam percorrido vários locais depois de casadas (no civil ou “amigadas”), ou mesmo ainda solteiras seguindo a família.

Nos documentos eclesiais, constatamos que a maioria dos noivos eram muito jovens. De modo geral, a média de idade dos nubentes é de 15 a 28 anos, havendo casos de casais que já mantinham relação marital, mas que fizeram cerimônia religiosa depois de muitos anos de casados. Entretanto, a média entre homens e mulheres era diferente. A média de idade entre os homens era 21 e 28 anos e entre as mulheres 16 e 22 anos (tabela com dados anexo 5 p. 283). Quanto a isso, todos nossos entrevistados narraram que chegaram a região com idade entre os 16 e 25 anos.

Atentamos para o fato que naquele período era comum que a mulher casasse e tivesse filhos muito jovem. O casamento era comumente realizado muito cedo. Neste sentido,

chamamos atenção para o fato que, é possível que o próprio casamento se inserisse nas estratégias de vida e do campo de possibilidades desses trabalhadores.

Nas narrativas dos nossos entrevistados, pudemos observar como o casamento ocorria dentro do campo das relações que eram tecidas em torno da vizinhança e dos próprios locais de trabalho. D. Edite conheceu Seu Manoel através do irmão. Eles trabalhavam juntos em uma fazenda colhendo café. D. Cora contou que conheceu seu Zé lá na Bahia, “crescemo junto, morava tudo ali”. Mesmo antes casar, os laços de amizade tinham trazido seu Zé junto com o irmão de Cora para o Paraná. Foi caso do Deusdete, que depois que veio para Paraná e juntou algum dinheiro, voltou para Bahia, se casou e trouxe a esposa de lá. Embora D. Maria de Jesus tenha nascido em Garça, seu marido era do Norte (Bahia), das bandas de onde o pai e a mãe nasceram.

Já D. Maria do Carmo, depois do primeiro marido morrer, casou-se com cunhado, que ajudou a acabar de criar os filhos do irmão⁷⁷. Para ambos foi um arranjo: ela tinha três crianças, e na cidade, viúva era difícil encontrar emprego: “ninguém queria mulher com criança pequena”. Por outro lado, Joaquim estava sozinho. Precisava de alguém para lavar, cozinhar, cerzir as roupas. Assim, mediante a situação difícil, que ambos se encontravam a união dos dois era uma estratégia dentro do campo restrito de possibilidades que se apresentavam para estes trabalhadores. Neste caso, podemos observar como nossos sujeitos se valem do casamento como estratégia de vida, para lidar com os problemas que se apresentam. Isso pode ser averiguado não apenas no caso de D. Maria do Carmo, mas também, foi evidenciado em alguns dos documentos paroquiais que consultamos.

Em uma sociedade normativa, é no desenvolvimento da família, que temos o desenvolvimento relacional, onde neste âmbito, homens e mulheres estabelecem uma rede de relações de compadrio, vizinhança e produção. Quanto mais filhos, mais mãos para trabalho. Da mesma forma que o casamento entre filhos dos vizinhos, poderia garantir apoio da família nos períodos de colheita. Assim, observamos que por vezes é no batizado dos filhos, ou casamento que alianças e compromissos são reafirmados.

Os documentos paroquiais nos dão importantes indícios sobre esses laços de solidariedade e compadrio que parece ter se estabelecido com a vinda dos trabalhadores nortistas e de outras regiões.

⁷⁷ Essa prática parecia comum. Ouvimos histórias parecidas de alguns entrevistados e pessoas que não quiseram se identificar. Inclusive existia uma pressão da família algumas vezes para que a viúva se unisse ao irmão ou primo do marido morto.

Assinalamos que nos registros era muito comum que os noivos ou tivessem migrado do mesmo estado e região (localizado pela Cúria onde foi batizado) ou mesmo, moravam na mesma fazenda ou bairro rural. Devido ao grande número de casamentos coletivos ocorridos em algumas fazendas e bairros rurais, acreditamos que, ao chegarem na região, as tradições, a cultura e laços de compadrio eram reafirmados através do casamento dos filhos. Embora não tenhamos realizado um estudo baseado na genealogia familiar (porque não era neste momento nosso interesse), ou uma endogamia social, foi possível observar pelo sobrenome e local de moradia dos noivos, que comumente eram de famílias que tinham condições financeira semelhantes. Eram camponeses, moravam no mesmo local e haviam nascido em regiões próximas. Assim, era estabelecido ritmo financeiro⁷⁸.

Da mesma forma, observamos que o próprio casamento se inseria como um mecanismo para conseguir trabalho mais estável. Quando casados, os jovens poderiam conseguir casa na colônia, ou terra para tocar. Aparentemente, pelo que nos contou Manoel, Joaquim, Zé e D. Cora, existia preferência de que família fosse contratada, principalmente quando era para plantar e tocar o café.

Quanto a este fato, ainda chamamos atenção para um elemento: aparentemente existia determinada pressão para que o casamento se realizasse dentro da cultura cristã católica. A fala de Zé Mineiro e Manoel colaboram para reforçar o estigma que existia em torno dos nortistas. Ambos citaram que eram vistos como os “valentões”, “baderneiros”, ou como citou seu Manoel em meio ao riso: “falô que é coisa ruim é nortistas”.

Muitos dos nortistas eram homens sozinhos, jovens, pobres, com pouca ou nenhuma instrução, solteiros, acostumados com trabalho pesado, vinham de uma longa jornada, que andava de um canto ao outro buscando. Como já citamos, Monticuco logo no início, nos alertou “a gente não queria aventureiro!”, o modelo de pioneiro para o capital imobiliário, era do “homem, casado e cristão”.

Neste aspecto, percebemos uma zona de atrito onde a diferença social e economia, também passava pelo crivo cultural e da sociedade normativo e cristã que se estabeleceu na região. Tal fato foi evidenciado tanto na narrativa de alguns de nossos entrevistados, como nos documentos paroquiais consultados.

⁷⁸ Atentamos para fato que nos chamou atenção: existem casos que paulistas, casaram-se nubentes de estados do nordeste brasileiro, ou Minas Gerais. Entretanto, no período analisado não existe um único caso em que foi registrada casamento entre homens e mulheres que tenham saído de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com nubentes que fossem procedentes de alguns estados do Nordeste, ou Minas Gerais.

D. Giovana, em sua narrativa fez questão de dizer que a irmã a casou, certinho: encontrou marido, que a desposou frente à igreja. Da mesma forma D. Edite nos contou como foi seu casamento aos 15 anos. De acordo com ela, inicialmente tentaram se casar no religioso, mas como ela era menor de idade, não foi permitido. Então primeiro, se casaram no civil. No outro dia procuraram o padre para realizar a cerimônia religiosa na cidade de Paranaíba. D. Edite contou envergonhada que o padre pediu que “fosse feito um exame lá, nem sei pra que era! Aí eu disse não nós já somos casados no civil. Não tem que fazer exame. Mas ele queria que queria que fizesse o exame”. O exame no caso, era para comprovar que D. Edite “não era mais virgem”, como explicou a filha dela.

D. Edite narrou que seu Manoel queria só “fugir”, mas ela determinada não aceitou “se for assim não caso”. Entretanto, ela nos contou que era comum essa prática. O casamento não era uma cerimônia barata. Além das roupas, as festividades que poderia ocorrer, era pago um determinado valor ao padre para realizar o rito. Fato que encarecia todo processo. Nos documentos consultados, observamos que nem sempre os noivos tinham dinheiro suficiente para pagar a taxa ao padre. Assim, variava o valor que era pago, bem como, algumas vezes a taxa era gratuita, ou mesma diminuída, de acordo com a possibilidade dos noivos.

Essa tensão sobre a relação conjugal estabelecida entre os noivos, se evidencia nos proclamas. Nos registros do casamento era frequente que o padre anotasse no canto do processo⁷⁹, se o casamento já havia sido “legitimado” ou seja, se os noivos já viviam juntos ou mantido “relações carnavais”, o que na sociedade ocidental legitimaria a união entre os nubentes. Para os noivos que eram solteiros e ainda, não havia legitimado a relação nada era anotado.

Um detalhe é importante de ser observado, no corpo do documento existia um campo onde deveria ser anotado o estado civil dos noivos. Entretanto, em todos os registros preenchidos pelo Padre Pedro Plonka, ele qualificava socialmente a relação dos noivos no canto superior do documento: casamento legitimado, casados civil, amigados, amasiado. Essa nova anotação realizada de forma bem evidente na frente do documento, provavelmente era utilizada para o padre se recordar do estado civil na hora da cerimônia.

Além deste registro existia um campo onde era anotado se um dos nubentes já havia contraído casamento civil, local e data. Principalmente nos registros dos anos de 1955 e 1956, era comum que os nubentes se declarassem casados civilmente. Entretanto, o campo onde deveriam ser preenchidas as informações sobre a cerimônia, frequentemente estavam em

⁷⁹ Frequentemente o padre também adicionava informações sobre a cerimônia e os nubentes nos espaços laterais como valor pago pela cerimônia, valores adicionais por utilizar veículo paroquial, casamento que eram isentos de taxa, etc.

branco. Tal fato, nos fez questionar se a declaração dos nubentes não era falsa, por vergonha de admitir uma união não sacramentada que ficaria registrada como “amasiados” ou “amigados”.

Ao ler estas anotações, me recordei que muitas vezes brincando com meus pais, brinquei com o fato de minha mãe ter se casado muito jovem e engravidado poucos meses depois. Ela sempre brava, dizia: eu casei virgem, me respeita! Essa afirmação, foi realizada por algumas de nossas entrevistadas, como afirmação de que faziam parte de um outro grupo, que cumpria as normas e a cultura local.

Esse controle sobre a população local parece ter sido realizado principalmente pelo primeiro padre, Pedro Plonka. A ele ficou a responsabilidade de sacralizar as relações entre homens e mulheres que não estavam de acordo com o costume. Nos documentos realizados entre 55 e 58, era comum haver anotações sobre realização de casamentos gratuitos (onde não eram pagas taxas pela cerimônia), ou ainda, diminuição da taxa de casamento quanto eram casados mais de um filho por família. Era ainda comum casamentos coletivos nas capelas das colônias da fazenda, ou mesmo, na Matriz.

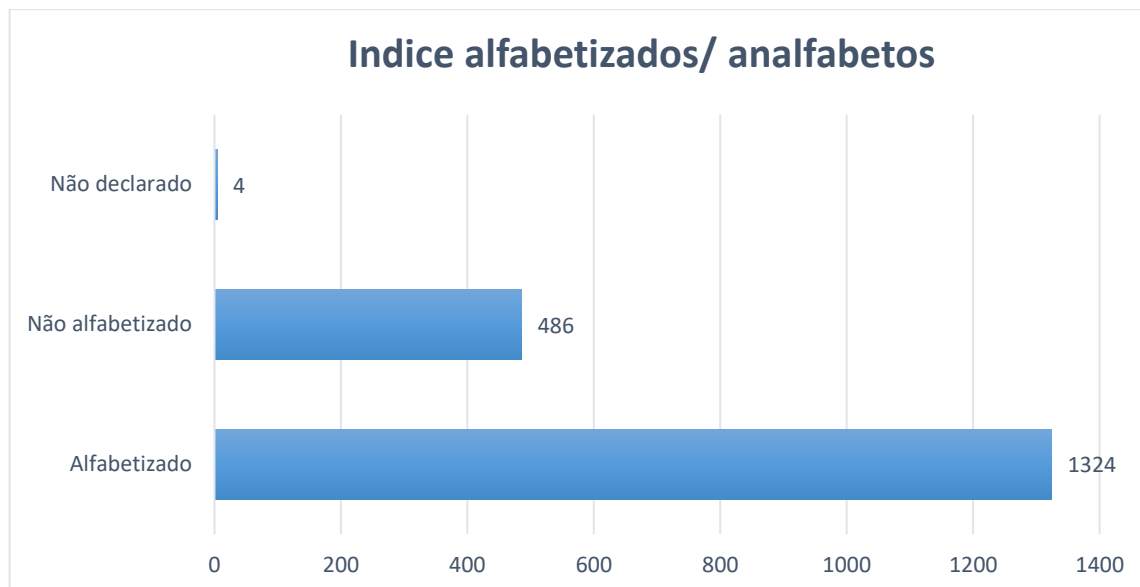
Observamos nestes documentos, que a referência de moradia existente nos documentos paroquiais, frequentemente referia-se aos locais de trabalho: Fazenda Belo Horizonte, Quatro Marco, Marco Zero, Fazenda Irmandade, Serraria Loanda, etc. Esta referência refere ao aspecto material, e os espaços que estes homens e mulheres se inseriam dentro do campo de trabalho que se apresentava no momento.

Os nortistas que entrevistamos no decurso da pesquisa, mesmo os que atualmente desfrutavam de melhores condições materiais, indicaram que traziam quase nada ao chegar ao Paraná. A pobreza, era acompanhada de pouca instrução. A maioria deles eram analfabetos, trabalhadores rurais que dominavam uma diversidade de técnicas de produção de alimentos e instrumentos de trabalho rústico. Dos que entrevistei, nenhum tem curso superior. Alguns, aprenderam mais tarde as primeiras letras. Condição diferente da maioria dos filhos que frequentaram escolas, e até mesmo curso superior.

Esse fato coincide com os dados fornecidos pelos trabalhadores que se casaram na Igreja Matriz de Loanda. Entre estes, identificamos ainda índice de alfabetização⁸⁰ dos nubentes.

⁸⁰ Quanto ao uso do conceito de alfabetismo/analfabetismo, concordamos que é um termo que abrange discussão muito mais ampla que simples domínio da técnica de letramento. Quanto a isso Rosenberg discute que “estas conceituações (...) remetem a contextos teóricos e ideológicos mais amplos em que visões sobre desenvolvimento econômico, social e político se traduzem em concepções e propostas educacionais. (...)”. A partir de uma configuração política e ideológica específica, a América Latina, através de Paulo Freire, vai forjando nova teoria que penetrou a concepção internacional (...), quando a concepção de alfabetização ultrapassou o domínio das

GRÁFICO 6 - Índice de alfabetização/ analfabetismo segundo os processos de Casamento período 1955 a 1960



FONTE: Acervo Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida – Loanda/PR. Dados organizado pela autora. Dados reais anexo 3, p.290.

Esses dados foram obtidos a partir da assinatura do nubente no Formulário, que muitas vezes não passava de uma assinatura que aparentemente foi realizada com grande dificuldade. Quando este não era alfabetizado, ou mesmo sabia desenhar as letras do nome, o pároco incluía no campo a informação “assina em cruz”. Em alguns momentos, o pároco escrevia o nome do nubente por ele. Embora seja um dado frágil porque não sabíamos o grau de alfabetização, nos permite ter noção quanto o letramento da população naquele momento.

Os dados evidenciam que era maior o índice de analfabetismo entre as mulheres do que entre os homens. Das 486 pessoas não alfabetizadas (ou seja, que “assinaram em cruz” o formulário), 344 eram mulheres e 142 homens. Entre os que assinaram o nome, 763 eram homens e 561 mulheres. Isso não significa que estes homens não tinham seu próprio sistema de comunicação ou registro de informações.

D. Edite contou que elas e irmãos eram analfabetos. Mas que quando queriam se comunicar pediam que alguém escrevesse, ou lesse cartas que eram enviadas. Ao falar da irmã Laudelina que ficou a cargo de administrar a produção de cacau na Bahia quando o marido (aquele, Avelino) veio para o Paraná. Ela contou que a Laudelina:

técnicas de leitura, escrita e cálculo, e passou a ser compreendida como uma contribuição para a libertação do homem” (ROSEMBERG; PIZA, 95/96, p. 113)

tocava cacau e café [...] ela tocava aquilo lá de porcentagem, não lembro o tanto que ela ganhava, o tanto que era aquela época [...] aí quando ela tinha as turma pra trabalhar ela não sabia lê, nem ninguém sabia lê. Aí ela chegava de traz da porta era de um..., dois... com carvão... riscava tudo com carvão na parede atrás da porta. Aí quando chega final da semana ela sabia o dia, cada um tinha os dias. Ela pagava eles tudim, aí ela ia na cidade, pegava vale. Não pegava dinheiro. Era vale. Aí pra eles cada um seu tanto de dinheiro... Eles ia faze as compra.... A cada 8 dias que seguia o dinheiro [...]. Ela tocava e meu pai ajudava (EDITE, 2015).

Em uma conversa posterior a entrevista de D. Edite, sua filha Edneia, que é arte educadora, nos contou que a tia “Lau” ainda “ela fazia controle das crianças que nasciam e data”, usando mesmo sistema de “fazer pauzinho com carvão na parede” (EDNEIA, 2017).

O alto índice de analfabetos pode ser esclarecido pela estrutura social e econômica do país naquela época. Estes dados não destoam da média nacional. Até a década de 1950, a maioria da população vivia no campo⁸¹ e trabalhava em atividades ligadas a produção agropastoril. Por isso, a cultura do povo era a cultura oral, elemento que os distanciava da cultura da classe dominante quer era letrada (THOMPSON, 2002). Neste aspecto, não havia grande preocupação do Estado ou mesmo das elites locais para que ocorresse a educação popular, tema amplamente debatido por historiadores da educação (FREIRE, 1987; ARANHA, 1996; SAVIANI, 2007; ROSEMBERG; PIZA, 1995/1996).

Apenas com gradual industrialização e aumento da população urbana, ainda na década de 50, que ocorreu aumento dos esforços para diminuir o número de analfabetos, interesse vinculado à necessidade de qualificar mão-de-obra para trabalho urbano. Neste aspecto não podemos nos esquecer da ação de grupos ligados a movimentos sociais e a Igreja que promoveram neste período importante ação entre comunidades camponesas e trabalhadores no esforço de promover a educação popular, como o caso do educador Paulo Freire, que alfabetizou 300 trabalhadores em 40 dias na cidade de Anjicos, no Rio Grande do Norte⁸².

Entretanto, mesmo entre os trabalhadores do campo, era necessário ter domínio de algumas ferramentas do “saber formal”. Principalmente entre aqueles que eram colonos, meeiros ou parceiros. Estes além de realizar o trabalho no campo, ainda, faziam a divisão da produção, os cálculos necessários para a produção, medição das ruas de café, profundidade das

⁸¹Segundo Alves, Souza e Marra (2011), a partir da década de 50, intensificou-se processo de êxodo rural, que contribuiu com rápido crescimento do meio urbano. Assim, “nos períodos, 1950–1960, 1960–1970 e 1970–1980, o êxodo rural se acelerou, chegando, no período 1970–1980, a transferir, para o meio urbano, o equivalente a 30,0% da população rural existente em 1970, ano em que migraram 12,5 milhões de pessoas” (ALVES, SOUZA, MARRA, 2011, p.81).

⁸² Dados fornecidos pelo Censo, indicam que em 1950 a taxa de analfabetismo entre jovens até 15 anos era de 50,6%. Em 1960, essa taxa já havia diminuído para 39,7 %. Nos anos 1990 era de 20%. Nos anos 2000, chegou a 13%. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950/2000.

covas e outras atividades que desenvolvia. Tal fato pode justificar o fato de ser maior o número de homens que assinavam o nome do que as mulheres.

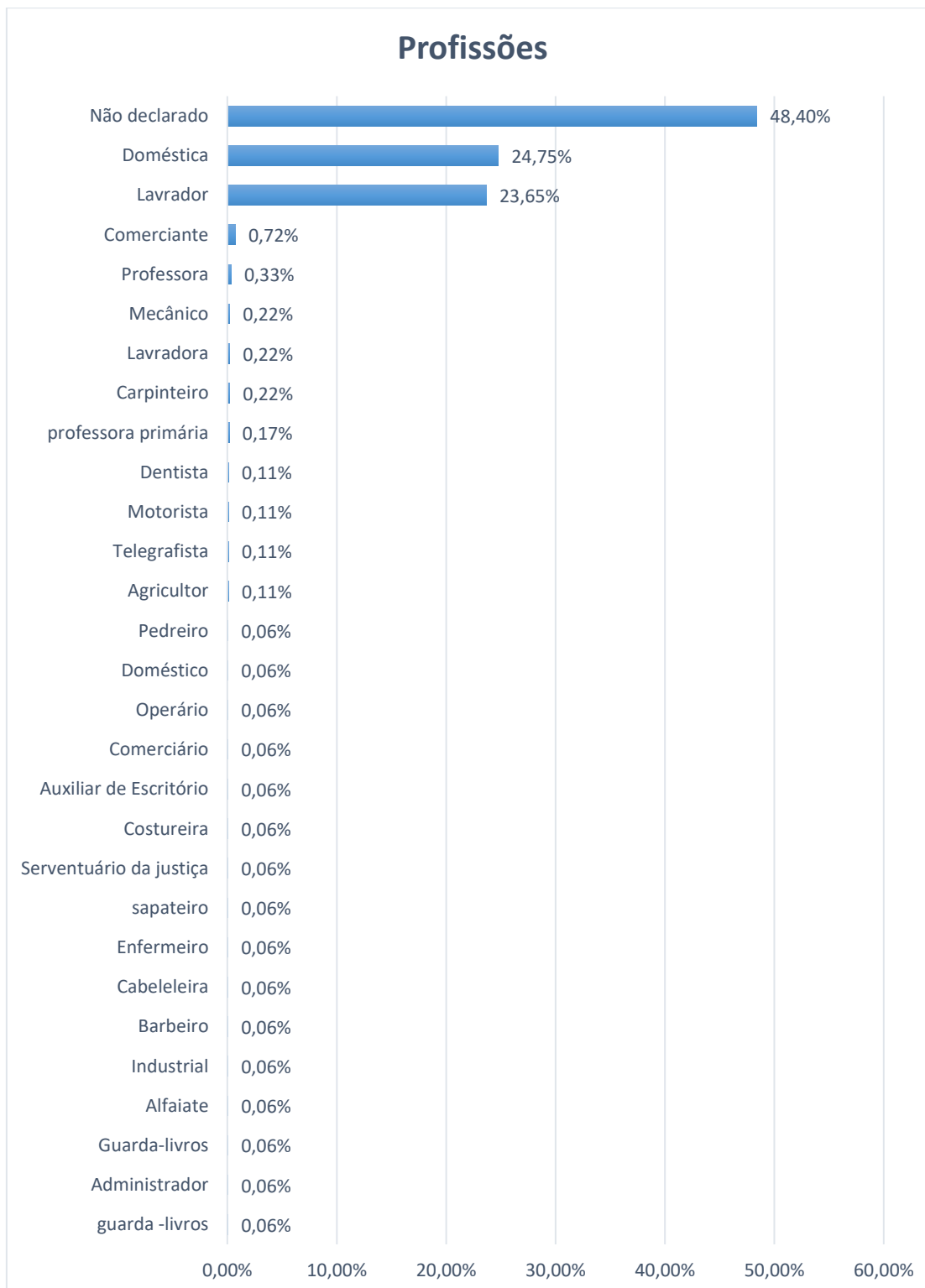
Este conhecimento os habilitava as atividades que aqui desenvolveram. De tradição camponesa Seu Zé, Zé Mineiro, D. Nana, D. Terezinha, D. Cora, Seu Joaquim, Deusdete, e tantos outros, embora tenham percursos, trajetórias e destinos diferentes, ao chegarem no Norte do Paraná, passaram a compor um conjunto de trabalhadores que formaram a base da mão-de-obra. Primeiro na limpeza e derrubada da mata e depois, na produção do café.

Para eles, o trabalho se apresentou não como uma opção. O trabalho é percebido como único meio de sobrevivência. Isso se tornou evidente na fala de S. Manoel, D. Terezinha, Deusdete e Zé Mineiro, que se deslocaram na expectativa de obter trabalho, quando os locais de moradia e nascimento já não ofereciam condições para manutenção da família. Também foi evidente na narrativa de D. Nana e D. Maria do Carmo, que nos contaram as dificuldades vividas, quando sozinhas e com filhos - por ter se separado do marido (no caso de D. Nana), ou falecimento (D. Maria do Carmo) - tiveram que mudar-se para a cidade em busca de trabalho.

Para a maioria de nossos entrevistados, é o trabalho familiar no roçado e produção do café que garantiu a sobrevivência de todos, durante longo período. Neste aspecto, D. Cora narrou que “era, homem, mulher, criança, todo mundo ajudava”.

Essa informação é pouco destoante dos dados que obtivemos com os registros paroquiais. Em relação a ocupação e atividades ligadas a produção econômica, os nubentes declararam que exerciam, em sua maioria, trabalho braçal no campo (homens) e atividades domésticas (mulheres). Entre os homens, dos 479 que declaram a profissão no momento do casamento 429 disseram ser lavradores. Como podemos observar no gráfico, existia um número inferior de trabalhadores que desenvolviam outras atividades como: pedreiros, mecânicos, barbeiros.

GRÁFICO 7 - Dados sobre profissão/ ocupação de acordo com levantamento realizado nos Processos de Casamento Igreja Nossa Senhora Aparecida – Loanda/PR. 1955-1960.



FONTE: Acervo Igreja Nossa Senhora Aparecida de Loanda- PR. Organização da autora. Dados reais anexo 4, p.298.

Os dados organizados no gráfico, nos permite pensar sobre alguns aspectos relevantes sobre a divisão sexual do trabalho e a cultura do trabalho. Como vemos, era pequeno o número

de profissionais que não exerciam trabalho ligado ao campo. Mesmo atividades no ramo da construção ou comércio é quase inexistente. Isso porque, nos referimos a uma região que estava em vias de construção do aparelho de Estado e por isso, muitas vezes, não dispunha de serviços públicos que eram oferecidos esporadicamente a partir de profissionais que se deslocavam para região. Além disso, médicos, dentistas e comerciantes por partilharem melhores condições de deslocamento e algumas garantias oferecidas pelas empresas imobiliárias, ou por fazendeiros da região, deslocavam-se com toda família, e por isso, não aparecem nestes registros.

Os dados evidenciam a diferença da forma como é concebido o trabalho feminino. Por isso, separamos os dados sobre a ocupação profissional, declarado pelas mulheres temos os seguintes números:

GRÁFICO 8 - Dados sobre declaração ocupação profissional por gênero (mulheres)

Doméstica	449
Professora	6
Lavradora	4
Professora primária	3
Motorista	2
Cabelereira	1
Costureira	1
Total	466

Fonte: Processos de Casamento da Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida – Loanda PR. 1955-1960

Nesse momento optamos por usar os números reais, antes de porcentagens haja visto a diferença gritante nos índices. Atentamos para o fato de que nos registros quanto a ocupação profissional as mulheres declararam massivamente que eram “domésticas” (449 das 469 que declararam a profissão). Na época, o trabalho doméstico era considerado trabalho improdutivo e por isso, não era considerado uma ocupação profissional⁸³. Neste caso, acreditamos que os

⁸³ A primeira legislação que regulamentou o trabalho doméstico foi a Lei nº 5.859/72 e Decreto 71.885/73, promulgado durante a Ditadura Militar no Governo Médici. Nesta o trabalhador doméstico era definido como “aquele que presta serviço de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas”. Essa lei foi modificada pela lei 10.208/ 2001, que tornava facultativo a contribuição ao FGTS e assim, deixava de assegurar direitos básicos como seguro desemprego.

dados reúnam mulheres que desenvolviam atividades domésticas em casa de terceiros, mas principalmente, mulheres que eram consideradas “do lar”.

Estes dados se tornam um tanto contraditórios se compararmos com as evidências fornecidas pelas mulheres que foram entrevistadas. Nas várias narrativas coletadas todas mulheres declararam realizar um conjunto de atividades além do trabalho doméstico, que consistia em lavar, passar, cozinhar e cuidar dos filhos e marido.

Estas trabalhadoras nos contaram era costume que as mulheres realizassem atividades ligadas ao plantio, cuidado com a roça, colheita junto com o marido, pai e irmãos, principalmente quando estes eram colonos, meeiro, parceiros, etc. Desta forma, era comum que as mulheres exercessem um papel muito importante no sistema de colonato, inclusive, o sucesso da empreita:

Dependia da capacidade das mulheres de aproveitarem ao máximo as vantagens do regime de trabalho, que lhes permitia conjugar o trabalho da asa com a roça e do cafezal. Mas, apesar de desempenharem tarefas dentro de casa, na roça de subsistência e no cafezal, as mulheres não existiam enquanto trabalhadoras individualizadas, porque seus trabalhos eram englobados no trabalho familiar controlado diretamente pelo pai-marido (SILVA, 2007, p. 557).

No sistema de colonato o trabalho da mulher e de todos os membros da família era essencial para dar realizar o trabalho no campo. Entre estas apenas duas mulheres se declararam lavradoras, o que não significa que colaborassem com trabalho na plantação e cultivo ou mesmo realizavam outras atividades, como caso da D. Giovana, que como já vimos, realizava várias atividades, como lavar, engomar e passar roupas, coletar madeira, etc. É o caso ainda da D. Nana, que ao lembrar do período em que se mudou para a região, narrou que:

A vida era muito dura sofria muito. Eu trabalhava com meu pai como *era a filha mais velha*... eu era peão de papai. A gente ia de a pé até a roça que ele tocava de café *lá na Taquara*. Morava *ali no final da Jurema*, e ia de a pé com a inchada nas costas. E eu e papai dirriçávamos café, colhia. Quando chegava em casa ia pegar as roupas na casa dos peão, porque na época tava construindo *o IBC lá encima*, e ia com mamãe ‘lavá’, em um poço que tinha *lá no final da avenida*. A gente lavava a roupa tudo a mão e batia em um batedor feito de madeira, aí chegava em casa, passava com ferro a brasa, fazia as trouxa e levava de volta para os peão. *A noite* mesmo cansada ia ainda ‘bordá’ toalha pra *Igreja*. Era duro, a gente trabalhava muito, mas eu tenho saudade ... (D. NANA, 2012).

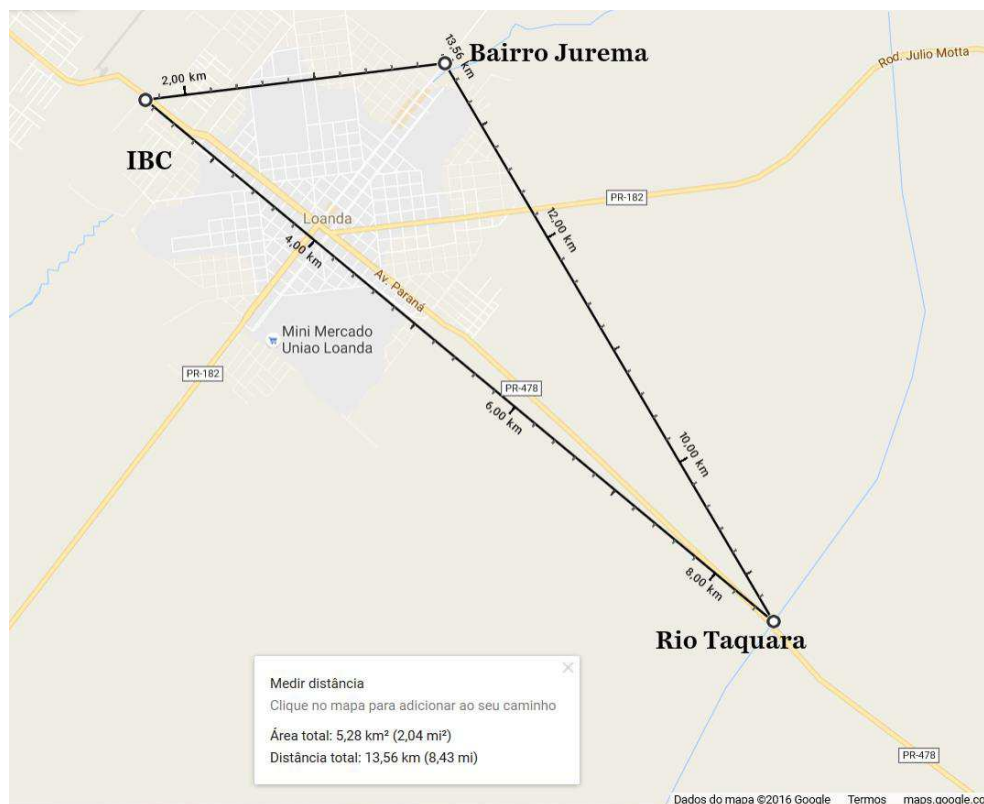
D. Nana, marca a sua história a partir dos caminhos que percorria e a tripla jornada: trabalho no café, lavar a roupa e por fim, o trabalho da Igreja. É importante notar, que o trabalho no campo, tinha como objetivo garantir a sobrevivência da família, realizava com o pai, o chefe da família. Por ser a filha mais velha tinha assim, mesmo sendo mulher, a obrigação de ajudá-lo nas atividades que garantiriam a sobrevivência da família de 08 filhos.

Nas horas vagas, D. Nana ajudava a mãe a lavar e passar para os “peões”, que não tinham família na região. Esta atividade, pouco remunerada era voltada para garantir a compra de elementos menos essenciais para sobrevivência, destinado à alimentação e gasto com os filhos menores. Era considerada uma renda complementar a renda principal – realizada pelo pai. Por fim, o bordado trabalho não remunerado que era prestado a Igreja (Congregação Cristã). Este era considerado uma obrigação das mulheres que faziam parte da comunidade religiosa. Mesmo realizando todas estas atividades, ao questionarmos a profissão dela ao se casar (com 15 anos), declarou “do lar”.

Quanto a isso, a narrativa de D. Nana se organizou em torno do trabalho e como mesmo na “condição feminina” foi responsável por sustentar a família: primeiro ajudando o pai, depois o marido, depois de se separar cuidou dos filhos sozinha, e por fim, abrigou os irmãos todas as vezes que estes ficaram desempregados. O trabalho é a marca que transcorreu toda vida e ainda se fazia necessário mesmo diante da velhice.

É importante notar, que D. Nana, no tempo presente marca sua narrativa a partir das longas distâncias que percorria, a pé, seja carregando a enxada ou as trouxas de roupa. Durante seu dia, cruzava a cidade que ainda não tinha a zona urbana e rural, ainda bem definidos, como podemos observar no mapa abaixo:

MAPA 5 - Imagem do percurso percorrido aproximadamente



Fonte: Google Maps. Consulta setembro de 2016.

A referência e a insistência em demarcar as distâncias que percorria, nos permitem pensar em como está se situa em relação ao passado, e os espaços que ocupou durante processo do avanço da urbanização da cidade, mas ainda, em relação às condições de trabalho vividas no tempo presente, quando, mesmo idosa, percorria grandes distâncias na cidade vendendo perfumes e semijóias de porta em porta. Assim, o caminhar vagaroso de bairro em bairro ou ao clube da terceira idade na saída da cidade, seriam uma continuidade de uma prática que realizava desde pequena.

D. Nana, como as mulheres retratadas nos registros da Igreja, constituíam grupo social que, apesar de realizar atividades com marido e pais no campo ou outras atividades remuneradas, eram consideradas não trabalho ou como extensão do trabalho doméstico. A invisibilidade do trabalho da mulher no campo, bem como das crianças, é decorrente do caráter complementar á renda produzida pelo trabalho masculino. Entretanto, estas mulheres estavam presentes neste processo de ocupação, mesmo nos acampamentos montados para a derrubada da mata e início da instalação das “colônias”, eram elas que cozinhavam, lavavam roupa ou mesmo cuidava dos homens doentes.

Assinalamos ainda, a importância do trabalho feminino, principalmente entre os trabalhadores que estavam subordinados ao sistema de colonato. O homem era contratado pelo proprietário, entretanto, toda família participava do processo produtivo. Contribuindo assim, para acumulação primitiva do capital. Frequentemente, as mulheres não eram contratadas porque suas atividades e trabalho eram considerados esporádico ou complementar ao trabalho exercido pelos homens (pais, marido ou irmãos). Lembramos que nas décadas de 1950 e 1960 momento que foram realizados os processos analisados, não existia uma legislação que regulamentasse o trabalho da mulher no campo e mesmo os homens, tinham direitos limitados pelo Estatuto do Trabalhador Rural.

Assim, o trabalho de todos os membros da “família”, seja no cultivo da terra, ou na recepção dos peões, era importante ferramenta para acumulação do capital. Ou seja, permitia que o proprietário, investisse menos capital na produção da renda e processo de capitalização da terra. A presença de peões com família criava condições para manutenção de trabalhadores na derrubada das matas, limpeza da terra, que permitiu a capitalização da terra, como propriedade privada.

Os acordos estabelecidos entre proprietário e trabalhadores circunscrevia a produção de meios de sobrevivência da família camponesa, e a acumulação do lucro pelo patrão. Desta forma:

O que a família produzia nesses espaços era para a sua própria subsistência, podendo vender o excedente para o próprio dono das terras ou fazendas e cidades próximas, como forma de complementar seu parco orçamento. O fazendeiro, ao oferecer todo esse conjunto de vantagens aos colonos, se via desobrigado a pagar bons salários. E, a família colona, que vislumbrava a possibilidade de ganhos extras com essa pequena produção doméstica, sentia-se motivada a participar do trabalho produtivo, sabendo que ele renderia dividendos para todos os seus. Fácil antever, pela descrição deste sistema, que a quantidade de filhos que uma mulher tivesse ou viesse ter era essencial para o sucesso econômico de sua família; porém se a taxa de natalidade era alta, também era alta a mortalidade infantil, dadas as precárias condições de higiene em que essas famílias viviam e que eram típicas da época (CALIL, 2005, p. 24).

O trabalho não pago as mulheres e crianças, assim, integram o processo de exploração da classe trabalhadora, dentro de um sistema produtivo que foi utilizado na composição do processo de acumulação do capital. Assim, podemos observar que a participação das mulheres seja nas atividades agrícolas, ou nas atividades domésticas e complementares, geravam uma

renda de forma direta (como lavar, passar, quebrar coco, etc.) ou indireta (na ajuda com culturas de subsistência que eram realizadas pela mulher).

2.3.3 O que as fotografias, fontes orais e documentos eclesiais nos tem a dizer sobre a condição de saída e destinos dos trabalhadores nordestinos

Podemos observar que do ponto de vista social e econômico, tanto os trabalhadores entrevistados como os dados levantados nos documentos eclesiais, indicam que um grande contingente de homens e mulheres advindos dos Estados da região Nordeste, vieram para o Paraná nos anos 1940 e 1950. Qualificados como trabalhadores pobres, estabeleceram relação de subalternidade ao comporem um conjunto de trabalhadores que ficaram conhecidos nortistas.

Aqui os nortistas desenvolveram atividades ligadas à agricultura e a derrubada da mata a partir de tecnologias rústicas. Estes vieram na condição de trabalhadores, ou seja, não proprietários. Do ponto de vista social, eram jovens, com pouca ou nenhuma instrução portadores de uma cultura tradicional ligada rituais do campo e a cultura cristã.

As fotografias e narrativas, confirmam a presença de trabalhadores nortista no Norte/Noroeste do Paraná, mesmo antes da chegada do capital imobiliário, e dos pioneiros aclamados no tempo presente pela história oficial.

Embora sejam excluídos e/ou silenciados na versão oficial, estes trabalhadores mantêm suas histórias vivas na memória social e disputam os sentidos em torno do passado. Quanto a isso, Bosi ao falar sobre a assunto averbera sobre as disputas e conflitos envolvidos no processo de oficialização de uma versão sobre o passado, e:

Sua construção é extremamente complexa. Tal processo de naturalização não se reduz simplesmente do arsenal de que tal classe dispõe para a arquitetura do passado (Estado, imprensa, instituições) e da capacidade dessa classe de ritualizar o passado a seu favor, conforme diz Chesneaux, colocando “a seu favor a memória popular” (BOSI, 2004, p. 63).

Tanto os homens como as mulheres, do ponto de vista econômico realizavam trabalho no campo como trabalhador volante, na derrubada da mata e preparo do solo. Serviram aos interesses do capital imobiliário e tiveram suas vidas afetadas pelas mudanças ocorridas em um âmbito mais amplo, devido as mudanças do modelo de produção, a modernização da produção agrícola e as próprias relações de trabalho.

Com a desaceleração da economia paranaense nas décadas 1970 e 1980, a crise do café e a intensificação da ocupação da última fronteira agrícola Norte do país. O Norte do Paraná perdeu um contingente expressivo de população, ocorrendo esvaziamento de várias cidades, que se tornaram pequenas povoações com o caso das cidades de Santa Isabel do Ivaí, que atualmente tem em torno de 8 mil habitantes. Quanto a isso, Silva explica que no Norte do Paraná, se deu a expulsão de milhares de pequenos proprietários, parceiros e colonos nos anos 1970 devido ao processo de modernização da agricultura, e segue:

De acordo com dados do Censo Demográfico, no Estado do Paraná, houve a diminuição da população rural residente de 4.425.490 pessoas para 3.156.831, no período de 1970 -1980, o que significa um decréscimo em torno de quase 1.300,000 pessoas. Em 1995 esta população era de 2.440.000 pessoas. (...) houve um declínio de 45%, portanto, quase metade da população rural (SILVA, 1999, p. 69).

D. Terezinha nos contou que nos anos 1980 foi com toda família para Minas Gerais, trabalhar na colheita do café. D. Nana, Zé Mineiro e D. Giovana, com o fim das colônias mudaram-se para a cidade, onde passaram a realizar “bicos”. Os 10 irmãos de D. Nana se espalharam pelo “mundo”: São Paulo, Rondônia, Mato Grosso e outras cidades do Paraná. Apenas a irmã mais nova de D. Nana, continuou trabalhando na terra com o marido, até meados de 1990, quando perdeu emprego e saiu em busca de trabalho com os filhos no interior paulista. Seu Manoel, até conseguir comprar um pedacinho de terra, trabalhou várias propriedades rurais, vendeu leite na cidade, e junto com os filhos conseguiu reunir o dinheiro com que comprou a terra. A partir dos anos 1980, a maioria de nossos entrevistados, foram expulsos do campo.

Muitos dos trabalhadores constantes dos registros que consultamos, moradores das grandes fazendas de café da região (Fazenda Ouro Verde, Santa Terezinha, Irmandade, etc.), perderam seus empregos, com o fim do sistema de colonato, decretado pelo Estatuto do Trabalhador Rural, primeiro de 1956, mas reafirmado em 1964.

Com a alteração das leis trabalhistas, os andantes voltaram ao percurso por busca ao trabalho. Entretanto, antes discutir seus destinos, é necessário explicar como a mudança destes trabalhadores para Norte do Paraná ocorreu no contexto de modernização da agricultura brasileira e as relações de trabalho estabelecidas entre capital e trabalhadores na região, discussões que apresentaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO III - O RECRUTAMENTO: INTENSÕES ANTAGÔNICAS

Mudança

Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas marchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procurava, longe, através dos galhos pelados da catinga rala
(GRACILIANO RAMOS)

A mudança nunca é fácil. Em seu romance Graciliano Ramos, constrói uma narrativa onde a família de Fabiano e Vitória é obrigada a mudar-se (mais de uma vez) devido a um conjunto de elementos: a falta de emprego, a pobreza, a seca, e assim, a busca pela sobrevivência. Em um caminho duro e uma jornada longa que parece durar toda uma vida, a esperança conjugada com a incerteza parecem tomar conta do cenário destes andantes que seguem sem rumo em busca de formas de sobreviver.

Para nossos personagens a mudança também não foi fácil. Principalmente entre aqueles que vão só, abrindo caminho para os que vieram depois: amigos, vizinhos, irmãos, esposa, filhos, os pais. Diferente dos personagens de Graciliano Ramos, as formas e meios como os trabalhadores poderiam chegar eram muitas: caminhões pau-de-arara, ônibus, lotações, trem, ou combinação entre mais de um meio de transporte. Entretanto, é uníssona uma lembrança: o caminho era longo, com péssimas condições de viagem. Mas, existiam grandes expectativas.

Como observamos no capítulo anterior, um grupo considerável de trabalhadores de diversos estados nordestinos e do Sudeste, deslocaram-se para Norte do Paraná ao longo dos anos 1950 e 1960, formando contingente que seria responsável por criar condições necessárias para reocupação da região através dos interesses do capital imobiliário e do Estado. Eram homens e mulheres, em parte filhos de trabalhadores rurais que haviam sido expulsos do campo, ou então, não conseguiam se manter e viver da terra mediante diversas situações.

Como iremos discutir neste capítulo, a falência dos latifúndios e a quebra da economia de subsistência no Nordeste brasileiro; as transformações que ocorriam no campo com a modernização da produção agrícola em São Paulo e Minas Gerais; o crescimento populacional e a falta de incentivo ao pequeno agricultor; as estiagens e condições climáticas, e por fim, a concentração populacional nas capitais são alguns dos motivos que de forma direta ou indiretamente são indicados nas narrativas dos entrevistados como elementos que afetaram os meios de sobrevivência, e assim, os levaram a mudança.

Como forma de buscar novos meios de sobrevivência (dentro do campo de possibilidades apresentados naquele momento a estes grupos sociais), eles migraram para os grandes centros de produção agropecuária.

É preciso ressaltar que a migração, diferente do êxodo rural e da diáspora, é uma prática recorrente na história do capitalismo cuja razão principal se encontra na dinâmica da acumulação de capital, capaz de empurrar os trabalhadores de um lado para outro exercendo enorme pressão sobre eles. A migração se insere no processo histórico característico da história humana recente.

A migração engendra-se nas estratégias de mobilização interna, que caracterizou as políticas migratórias no decorrer do século XX. Inserem-se nesta agenda as políticas de incentivo a migração externa que viriam suprir o mercado brasileiro no final do século XIX e XX e posteriormente, a Lei de Migração Interna decretada por Getúlio Vargas que tentava limitar a entrada da massa de trabalhadores estrangeiros, e assim, impulsionava a migração interna (VAINER, 2000, p.15).

Optamos por utilizar neste texto o conceito de “andança”, que não se limita ao processo de mudar-se de um lugar para outro. “Esta andança não significa nomadismo, significa uma vida marcada por mudanças em vários níveis, de lugar, de relações e de atividades” (VIEIRA, 2001, p.111)

Desta forma, o deslocamento populacional interno pode ser compreendido a partir de duas dimensões: das relações de poder travadas entre o Estado e setores financeiros, que ora incentivam, ora controlam contingentes humanos para uma região ou outra; e a dimensão do vivido, das relações humanas e da forma como a classe trabalhadora experimenta o deslocamento de uma região para outra, criando e estabelecendo novos laços de sociabilidade, reformulando modos de vida, reproduzindo cultura.

Estas dimensões se completam e integram no campo da produção social e humana. Assim, é na dialética entre os interesses que se fazem antagônicos que ocorre a luta de classes e a disputa entre Estado, elites dominantes e trabalhadores, que na berlinda do vivido negociam e disputam espaços, diretos e a própria memória.

Compreendemos que a relação entre os interesses do Estado, das elites dominantes e dos trabalhadores são conflitantes e quase sempre contraditórias. Nem sempre este deslocamento de massas de trabalhadores ocorreu segundo a vontade e interesses do Estado. Mesmo quando este deslocamento ocorre dentro das políticas migratórias, as relações

estabelecidas entre os trabalhadores que migram nem sempre condizem com as expectativas e interesses do Estado e das elites locais.

Assim, ao longo das entrevistas realizadas e das fontes consultadas foi possível observar espaços de conflito e contradição entre os interesses do capital imobiliário no Norte do Paraná (que pretendia atrair um determinado tipo de trabalhador para desenvolver agricultura familiar), do Estado (que direciona levas de trabalhadores para as regiões de fronteira a fim de suprir os contingentes de mão-de-obra necessários nas grandes propriedades que eram vendida diretamente pelo Estado), e os próprios trabalhadores (que se deslocaram para região na condição de mão-de-obra barata ou mesmo, como pequenos proprietários).

Ao contarem suas histórias de vida, muitos dos entrevistados narraram suas andanças como epopeias, cheias de obstáculos, incertezas, dificuldades, mas que no fim, os levaram ao “El dourado”, a “terra prometida”- mesmo que com decorrer do tempo, tenham sido expulsos do paraíso e levados novamente a mudança. Suas narrativas apresentaram um conjunto de motivos que sob a luz do tempo presente, os colocam como homens e mulheres que optaram por mudar-se como forma de assegurar um futuro melhor (muitas vezes, frustrado), buscando trabalho que garantisse o sustento da família, fugir da pobreza, e no caso da D. Terezinha, a fugir da seca.

Embora muitos apresentem um passado de forma negativa, marcado pela pobreza, pelo trabalho duro (ou a falta de trabalho), hoje, se colocam como “vencedores”, embora não tenham conseguido se manter na “terra”; ou mesmo conquistar a estabilidade econômica, ou riqueza que pretendiam ao chegar no Norte do Paraná.

Hoje, são em sua maioria idosos e aposentados, moradores dos pequenos centros urbanos em condições variadas: alguns morando com os filhos - ou na casa dos filhos, outros em situação de abandono familiar (por não terem família, ou nunca terem “formado” família). Os homens e mulheres que encontramos tinham as mãos grossas herança do trabalho duro. Também era parte dessa herança uma saúde debilitada devido os anos de trabalho pesado. Vários deles nunca retornaram aos seus estados de origem. Alguns nos contaram que voltaram uma ou duas vezes para ver os pais (ou apenas o túmulo deles), irmãos e sobrinhos que haviam ficado pra trás. Muitos nos falaram de irmãos, pais e filhos que nos anos seguintes ao longo dos anos 80 e 90 haviam se mudado para outras regiões que lhes pareciam melhor.

É essa dinâmica complexa que pretendemos problematizar, indagando como ocorreu processo de andança dos trabalhadores nortistas para a região do Norte do Paraná. Fundamentalmente dar visibilidade a forma como este contingente de trabalhadores vivenciou

e experimentou, a partir de suas histórias pessoais e experiências coletivas, as políticas de migração e controle social empreendidas pelo Estado no período entre as décadas de 1940 e 1970⁸⁴.

3.1 contradição e conflito: o declínio do latifúndio, a modernização do campo e a migração

Enquanto o Norte do Paraná, aparentemente ofertava amplas possibilidades de trabalho para estes homens, as regiões do Norte do país⁸⁵ viviam período de declínio econômico desde o início do século XX. Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, os grandes latifúndios nordestinos passavam por crise econômica, agravada pelas sucessivas secas que se arrastavam desde o final do século XIX. Quanto a isso, Celso Furtado explica que:

A população do Nordeste, [...] estava ocupada, desde o primeiro século da colonização, em dois sistemas econômicos: o açucareiro e o pecuário. A decadência da economia açucareira, a partir da segunda metade do século XVIII, determinou a transformação progressiva do sistema pecuário em economia de subsistência. Nesse tipo de economia, a população tende a crescer em função da disponibilidade de alimentos, a qual depende diretamente da disponibilidade de terras [...]. Observada a economia criatória em conjunto; sua principal atividade deveria ser aquela ligada à própria subsistência de sua população. Para compreender esse fato, é necessário ter em conta que a criação de gado também era em grande medida uma atividade de subsistência, sendo fonte quase única de alimentos, e de uma matéria-prima (o couro) que se utilizava praticamente para tudo. Essa importância relativa do setor de subsistência na pecuária será um fator fundamental das transformações estruturais por que passará a economia nordestina em sua longa etapa de decadência (FURTADO, 1982, p.60).

No Nordeste a civilização do couro significou o deslocamento da produção do modelo agrário exportador dependente, para a economia de subsistência, caracterizada pela relação de mandonismo e exploração do trabalhador. No início do século XX, essa economia seria marcada por nova cultura, a de produção de algodão que passou a integrar a sociedade do couro.

Os pecuaristas cediam aos trabalhadores porções de terras a partir do sistema de meeiros, parceiros ou arrendatários⁸⁶ que ali plantavam o algodão e culturas para subsistência

⁸⁴ Assinalamos que embora nosso recorte temporal refira-se ao período entre os anos 1950 e 1980, é necessário recuar duas décadas para compreender o resultado das leis de migração internas empreendidas por Getúlio Vargas, e processo de triagem, controle e direcionamento empreendido pela Hospedaria do Imigrante a partir deste período.

⁸⁵ Ao Norte nos referimos a região definida pela Superintendência do desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que compreendia os estados do Nordeste, o norte de Minas Gerais, e parcelas de Goiás.

⁸⁶ Arrendatários e meeiros, eram os que trabalhavam em terra alheia, entretendo uma parte do que produziam, geralmente metade, a título da renda da terra. Foi à luta contra o aumento das taxas de arrendamento que surgiram as primeiras ligas camponesas em Goiás, Minas Gerais e Paraíba (MEDEIROS, 1989, p.24).

(como milho, mandioca ou feijão) (ARAÚJO, 1997). Depois da colheita, o gado era solto nas plantações para que se alimentasse dos caroços de algodão resquícios da plantação. A divisão da produção e o pagamento pelo arrendamento eram realizados a partir de acordos estabelecidos entre proprietário e trabalhador e, por isso, variava muito em cada estado ou região.

Esta estrutura social/ econômica característica dos estados do Nordeste⁸⁷ e regiões de Minas Gerais e Goiás se arrastou por séculos (FURATADO, 1982; ARAÚJO, 1995, 1997). Por isso, a elite local resistente as transformações econômicas iniciadas por Vargas na década de 1930, foi responsável pela crise da década de 1950, e não a seca, como a mídia noticiou amplamente no período.

Neste sentido, observa-se que o sistema de plantation foi obstáculo para desenvolvimento de uma massa camponesa livre, sendo que nos anos seguintes o que assistimos foi a reprodução de um sistema de servidão, onde existiam poucas possibilidades de sobrevivência para maioria da população campesina fora da plantation, e quando existiam eram fortemente reprimidos, como ocorreu com movimentos messiânicos.

Assim, consolidou-se um sistema baseado na repressão da mão-de-obra. Mesmo com a crise da plantation e a liberação da mão-de-obra não ocorreu a libertação dos trabalhadores (VELHO, 1979). Sendo que, o novo modelo também baseado na repressão da força de trabalho foi implantado de forma gradual, garantindo o controle das massas que se formavam.

Na década de 1950, o Brasil vivia um momento de transformações política e econômicas onde a agricultura passou a assumir novo papel econômico. O Desenvolvimentismo, projetava o desenvolvimento da região a partir da industrialização em detrimento do setor agrário. Neste aspecto, a transição para uma economia tipicamente capitalista redirecionava para o Estado as funções de acumulação clássica, que anteriormente eram ocupadas pela ordem privada, dentro do modelo que havia se instalado desde a colonização. Assim, para além da consolidação do Estado. Nesse contexto, a reorganização do capitalismo empreendida desde 1930 por Vargas, e sentida de forma mais consolidada nos 50, resultou na implantação de um padrão de exploração dos trabalhadores que o viveram em forma de perda de direitos, mudança nos sistemas de produção e de vida, imigração e direcionamento da massa de trabalhadores para novas fronteiras. Desta forma, uma nova cultura do trabalho.

⁸⁷ Ressaltamos que existe uma diferença econômica nas diferentes regiões do Nordeste. Por exemplo, no Rio Grande do Norte e Alagoas, dominavam a pecuária, no Ceará dominavam as oligarquias sertanejas, onde prevalecia o complexo de gado, algodão e agricultura de subsistência. Em Sergipe e Bahia existia burguesia banqueira, a produção da cana de açúcar e cacau. Já o Piauí e Maranhão, serão considerados até final dos anos 1950, fronteira agrícola regional (ARAÚJO, 1995, 1997).

Com a crise do latifúndio e a acentuada migração nordestina, foi possível assistir à formação de uma “massa marginal”, que serviu aos interesses da economia de mercado que nascia, mas que com seu adensamento, rapidamente passou de uma “solução” para “problema” (BURNETT, 2013).

Comentando sobre as transformações ocorridos na América Latina e no mundo neste período, Hobsbawm nos alerta que:

Para 80% da humanidade, a Idade Média acabou de repente em meados da década de 1950; ou talvez melhor, *sentiu-se* que ela acabou na década de 1960. Em muitos aspectos, os que viveram de fato essas transformações na hora não captaram toda extensão, pois as experimentaram paulatinamente, ou como mudanças na vida dos indivíduos que, por mais dramáticas que sejam, não são concebidas como revoluções permanentes [...] (HOBSBAWN, 2004, p.283).

No campo do vivido, para os trabalhadores que entrevistamos as principais transformações significou o rompimento de sistema de produção em parceria, que tinha por base o direito costumeiro, tratado entre patrão (dono das terras) e o trabalhador, a produção para subsistência e a própria permanência na terra. Assim a mudança não se refere apenas ao deslocamento e mudança de lugar, mas a própria forma de trabalhar, se relacionar, produzir e até mesmo, manter-se vivo.

Percebemos que embora fossem portadores de perspectivas quanto ao novo lugar, a maioria dos nossos entrevistados não viam o Paraná como última parada, mas como lugar de passagem, onde poderiam juntar algum dinheiro e conseguir voltar para local de origem, como muitos fizeram.

Neste aspecto, o discurso pelo aumento da produtividade através da modernização da agricultura, foi responsável por desenvolver estudos e pesquisas nos anos 1950 e 1960 que documentaram a destruição de práticas econômicas de subsistência e cultura campesina baseada em acordos constituídos a partir das disputas e relações estabelecidas por camponeses e proprietários ao longo do tempo. Quanto a isso, diversos de nossos entrevistados citaram que os pais tocavam roça de subsistência e parceria em diferentes localidades (Bahia, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais).

Ali, além do roçado onde plantavam uma variedade de cereais, ainda realizavam algumas modalidades de produção artesanal tendo como matéria prima o couro, o barro, a farinha e a palha. Além do excedente da produção agrícola, outros produtos como feixes de madeira seca, farinha e artesanato de couro e palha que eram vendidos nas feiras livres das cidades maiores ou da vizinhança. Entretanto, estas formas de produção material (baseado no

trabalho artesanal e familiar) se tornaram com o tempo insuficientes para garantir a subsistência familiar e considerada pouco produtivas. O sistema de parceria para produção de cereais começou a se tornar escasso, bem como o trabalho no campo.

Quanto a isso D. Terezinha é representativa da situação dos demais entrevistado. Ela, o pai, a mãe e os quatro irmãos eram moradores da região de Pedra Branca, Ceará. Lá plantavam cereais em sistema de parceria com proprietários rurais da região. Entretanto, devido instabilidade climática, as frequentes secas e a baixa produtividade a família era obrigada de tempos em tempos mudar-se para outra região em busca de trabalho. Como ela nos narrou, o trabalho no campo apesar de árduo era pouco produtivo, o que resultava em um agravamento da situação de pobreza da família. Quando a colheita era escassa ou não acontecia devido as intemperanças do tempo, a família nada ou muito pouco recebiam. E por isso, seguiam em busca de outras terras.

Seu Joaquim Silva e D. Maria do Carmo também se referiram aos pais, que “tocavam roça pros otro”, e ao trabalho familiar. Segundo eles, os pais e irmão trabalhavam em um sistema de parceria, ou meeiro, onde dividiam a produção de cereais com o dono da terra. Além do roçado produziam artesanato de couro, como chapéu e estribos. O couro era fornecido pelo patrão que também tinha participação nos lucros.

De acordo com os nossos entrevistados, a dificuldade para viver do trabalho no campo não era sentida apenas entre os trabalhadores que viviam do sistema de parceria. Mesmo quando a terra era propriedade família, parece que a subsistência parecia difícil e sem expectativa. Foi impressão que tivemos ao ouvir a de Zé Mineiro, que afirmou que os pais produziam mandioca, mas “terra era fraca e as mandioca era assim [da grossura do dedo]”, ou ainda de Deusdete, que se referiu a pouco produtividade da terra, e a necessidade de os irmãos migrarem ao se casarem.

Embora a região do Nordeste não fosse considerada um entrave ao desenvolvimento econômico do país - já que cumpria seu papel como fornecendo de mão-de-obra- com a ascensão das tensões e conflitos no campo e o surgimento das ligas camponesas e greves, passou a ser considerada uma “região problema”⁸⁸.

As tensões e conflitos que se tornaram constantes a partir da década de 1950 (não apenas nos Estado Nordestinos, mas ainda, Minas Gerais, Goiás, São Paulo e mesmo Paraná),

⁸⁸ Para tanto, é encomendado pelo BNDE conjunto de estudos, que indicavam a baixa produtividade. Em dezembro de 1959, durante o governo de JK foi criada a SUDENE, que compreendia a região do semiárido, composta pelos estados do Nordeste, mas ainda norte de Minas Gerais como região problema. Celso Furtado, naquele momento atuou como superintendente da SUDENE, organismo que tinha por objetivo coordenar as ações para o desenvolvimento econômico da região.

eram resultado das contradições vividas no interior do processo de trabalho. Estas contradições foram experimentadas pelos trabalhadores através da perda de *direitos costumeiros* obtidos a partir da mediação de interesses entre trabalhadores e proprietários; conflitos de interesse e empobrecimentos dos trabalhadores; exigência de *direito positivo* obtido pelos trabalhadores urbanos (como estabelecimento de salário mínimo e férias) e a expulsão da terra com a modernização do processo produtivo.

Quanto à ascensão dos movimentos camponeses a partir da década 1950:

Tais situações de tensão, vivenciadas a partir de uma determinada experiência cultural e dentro de uma determinada conjuntura, desencadeiam reações que vão da migração à violência individual ou a organização em defesa do que se considera legítimo (MEDEIROS, 1989, p.13).

O deslocamento em massa para a cidade e para outras regiões se tornou uma opção para trabalhadores que foram gradativamente expulsos das terras e perderam *direitos costumeiros* que garantiam o acesso à terra. Sem condições de permanecer na terra, a melhor saída pareceu ser sair em andança em buscar novas terras e trabalho, inicialmente nas proximidades e depois, para novas fronteiras e cidades metropolitanas.

Neste sentido, observamos que ao mesmo tempo em que temos a falência das estruturas tradicionais dos latifúndios nordestinos no Norte do Paraná era oferecido a possibilidade de continuidade de relações tradicionais. Pelo menos inicialmente quando era necessária a força de trabalho para a derrubada e plantio das primeiras covas de café.

Neste contexto é preciso considerar o Decreto Nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930 e Decreto Nº 24.215 de 1934⁸⁹ de Getúlio Vargas que redirecionou a Política de Migração através da estipulação da lei de cotas para trabalhadores estrangeiros. Esta lei pretendia desestimular a migração externa, limitando a 1/3 do número total de trabalhadores por empresa. Neste sentido, Vargas pretendia mobilizar o maior número de trabalhadores nacionais aproveitando mão-de-obra interna, que passou a ser direcionados para os centros urbanos zonas

⁸⁹ Um conjunto de decretos ligados a política de migração, foi criado por Getúlio Vargas na década de 1930. O primeiro Decreto de 1930 limitava a entrada no território nacional passageiros estrangeiros de terceira classe. Em 1934 foi criado novo DECRETO Nº 24.215, que restringia mais ainda a entrada de imigrantes estrangeiros sendo proibida a entrada de migrantes menores de 18 anos e maiores de 60, portadores de doenças mentais, crônicas ou de qualquer tipo de deficiência física ou mutilação, analfabetos, envolvidos em manifestações políticas, prostituição. Essa medida visivelmente aplicava controle não apenas do número de migrantes estrangeiros, mas ainda, controle ideológico sobre população que afluía para Brasil. Em 1938, é estabelecido o Decreto Nº 406 que estabeleceu que “*número de estrangeiros de uma nacionalidade admitidos no país em caráter permanente, não excederá o limite anual de 2 por cento (2%) do número de estrangeiros da mesma nacionalidade entrados no Brasil nesse caráter no período de 1 de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933*” (BRASIL, 1938, *on line*).

de produção cafeeira. E neste sentido, justificava na própria lei a limitação da entrada de trabalhadores estrangeiros:

CONSIDERANDO que a situação econômica e a desorganização do trabalho reclamam a intervenção do Estado em favor dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que uma das mais prementes preocupações da sociedade é a situação de desemprego forçado de muitos trabalhadores, que, em grande número, afluíram para a Capital da República e para outras cidades principais, no anseio de obter ocupação, criando sérios embaraços à pública administração, que não tem meios prontos de acudir a tamanhas necessidades (BRASIL, 1930, *on line*).

Pelo corpo da lei, observa-se que desde 1930, era crescente a leva de trabalhadores que rapidamente se deslocavam para as cidades metropolitanas⁹⁰. Fatos como o avanço da crise latifundiária e as frequentes secas que se decorreram desde o final do século XIX, faziam afluir o número de andantes desempregados que buscavam em outras regiões e nos centros urbanos meios de vida. Assim, o decreto ia de encontro a contexto de conflito eminente, que colocava a massa de trabalhadores disponíveis em situação de risco e conflito com as mudanças que acompanhavam as reformas econômicas promovidas pela modernização da economia e da agricultura. Neste aspecto, o decreto fazia parte da política nacionalista de Vargas e de sua busca pelo apoio dos trabalhadores⁹¹.

Junto com a nova política de migração de Vargas, ocorreu o surgimento políticas públicas celebradas em forma de acordos interestaduais, que pretendiam direcionar a marcha dos andantes para regiões que se integravam a este processo de modernização, tanto nas novas fronteiras ou diretamente, para as fazendas de café no interior paulista e Norte do Paraná. Quanto a isso, acreditamos que as experiências destes trabalhadores se constituíram dentro do campo das contradições do capitalismo e a reorganização da economia brasileira nas décadas de 1950 e 1960.

⁹⁰ Sobre assunto ver: ALBUQUERQUE JR., D. M.. Paraíbas e Baianos: órfãos do campo, filhos legítimos da cidade. In: Travessia, São Paulo: Centro de Estudos Migratórios. São Paulo, n. 8, p. 28, set./dez.1990.; BAPTISTA, D. M. T. Nas terras do “Deus Dará”: Nordestinos e suas redes sociais em São Paulo”. (Tese de doutorado em Ciências Sociais) - São Paulo, PUC, 1998. 324 p.; ÂNGELO, A. A presença dos Cordelistas e Cantadores Repentistas em São Paulo. In: Cidade. Ano 2. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico. 1995.; PENNA, M. O que faz ser nordestino: identidades sociais, interesses e o “Escândalo Erundina”. São Paulo: Cortez, 1992. p. 1-113.;

⁹¹ Quanto a isso, na pesquisa realizada no acervo do Museu do Migrante do Estado de São Paulo, encontramos fotografia de janeiro de 1940 que registra a visita do então presidente da República Getúlio Vargas que ao visitar a Hospedaria do imigrante discursava para trabalhadores nordestinos que estava de passagem na hospedaria. Para pesquisa acervo *on line* procurar pelo N° **Topográfico**: MI_ICO_AMP_056_004_008_002 disponível no link <http://www.inci.org.br/acervodigital/fotografias.php>.

Nos anos 1940 e 1950 o Maranhão, o Pará e a Amazonas eram as fronteiras agrícolas mais próximas. Para lá foram deslocados milhares de trabalhadores – algumas vezes de forma forçada - para trabalhar tanto na agricultura como nas regiões de extração do látex⁹². Do ponto de vista econômico e social, a migração desta população permitia não apenas a ocupação e exploração da região a partir da perspectiva capitalista, mas ainda, servia para diminuir as tensões sociais e populacionais existentes em algumas regiões do Nordeste, neste período.

O interior paulista foi um outro destino comum entre estes trabalhadores. As regiões da Alta Paulista, Nova Alta Paulista e Alta Araraquara eram importantes produtores de café desde início do século XX. Por isso, em 1935 foi estabelecido um acordo entre o governo de São Paulo com outros estados principalmente do Nordeste e Minas Gerais, para o direcionamento de trabalhadores para interior (SILVA, 1999). Em 1935, o então Governador de São Paulo Armando Salles de Oliveira:

Iniiciou uma gestões e contratos com empresas particulares que começaram a atuar no norte de Minas Gerais e no Nordeste agenciando e promovendo a cinda de trabalhadores rurais para São Paulo. A antiga política de subsídios à migração foi retomada aos trabalhadores nacionais como eram genericamente chamados os migrantes mineiros e nordestinos. Com a criação, durante a interventoria de Ademar de Barros em 1939, da Inspetoria de Trabalhadores Nacionais (ITN), órgão ligado ao Departamento de Migração e Colonização (DIC), o próprio estado passou a assumir a responsabilidade pela contratação e transferência dos trabalhadores, substituindo companhias especializadas, que se tornaram famosas no interior do país como agenciadoras de mão-de-obra (...) As cidades mineiras de Montes Claros e Pirapora, ambas terminais ferroviárias da E.FF. Central do Brasil, tornaram-se os grandes pontos de concentração dos trabalhadores nordestinos e mineiros que se dirigiam ao estado de São Paulo. Escritórios da Itn foram estabelecidos nessas duas cidades e elas processava-se a seleção de trabalhadores e o fornecimento de passagens para a capital paulista, onde eram alojados na Hospedaria do Imigrante e, posteriormente, enviados para fazendo no interior paulista (FONTES, 2008, p.44).

Foi de Montes Claros que Zé Mineiro e seu irmão partiram no final da década de 1940, primeiro para São Paulo e depois para Norte do Paraná. É visível que neste momento, o excedente de mão-de-obra nos estados do Nordeste e Norte de Minas Gerais, eram vistos como positivo devido o crescimento da demanda no interior paulista, que passou a ser destino de muitos trabalhadores que buscavam trabalho nas grandes fazendas de café como colonos, meeiros, ou mesmo trabalhadores volantes. Assim, levas de trabalhadores eram direcionadas e mesmo convencidas pela propaganda política a se direcionar para esta região.

⁹² Sobre assunto ler Guillen, Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia**. Editora Universitária UFPE, 2006.

Esse acordo entre São Paulo e os Estados fornecedores de mão-de-obra foi consolidado com a criação em 1939 do Departamento de Imigração e Colonização ligado à Secretaria de Indústria e Comércio de São Paulo. Esse departamento tinha o objetivo de conduzir mais de 100 mil nordestinos e mineiros para o Estado. Por isso, até 1943, existia um aliciamento de trabalhadores do Nordeste, Minas Gerais e Norte para trabalho na produção cafeeira⁹³.

É sintomático desta mudança de orientação o papel da Hospedaria do Imigrante⁹⁴, que passou a receber grupos de migrantes nacionais vindos principalmente dos estados do Nordeste. Segundo dados obtidos no Museu do Imigrante, a hospedaria recebeu mais de 16 milhões de trabalhadores nacionais até a década de 1970, quando teve suas atividades encerradas. Neste sentido, a partir dos anos 30, foi importante local de recepção, triagem e direcionamento dos trabalhadores inicialmente nas fazendas do interior paulista, depois, Norte do Paraná (BURNETT, 2012⁹⁵). Nesse contexto:

A expansão no leste paulista e norte do Paraná continuar elevada por todo o período. A maioria dos cerca de um milhão e seiscentos mil trabalhadores que, entre 1946 e 1960, passou pela Hospedaria no bairro paulistano do Brás tinha essas zonas rurais como destino, ao menos inicialmente (FONTE, 2002, p. 54).

Vários de nossos entrevistados se referiram a triagem que ocorria em São Paulo na “migação” ou “amigação”. Inicialmente não conseguimos detectar o local a que estes referiam, e nos davam poucos indícios de onde ficava a “migação” ou “amigação”. Entretanto, percebemos que ônibus, trens e paus-de-arara passavam por este local, onde os passageiros novamente eram encaminhados para interior paulista, de trem ou ônibus. Descobrimos que se tratava da Hospedaria do Imigrante, quando em visita ao local que hoje funciona como Museu e arquivo nos foram informados sobre a constante recebimento de migrantes vindos do Nordeste, e inclusive encontramos no acervo do museu fotografias de trabalhadores que haviam

⁹³ Essa orientação deixou de existir apenas em 1965, quando esta região começou gradativamente se industrializar, dispensando mão-de-obra. Concomitante a isso, com o estabelecimento do Estatuto do Trabalhador Rural de 1965, já não havia interesse em atrair mão-de-obra para morar no campo. Entretanto, com o aumento da seca e acirramento das lutas camponesas, o fluxo de migrantes nordestinos e mineiros continuou a afluir para São Paulo. Agora, entretanto, passaram a se hospedar na capital e outro contingente passou a se deslocar para outras regiões, como o Norte do Paraná.

⁹⁴ A Hospedaria do Imigrante situada em São Paulo foi fundada em 1888 e teve suas atividades encerradas em 1978. Até a década de 1930, recebeu apenas imigrantes estrangeiros que chegavam ao Brasil pelo porto de Santos. A partir do decreto de 1930, passou a receber também trabalhadores migrantes do Norte e Nordeste Brasileiro.

⁹⁵ BURNETT, Annahid. A “saga” dos retalheiros: um estudo sobre a instituição da feira da sulanca no agreste Pernambucano. In: Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.3, no 2, p.09-40, jul./dez. 2013.

sido direcionados na década de 1970 para fazendas de café de Nova Esperança, cidade próxima a Paranavaí.

Seu Joaquim e D. Maria do Carmo nos explicaram que a “amigação” era o lugar onde se pegava o trem para o interior paulista, no caso dela, até a cidade de Presidente Prudente. Falando sobre sua passagem pela triagem, Maria do Carmo e S. Joaquim contaram que “Até São Paulo nós viemo de caminhão, de São Paulo pra lá nós fomos de amigação, até Presidente Prudente [...]”.

Dona Edite e Seu Manoel também passaram por este mesmo lugar. Segundo ela, inclusive, grande parte de seus familiares e conhecidos haviam passado pela mesma “amigação”. Como ela nos narrou “chegava num lugar fazia uma fila [...] eu não lembro onde era o lugar, mas foi mesmo lugar Genildo [Manoel] foi [olha para esposo que confirma com um aceno de cabeça]. Todo mundo ia pra mema amigação”.

Neste sentido, passamos a buscar o local onde eram recepcionados estes trabalhadores neste percurso entre estados do Nordeste e Minas Gerais⁹⁶ e o Paraná. Observamos em primeiro lugar, que todos sujeitos que entrevistamos oriundos dos Estados do Nordeste e Minas Gerais, ao chegarem na capital eram direcionados para cidades do interior paulista. Nossos narradores citaram que o ponto final era Ourinhos ou Presidente Prudente, cidades onde eles desembarcavam do trem, e dali “cada um seguia seu rumo” (EDITE, 2015). Esse rumo seria emprego no próprio lugar, ou ainda, pegar um ônibus para o Paraná. Quando questionamos sobre porque não vinham direto até a cidade de Londrina ou Maringá, eles afirmaram que não existiam linhas férreas ou linhas de trem que chegassem ao interior do Paraná. Frequentemente, a maioria levavam até cidades do interior paulista - Ourinhos, Presidente Prudente, Dracena - e dali, seguiam até Maringá e Londrina.

Quanto a isso, é possível observar que até a década de 1960, quando ainda existia o acordo e orientação por parte do Estado de São Paulo através do Departamento de Colonização e Migração, existia direcionamento para a chamada Alta Paulista, havendo inclusive a tentativa de dificultar o deslocamento para outras regiões, ou mesmo, a permanência na capital paulista. Isso pode ser verificado pela narrativa de Dona Edite que aos 12 anos passou pela *migação* e nos contou detalhadamente como foi a permanência no lugar:

D. Edite: Mês de junho um frio... um frio... minha mãe inté passou mal de tanto frio, deu frebre. Aí nós chega em São Paulo com dois dias de Minas

⁹⁶ O Senhor Zé Mineiro também citou em sua narrativa a amigação. Segundo ele, pegou a amigação em São Paulo, e de lá se encaminhou para interior de São Paulo, depois Paraná.

chego em São Paulo.. Aí nós chego em São Paulo nessa mesma amigação que ele (seu Manoel) foi [...]. Aí Chegou nessa migação os home ia pra um lado, os pai com os filho e as mulher pro outro lado com as filha ... na hora de dormir. As mulher dormia tudo separado dos homi. Chegava lá tinha tudo lugar de tomar café da manhã. Nós chegemo de manhã ... Aí foi todo mundo faze fila e já foi todo mundo tomá café. Era pão, um... quem bebia café, era café, tinha leite, tinha café, tinha chocolate. Era tudo feito lá aqueles negócio. Aí passava aquilo lá e todo mundo ia pegando e saindo [...]

Manoel: Almoço parece uma corrida. Tinha negócio aqui e uma fila se pegano no prato e ia saindo, ia pegando e ia saindo.

Edite: não pagava nada. Aí tinha o café da manhã, tinha o almoço e tinha a janta e o lugar pra dormir. Aí depois que você acabava de almoçar vinha uma sacolinha ... eu lembro que nem hoje, doce de abobora feito coração, foi a coisa que mais adorei! Banana e otros doce, não sei que era otros doce que eu ne comi, e mortandela com pão. Aí minha mãe falava “ Não come isso qe é feito de bezerro novo”. Mas meu Deus... aí nós peguemo nojo... mas aí eu senti o cheiro eu disse “aí, eu vô comê! É gostoso”. Aí eu comia com pão. Ai meus sobrinhos tudo comia tudo também [eles disse] “A tia Dite vai come, eu vô come também”. [...] Meu pai e minha mãe não comia não. Era grande, era enorme o lugar. Aí minha fia entrava naquele quarto a noite para toma banho. Aí ia todo mundo tomava aquele banho, corrido! bem rápido! Porque era muita gente... a água tudo fria, banheiro com água fria. Um banheiro pras mulher e o banheiro dos homem. Era uma fila de banheiro, nem sei quantos tinha, só que aquela família entrava naquele baheiro só. Aí dava banho em um saia, entrava outro, saia, entrava outro, saia ... era assim. Aí tudo ficava alí. Já tinha pessoa que ficava alí pra segura o povo pra não saí, não sumi ...as crianças... tomava banho mais velho primeiro pra cuidá dos pequeno. Aí nois ficava alí. Aí depois vamo tudo dormi! Tinha todo mundo ora certinho pra dormi, ai chegou lá uma cama embaixo, outra em cima, outra em cima. “Eu não vô dormi nesse pulero!”. Ninguém queria dormi lá em cima. [irmão disse]“Porque fulano vai mijá em mim!”. Outro irmão [disse] “Eu vô cai”. Aí que qui feiz... Aí nós, tudo com medo de dormir em cima. Aí cumadi Ana e Francelina “Nóis dorme em cima”. E mãe mais pai dormi em baixo[...] não.. aí mãe e eu e cumadi Laurinda durmiu junto. E Eu, a Lia e a Marlene pediu pra mulher se podia por colchão no chão porque tava com medo de dormi na beliche do meio. Aí a mulher disse que podia. Aí dormi colocou dois colchão dormiu eu, lia, marlene e Val. ... quem foi mais ota... acho que dormiu nois quatro. Aí dormimo tudo naquele colchão. Aí [eu] disse “ Vocês não mija porque amanhã cedo eles vão fazê vocês lava tudo até coberta”. Mas nada cada um tinha sua coberta. Aí as bichinha nem dormia direito acordava noite [as crianças chamavam] “mãe quero mija”. Aí tinha um pinico, um pinico pra todo mundo. A mulher falava “ô o pinico tá ali pras criança não mija no cochão”... aí todo mundo com cuidado pra não mijana cama. Uma delas mijou ainda, não sei qual qui foi... não sei se foi a Marli que era bem mais menorzinha, mijou.. na cama... Marli tinha o que... nem lembro se ela tinha dois, três ano ... ela mijou, mas o di cumadi Ana os menino mija lá... [...] nós fiquemo um dia.... posemo...

[Manoel: Aí manda embora...]

Edite: Aí dormimo no outro dia comemo ... todo mundo foi pra fila toma vacina. Vacina pra atravessa de São Paulo para o Paraná, era obrigado a toma. Você tomou? [perguntou ao Seu Manoel]. Frebre amarela.... Todo mundo foi pra fila. Só via moleque chorando. Aí tinha um que tinha que segura. Eu corri tanto... cumpade Noé correu atrás de mim. Eu e Val [...] Nós tinha dito “Nóis num toma!” [Eu disse] “Vamos esconde” e cumpadi Noé no pé. Pego nos

trouxe. Aquela vacina doeu um tanto acho que de tanto medo... aí falava “aí mãe tá doendo”... [...] incho ! de tanto esfrega sabe? Mentira! Tava doendo nada era dengo... aquilo tava doendo nada! [...]. Aí daquela vacina foi todo mundo tomá café. Aí já veio com a filhinha pra pegar o trem [...] aí o guarda... Aí chegou lá com aqueles colchão [de palha e paineira que havia trazido da Bahia]. Ninguém pode ir para o Paraná com aquelas coisa. Tinha que deixar tudo ali. Aí tinha um povo que sabia que ia ganha tudo lá [na porta da hospedaria] aí povo com aqueles colchão que encheu novinho. Aí mãe despejo naquela carroça, carrinhola, sei lá [das pessoas que iam no lugar pegar o que seria jogado fora na hospedaria]. Aí deu tudo [o enchimento dos colchões e travesseiros]. Mãe embolo [capa do colchão e travesseiros] tudo num saco. Aí mãe tremendo de frio, pai foi com a cumadi Ana procura uma loja pra compra uma blusa pra mãe. Mãe já ficou doente e já desfarinhou aqueles travesseiro [enchido com paineira] deu pra aquele povo [...] aí tava o guarda todo mundo acompanhá ele pro trem. Aí deram um café, ganhamo aquela sacola de coisa de novo [farnel] pra entra no trem, aí viemo até Ourinho [...] Aí foi até Ourinhos. [...] Fechava a rua dos dois lado pra passar pra entrar no trem. Manoel: Você olhava pra traz aquela fila de gente! Era Mundo de Gente! Edite: Chegô em Ourinhos tinha que compra as passagens de ônibus. (EDITE, MANOEL, 2015).

Apesar de longa descrição de D. Edite, optamos por reproduzi-la na íntegra devido a as peculiaridades de riqueza de detalhes. Edite migrou para o Paraná acompanhada dos pais, irmãos, sobrinhos e vizinhos, que foram reunidos pelas Irmã Laudelina. Na época D. Edite era uma das mais jovens da família, tinha cerca de 12 ou 13 anos. Assim, sua memória refere-se a infância. Talvez por isso, um dos fatos mais marcantes fosse o doce de abobora em coração que foi dado em uma sacolinha (o farnel⁹⁷) e o medo de urinar nos colchões.

Embora fosse ainda uma criança e ocupasse um papel e espaço marginal dentro do processo de mudança, ela se coloca como centro das circunstâncias que aparecem durante a permanência na “migação”. Por isso, essa memória é resultado do cruzamento de outras memórias em comparação com outras experiências.

Neste aspecto, ao realizar visita no Museu da Imigração de São Paulo, fomos informados de um rico acervo fotográfico, que continha registros fotográficos sobre imigrantes nacionais. Ao consultar o acervo digital percebemos que era possível fazer aproximação entre a descrição de Edite e as imagens⁹⁸ que seguem:

⁹⁷ O farnel é uma refeição frequentemente armazenada em marmita para servir de lanche. Neste sentido, como D. Edite explicou era dado um Farnel contendo doces e lanche em um saquinho para as pessoas que chegavam e saíam da hospedaria. Como veremos mais a frente, Maria do Carmo também se refere ao farnel que recebeu para viagem de trem. O mesmo foi registrado pela equipe da hospedaria, imagem 11.

⁹⁸ Nas imagens dispomos da legenda original de cada fotografia reproduzida no acervo do Museu do imigrante, e número topográfico para localização da mesma no acervo *on line*.

FOTOGRAFIA 4 - Chegada de trem na Estação Pre. Roosevelt, trazendo imigrantes para a lavoura



FONTE: Acervo digital do Museu da Imigração de São Paulo. Data desconhecida.

FOTOGRAFIA 5 - Imigrante desembarque



FONTE: Acervo digital do Museu da Imigração de São Paulo. Data desconhecida. N° Topográfico:
MI_ICO_AMP_046_001_007_001

FOTOGRAFIA 6 – Entrada de imigrantes na Hospedaria



FONTE: Acervo digital do Museu da Imigração de São Paulo. Data desconhecida.

FOTOGRAFIA 7 - Entrada de Imigrantes na hospedaria



FONTE: Acervo digital do Museu da Imigração de São Paulo. Data desconhecida. Nº T.
MI_ICO_AMP_046_002_007_001

FOTOGRAFIA 8 - migrantes na Hospedaria



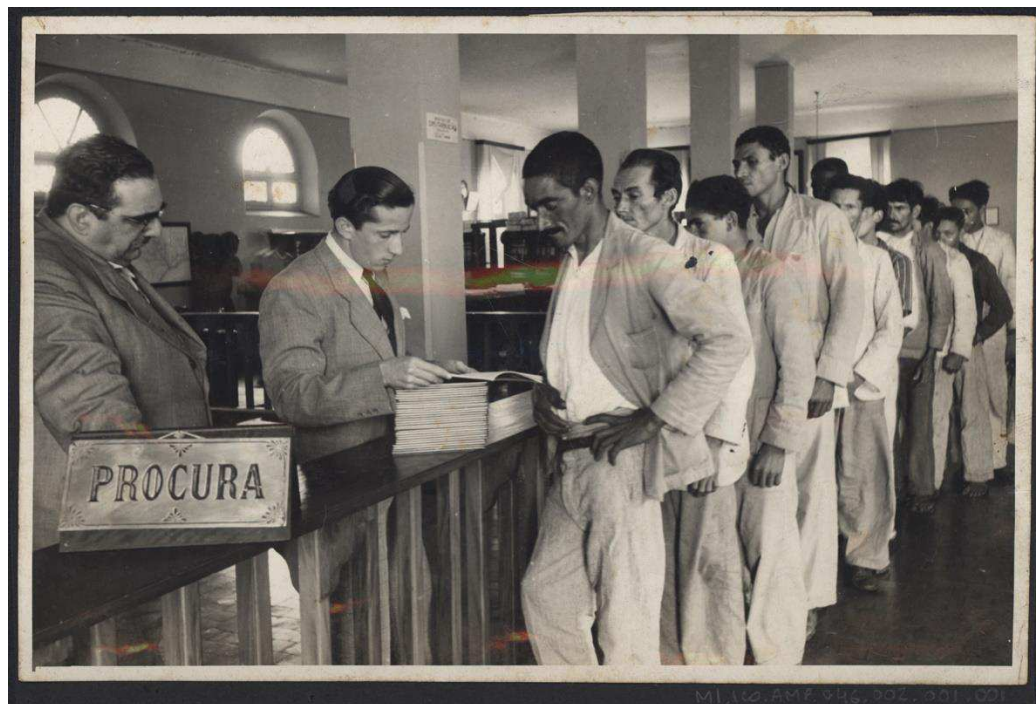
FONTE: Acervo digital do Museu da Imigração de São Paulo. Data desconhecida. N° Topográfico:
MI_ICO_AMP_046_002_003_001

FOTOGRAFIA 9 - Fazendo a matrícula



FONTE: Acervo digital do Museu da Imigração de São Paulo. Data desconhecida.
MI_ICO_AMP_046_002_002_001

FOTOGRAFIA 10 -cadastramento e procura trabalho



FONTE: Acervo digital do Museu da Imigração de São Paulo. Data desconhecida. Nº
MI_ICO_AMP_046_002_001_001

FOTOGRAFIA 11 - Imigrantes no salão de matrícula



FONTE: Acervo digital do Museu da Imigração de São Paulo. Sem legenda. Data desconhecida

FOTOGRAFIA 12 – Sem Legenda



FONTE: Acervo digital do Museu da Imigração de São Paulo. Data desconhecida. N° Topográfico:
MI_ICO_AMP_038_001_085_001

FOTOGRAFIA 13 - Alojamento de mulheres



FONTE: Acervo digital do Museu da Imigração de São Paulo. Nº Topográfico: MI_ICO_AMP_046_002_005_001

FOTOGRAFIA 14 - Recebendo ficha para alimentação



FONTE: Acervo digital do Museu da Imigração de São Paulo. Nº Topográfico: MI_ICO_AMP_046_002_021_001

FOTOGRAFIA 15 - Recebendo alimentação.



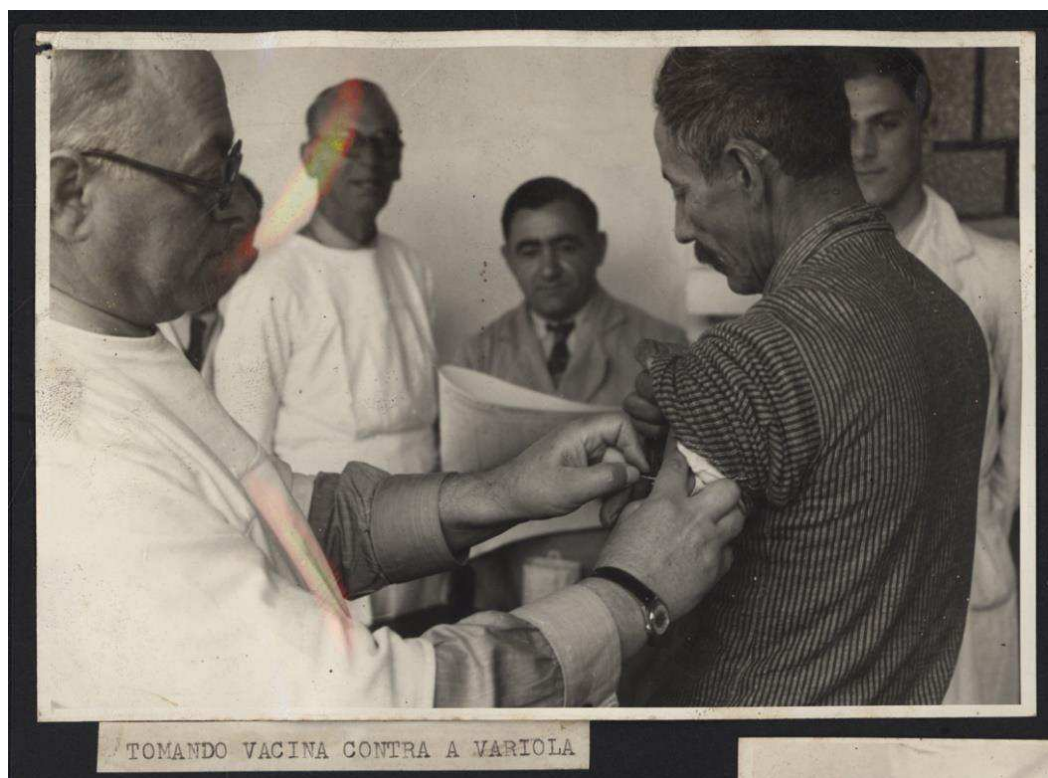
FONTE: Acervo digital do Museu da Imigração de São Paulo N° Topográfico:
MI_ICO_AMP_046_002_021_001

FOTOGRAFIA 16 - No refeitório



FONTE: Acervo digital do Museu da Imigração de São Paulo. N° Topográfico:
MI_ICO_AMP_046_002_019_001

FOTOGRAFIA 17 - Tomando vacina contra a Varíola



FONTE: Acervo digital do Museu da Imigração de São Paulo. N° Topográfico:
MI_ICO_AMP_041_001_024_001

FOTOGRAFIA 18 -Chuveiro para imigrantes



FONTE: Acervo digital do Museu da Imigração de São Paulo. Topógrafo N° MI_ICO_AMP_046_002_018_001

FOTOGRAFIA 19 -Inspeção médica



FONTE: Acervo digital do Museu da Imigração de São Paulo. N° Topográfico:
MI_ICO_AMP_046_002_014_001

FOTOGRAFIA 20 - Banheiro para criança



FONTE: Acervo digital do Museu da Imigração de São Paulo. Nº Topográfico:
MI_ICO_AMP_046_002_017_001

FOTOGRAFIA 21 - Inspeção dentária



FONTE: Acervo digital do Museu da Imigração de São Paulo. N° Topográfico:
MI_ICO_AMP_046_002_015_001

FOTOGRAFIA 22- Recebendo passe para viajar.



FONTE: Acervo digital do Museu da Imigração de São Paulo. Data desconhecida

FOTOGRAFIA 23 - Recebendo o farnel para viagem.



FONTE: Acervo digital do Museu da Imigração de São Paulo. N° Topográfico:
MI_ICO_AMP_038_001_077_001

FOTOGRAFIA 24 - Entrada para estação de embarque.



FONTE: Acervo digital do Museu da Imigração de São Paulo. Nº Topográfico:
MI_ICO_AMP_038_001_078_001

As fotos apresentadas são do acervo do Museu do Imigrante de São Paulo e formam uma série de fotografias sobre migrantes nacionais que passaram pela hospedaria durante seu período de funcionamento. Embora não sejam datadas, na disposição em que se encontram no conjunto fotográfico do acervo, estão dispostas depois das imagens de 1938, e antes das fotografias da década de 1950. Por isso, contrastando com os elementos presentes nas imagens, como roupas, tipo de corte de cabelo, nos permite afirmar que possivelmente foram registradas nos anos 1940, década que passou a receber migrantes nacionais na hospedaria, como já explicamos.

Estas fotos foram produzidas com um objetivo específico: informar sobre o processo de recepção, triagem e encaminhamento dos “nortistas”⁹⁹ que todos os dias passavam na Hospedaria do Migrante. É um conjunto de fotos encomendadas, por isso, elas registram do ponto de vista funcional o local, o serviço que era prestado e o público que era atendido¹⁰⁰.

Além destas fotografias selecionadas, encontramos um grande número de fotos das décadas de 1940 e 1950 que retratavam grupos e famílias de “nortistas” e “nordestinos” que se aglomeravam nas portas da hospedaria e as várias pensões que ao longo do tempo passaram a ser utilizadas para receber essa população¹⁰¹. Estas fotos se tornaram importantes para nossa

⁹⁹ Na legenda deste grupo de imagens e outra que também foram consultadas, é registrado o grupo de homens e mulheres representados como nortistas, termo que era usado pela SUDENE para se referir aos trabalhadores dos estados do Nordeste e Minas Gerais

¹⁰⁰ Pelo tipo de impressão, papel e elementos presentes na foto, possivelmente foi fotografada no final dos anos 30 e anos 40.

¹⁰¹ Devido ao grande fluxo de pessoal outras hospedarias no centro de São Paulo passam a abrigar os imigrantes. Entretanto, gradativamente a partir dos anos de 1950 parte dos nordestinos quando chegam a São Paulo passam a

pesquisa pois, a partir delas conseguimos localizar e ter certeza que a “amigação” que citava D. Edite, era a hospedaria do imigrante de São Paulo¹⁰². As fotografias coincidem não apenas com o relato de D. Edite e Manoel, mas ainda com o que nos contaram seu Joaquim, Maria do Carmo e Zé Mineiro, o que nos permitiu entendermos algumas colocações informadas nas fontes orais, principalmente da descrição elaborada por Edite.

Ambas as fontes apresentam uma rotina de triagem que eram submetidos homens, mulheres e crianças que passavam pela hospedagem que envolvia alimentação, banho, vacinação, pouso e por último, o encaminhamento para o trem destinado ao interior paulista.

Na descrição de Edite, a chegada a Hospedagem ocorreu com encaminhamento para receber a primeira alimentação (o café da manhã). Embora a jornada tenha sido longa e escassa de alimentos, na Hospedaria ela ressalta que eram realizadas 3 refeições: café da manhã, almoço, café da tarde e jantar. Percebemos que Edite incorporou a sua descrição elementos que estão presentes nas fotografias, memórias e percepções de outros personagens, como os pais. Neste sentido, ao avaliar sua breve estadia, avalia como positiva. Apesar da mãe ter ficado doente pelo frio, em nenhum momento ela cita que passou frio. Para ela é mais forte a memória dos doces do farnel e a experiência de comer pela primeira vez pão com mortadela, fato desaprovado pelos pais que se negaram a comer. Neste aspecto, embora cite várias vezes o volume de pessoas e as filas constantes para alimentação, banho ou chegar aos quartos, esta é entrevista pelas brincadeiras, situações e medos vividos pelos sobrinhos mais pequenos.

As fotografias, registram a triagem por uma outra lógica. Na sequência apresentada, o processo de triagem e recepção transparece um conjunto de atos burocráticos de registro e matrícula, que antecedia a entrada dos andantes na hospedaria. É também ausente na descrição da entrevistada, o fato de existir na hospedaria um local para cadastramento de trabalhadores, destinado aqueles que estivesse à procura de trabalho. Estes fatos, são ausentes talvez pelo lugar que ela ocupava no conjunto familiar. Como criança mais velha, ela tinha como função auxiliar no cuidado das outras crianças mais jovens. Por isso, funções mais burocráticas e complexas eram tratadas pelos pais e mais velhos, e assim passaram despercebidas por ela.

Depois disto, eram tomadas as medidas sanitárias como banho, inspeção médica e dentária e vacinação, atividades que ocorriam coletivamente. A sequência apresentada nas fotos e descrição insere-se no discurso médico-higienista que foi disseminado no Brasil desde o final

buscar outros locais, aproveitando-se das redes de relações sociais, passam a se direcionar para casas de parentes e amigos que já haviam se instalado em São Paulo (BURNETT, 2013).

¹⁰² Em período posterior a entrevistas, mostramos as fotos a D. Edite e seu Manoel, que reconheceram os “chuveiros” e refeitório pelo qual tinham passado.

do século XX. Neste sentido, a adoção de uma inspeção medico-sanitária na hospedaria, comungava com cenário mais geral, com aumento do panorama urbano, crescimento populacional marcante, e seus problemas decorrentes, que passaram a ser pensados a partir de soluções de caráter higiênico.

Alguns detalhes relacionados a uma prática higienista presentes nas fotografias, escaparam em seus detalhes na fala de Edite. Embora tenha citado a vacinação obrigatória, as fotografias relacionam um processo mais amplo, que ia desde o banho e serviço de barbearia que antecedia a matrícula na hospedaria.

Em ambas fontes, consta a separação entre homens e mulheres (indiferentes da idade) eram acomodados em locais distintos. Tanto nas fotos como na narrativa transcrita, podemos observar como ocorria essa separação por sexo. Esta prática, pode ser enquadradas nas práticas higiene de saúde moral e publica defendida pelo Estado Varguista. Assim, nos dois documentos é evidente o caráter autoritário do Estado empregado nas medidas sanitaria que ainda resistiam na década de 50 e 60 no cotidiano da hospedaria¹⁰³.

São aspectos desta prática sanitaria a vistoria das bagagens, que não foi retratado nas imagens, mas consta na narrativa de Edite. Como ela nos relatou, antes dos migrantes entrarem na estação ferroviária os fiscais da pensão verificavam as bagagens e pertences dos passageiros. Nesta vistoria, Edite e sua família tiveram que se desfazer de travesseiros, colchões e outras “matulas” (frequentemente de utilidade doméstica de produção artesanal, frutas e cereais que traziam para se alimentar no percurso da viagem) que não podiam ser carregados para seus destinos final. Esse controle de caráter sanitaria visava conter possível contaminação de varíola, tuberculose, tifo, sarampo e outras doenças que assolaram a região produtora de café desde meados do século XX.

A prática de vacinação coletiva contra doenças endêmicas como febre amarela e varíola que se tornou um problema de caráter político desde início da República parece ter sido uma das políticas constante na hospedaria. Além do registro da vacinação, ainda existiam fotografias que indicavam escritório permanente de saúde e educação sanitária destinado a

¹⁰³ Começando com a proclamação da República e estendendo-se até os anos 1930, o Rio de Janeiro e São Paulo foram cenário da elaboração de um conjunto de medidas higienistas que se caracterizaram pelo teor violento das campanhas sanitárias coletivas. Como exemplo temos a campanha da vacinação obrigatória em prática em novembro de 1904 no Rio de Janeiro por Oswaldo Cruz, que levou a Revolta da Vacina. Como noticiou o periódico Gazeta de Notícias no dia 14 de novembro de 1904 “ tiros, brigas, engarrafamento de trânsito, comércio fechado, transporte público assaltado e queimado, lampiões quebrados às pedradas, destruição de fachadas dos edifícios públicos e privados, árvores derrubadas: o povo do Rio de Janeiro se revolta contra o projeto de vacinação obrigatório proposto pelo sanitaria”.

trabalhar com homens, mulheres e crianças que passavam pela hospedaria e médicos sanitaristas que verificavam a saúde dos trabalhadores que chegavam na hospedaria.

Quanto a isso, a vacinação ocorria de acordo com a região para a qual se deslocava a população. Entretanto, a varíola e febre amarela estavam entre os principais alvos das campanhas sanitaristas. No início do século XX, em meado de 1919 a Bahia passou por um surto de varíola acompanhado de outras doenças infecciosas (febre amarela, tuberculose e febre espanhola) que levou a diminuição drástica da população de Salvador (SOUZA E HOCHMAN, 2012). Por isso, existia o controle e vacinação dos migrantes que passavam pela hospedaria.

Quanto a campanha de vacinação contra a febre amarela citada por Edite, existia a obrigatoriedade de vacinação de todos os passageiros que se deslocavam pelas linhas férreas e se hospedassem na Hospedaria do Migrante. Neste aspecto, Telaarolli explica que existe uma forte relação entre cafeicultura, imigração e febre amarela¹⁰⁴ no Brasil desde a I República. Segundo ele:

a prioridade da ação sanitária estadual nos primeiros tempos da República foi o controle das epidemias, em especial a febre amarela, que desestabilizava toda a vida política e administrativa, ameaçando as atividades da cafeicultura em diferentes etapas, bem como as demais atividades urbanas. (...) a doença assolou a maior parte da zona cafeicultora paulista, integrando-se à nosologia da região, até sua eliminação temporária do estado, em 1904. A interiorização da doença em 1889 iniciou-se com duas grandes epidemias, em Campinas e Sorocaba. A partir de Santos, casos da doença foram levados ao interior do estado, juntamente com as famílias de imigrantes estrangeiros, dando início à sucessão de epidemias (...). Entre o grande número de vítimas da febre amarela destacavam-se os estrangeiros (...). A defesa do fluxo de imigrantes estrangeiros, garantindo a mão-de-obra indispensável para o café, foi um aspecto da dinâmica demográfica que esteve sempre presente para o poder estadual, dos legisladores aos técnicos dos serviços sanitários (TELAROLLI Jr, 1996, p.266).

Desde a década de 1950, existe uma orientação permanente de que toda a população que se desloque para Minas Gerais, São Paulo e Norte do Paraná deve ser obrigatoriamente vacinada contra febre amarela. Com os surtos de febre amarela no interior de São Paulo, nas

¹⁰⁴ Quanto a isso, Telaarolli explica ainda que “A relação entre imigração, avanço da malha ferroviária e progressão da febre amarela, pressentida pelas autoridades sanitárias paulistas logo no início do período republicano, teve uma explicação científica na década seguinte, com a identificação do mecanismo de transmissão da doença através de um mosquito vetor, transportado de um local a outro pelos trens, juntamente com cargas e passageiros. Com a rápida extensão da rede ferroviária, esse meio de transporte passou também a ser muito utilizado na fuga das populações das cidades atingidas pela doença até localidades próximas ainda indenizadas, favorecendo a propagação da febre amarela em torno dos focos iniciais” (TELAROLLI Jr, 1996, p. 273).

décadas de 50 e 60 estas orientações eram aplicadas rigorosamente. O que justifica a violência a que eram submetidos todos os trabalhadores que passaram pela hospedaria.

Na narrativa de d. Edite, todos os lugares (o refeitório, os quartos e os banheiros) eram locais de grandes dimensões, por fluía um grande contingente de pessoas. Tal fato se tornava mais assustador para ela que na época ainda era uma criança, e assim, tinha uma percepção diferente quanto a espacialidade. Entretanto, seu marido Manoel, a todo momento, e fez uma narrativa complementar onde ressaltou a aglomeração de pessoas tanto nos refeitórios quanto na saída e chegada na pensão, que segundo ele, não era organizado como foi retratado na imagem.

Embora a hospedaria oferecesse aparato com acomodações básicas, observamos que era precário o atendimento ofertado aos migrantes. Tal fato pode ser devido ao grande número de pessoa que passavam diariamente pela hospedaria.

Em ambas as narrativas (oral e fotográfica) observamos que a fila era constante, devido ao grande fluxo de pessoas que a pensão recebia todos os dias. Ao olhar as fotografias, Edite confirma que era o mesmo local que ela passou, mas não era as coisas não eram “tão arrumadinhas” como nas fotos. No horário das refeições, segundo ela, não existiam mesas para todos, e por isso, crianças e adultos se acumulavam pelo chão e corredores, lugar onde pudesse se encostar para comer. Como ela relatou, dormiram em 4 pessoas em dois colchões, contou também que no quarto superlotado havia apenas um único penico para todas as mulheres e crianças que estavam acomodadas ali. Assim, Edite e Manoel descrevem que tudo era muito rápido: banho, alimentação, vacina e saída. A memória de ambos é marcada pela presença das longas filas, vigiadas constantemente pela figura dos guardas que “davam”, alimentação, cobertores, vacina. Já nas fotos é evidente que o fotografo, tentou realizar um registro marcado pela organização dos sujeitos e personagens que retratavam.

Em ambas fontes (fonte oral e fotografia), o que mais nos chamou atenção foi a presença de um guarda que acompanhava os migrantes em todas as atividades (no banho, no café da manhã e no embarque do trem). Estes trabalhadores eram acompanhados de perto por “guardas” que os vigiavam e direcionavam nas das atividades que deveriam realizar dentro da hospedaria e garantir, como Edite nos afirmou “que ninguém saísse dali”. Para nossos narradores, a passagem pela “amigação” era momento de tensão e medo, devido ao controle e pressão a que eram submetidos.

Essa impressão ficou evidente na narrativa de D. Edite ao citar a mulher que ficava no quarto e instruía as crianças a usarem o penico, ou mesmo, a presença de uma pessoa no

banheiro, que cuidava “para as crianças não se perder”¹⁰⁵. Curiosos em relação a essa presença incidente de “mulheres e guardas” que sempre era citado, perguntamos quem eram essas pessoas, o guarda que ela sempre falava, D. Edite explicou então:

[...] esse guarda era fardado[...] não podia saí, tinha cassetete e tudo dos dois lados, lembro que tinha e ele com a mão [e posiciona a mão na cintura] naquele cassetete. Não podia saí pra lugar nenhum. Se fosse sair pra ir no banheiro tinha que pedir primeiro (EDITE, 2015).

Esse controle aparentemente, era garantia de que os contingentes que chegassem na hospedaria não se diluíssem dentro da capital, e assim, fossem levados diretamente para os trens que seguiam para outras regiões. A impressão que temos a partir das narrativas e que foram confirmadas pelas fotografias é de que havia muito controle e repressão aos trabalhadores ao chegarem a hospedaria.

Os trabalhadores que chegavam a hospedaria poderiam passar até dois dias no local antes de serem embarcados no trem ou ônibus. Entretanto, em períodos de maior fluxo ou quando coincidia o momento da chegada e da saída dos meios de transporte, a recepção, a triagem e o encaminhamento ocorriam no mesmo dia. Os passageiros que desembarcavam dos pau-de-arara e trens que embarcavam imediatamente nos trens que partiam para o interior paulista, como nos contou D. Maria do Carmo, também passavam por triagem.

Diferentemente de D. Edite, Maria do Carmo passou pela hospedaria quando era adulta, acompanhada de seu marido, compadres e vizinhos que haviam sido recrutados por um ex-vizinho, que passou a atuar como gato em meados dos anos 1960. Assim, Maria do Carmo se recorda de alguns detalhes burocráticos que não fazem parte da narrativa de D. Edite. Maria do Carmo nos falou, por exemplo, da verificação de documentos e da pressão e medo que sentiu ao chegar a “amigação”. O momento mais tenso parecia ser o momento de embarque no trem quando era necessário entregar os documentos, o que era um problema para a maioria das pessoas que não tinham qualquer tipo de registro oficial¹⁰⁶.

¹⁰⁵ No momento que realizamos a entrevista, entendi que ela se referia a uma pessoa da própria família que tomava banho e ficava cuidando das crianças. Entretanto em conversa posterior com a filha de Dona Edite, ela confirmou que na verdade era uma “mulher” da hospedaria que acompanhava no banho e ficava controlando a saída e entrada nos banheiros.

¹⁰⁶ Como citamos anteriormente, parte de nossos entrevistados não tinha qualquer tipo de registro oficial. O que explica inclusive o fato de terem dois nomes (um de batismo e outro de registro de nascimento – como é caso do Seu Manoel que também é Genildo). Assim Manoel, Maria do Carmo, Joaquim, Edite, Terezinha, contaram que seus documentos foram feitos aqui no Paraná muito tempo depois quando foi necessário fazer carteira de trabalho, ou mesmo se aposentar. Entretanto, era mais comum que as mulheres não tivessem registro de nascimento.

Paremo em [São Paulo] peguemo um saco de farinha lá e cada um foi... [começa a rir] o meu Deus mas nós sofremo aquele tempo minha fia... vixe....[...] Quando nós chegamos em São Pauo pá pegá o trem era de fila cada um pegava um pacotim de comida que eles dava... uma farofa de feijão... mas era só farinha seca com uns caroço de feijão dentro [risos] cá um pegava um daquele pacotim pra come e ia passano, passano [faz gesto com ênfase]. [...] Na hora do documento o povo ia passano. Filha D. Carmo: O povo tudo sem documento! Maioria, metade sem documento!
 Maria do Carmo: Ea tão bom esse tempo que viajava sem documento né [fala dando gargalhada] ficou esse detalha pra trás, né? Então o Véio [Chiquinho] puxou uma capangona [faz gesto com mão mostrando que era grande] menina... deste tamanho de documento e só aqui [faz gesto com as mãos mostrando que ia entregando os documentos] “Tó aqui, tó aqui). E eu lá trás, e o Véio olha em mim e falava “É agora né? Que vai fica preso”... entregando pra polícia lá o fiscal do trem né?
 Joaquim: Da amigação
 Darci: Que documento? Documento com foto?
 Maria do Carmo: Que... qualquer documento! O resisto de nascimento. E o Véio foi mostrando o documento dos fi e eu era colega do Véio tava na pá do Véio aqui atrás né. Quando chego mundo gente ele [polícia] pode passá, pode passá”. E eu Ô [faz gesto com mão indicando que correio] me enfiei com mundareu de gente. Eita sorte.. (MARIA DO CARMO, 2016).

A fala descontraída e cheia de risos de D. Maria do Carmo, apresenta uma situação de estresse e pressão que viveu ao embarcar na hospedaria. Apesar de hoje se recordar com alívio, inicialmente ela se referiu ao sofrimento de quem recebeu um saco de farinha com feijão, única refeição que fez com sua família entre São Paulo e Ourinhos/SP. Neste sentido, com ironia ela pontuou “período bom”, onde quase ninguém tinha “documento”, principalmente mulheres que como ela, viviam no campo e apesar de realizarem as atividades de trabalho junto ao marido (e antes, pais e irmãos) não eram consideradas responsáveis pela renda da família. O grande temor de Maria do Carmo era ficar presa na “amigação”, junto com as outras mulheres que também não tinham documento. Tal fato talvez justifique o porquê de poucas mulheres se deslocarem para a região. Como a filha da D. Maria do Carmo nos explicou, as meninas (irmãs e parentes que vieram depois) tinham documento porque o Compadre Chiquim providenciou e cuidou depois, mas as mulheres que migraram na primeira leva contavam com a sorte para embarcarem nos trens.

Quanto a isso, ressaltamos que no tempo ocioso entre chegada e saída do trem, homens, mulheres e crianças ficavam a espera em um pátio que precedia a plataforma de embarque, onde eram verificadas as malas e matulas dos andantes, como descreveu Edite. As fotografias 10 e 11 retrataram os momentos que antecedia o embarque no trem. Nas fotos observamos grupo de homens e mulheres sentados arrumando os pertences que sobravam do que haviam trazido para a viagem, e em seguida, a última triagem antes do embarque. Neste

sentido, em ambas as fotos a impressão que fica é de confinamento destes homens, mulheres e crianças que aguardavam o trem debaixo do sol, com suas malas sentados pelos cantos. As crianças pareciam perambular sem desgarrar da saia das mães e dos mais velhos, que atentas eram vigiadas com medo de serem perdidas na multidão.

A migração, não era escolha fácil. E muitas vezes, mediante o conjunto de medida que direcionavam essa massa de trabalhadores desvalidos, não aparece como escolha, mas determinação. Assim, podemos afirmar que a migração neste contexto foi resultado de um conjunto de tensões e conflitos, que modificaram profundamente a cultura do trabalho principalmente na Região Nordeste e Minas Gerais. E que neste âmbito, colocaram estes trabalhadores em peregrinação em busca de trabalho, seja sozinho ou com seus familiares, em curtas e longas andanças. Há nessa narrativa historiográfica que construímos uma forte identificação com a concepção que Thompson formula a respeito dos sujeitos e aos limites que enfrentam:

Não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

Assim, nos anos 60 a situação no campo havia mudado. Muitos desses trabalhadores, não apenas nordestinos, mas também paulistas e mineiros, integraram um grupo de trabalhadores rurais que estavam sendo massivamente expulsos do campo. Os trabalhadores rurais buscavam outras regiões onde poderiam continuar ligados a terra e as atividades que outrora desenvolveram em suas regiões de origem.

Observamos tal fato na trajetória de alguns dos entrevistados, que afirmaram ter passado por outras regiões como São Paulo (como D. Giovana e Seu Zé Mineiro) e Maranhão (D. Terezinha), antes de chegarem ao Paraná. Muitas vezes, o deslocamento parece ter ocorrido quando os trabalhadores não tinham mais formas de se manter campo, ou não se adaptar ao trabalho na cidade (como nos narrou Zé Mineiro), estes trabalhadores saíram em retirada para os locais que ainda ofertavam trabalho na terra.

3.2 A SAÍDA E O DESLOCAMENTO: OS GATOS E A PROPAGANDA ELABORADA PELAS EMPRESAS COLONIZADORAS

3.2.1 Capital imobiliário, publicidade e a promessa da Terra Prometida

Como vimos, desde os anos 1930 o Governo Federal e o Governo Paulista, haviam criado uma série de decretos, medidas e acordos, que buscaram incentivar e direcionar uma massa de trabalhadores dos Estados do Nordeste e Minas Gerais, para as fazendas de café da Alta Paulista e da Nova Alta Paulista, suprimindo a demanda existente de mão-de-obra.

Desde o início do século XX os latifúndios nordestinos estavam em crise, devido à crise do modelo político que descentralizava o poder que antes estava nas mãos das elites locais para poder central. Assim, assistimos a um colapso de uma cultura de trabalho e das relações produtivas baseadas no autoritarismo em que viviam milhares de trabalhadores, em condições de quase semi-servidão. Concomitante a isso, as frequentes secas e falta de alternativas a homens e mulheres que viviam não apenas no interior nordestino, em Minas Gerais e Goiás, foram sendo gradativamente expulsos dos campos. Estes trabalhadores foram estimulados a migrarem levados pela expectativa de melhores condições de sobrevivência ofertadas pela expansiva oferta de trabalho e promessas empreendidas pelo Estado.

Já citamos no capítulo II, que na década de 1930 o Estado do Paraná também havia estimulado a vinda de trabalhadores nordestinos para regiões de colonização oficial, entretanto, o Estado não obteve sucesso. Nas décadas de 1940 e 1950, essa prática ganhou novo fôlego com a instalação de diversas empresas imobiliárias no norte do Estado que passaram a atrair contingentes de população para ocuparem novos centros urbanos e pequenas propriedades rurais.

Neste sentido, a Empresa Colonizadora Norte do Paraná (ECNP) que deu origem a zona urbana da cidade de Loanda, produziu um rico acervo de material publicitário em forma de cartazes, propagandas em jornais impressos, propagandas nas rádios locais, filmes exibidos nos cinemas do interior, álbuns fotográficos, filmes¹⁰⁷ que foram principalmente veiculados pelo interior paulista¹⁰⁸, mas também Minas Gerais e Santa Catarina.

A ação publicitária da ECNP assemelha-se a das várias imobiliárias e colonizadoras que se instalaram no Norte do Paraná. A promessa veiculada era de um surpreendente

¹⁰⁷ Foram produzidos dois filmes pela Rilton Filmes, um em 1955 quando estavam sendo realizadas construção da rodoviária e cinema, e depois em 1957.

¹⁰⁸ A empresa mantinha escritórios na cidade de Tupã, Sorocaba, Dracena e corretores que percorriam a regiões. Além disso, nas propagandas produzidas pela ECNP afirma-se que existiam ônibus que saíam cotidianamente de algumas cidades do interior paulista rumo a Loanda.

crescimento promovido pelo investimento da colonizadora, e rápido enriquecimento com a produção do café. São exemplo desta propaganda as duas imagens a seguir.

DOCUMENTO 3 - propaganda veiculada no Jornal do Povo – 16 de setembro de 1953



FONTE: Acervo Sebastião Delfim Machado

DOCUMENTO 4- cartaz publicitário produzido pela Empresa Colonizadora Norte do Paraná

Visite LOANDA
a maior realização urbanística do Estado do Paraná
A cidade que é um presente do Paraná para você

BREVEMENTE!
O MELHOR E MAIS CONFORTÁVEL HOTEL DA ZONA
•
A MAIOR ESTÇÃO RODOVIÁRIA DO INTERIOR PARANAENSE
•
CINEMA COM 1.800 LUGARES
•
EMPRESA COLONIZADORA NORTE DO PARANÁ LTDA.
Organização e Orientação de:
IRIO SPINARDI
SEBASTIÃO D. MACHADO
ASIO MONTICUCO
LINO SPINARDI
VENDAS:
Av. Tamoios, 1215 — TUPÁ
Ou com nossos Agentes Autorizados

VEJA O LOCAL!
Espigão divisor Paranapanema-Ivaí, no traçado da Estrada de Ferro Paraná-Santa Catarina.

COMPARE A FERTILIDADE DAS TERRAS!
As terras do Paraná são as mais férteis do mundo.

OBSERVE O PROGRESSO!
(em apenas 3 meses)
Mais de uma centena de casas
4 serrarias, oficina mecânica, olarias, marcenaria.
2 hotéis com água corrente, colchões de mola, geladeira e luz elétrica própria
Farmácias, bares, casas comerciais
50 prédios de 2 e 3 pavimentos
50 controlados
ILUMINAÇÃO ELÉTRICA
5 ÔNIBUS DIÁRIOS
Poços artesianos para abastecimento d'água, em construção
PISTA PARA AVIÕES
Espectacular sucesso de vendas: 2.000 lotes urbanos e mais de 1.000 chácaras e sítios
2 milhões de caféeiros existentes e 5 milhões serão plantados neste ano.

VENDAS:
Av. Tamoios, 1215 — TUPÁ
Ou com nossos Agentes Autorizados

ENRIQUEÇA COMPRANDO TERRAS NO NORTE DO PARANÁ - LOANDA LHE OFERECE ESTA OPORTUNIDADE - VENDAS DE SÍTIOS, CHÁCARAS E LOTES URBANOS A LONGO PRAZO, SEM JUROS, NO MAIS RACIONAL PLANO DE COLONIZAÇÃO - TERRAS DE PRIMEIRA QUALIDADE - TÍTULOS DO GOVERNO DO ESTADO

FONTE: Acervo Sebastião Delfim Machado

O documento 3 é uma propaganda publicada no jornal O Povo de Bauru/SP em setembro de 1953. Nesta época, ainda estavam sendo realizadas a derrubada e queima da vegetação original sobre o núcleo urbano. O documento 4 é um cartaz que embora não tenha data específica, acreditamos que tenha sido produzido entre 1955 quando havia iniciado a ocupação da zona urbana da cidade.

Em ambos os documentos o público alvo eram convidados a conhecer o “extraordinário crescimento” que era possível observar na região. O que mais nos chamou atenção foi a promessa de enriquecimento gerada pela produção de café: “compre terras em Loanda e fique milionário”. Embora essa propaganda tenha sido direcionada aos possíveis compradores de terra, é importante observar que ela indicava que além das terras férteis existia um “equipamento” urbano possível de acolher novos moradores.

Ressaltamos que no documento 4, não apenas o café é ressaltado como produto gerador de riquezas. O algodão, a indústria metalúrgica, a fábrica de tijolos e a derrubada de madeira também são retratados como geradores de fortuna. Neste sentido, no cartaz são retratados trabalhadores na indústria e na máquina planificadora.

Quanto a isso, uma outra matéria veiculada em um dos jornais do interior de São Paulo, nos chamou a atenção porque além de divulgar o crescimento da cidade, a venda de terras a baixos custos, também noticiava a produtividade da Fazenda Margarida, instalada em período anterior a chegada da ECNP à região, como podemos observar na imagem abaixo:

Fazenda Margarida



Figura a Fazenda Santa Margarida como propriedade criada anteriormente à instalação de Loanda. Coube aos srs. Vitorio, Luiz, Adamo, de 1 ano. Tais plantações Albino, Caetano, Domingos que deverão se estender ainda mais, virá garantir o êxito e a expressão econômica uma fazenda, considerada atualmente a primeira de prospero município.

Continuando sua obra, os Irmãos Pauli plantaram mais mil pés de café, já com 2 anos de idade, e mais cem mil aos srs. Vitorio, Luiz, Adamo, de 1 ano. Tais plantações Albino, Caetano, Domingos que deverão se estender ainda mais, virá garantir o êxito e a expressão econômica uma fazenda, considerada atualmente a primeira de prospero município.

Neste ano, a Fazenda Santa Margarida que conta com 4 mil pés de cafeeiros de 4 anos espera uma colheita abundante, que virá premiar os esforços que a família Pauli dispendeu.

Essa brava gente, vinda de Araraquara, do Estado de São Paulo, são filhos do saudoso Angelo Pauli e da Margarida Parelli de Pauli. Inquestionavelmente trabalham para o progresso do

ooo

VISITEM A CIDADE MILAGRE

FONTE: Acervo Sebastião Delfino Machado

Na matéria é noticiado que os proprietários já tinham cafezais com 4, 2 e 1 ano, sendo a perspectiva ampliar a área de produção. Ficamos pensando qual o objetivo dos empresários ao noticiar a existência de grandes fazendas na região tendo-se em vista que esta empresa não vendia grandes lotes rurais. A venda de grandes propriedades na região era realizada pelo próprio Estado e outras imobiliárias. No caso da Fazenda Margarida, a terra foi adquirida pelos proprietários diretamente do Estado.

As reverberações destas propagandas eram ainda potencializadas pelos agentes das empresas. Os corretores da empresa se espalhavam pelas regiões nas grandes aglomerações munidos de fotografias, projetos urbanísticos, mapas, cartazes, filmes e jornais que divulgavam a “terra de promessa”. Estes corretores deveriam atrair compradores e visitantes para a cidade. Para tanto, eles utilizavam diversas estratégias. No acervo do Senhor Sebastião Delfino Machado, que era diretor de vendas da ECNP, encontramos algumas fontes que nos permitiram pensar na ação desses agentes na atração de contingente populacional.

No acervo, entre os materiais encontramos cartas convites produzidas pelo corretor Agenor Lima Meira que estava na Alta Sorocaba (interior de São Paulo). Nesta carta o mesmo fazia o convite a população para assistir ao filme sobre a cidade de Loanda. Convidava também os interessados para fazerem reservas para uma viagem de conhecimento da cidade. Aqueles que adquirissem lotes não precisariam pagar as passagens. Parece que esta prática foi comum na ECNP.

Em um outro material publicitário, encontramos um convite para as comemorações do aniversário de dois anos da cidade. Na propaganda era anunciada a saída de caravanas de São Paulo e Santa Catarina com passagens gratuitas para os interessados em adquirir lotes urbanos e rurais ¹⁰⁹ em Loanda.

DOCUMENTO 6 – Excerto Jornal de Propaganda da Empreza Colonizadora Norte do Paraná – LTDA.

¹⁰⁹ Foi em uma dessas caravanas que o jovem Valter Gomes chegou em Loanda em 1953, acompanhando de um vizinho que pretendia ver as terras na região. Valter, que era morador do interior paulista era filho de proprietários rurais. Animado com as oportunidades que se apresentavam na época, adquiriu terra de terceiros e do Estado, onde “formou” a fazenda de café “Ouro Verde”. Durante muito tempo foi um dos maiores proprietários de café na região. Nos anos 80 vendeu suas terras e o comércio que tinha na cidade e investiu o dinheiro na compra de terras e gado no Estado de Mato Grosso. Depois de um tempo com mal retorno, acabou voltando para Loanda onde reside atualmente.

Acreditamos que os corretores além de atuarem como vendedores de lotes urbanos e rurais, por vezes atuaram como gatos e empreiteiros de obras e também da derrubada da mata, recrutando trabalhadores para a ECNP e para os fazendeiros locais.

Tal fato pode ser observado em um outro contrato do agente, David Bancow, que também se encontra no acervo do empresário. David Bancow era proprietário na região, inclusive chegou a vender terras para ECNP. De origem romena, Bancow era morador da cidade de Lucélia (São Paulo) onde também tinha terras e produzia café.

O documento citado refere-se a um contrato de empreita realizado em 29 de abril de 1953 onde Bancow contratava Antônio Mariano de Oliveira e Rosalves Ribeiros para derrubada da mata e plantação de café na Fazenda Santa Maria situada no município de Paranavaí. Para esta empreita Antônio e Rosalves deveriam contratar outros trabalhadores para realizarem esta empreita. A fazenda Santa Maria, que nesta época era de Bancow, poucos meses depois foi comprada pela ECNP, na verdade esta propriedade foi usada como campo de “amostragem” de produção cafeeira para os clientes atraídos pela ECNP. E, depois, se tornaram parte do município de Loanda.

Bancow que manteve relações comerciais com os empresários paulistas, chegou a ser dono do cinema de Loanda e corretor da empresa em seu município de origem, Lucélia. Neste âmbito, ao mesmo tempo que vendia terra recrutava trabalhadores que deveriam preceder a derrubada da mata e limpeza dos terrenos ainda em 1952 e 1953, quando estava sendo desmatado o perímetro urbano.

Além das propagandas as empresas imobiliárias ainda utilizavam de outros artifícios para atrair esta população. Percebemos que até meados de 60, quando a empresa atuava de forma consistente na região eram realizados grandes festejos públicos promovidos pela empresa com a cooperação da Igreja matriz. No material pesquisado encontramos três panfletos que chamavam a população a conhecer a cidade e participar dos festejos públicos, além de um convite para um banquete que foi realizado no dia 20 de dezembro de 1953 em homenagem aos visitantes.

Os três panfletos de 1955, 1956 e 1957 anunciavam variados tipos de festividades que iam de barracas com comida típicas, churrasco, missas, procissões e apresentações públicas de bateria de tiros, show de aeromodelismo e de paraquedismo. Entretanto o que mais nos chamou atenção foi o primeiro panfleto que divulgou o calendário anual das atividades festivas, e que designava os coordenadores das barracas (típicas e comunidades) que ocorreriam concomitantemente com as festividades, como observamos a seguir.

DOCUMENTO 7 – Panfleto dos Grandes Festejos na Paróquia de Loanda - Em Prol Matriz e da Construção do Colégio para Irmãs Religiosas em Loanda -de 19 de maio a 15 de agosto de 1956

PARTE PROFANA

COMISSÕES DAS BARRACAS

Dia 19 de Maio, sábado 1 dia de Quermesse

Barraca Paranaense
Presidente — sr. Benjamin Cavicholo; vice-presidente dr. Antonio de Alcantara Diniz; secretário Major Stelio Faria Lobo; vice-secretário Dr. Odilon Carneiro; tesoureiro; Dr. Luiz Carlos Borba; vice-tesoureiro; Lázaro Virgílio dos Santos; ajudantes: todos os paranaense.
Dia 20 de maio, domingo
A mesma barraca paranaense.

Dia 26 de maio, sábado
Barraca Paulista
Presidente: Irmãos De Pauli; vice-presidente: Franco Jacinto Ramalho; secretários: José Antonio da Silva e Nestor do Nascimento; vice-secretários: Luiz Rodrigues Vanderlei; Tesoureiro: Dr. Hugo Roberto Arcors; vice-tesoureiro Pedro McInterno ajudantes: todos os paulistas.
Dia 27 de maio a mesma barraca
Dia 31 de maio, festa de Corpus Christ
Barraca das Filhas de Maria
Presidente: A sra. Diretora das Filhas de Maria; ajudantes: todas as Filhas de Maria
Dia 2 de junho, sábado
Barraca da Congregação Mariana
Presidente: toda a Diretoria da Congregação, ajudante: todos os Congr. Marianos.
Dia 3 de junho, domingo
Barraca do Apostolado
Presidente: dña. Raimunda com dña. Laura secretária; dña. Amari com dña. Geni; tesoureira: dña. Quira com dña. Ana; ajudantes: todas as associadas.
Dia 9 de junho, sábado
Barraca dos gaúchos e santacatarinenses
Presidente Vitorio Sartori; vice-presidente Fioravante Marini e Arlindo Clivati; secretário: Luiz Stahlschmidt Ribas; vice-secretário: Primo Favreto; tesoureiro Rodolfo Licks; Vice-tesoureiro Irmãos Herek; ajudantes: todos os gaúcho e santacatarinenses
Dia 10 de junho, domingo, mesma barraca
Dia 12 de junho, véspera de da S. Antonio
Barraca italiana
Presidente: João Scallante; vice-presidente Antonio Nechi; secretário Eugenio Donato, e Paschoal, vice-secretário Celeste Oliva tesoureiro: Bruno Guerrer; vice-tesoureiro Irmãos Mella, ajudante: todos os decedentes de italiano.
Dia 13 de junho, festa de Sto. Antonio
A mesma Barraca de ontem
Dia dia 16 de junho, sábado:
Barraca nortista
Presidente: José Oliveira; vice-presidente: Durval Costa Galvão; secretário: José Alves Maciel; vice-secretários: José do Nascimento, Leobino Domingos e João Pereira Beato; tesoureiro, Lauro Alves Barroso; vice-tesoureiro José Andrade Tiago e Euclides dos Santos, ajudantes: todos os nortistas.
Dia 17 de junho, domingo a mesma barraca
Dia 23 de junho, sábado, véspera de S. João
Barraca dos devotos de São João Batista
Presidente Otávio Candotti; vice-presidente Marcelino da Faz. Sábão; secretário: Bruno Schell, vice-secretário Administrador da Faz. dos gaúchos; tesoureiro José Ri-

beiro; vice-tesoureiro; administrador da Faz. Caturra; ajudante, todos os devotos de São João Batista.
Dia 24 de junho, domingo, festa de S. João
Barraca Mineira
Presidente: Duarte Celestino de Oliveira; secretário Elpidio Alves; vice-secretário Jaime da Silva; tesoureiro: dr. Geraldo Machado; vice-tesoureiro, Jovelino Ribeiro ajudantes todos os mineiros.
Dia 28 de junho, véspera de S. Pedro
Barraca Portuguesa
Presidente: Alvaro Lopes e Irmãos; vice-presidentes: Abílio Capelo; secretário, Adelfino Dias Cristovão; vice-secretário José Cardoso; tesoureiro; Joaquim Fernandes Guedes; vice-tesoureiro José Martins, ajudantes todos portugueses.
Dia 29 de junho, festa de S. Pedro
A mesma barraca de ontem
Dia 30 de junho, Sábado
Barraca japonesa
Presidente Kioshi Nishi; vice-presidentes Irmãos Nakagawa da Serraria. Irmãos Massaki da casa Marília; vice-secretários Joaquim Imamura, Kurikawa e Pedro Kasuo Matsumoto; tesoureiro: Mioshi, vice-tesoureiros: Kinsaki Yamamoto e Tanaka ajudantes: todos os japoneses.
Dia 1 de julho a mesma barraca de ontem
Dia 7 de julho, sábado
Barraca do comercio.
Presidentes, Irmão Spinardi; vice-presidentes, Antonio José da Silva e Filho Jaime da Silva. Secretário Wilmar de Moraes; vice-secretário Diniz Cabral; tesoureiro gerente da casa Pereira; vice-tesoureiro: Intimo Bitante, ajudante, todos os comerciantes.
Dia 8 de julho, domingo, a mesma barraca
Dia 14 de julho, sábado
Barraca da Campanhia Norte do Paraná
Presidente Asio Manticuco, DD. Prefeito Municipal; vice-presidente Sérgio Scalise DD. presidente da Camara Municipal; Secretário: Miguel Gomar; vice-secretário José da Silva; tesoureiro; Sebastião Borba vice-tesoureiro Antonio Locchetti.
Dia 15 de julho, domingo a mesma barraca
Dia 21 de julho, sábado
Barraca dos Devotos de S. Benedito.
Presidente Jordão Flausino Ribeiro; vice-presidentes Julio da penão N. Sra. Aparecida; secretário: Manoel França; vice-secretário Antenor do Nascimento; Tesoureiro; Jaime de Araújo; vice-tesoureiro; Sebastião Ferreira, ajudante todos os devotos de São Benedito.
Dia 22 de julho, domingo
Barraca dos devotos de Sto. Antonio e S. Sebastião.
Presidente: Guerino Garbellini e filho; vice-presidente: Antonio Grandi, secretário Antonio Caetano, vice-secretários, Antonio Cerini e Antonio Batista Corrêa, tesoureiro, Zaqueu Cazarini, vice-tesoureiro Sebastião Soares e Sebastião Lopes dos Santos, ajudantes, todos os devotos de Santo Antonio e São Sebastião.

Dia 28 de julho, sábado
Barracã da Justiça
Presidente, MM. Juiz de Direito, vice-presidente Sr. Promotor Publico, secretário Dr. Murilo Camargo, vice-secretário Faud Jarrus, Tesoureiro Manoel do Valle, vice-tesoureiro, Manrique Gândora, ajudantes, todos os serventurios da justiça.
Dia 29 de julho, mesma barraca de ontem
Dia 4 de agosto, sábado
Barraca das Senhora e Senhoritas Loandenses
Presidente, A senhora do MM. Juiz de Direito, vice-presidente a senhora do sr. Prefeito Municipal, secretária, a senhora do Dr. Geraldo Machado, vice-secretária a senhora do sr. Benjamin Cavicholo, tesoureira, a senhora do sr. Sérgio Scalise, vice tesoureira, Sra. Dolores do Vale e sra. Denise Carneiro, ajudantes, todas as professoras do Ginásio e Grupo Escolar
Dia 5 de agosto, domingo, mesma barraca de ontem.
Dia 6 de agosto, festa do sr. Bom Jesus
Barraca dos devotos do Sr. Bom Jesus
Presidente: Manoel Ortiz, vice-presidente, José Viana Bonfim, secretário, Luiz Donato, vice-secretário Jorge Streit, tesoureiro, Joaquim Preto Cardoso, vice-tesoureiro: João Oliveira, ajudantes todos os devotos do sr. Bom Jesus da Iapa.
Dia 11 de agosto, sábado
Barraca dos Lavradores
Presidente Pedro Peterson, vice-presidente, Antonio Serra, secretário, Gustavo Beleza, vice-secretário, Joaquim Vicente, tesoureiro, Antonio Piloto, da Faz. Erechimi vice-tesoureiro: Edl. Serra, ajudantes, todos os lavradores e sitiantes.
Dia 12 de agosto, domingo
Barraca de todas as Fazendas da Paróquia de LOANDA. presidentes: Todos os administradores das Fazendas.
Dia 14 de agosto, véspera da Festa de Assunção de N. Sra. — Barraca Espanhola — presidente, Francisco Alamino Torres, vice-presidente, Frederico Monteiro, secretário Santiago Santos, vice-secretário Teodoro Arriero, tesoureiro João Arrena, vice-tesoureiro, José Rodrigues Martins, ajudantes todos espanhóis.
Dia 15 de agosto, festa da Assunção de N. Senhora
Solene encerramento dos Festejos pela escolha da Rainha Festa da Matriz de Loanda. Quermesse a cargo dos senhores Pais das Candidatas para Rainha.

Nota: A Rainha da Festa será entregue um valioso prêmio, que será exposto na Relojaria Masson.

FONTE: Acervo Sebastião Delfino Machado

No documento 7 observamos que as comissões e barracas eram organizadas por diferentes segmentos sociais, religiosos e culturais da cidade de Loanda. Assim, foram organizadas barracas das seguintes agremiações: do comércio, dos lavradores, das Fazendas, da Justiça das Senhoras e Senhoritas¹¹⁰, dos devotos de São Benedito, das filhas de Maria, de São João Batista, e dos Paranaenses, Paulistas, Italianos, Japonese, Mineiros e Nortistas.

Esses panfletos nos chamaram a atenção por três temas estratégicos: a) a divulgação de um calendário de “festejos” que ocorreriam na cidade e assim tinham objetivo de atrair visitantes nestes períodos; b) a relação entre CTNP com a Paróquia da Cidade em promover atividades nas fazendas e cidade; c) a tentativa de organizar e fortalecer os laços entre determinados grupos sociais e culturais, consolidando assim, a tradições e laços de solidariedade.

Quanto a última estratégia (c), acreditamos que a ECNP e a prefeitura ao ressaltar os elementos culturais da população diversificada da região (mesmo dos nortistas que formavam a camada mais empobrecida dos trabalhadores), a empresa recorria aos laços de sociabilidade e compadrio que estes sujeitos carregavam do seu lugar de origem. Ao responsabilizar cada grupo por uma barraca típica, a ECNP poderia mobilizar não apenas os moradores locais que tiveram a mesma origem, mas também, atrair seus parentes e amigos de outras localidades. Essa impressão é reforçada pelo panfleto produzido em decorrências festividades de julho de 1957, quando ao anunciar as festas observamos uma nota no rodapé onde era chamada a atenção do leitor: *“IMPORTANTE: leitor amigo, se você gosta de Loanda, depois de lido este programa, não o rasgue, mas passe-o adiante, o envio-o a um amigo ou parente, para que ele esteja presente, abrilhantando as festividades”* (EMPRESA COLONIZADORA NORTE DO PARANÁ, 1955). E alguns deles enviaram como veremos adiante.

Assim, a ECNP também buscou atrair população de nortistas usando os mecanismos de propaganda e divulgação tendo em vista a necessidade de aumentar fluxo de compradores, mas também de população para as cidades, que serviriam de força-de-trabalho nas fábricas, comércio e nas fazendas da região. Neste sentido, as estratégias utilizadas pelo capital imobiliário baseavam-se em uma forte propaganda, que tentava demonstrar as vantagens de se

¹¹⁰ O que nos chamou a atenção neste grupo é que as “Senhoras e Senhoritas” não são nomeadas pelo nome, mas pelo nome e cargo de seu esposo. Assim é Senhora do MM Juiz de Direito, Senhora do Senhor Prefeito, Senhora do Dr. Eraldo Machado, etc. As únicas nomeadas eram as mulheres solteira, no caso a Senhorita Dolores do Vale e Senhorita Denize Carneiro, ambas filhas de representante da elite local. Esta notícia transparece traços da cultura patriarcal e autoritária daquela sociedade onde mulheres tinha pouco ou nenhum espaço de ação no espaço público. Embora ocupassem determinadas funções (como professoras e advogadas no caso de Denise do Vale) o que as tornavam realmente relevante era o título e local social que o marido poderia oferecer. Neste sentido, mesmo as mulheres da elite aparecem como coadjuvantes.

mudar para aquela cidade e comprar terras na região. Embora o objetivo principal fosse a atração de potenciais compradores de lotes rurais, não fica descartada o incentivo para promover a vinda de outros sujeitos, que também eram importantes para constituição do projeto pretendido. Assim trabalhadores rurais e urbanos e pobres também foram deslocados para a região. Quanto maior o “movimento” e o afluxo de pessoas, mais atrativa se tornava a cidade. Os empresários da ECNP tinham a noção de que as pedras de “Tebas” não foram carregadas pelos reis. Por isso, a Igreja e a própria comunidade e seus grupos “culturais” se tornaram ferramentas importantes dentro projeto de propagandar a “terra prometida”.

3.2.2 A ação dos Gatos e fazendeiros: redes de agenciamento, violência e aliciamento

A busca de povoamento da região estudada dependeu de variados tipos de agentes: fazendeiros, gatos, empresas imobiliárias e até mesmo o Estado. Estes agentes contribuíram com a ECNP na disputa com Estado de São Paulo em busca de trabalhadores tanto para limpeza da terra quanto para o plantio e produção de café e algodão. Verificamos que existia uma rede de agenciamento informal de trabalhadores que eram recrutados e seduzidos pelas propagandas (muitas vezes enganosas) dos gatos (contratados por fazendeiros ou não) que passaram a visitar cidades do interior nordestino e mineiro em busca de força de trabalho.

Assinalamos que neste primeiro momento marcado pelo aliciamento de trabalhadores, era comum o uso de acordos por empreita. O empreiteiro era contratado pelo proprietário para realizar determinada atividade (derrubada de mata, construção de casas, abertura de estradas, plantio de café, etc.). Por sua vez, o empreiteiro contratava um grupo de trabalhadores que realizariam a atividade sob suas ordens. No acordo que era realizado entre o proprietário e o empreiteiro, o empregador era isentado de qualquer responsabilidade trabalhista que envolvesse os trabalhadores que fossem recrutados pelo empreiteiro.

Frequentemente o empreiteiro contratava os trabalhadores que realizavam atividades com remuneração por dia, ou porcentagem (no caso do café e outras culturas agrícolas). Os bons empreiteiro eram aqueles que na verdade agiam como gato, e assim, conseguiam recrutar rapidamente um exército de trabalhadores. Para isso, os gatos se utilizavam de uma rede de conhecimento e relações de sociabilidade que os vinculavam aos trabalhadores de seu local de origem. Foi desta forma que Joaquim e Maria do Carmo chegaram a região. Eles acompanharam o Compadre Chiquim, que veio na frente, conseguiu um emprego, virou um empreiteiro (gato), e voltou para buscar a família e vizinhos na Bahia. Já instalado no Marco Zero (atual Icatu) o

marido de D. Maria do Carmo também se tornou empreiteiro e gato, e por sua vez, voltou a sua região de origem buscar parte da família, amigos e vizinhos que quisessem vir para o Paraná.

Essa narrativa se aproxima com a do senhor José Matias de Souza, o Zé Mineiro (1932 – 2015) que já nos referimos algumas vezes. Zé Mineiro, era filho de trabalhadores rurais. Ele nos contou que chegou à região no final da década de 1940. Aqui foi machadeiro, mateiro, lavrador. Acompanhado pelo seu irmão João, saiu de Salinas região onde existiam postos oficiais de recrutamento para São Paulo e a ação de diversos gatos. Lá trabalhava tocando um pedaço de terra (dos outros) junto com os pais e irmãos. Sua primeira tentativa de migração foi para São Paulo. Tentou alguns empregos na cidade. Trabalhou em matadouro e em fábrica. Ouviu então que no Norte do Paraná era melhor, “*dava mais*” (Zé Mineiro, 2015). Tinha emprego abrindo terra e plantando café.

Quando o entrevistamos, Zé já estava com idade avançada e muito doente. Morava no sítio do último patrão: Paulo Campos (que já havia falecido a alguns anos). Zé Mineiro nunca se casou ou teve filhos, e por isso, na ocasião era cuidado pelos filhos do *Seu* “Pa(u)lo”. Ele morava em um casebre de madeira, que havia construído com o irmão há pelo menos 40 anos. Embora os cuidadores insistissem para que fosse morar na casa da sede onde teria mais conforto - ele se negava, não achava certo.

O Zé não nos contou, mas ficamos sabendo (por intermédio dos filhos do patrão Paulo Campos) que na década de 1970 os seus pais (do Zé) morreram. Depois os irmãos. Por fim, os sobrinhos foram embora. Então decidiu se mudar para outro lugar. Pegou o “acerto”, perambulou pela região, foi para o Mato Grosso. Velho e cansado foi parar no asilo da pequena cidade de São Pedro do Paraná (que tem um pouco mais de 4 mil habitantes). Os filhos do Paulo o tiraram do asilo e o levaram novamente para o sítio onde permaneceu até a morte. Embora o Zé tentasse nos convencer que superou a miséria e a fome com esforço e muito trabalho, as condições em que o encontramos diziam o contrário: ele morreu tendo um pouco menos do que tinha quando foi contratado por Paulo Campos na década de 1950. Naquela época, ele ainda tinha juventude e saúde.

Quanto a isso, foi possível perceber como o Zé selecionava os fatos e assuntos que queria contar. Ele omitia alguns elementos como o fato de ter perdido a casa que comprou com o dinheiro do acerto com o consumo de álcool e prostitutas. Observamos ainda que ele omitiu alguns fatos sobre o período em que trabalhou como grileiro e jagunço no Mato Grosso. Inicialmente ele contou que junto com o irmão foi jagunço em uma fazenda em Mato Grosso,

e logo depois, quando o questionamos novamente sobre o fato, ele demonstrou desconforto e negou, afirmando que apenas cortou mato e voltou embora.

Ao contar como veio parar na região registra:

Eu vim caçando serviço [...]. Eu vim com meu irmão mais velho. [Em Minas] trabalhava na roça. [Vim para Paraná], porque dava mais... Viemos para o Estado de São Paulo e do Estado de São Paulo viemos para o Paraná porque tava dando mais.[...] Nós foi pra Nova Londrina [...] Depois nós veio pra cá [São Pedro do Paraná]. [...] Meu irmão era casado, veio mas a família não veio, aí nós viemos sozinho. Viemos para Nova Londrina, não [deu certo], depois viemos para Paranaíba, não [deu certo], de Paranaíba ficamos rodando caçando uns lugar mais [...] onde tava dando mais (ZÉ MINEIRO, 2014).

A busca pelo trabalho é o elemento que centraliza a narrativa sobre a trajetória de Zé Mineiro. É importante assinalar que a incerteza, e busca incessante por uma estabilidade financeira que garantisse o próprio sustento, na história contada por ele, acaba quando ele e o irmão são contratados por Paulo Campos. Zé lembra com muito respeito e carinho do seu Pa(u)lo. Os olhos ensaiaram lágrimas ao falar dele. A emoção, relacionava-se ao fato de que Paulo, havia trazido toda família (os pais, a família do irmão que o acompanhava, vizinhos e até uma irmã com deficiência intelectual) para trabalhar como colono em sua fazenda. Ali tinha chegado ao fim da busca.

Embora houvesse muito trabalho, como fica claro no trecho transcrito acima, o trabalho disponível era temporário e oferecia muitos riscos, como já tratamos anteriormente. Ele e o irmão saíram em retirada com a intenção de ganhar dinheiro e enviar para o restante da família que havia ficado. Assim, a migração não era opção definitiva, mas forma de melhorar as condições de vida no local de origem.

Quanto a isso, Zé nos falou das propagandas e propostas enganosas que eram feitas aos trabalhadores, que desavisados caíam na “lábria” dos gatos. Ao perguntar sobre como ficou sabendo da região ele nos disse que

Tinha ônibus trazendo de Minas pra cá [...] Aquele moço lá [gato]... Depois peguemos um trem pra outra cidade [...] E da outra lá [cidade em São Paulo, disseram] “tá dando mais [dinheiro] no Paraná”, “no Paraná tá dando mais” [dinheiro]. Aí nós toquemos pra qui, porque quando a gente sai assim pra ganhar dinheiro qué acha o lugar que tá dando mais [dinheiro]. Aí fomos pra Nova Londrina, [atrás] de um serviço, porque todo serviço que tem, tem uns mais outros menos lugar perigoso. [Dissemos] “Não queremos nada, vamos caçar serviço”. Saímos de Nova Londrina pra aquela cidadezinha que tem acolá. Ah! vamos pro Porto Rico. Aí chegamos no Porto Rico, vamos pra ilha ... [Disseram] “na ilha dá mais”. Mentira... um mosquito.. vamos volta pro Paraná

outra vez. Aí voltamo pra [?]. Aí vamo pra Nova Londrina, tem um lugar de abri poço... só que um mosquito .. mas “não importa que tem mosquito” Nós ficamos onde tive dando mais” [disse irmão João]. Aí fomo pro Porto Rico e do Porto Rico fomo pra [...] Paracity. Lugá de pernilongo, pernilongo. “Vamo volta pra trás...” [disse irmão João]. pro Paraná otra vez. Aí encontremo o Paulo Campo..[disse] “eu to procurando gente pra faze derrubada”. Aí fomo fazê derrubada no Porto Rico, pra baxo do Porto Rico e no São Pedro. Aí [dissemos] “onde dá miô...”. [...] Aí fomo Mato Grosso lugá [...] Aqui tem muito serviço, mas tem um grilo...modo que povo mato s’otro só pra modo di vê o tombo. Aí encontramo véio (?), [perguntamos] “Tem arma boa.. arrumadinha?” [ele respondeu] “tem”. Mais um tempo voltamo pra trais. Lá é miô. Porque fica grilando terra pros’otro uma hora mata gente.. mata pra daná [...] . Aí Paulo Campo [disse] se fô pra trabalha comigo, não vai ficá trabalhano pra qui pra acolá não [...] aí nós [disse] “dano pro senhor certo, nós trabalha pro senhô, nós tamo pra ganha dinheiro (ZÉ MINEIRO, 2014).

Na narrativa do Zé Mineiro, ele conta sobre os percursos que percorreu com o seu irmão no Norte Paraná e sul do Mato Grosso. Como ele evidencia, existiam gatos que iam no interior de Minas Gerais e tentavam atrair os trabalhadores para derrubada da mata, sob a promessa de trabalho farto e bons salários. Entretanto, nem sempre as promessas eram verdadeiras e as condições de trabalho favoráveis. Embora existisse muito trabalho, como Zé Mineiro contou, observamos que em muitas regiões naquele momento havia muita violência devido a presença de grileiros¹¹¹, jagunços e a disputa por terras. Além da violência, o local era insalubre. Matas densas, perigo iminente de contrair doenças provocadas por pernilongos, mosquitos e surtos de epidemias que frequentemente se espalhavam entre grupos de homens que passavam muito tempo acampados. Assim, as notícias e promessas dos vários gatos que carregaram Zé e João, de um lado e para outro, nem sempre coincidiam com as expectativas e promessas realizadas a estes trabalhadores.

Zé Mineiro relatou a violência de alguns “gatos” e “grileiros” em relação as turmas de trabalhadores que eram contratadas para as empreitas, bem como a rebeldia de alguns trabalhadores que por não aceitarem a condições de trabalho a que foram submetidos, sofreram torturas¹¹². A violência contra estes trabalhadores era recorrente, e fazia parte da cultura do trabalho, ou seja, do trato e das relações entre empregadores e trabalhadores. A punição daqueles que questionavam a ordem vigente, era necessária para manutenção da disciplina.

¹¹¹ Seu Manuel (2015) nos disse que naquela época existia o “quebra milho”. Segundo ele, muitos trabalhadores imigrantes que chegavam na região, eram atraídos por jagunços e grileiros para zonas de conflito, sobre a promessa de trabalhar no campo quebrando milho e ganhando boa remuneração. Esse fato ocorreu principalmente na região da cidade de Querência do Norte. Entretanto, ao chegar ao local eram envolvidos em violentos conflitos envolvendo grileiros e grandes proprietários, sendo frequente o assassinato de trabalhadores camponeses, que eram usados para grilar terra.

¹¹²

Quanto a isso, Zé Mineiro nos disse que as “turmas” depois de um tempo no mato eram reagrupadas em novos grupos, e mandados para locais diferentes *“pra evitá problema”*. Isso explica em partes a constante movimentação destes trabalhadores. A mobilização de trabalhadores promovidas por empreiteiros e fazendeiros nos dão indícios de que existia um medo de que as relações de solidariedade construídas entre estes homens, dessem origem a formas de contestação quanto as formas como o trabalho, os salários e as relações entre empreiteiros e trabalhadores estavam organizadas.

Darci (2016) ao falar sobre as experiências e as histórias ouvidas sobre o seu pai, que realizou atividades de “gato” e empreiteiro na região nos anos 1950, nos contou que era comum atos de violência contra trabalhadores que se embrenhavam na mata para fazer a derrubada. Ele nos contou também que dos “conhecidos” de seu pai, sempre ouviu que ele era um homem bom e honesto. Entretanto, algumas vezes, ouviu relatos de violência, que teriam ocorrido com um ou outro peão *“que não gostava de trabalhar”*. Segundo Darci, a violência ocorria quando o peão se negava a realizar atividade, fazia corpo mole, ou “dava trabalho” ao empreiteiro. Ele nos contou que ficou sabendo que o pai teria castigado um trabalhador que reclamou das condições de trabalho e começou a fazer corpo mole. O pai de Darci (que era gato e havia juntado um grupo de homens para derrubar mato para terceiros), teria pendurado o sujeito pelos pés até o “sangue escorre para cabeça” (DARCI, 2016). Depois de um tempo, quando o trabalhador estava “meio zonzo”, o peão foi desamarrado, levou uns tapas “para aprender” e foi mandado “sumir” dali. Esse tipo de ação deveria servir de exemplo para outros trabalhadores segundo o pai de Darci.

Atos de violência física e moral permearam as falas de alguns de nossos entrevistados, e ainda, estão presentes nas narrativas da história local, reproduzidas pelo imaginário popular a partir de personagens do tipo valentões, jagunços e “matadores” que existiram na região como citamos ao nos referir a figura do Joaquinção.

Recordo-me ainda, que ao entrevistar o senhor Sergio Scalize, algumas vezes ele solicitou que desligássemos o gravador, e falou de emboscadas e tentativas de assassinato que teria sofrido durante a época em que foi gerente ECNP. Quanto a isso, observamos que por se referirem a uma história recente, muitos de nossos entrevistados preferiram não falar sobre determinados “assuntos” e fatos, já que alguns personagens, ou filhos e netos ainda estão vivos, moram na cidade de Loanda, são seus vizinhos ou ocupam postos de poder político e econômico na cidade, Estado ou região.

Isso não significa que a violência contra nortistas tenha sido generalizada ou direcionada. Entretanto, atos de violência podem ter sido utilizados com certa frequência, tendo-se em vista que os gatos e empreiteiros mantinham estes trabalhadores sob sua responsabilidade e controle. Neste caso, assumiam o serviço de derrubada frente aos proprietários e reuniam grupos de homens para realizá-lo. Acreditamos que nem sempre era fácil encontrar homens dispostos a correr os riscos de entrar na mata, principalmente quando estas terras eram povoadas por jagunços e posseiros.

Para obter lucros os gatos não pagavam salários significativos aos trabalhadores. Os gatos procuravam por trabalhadores que aceitavam salários mais baixos em regiões mais distantes onde existiam mão-de-obra ociosa e abundante – como nos estados do Nordeste e Norte de Minas Gerais.

Nesse sentido, a intenção de alguns de nossos entrevistados no início era migrar temporariamente, até que pudesse ter condições de voltar para a terra natal, ou mesmo, trazer o restante da família. Foi o que aconteceu com a família de Zé Mineiro. Depois de derrubar o mato na fazenda de Paulo Campo, o patrão mandou Zé e João, seu irmão buscar toda a família em Salina de caminhão. Assim, o pai, a mãe, duas irmãs e a família do irmão – esposa, filhos e sogros vieram para trabalhar nos cafezais de Paulo Campos. Segundo ele, a esposa do irmão João foi resistente. Não queria vir embora e deixar o restante da família. João chegou a ameaçá-la de abandoná-la com os quatro filhos, entretanto, a solução encontrada foi trazer a família da esposa (pais e casal de irmãos) que também foram contratados na fazenda do patrão.

Pela narrativa do Zé Mineiro, parece que não foi o único entre os trabalhadores que foi buscar a família. As terras de Paulo Campos estavam limpas, e agora com plantio de café precisava de muitas mãos para cuidar do cafezal que se fazia. Quanto a isso, ele havia nos contou como chegou

Apareceu uma turma de Minas, todo morado de Minas aí ele [Paulo Campos] já separo [alguns dos trabalhadores inclusive Zé e seu irmão] era tudo morado de Minas daquela região [Salinas] mais perto (...) da Bahia... os baiano se combinava muito com mineiro. Já baiano e mineiro era a turma mais calma que em baiano e mineiro é as família mais calma que tem porque Minas já mora perto [da Bahia] e já vai conhecendo ali (ZÉ MINEIRO, 2014).

Zé e João foram trazidos por um dos vários agenciadores que percorriam o Nordeste e Minas Gerais. Essa rede informal de transporte e agenciamento trabalhadores foi importante no processo de migração nos anos 50 e na busca de força de trabalho necessário para a demanda crescente na região. O fazendeiro foi até a “turma” que havia chegado, mas em outro momento

Zé afirmou que em São Paulo foi no lugar onde o “home” tinha uns trabalhadores. Na seleção realizada pelo fazendeiro, observa-se que ele levou em consideração as possibilidades de manter trabalhadores que pudessem posteriormente ficar na fazenda para plantio do café. Assim o fazendeiro, buscou homens que tivessem maior proximidade cultural e que fossem de “tranquila” convivência, já que além de dividirem espaço de trabalho viveriam na mesma colônia e assim, teriam contato constante. Neste sentido, naquele período o trabalho familiar para a produção do café, algodão e outros produtos, era forma mais barata e ordeira de trabalho. Assim, o sistema de parceria, colonato e meeiro foi utilizado em larga escala até meados dos anos 1960.

Se tornou prática a ação de agenciadores (gatos) que trabalhavam diretamente para fazendeiros, se deslocarem até a região Nordeste, Minas Gerais e depois São Paulo (já nos anos 1970) em busca de força trabalho. Para tanto, foi importante o papel dos motoristas de pau-de-arara, meio de transporte mais utilizado nos anos 1950. Alguns desses motoristas atuavam diretamente como gato, seja trazendo de forma descoordenada trabalhadores sem ter destino definido (como no caso do seu Zé) ou ainda, trabalhando para único fazendeiro.

Descobrimos com nossos entrevistados que, era comum o deslocamento de caminhões pau-de-arara enviados por fazendeiros para Bahia, Ceará e Pernambuco em a buscar trabalhadores. Sobre este fato, encontramos Mundoca, que como já apresentamos no capítulo 02 atuou como motorista de pau-de-arara nas décadas de 50 e 60. Ao contar sua história falou com orgulho que *“a maioria dos nortista que tem na região foi eu que trouxe”*. Segundo ele, realizou 68 viagens de pau-de-arara de 1953 a 1968, inicialmente sozinho, depois, devido ao lucro que a atividade oferecia comprou outro caminhão que era guiado por motorista contratado.

Mundoca saía de Paranavaí carregando madeira com destino à São Paulo. Em São Paulo, descarregava a madeira e carregava cargas secas nas fábricas que eram entregues em Fortaleza. Dali seguia até as cidades de Juazeiro do Ceará, e depois, em Afogados da Ingazeira (Pernambuco) onde “fazia o pau-de-arara” e retornava para Paranavaí/PR. Esse percurso era comum entre os caminhoneiros que faziam negócio na região. Devido à falta de leis que regulamentassem o transporte coletivo e fiscalização na rodovia, era comum que se levasse madeira, café ou algodão e no retorno, transportasse carga humana.

Os motoristas não se responsabilizavam pelos passageiros e seu *bem-estar*, os gastos com o transporte eram mínimos, e como eles levavam carga seca na ida, no retorno com o transporte humano produziam um lucro de quase 100%. Como Mundoca afirmou, naquela época *“caminhão dava mais dinheiro que hoje”*.

Sobre como se tornou agenciador de trabalhadores, Mundoca nos contou em 1954, depois de ter trabalhado em uma venda de secos e molhados montada pelo pai, ele adquirindo um caminhão Chevrolet com que começou a fazer as viagens:

Quando eu terminei o negócio da venda aí um outro cidadão falo pro meu pai “eu preciso vê umas propriedades no maranhão”... eu era moleque de tudo... [o cidadão falou para pai de Mundoca] “você deixa ele i dirigindo o carro pra mim?”. Aí o pai... “ah eu também vô”. Aí fui lá pro Maranhão vê mais propriedade lá né. Aí quando cheguei aqui aquele senhor lá disse “olha eu tenho um caminhão pra te vender”. Eu digo “não posso compra!. Meu pai não queria que eu trabalhasse com caminhão de jeito nenhum. Aí meu pai me deu 100 reais, comprei caminhão por 700 e dei aqueles 100 reais de entrada. Era um Chevrolet Brasil também (...) aí ficamo (...) aí comprei aquele caminhão, em seguida comprei um outro, aí eu puxava pau-de-arara com os dois. E num daqueles caminhão levei uma buzina aqui de Campina Grande na Paraíba aí colocaro buzina lá igual uma sanfona, aí chegava na cidade lá tinha cara fazendo 15 dia de pau-de-arara lá aí eu chegava cantando aqueles hino de igreja [com a buzina] aí povo “eu vô com o rapaizim da buzina, eu vô com o rapaizim da buzina,”. Aí com 3 dias eu fazia o pau-de-arara com 60 home. (...) aí entrava lá na cidade tocando aquelas música do Luis Gonzaga o pessoal “ah não vou com rapaz da buzina” (MUNDOCA, 2016).

Mundoca usava de vários artifícios para chamar atenção dos homens que poderiam se aventurar na viagem para Norte do Paraná. Nessa época, ele fazia a viagem e pessoalmente tentava recrutar trabalhadores a partir das notícias que trazia do Paraná. Assim, a maior arma além da buzina, era falar sobre as possibilidades de se conseguir trabalho com facilidade na “nova fronteira”. Entretanto, como ele mesmo explicou, apesar de ser muito barata a passagem, a população era muito pobre e por isso, a viagem era pouco acessível. Fato que muitas vezes dificultava o trabalho de “fazer” o pau-de-arara.

Ainda nos anos 1950, entretanto, Mundoca passou a trabalhar como agenciador de um rico latifundiário da região: Remo Maxi. Proprietário de muitas terras na região de Terra Rica, o fazendeiro estabeleceu acordo com o motorista que começou a trazer trabalhadores migrantes diretamente para suas terras. Sobre isso, Mundoca nos contou que:

E tinha um irmão alí na Vila que era escriturário do Remo Maxi e por intermédio dele o Remo Maxi me mandou chama lá e disse “Você não quer traze pessoal pra vir trabalhar aqui comigo?”. Eu.. “trago”. Aí ele “se eles tive o dinheiro pra come traz que aqui eu pago a passagem”. Aí pronto... “aí antes eu ia... mas era mais difícil porque povo não tinha dinheiro pra vir. Quando eu cheguei lá com essa proposta “você tem dinheiro pra come daqui lá?” [O trabalhador] “Tenho”. [Eu dizia] “Então lá você... o fazendeiro pagá a sua passagem e você paga a passage em serviço”. Numa viagem eu trazias os home e, e... na outra eu trazia os home novamente, e na 3º viagem eu trazia só

as mulhe desse home, que eu trazia aqui... eles arranjava lugarzinho pra mora e trazia as família depois... (...)

chegava aqui ele me pagava e dizia “Pode Buscá outro”. Eu dizia “Pode deixa comigo” ... (...)

Ai vinha derrubá maderá planta café (...) ai a fazenda era muito grande ai fazia uma sessão... 20 casa, pra 20 família ali... ai quando eu voltava com a mulhe já tinha casa pra eles mora. Porque Remo Maxi dizia se me traz os homi... porque tinha família que tinha ele a mulhe e cinco seis filho ..pro fazendeiro pagá e só um trabalha não dá.... ai quando via que tava tudo certinho ele (REMO MAXI) pagava pra traze a família... [o trabalhador] pagava pra ele, o REMO MÁXI, pra mim não pagava nada eu só...ele me repassava... aí povo falava “Você tá vendendo o povo” (risos)... mas puxei muito pau de arara... a maioria dos nortista que tem aqui eu que puxei pra cá (MUNDOCA, 2016).

Em cada viagem, eram trazidos de 60 á 80 trabalhadores. Eram homens pobres, trabalhadores camponeses, desempregados, que não tinham muita perspectiva de ter uma melhoria de vida nos locais onde viviam. E assim, resolviam tentar a sorte em outras regiões. Mundoca, nos falou que a passagem era uma mixaria, mas como vimos a maioria dos trabalhadores não tinha dinheiro sequer para pagar a alimentação até o Paraná¹¹³. Quanto a isso, D. Terezinha também afirmou que o *“povo ficava tudo doido pra vim pra qui, mas não tinha dinheiro! [...] era uma mixaria!”*. A parceria com o fazendeiro Remo Maxi tornou acessível a viagem a muitos trabalhadores, e Mundoca “fazer” o pau-de-arara. Muitos trabalhadores migraram sob as condições de pagar a viagem com o trabalho a ser realizado na fazenda de Remo Maxi. Assim, os trabalhadores ao chegarem já haviam assumido uma dívida, que podia aumentar com o pagamento da passagem da família, que viria a seguir, e outras despesas adiantadas pelo fazendeiro¹¹⁴. Mundoca integrava assim, uma teia de mecanismos de atração, e recrutamento para a exploração destes trabalhadores. Embora não admita, ele mesmo se auto-acusa ao afirmar “o povo dizia você tá vendendo o povo”. No caso, mesmo que não se refira diretamente ao tráfico humano, as condições com que estes trabalhadores eram transportados e mesmo as condições de trabalho e acordo financeiro realizado com o fazendeiro, na legislação atual, se encaixaria ao trabalho escravo.

¹¹³ Quanto a isso Mundoca nos contou o caso de um trabalhador que teve um “ataque” no meio do caminho. Segundo ele, sem dar indícios o homem muito magro e de olhos arregalados ficou louco e queria pular do caminhão. Eles seguraram o homem e o encaminharam para uma farmácia em uma cidade no interior de São Paulo. Na farmácia o atendente perguntou ao Mundoca se o homem havia se alimentado. Segundo ele, não tinha como cuidar de todos, e por isso, não sabia responder. Este mandou dar caldo” que “ele comeu até quase a colher”. O homem na verdade estava a 12 dias sem se alimentar. Mundoca seguiu viagem com os outros passageiros e deixou o homem internado recebendo atendimento médico. Segundo ele não sabe o destino que teve o pobre homem.

¹¹⁴ Seu Zé que foi capataz na fazenda do Remo Maxi nos falou que a fazenda tinha grandes proporções, e ali tinha uma estrutura para atender os trabalhadores com casas, capela, escola e mercearias onde os “peões” podiam realizar as comprar.

Os ganhos com o transporte realizado diretamente para o fazendeiro, permitiram que Mundoca adquirisse outro caminhão. E acreditamos que além da famosa buzina, os laços de amizade e “conhecimento” que conseguiu com o tempo, permitiu que Mundoca continuasse fazendo as viagens com sucesso mesmo depois da proibição do transporte por pau-de-arara. Neste sentido, ressaltamos que na década de 1950 a ligação entre os Estados do Nordeste com o Sul havia se tornado mais fácil com a inauguração da rodovia Bahia-Rio, além da inauguração da Estação de Trem no Norte de Minas. Com o surgimento e melhoria das estradas de rodagem, as viagens se tornaram mais fáceis de serem realizadas, e assim, o pau-de-arara se tornou o meio de transporte mais barato e comum entre homens e mulheres que se propunham a vir em busca de trabalho em São Paulo e Paraná.

Para Fontes (2002) e Silva (2008), o pau-de-arara é um símbolo emblemático da precariedade do processo de migração na década de 1950, seja pelo perigo eminente, como pelas péssimas condições que existiam durante a viagem, que inclusive foram narradas por nossos entrevistados. Mundoca explicou como “adaptava” a carroceria do seu Chevrolet para trazer cargas que chegavam a 70 pessoas:

Na carroceria a gente botava uma tauba. Porque na carroceria tem uns ferro pra pode butá, aí butava aqui abria uma tampa fechava e ficava presa ali. Ai fazia um banco ... que senta, sentá nas costa dos outro. Ai em cima eu fazia uma tolda, que qué dize tolda ? eu botava uns pau no alto fazia uma... um alambrado pra em cima ...pra butá as mala, cobria...15 dias.. (...) povo era muito pobre naquele tempo (...) geralmente tinha os pontos de parada (...) aí eles faziam as comida... era tudo coisa improvisada... (...) tinha aqueles que trazia banana, e vinha comendo banana de lá até aqui... dizia que tinha dinheiro pra vi mas não tinha (...) otros tinha, proeza da estrada, tinha cesta com comida, rapadura essas coisas assim, e outro que não tinha nada atrás comida vinha robando. (...) (MUNDOCA, 2016).

Na década de 1950 o transporte em caminhões abertos sem acomodações apropriadas passou a ser proibido. Mas isso não significou o fim dos pau-de-arara. Mundoca nos contou que mesmo depois de 50 quando passou a ser proibida a viagem nos caminhões ele continuou trazendo gente” por muito tempo. Segundo ele inclusive foi montada uma dinâmica diferente para burlar as leis locais e estaduais. Neste sentido, o negócio altamente lucrativo tanto para Mundoca que realizava as viagens e tinha o pagamento garantido pelo fazendeiro, quanto para o fazendeiro que tinha a garantia força de trabalho barata, e com baixo custo de transporte. Neste sentido, chamamos a atenção para as próprias estratégias que os trabalhadores realizavam ao longo da viagem: sem dinheiro, muitos traziam alimentos que eram preparados ao longo da

estrada, a alimentação era precária bem como as condições de higiene, o que tornava o local propício para proliferação de doenças, e mortalidade infantil.

Em relação as condições de viagem deste pau-de-arara, muitos dos nossos entrevistados narraram a situação de perigo e insalubridade que estiveram sujeitos. Caminhões lotados, onde mulheres e crianças iam amontoados no meio das malas. D. Edite contou que eles paravam em determinados locais onde realizavam refeições coletivas, muitas vezes com alimentos que já estavam estragados e provocavam “disenteria em todo mundo” (EDITE, 2015). Sobre as condições de viagem D. Terezinha, contou que:

Quinze dia, grávida de gêmeos em cima de um caminhão.. se vê cada pulo em dava? Menina.... Hoje mulé não pode agacha que perde a criança. E oia minha fia eu já tava com seis meis de grávida! Aí eu vim em cima daquele caminhão Ford véio cheio de gente ... 85 pessoa em cima daquele caminhão fora as criança, fora as criança... tinha cinco seis criança [...] aquele menino [o filho mais velho, único sobrevivente] cuitadinho vinha por cima das mala, por debaixo dos banco por todo canto por debaixo dos banco... onde encontrava um lugarzinho ali pra fica deitado ele ficava ali. Não cabia nos banco, os banco era apertado demais... Deus me livre! Sofrimento... não trazia nada uma muda de ropa só e pronto, porque não tinha nada. Era pobre demais não tinha nada. Ia parano pra come... fazia comidinha no meio do camim, comia traia aquele arrozinho... as vezes trazia peixe... comprava aquelas coisinha fazia aquela comidinha e vinha vindo (...) cada um se virava com o seu... o dono do caminhão parava lá naquelas parada... é...lá num patrimoniozinho assim né... tinha casa, tinha agua ... tinha tudo. Aí parava né? Aí as muié a gente saia lá lavá uma peça de roupa, uma ia prum canto outro ia pra outro , outra ia pro outro (...) tomava banho e assim... o povo era bão ... um dia eu cheguei numa cidadinha aí fui fazer comida aí depois eu sai aí eu fui a procura duma casa aí cheguei lá na casa de uma muié. Aí pedi pra ela pra lavá minhas pecinha de rapa, e tumá um banho... aí a muié, uma muié boa... aí a muié fez café e falo “agora vai lá chama seu marido pra tumá café, e o seu menino”... uma muié boa um povo bão que só nunca vi... eu lavei minha ropa lá, enxugo, eu comi na casa dela, ela fez café, tumei banho (...) (TEREZINHA, 2015).

As péssimas condições de transporte aliadas a pobreza dos trabalhadores migrantes tornavam a viagem mais difícil e insalubre. Como narra Terezinha não existiam postos de parada apropriados com banheiros e alimentação. Mas nos perguntamos mesmo se houvessem postos de paradas, se estes homens e mulheres não teriam condições de fazer alimentação digna. Neste aspecto, dependiam da solidariedade da população dos lugarejos nos quais os caminhões paravam ao longo da viagem. As populações locais eram solidárias a esses trabalhadores: permitiam tomar banho, lavar roupa ou mesmo serviram café. Na memória desta trabalhadora a viagem 15 dias é repleta de lamurias, ela fez a viagem grávida de seis meses de gêmeos. O fato de estar grávida de muitos meses não a impediu de viajar com o marido e o filho. Ela não

soube nos dizer, mas ao chegar no seu destino, teve os bebês e um não sobreviveu possivelmente pelos pulos e necessidades que passou ao longo da viagem.

Quanto as condições das viagens Fontes (2002) em sua pesquisa sobre trabalhadores Nordestinos em São Miguel Paulista, afirma que na década de 1950, jornais e políticos paulistas da época vão tecer denúncias sobre “os detalhes vergonhosos que envolvem o tráfico de nordestinos” e ainda “comparações entre a migração e o tráfico africano” (FONTES, 2002). O autor explica assim, que “tirando alguns exageros nas comparações, é certo que a associação entre migração nordestina e escravidão, no que toca o sofrimento e dificuldade era comuns às duas situações, foi uma das imagens mais fortemente disseminadas naquela época” (FONTES, 2002, p.64).

O próprio Mundoca nos contou sobre a falta de exigências ou “cuidado” com a carga humana. Segundo ele, não era necessário qualquer tipo de documento para fazer a viagem no pau-de-arara.

Eles tinha que trazer o documento pra amanhã ou depois te serventia aqui mas na estrada não tinha fiscalização nenhuma. Até uma atura 61...64... aí em 57 começaram a proibir de trazer gente nos caminhões que eu fazia ? [Eu] não tinha ônibus... aí vinha até... porque antigamente vinha até São Paulo, vinha na Rio-Bahia de São Paulo vinha pra cá aí chegava na divisa Alegre, que é a divisa com a Bahia com Minas aí eu entrava em Montes Claros, saía em Prudente e aí ia desviando dos guarda e da Polícia Federal... eu fiz isso muito tempo... eu puxei [gente] 53 ...54 até 60 e pouco... puxei muita gente com fiscalização... teve época que eu vinha com pessoal até Sorocaba eu vinha até Volta Redonda, colocava pessoal no trem pra São Paulo, de São Paulo vinha pessoa mais bem... dos passageiros eu pegava o mais esclarecido ali pegava pessoal na estação [de trem] colocava no ônibus até Sorocaba e lá pegava com caminhão e trazia pra cá... era doido viu...(.)
(...) fiquei uns seis anos nessa vida... aí parei porque não podia mais ... aí vendi caminhão comprei caminhão maior ... pra transportar a carga (MUNDOCA, 2016).

Apesar de ter sido proibido o transporte de pessoas em caminhões de carga devido os recorrentes acidentes, perigos e limitações que a viagem poderia oferecer, o motorista continuou buscando caminhos e formas de manter o percurso até a década de 60. Neste sentido, a lucratividade das viagens compensava inclusive o risco de ser pego pela polícia federal, ou mesmo o *zig-zag* que o motorista passou a fazer para conseguir transportar clandestinamente os trabalhadores. Com o pagamento garantido pelo fazendeiro, Mundoca passou a fazer outros percursos que incluíam além das cidades Cearense e Pernambucana, Minas Gerais e São Paulo. Seu Zé que também trabalhou com Remo Maxi, explicou que antes era necessário buscar mão-de-obra mais longe, no “Norte”, mas com tempo já era possível conseguir trabalhadores de mais

perto de São Paulo. Neste sentido, com a decadência da produção cafeeira no interior paulista e proeminente industrialização, rapidamente foram sendo dispensada força de trabalho, que gradativamente foi sendo direcionada para norte do Paraná.

Todo esse povo que trouxe tempo eu levei para ele Remo Maxi. Eu tenho essa casa a 50 anos, era de madeira antes. Parava aqui depois leva pro Remo Maxi. Tem muitos deles que tão rico hoje...muitos deles. Na época da política, hoje não, mas naquela época “na época de política era cheio 2em quem que eu voto”, “em quem eu vô vota”... aí eu falava vota nesse, vota nesse... porque si eu não trouxesse eles, eles não podia vim... (ZÉ, 2016).

Por fim, com a crise do café no Paraná no final dos anos 1960, e a substituição do café pela produção bovina, a demanda por trabalhadores começou a diminuir, e assim, Mundoca parou de fazer “pau-de-arara”.

Percebemos ao comparar as lembranças de Terezinha e Mundoca uma diferença quando a percepção do que foi pau de arara. Enquanto Mundoca lembra com saudade e risos de uma época de bonança, onde ganhou muito dinheiro com transporte de pessoas, e ainda, conheceu muitas pessoas e tinha certo conhecimento na cidade, D. Terezinha lembra com tristeza e pesar a longa viagem. As perspectivas diferem de um lado do ponto de vista do proprietário do caminhão, e do outro, do transportado como carga humana. Embora também tenha migrado do Ceará, Mundoca e Terezinha chegaram em condições bem diferentes no Paraná.

Observamos que enquanto o Estado empregou políticas de direcionamento populacional para as áreas de produção agrícola e industrial os empreiteiros, gatos e fazendeiros tiveram papel importante para atração e fluxo desses trabalhadores. Ressaltamos o papel da propaganda promovida pelo capital imobiliário que teve um impacto importante ao divulgar imagem de bonança e riqueza para aqueles que estivessem dispostos a trabalhar “duro”, ou adquirindo terras, ou lotes nas novas cidades. Acreditamos que é na combinação das ações desses agentes (Estado, Capital Imobiliário e Fazendeiros) que se situa a experiência dos trabalhadores nortistas, que ao mesmo que tinham sua vida determinada pelas condições econômicas, também a determinavam ao buscarem novas alternativas. E assim, indicamos a um quarto elemento que cerziu todo a compreensão sobre o processo que levou a migração, a própria narrativa dos trabalhadores e anúncios trazidos por vizinhos, amigos, familiares, que a partir de uma teia de solidariedade e relações de compadrio, indiferente das correntes migratórias, mandavam notícias, traziam parentes, reproduziam história sobre norte Paraná, e acendiam esperança de uma vida melhor.

3.3 Notícias de quem chega: relações de compadrio e redes de solidariedade entre trabalhadores nortistas

DOCUMENTO 8 – Carta de João França, 1956 – LADO A

LOANDA, 28 de Janeiro de 1956

Abraga-os

Padrinha Madrinha, ao receber de vos a -
querida cartinha, em que vs foi enviada por mão própria fica
muito satisfeito por ter de voças notícias, enquanto nós
aqui estamos todos contentes.

Sabeis da nova notícias?

Loanda, já passou Comarca, isto foi ontem a
noite a volta das 20 horas, neste momento eu estava na aula quan-
do diretamente da rádio P.R. A-2 de Curitiba anunciava diretamen-
te da Assembleia Legislativa, todas as conduções comessaram a
correr pelas Avenidas soltando fogos, a aula foi interrompida -
porque os fogos não deixava estudar, na Igreja já tinha batido
o terceiro sinal mas não teve mais tempo. O fogos teve início as
20 e terminando a volta das 23, talvez não soltaram mais porque
não encontraram mais na cidade, sendo gasto tudo o que encontra-
ram, quiseram ir buscar em outra cidade mas ficaram com medo, e
porque a cidade de Santa Izabel do Ivaí, também queria ser, e
receiaram. Dentro de 90 dias estará instalada a Comarca, e ave-
rá uma festa grande, o gasto de fogos foi calculado em Cr\$.25.000,00

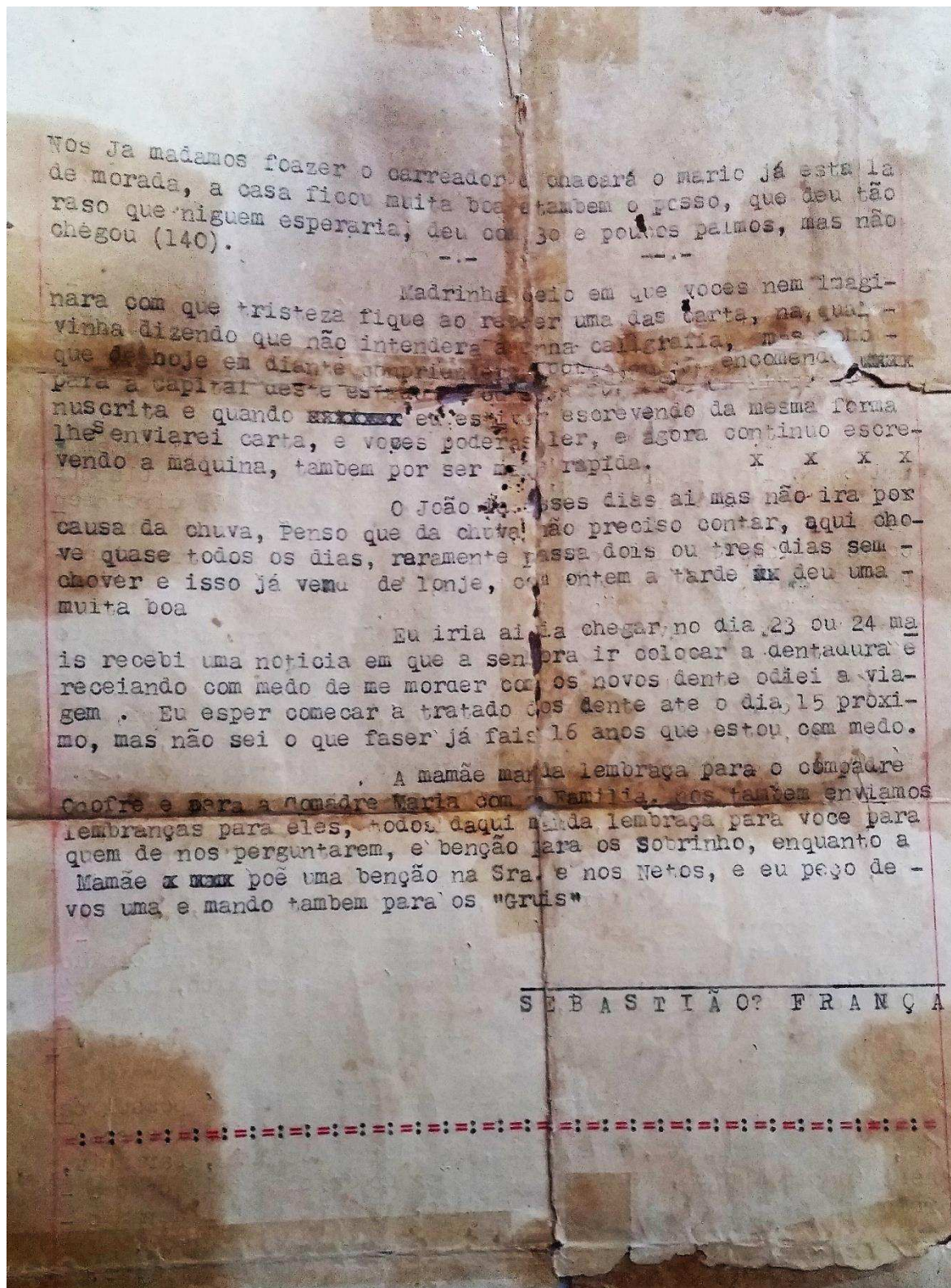
Estamos muito contente de sermos morado-
res desta futura cidade, que cada dia que se passa aumenta um -
passo na história do Estado do Paraná, também na história do Bra-
sil, que Loanda a única cidade do Estado do Paraná e do Brasil
que com a pena dois ou tres anos, já passou a Comarca, ficando
fivres da colônia de Paranavai e dominando cidade mais velhas -
tais como as: Santa Izabel do Ivaí, Monte Castelo, Querência do
Norte, Nova Londrina, e o Porto São José eo Porto Rico, duas ci-
dade ao lado do Rio Paraná, Loanda foi o nome dado pelos paulis-
ta que travessaram o Rio Paranapanema par enfrentar as matas vir-
gem do Paraná.

Também Loanda com essa idade já possui ca-
sas comerciais, umas partes de taboas e outras de tijolos como
bar, secos e molhados, relojaria, gabinetes dentaria, farmacia,
assistencia medica, varias construções de tijolos tais como a -
rodovia, o cinema, a casa do prefeito, um club o qual deram o -
club Recreativo Loandense com a area de 500 metro quadrado. E a
Zona Industrial e uma Cadeia aqui para Loanda: um Grupo Escolar,
uma Delegacia e uma cadeia aqui para Loanda: um Grupo Escolar,
de, porque o mais perto e de tijolos, também um Posto de Saú-
o Dr. Ugo R. Acorci, que mora Maringá, o qual se acha na Capital
se lá o Srs. Asio Montenegro, a parte e conta do Posto, acham-
Diretor Gerente da Empresa, o Prefeito de Loanda, Irão Spinardi,
nesta cidade, e Sebastião D. Sergio Scalise, gerente do escritorio
Machado.....

Então
de ano? ficamos triste ao saber e verdade em que a Luzia não passou
Eu espero fazer meus exames e saber esta noticia, mas sempre acontece
Dar passaram de ano o Dar e o dia 30 do proximo mês. O 26 e o
que o exame aqui foi muito facil, e com a media de 40 passariam

FONTE: Acervo pessoal Margarida França – transcrição ANEXO 6, p.295.

DOCUMENTO 9 - Carta de João França, 1956 – LADO B



FONTE: Acervo pessoal Margarida França – transcrição ANEXO 6, p.296.

A carta acima foi escrita em 1956 por Sebastião França. Filho de trabalhadores rurais foi um dos vários trabalhadores que nos meados dos anos 50 chegaram ao Paraná atrás melhores condições de vida. Sebastião veio com o pai, mãe e irmãos trabalhar como lavrador no sítio de uma família de emigrantes japoneses. Na época, o sítio ainda estava coberto de mato, assim, ele o pai e os dois irmãos (Dar e Zé) que vieram do interior paulista deveriam derrubar mata, e em seguida, plantar café. A jornada de Sebastião começou quando se mudou do interior paulista para Loanda. A jornada dos pais começou antes. Os pais também eram migrantes. Não sabemos ao certo o estado de origem deles, mas quando eram jovens haviam se mudado para Rinópolis, cidade do interior paulista, distrito de Tupã. Ali tiveram filhos, e na década de 1950 tentaram a sorte no Paraná, onde viriam a falecer.

A carta de Sebastião é endereçada a sua comadre que também era sua irmã mais velha (Lúcia). Diferente de Sebastião, ela havia ficado em Rinópolis com o marido e os filhos. Sebastião, na época tinha 16 anos (como ele brinca na carta quanto ao medo de arrumar os dentes). Era um dos mais jovens, e por isso, o responsável por mandar notícias do cotidiano dos pais e irmãos, para a cidade de origem.

O tom na carta é de fascínio e empolgação. Como ele dizia, estavam todos contentes com trabalho, haviam começado a sua alfabetização. Noticiava as “novas” e anunciava os festejos que seguiriam o ano de 1956 (aqueles que aparecem nas propagandas que mostramos antes). Na sua carta ele relata os fogos do dia em que a cidade se tornou comarca. Fala sobre os donos da Empresa Colonizadora Norte do Paraná (citando inclusive o cargo de cada um) e sobre as grandes construções da cidade. Da rapidez que tudo estava sendo edificado. Da “grandeza” histórica da cidade que ficaria marcada na história do Estado e do Brasil. A empolgação era evidente. Sebastião estava encantado com os acontecimentos que estava vivenciando no seu cotidiano. Assim, ele falava sobre as vantagens daqueles que haviam escolhido mudar-se para a região em que viviam.

Embora semialfabetizado Sebastião reproduzia muitas informações que eram veiculadas amplamente pela ECNP, seja dos fatos que lhe eram contemporâneos, ou que ainda viriam a acontecer. Assim, ele reproduz as noticiadas que eram dadas pelos corretores e sócio proprietários da ECNP. Neste aspecto, observamos que apesar do caráter individual e privado, a carta enviada aos compadres servia de canal de comunicação e notícias, onde era propagada informações sobre a região de destino da família, amigos, conhecidos e a terra desconhecida.

Além das informações sobre a cidade Sebastião nos deu algumas informações sobre a vida dos trabalhadores que haviam migrado. Todos trabalhavam no campo, os primeiros

trabalhos de derrubada e construção da sede na propriedade caminhavam. Ele e os irmãos estavam estudando: ele estava aprendendo a ler e escrever (ele não conseguia ainda escrever uma carta de próprio punho) por isso, explica que a carta foi datilografada a seu pedido.

Do lado de lá, os padrinhos também não sabiam ler. E antes, quando era preciso pagavam ou pediam a alguém mais instruído para ler as notícias dos parentes tão distantes.

Sebastião não enviou o panfleto com os festejos anunciados pela ECNP (como eles pediram) porque considerou que não teria muito efeito já que poucos sabiam ler. Mas deu notícias sobre a festança, bem como sobre a rapidez que crescia a cidade. A fertilidade da terra e a empolgação pelo lugar onde vivia foram assuntos nesta e em outras cartas. Entre as correspondências trocadas, Sebastião enviou uma foto:

DOCUMENTO 10 - Cidade de Loanda. Café com 3 anos em 17-1-1954.



FONTE: Acervo pessoal Margarida França.

O documento 10 é a cópia de uma das fotografias que foram produzidas pela ECNP. Sabemos disso porque encontramos mais algumas cópias desta mesma fotografia entre os

pertences de Sebastião Delfino (o Gerente Comercial citado na Carta). Possivelmente esta foto deve ter sido dada por alguns corretores ou agentes da empresa, junto com as outras informações que Sebastião narrava animadamente na carta para os padrinhos que ficaram no local de origem. Talvez a empolgação do jovem trabalhador estava na possibilidade de conseguir futuramente obter terra para a família e ter rendimentos com o café. Inclusive, era a riqueza produzida pelo “ouro verde” que tinha levado a família até ali.

Ficamos sabendo pela D. Margarida¹¹⁵, que o tio Sebastião se correspondia frequentemente com Lucia, sua mãe (que era analfabeta). Segundo ela, o seu pai guardou por anos um calhamaço de cartas, que foram incineradas quando este faleceu. Entretanto, Margarida se recorda do conteúdo das cartas. Ela nos disse, que as cartas do seu Tio Sebastião davam notícias do crescimento da cidade, da fertilidade da terra, do tamanho dos pés de café, dos filhos e sobrinhos que haviam nascido debaixo dos pés de café. Sebastião propagandeava com o relato cotidiano, as possibilidades que eram apresentados aos trabalhadores que migravam para a região.

A “propaganda” não era gratuita. Isso é um fato. O objetivo do narrador da carta era convencer os compadres, Lúcia e Antônio Ribeiro, a mudarem-se para a cidade. Por isso, conclamava as vantagens que a cidade oferecia (cinema, casas, rodoviária, comarca, etc.). A mudança aconteceu dois anos depois. Como nos contou D. Margarida, depois da troca constante de cartas e uma visita à cidade “*a gente mudou para cá quando eu tinha dois anos [1959] pra cuidá desse café aqui [fala apontando para foto]. Eles [os avôs e tios] derrubaram o mato, plantaram e aí a gente veio pra cuidá*”. Margarida nos disse que os pais foram convencidos pelo tio Sebastião. E assim, vieram com os 13 filhos para trabalhar na roça, tocando “café de colônia” (como colono). Ela lembra com saudades daquela época que durou pouco, já que oito anos após a chegada em Loanda, se mudaram do campo para a cidade, pois “acabou o café”. Com dez anos Margarida foi trabalhar de empregada doméstica, e seus irmãos seguiram “cada um seu rumo” em trabalhos urbanos.

¹¹⁵ A carta nos chegou a mãos pela D. Margarida Ribeiro, sobrinha de Sebastião. D. Margaridinha, como todos conhecem, nasceu em 1957 (um ano depois de escrita a carta) na cidade de Rinópolis São Paulo. Aos dois anos mudou-se com os pais e irmãos para Loanda. No total eram em 13 filhos: 7 mulheres e 6 homens. Margaridinha tem dois filhos, um é falecido e atualmente, é separada. Hoje com 60 anos, ela ainda tem que trabalhar (apesar de trabalhar desde os 10 anos de idade como empregada doméstica), já que não conseguiu se aposentar. Ela ocupa o cargo de serviços gerais na Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná, local onde está o acervo do Sebastião Delfino Machado. Foi lá que por acaso ficamos sabendo da carta do “Tio Sebastião”. Um dia enquanto pesquisávamos no acervo, ela foi levar um cafezinho e dar um “chero” (beijo), ela viu as fotos do acervo e nos disse apontando para as fotos: “Eu tenho uma dessa... e uma carta”. No outro dia nos levou a foto e a carta que integram esta tese.

A carta de Sebastião e a consequente vinda não apenas dos compadres Lucia e Roberto, mas ainda, de outros irmãos de Sebastião que se encontravam em outros locais, inserem-se nas redes de parentela e sociabilidade que formaram, a nosso ver, um fato importante para as escolhas realizadas pelos trabalhadores ao optarem pela migração. Embora o Estado, a propaganda do Capital Imobiliário e a ação dos fazendeiros e gatos sejam elementos importantes dinâmica de atração e afluxo migratório de trabalhadores para Norte do Paraná, neste momento, não podemos excluir o fato de que, estes trabalhadores, encontraram outros fatores que foram fortes motivadores no direcionamento da escolha para migrar para o Estado do Paraná, em vez de escolher outras regiões como Maranhão ou Mato Grosso.

Acreditamos que, dentro do âmbito das relações interpessoais, as relações de parentela, compadrio e mesmo vizinhança, foram importantes mecanismo para disseminação de notícias sobre as novas terras. E também medidas no sentido de criar condições para mudança, recepção e acomodação de levas de trabalhadores foram importantes. Como no caso de Sebastião, primeiro sua família que migrou, criando condições e abrindo caminho para que futuramente os outros, compadres, irmãos e sobrinhos se mudassem para o sítio, onde trabalharam juntos na produção do café.

Nos vários relatos e narrativas que apresentamos até o momento, assinalamos como alguns de nossos agentes históricos mudarem para região, vieram seguindo compadres, familiares, ou ainda, criaram condições para que futuramente, parte da família, compadres e vizinhos migrassem também. Esses trabalhadores criavam condições e estratégias para a migração de grupos próximos, com quem mantinham relações afetivas, de parentesco e compadrio, que eram reafirmadas no local de moradia de muitas formas: casando as novas gerações, criando novas relações de apadrinhamento a partir de ritos religiosos, etc. Neste aspecto, as relações de solidariedade e rede de conhecimento, eram fatores importantes para conseguir o primeiro emprego, ou mesmo, conseguirem se deslocar e se adaptarem ao local. Quanto a isso, Vendrame ao investigar as redes de solidariedade e as relações parentais e compadrio para migração de italianos no início do século XX, explicou que:

As relações de solidariedade visavam uma autoproteção diante do desconhecido, podendo esta rede de reciprocidade ser acionada em diversas situações, como na elaboração de estratégias conjuntas que facilitassem a ocupação e organização em um determinado espaço. Se, por um lado, o abandono da terra natal representava a ruptura de alguns vínculos sociais, por outro, ela era a condição que permitia a renovação ou criação de laços com conterrâneos (VENDRAME, 2015, p. 206-207).

Os laços de parentesco, reafirmados pelas relações de compadrio, reafirmavam as relações sociais entre vários de nossos entrevistados. Assim, Sebastião se refere a irmã e cunhado como madrinha (por ter sido batizado pela irmã e cunhado). Do mesmo modo que Edite se referia a irmã que o pai seguiu - e outros irmãos que acompanharam na viagem de migração para Paraná- a partir das relações de compadrio. Zé Mineiro, como apresentamos acima, aconselhou o irmão e convenceu a cunhada a seguir o marido para o Paraná, porque se sentia responsável pelo casal, já que era padrinho de batismo de uma das filhas do casal. Maria do Carmo e sua filha se referem ao vizinho que as buscou na Bahia de “*Cumpadre Chiquim*”. Pessoa de confiança da família, já que havia sido padrinho de batismo de alguns dos filhos de Maria do Carmo, e depois de suas netas.

Quanto a relação de compadrio Sampaio (2013) ao estudar as relações de compadrio na construção de estratégias sociais no Rio de Janeiro do Século XVIII, explica que:

Dentro da religião católica, o batismo constitui-se no principal sacramento, por marcar não somente a entrada do fiel na Igreja como a remissão do pecado original. Dada a sua importância capital, revestia-se (e reveste-se) de um caráter obrigatório, não presente nos demais sacramentos. A preocupação com a salvação da alma do fiel levou a Igreja a uma estrita regulamentação do mesmo. As crianças deveriam ser batizadas tão cedo quanto possível, devido à alta mortalidade infantil. Buscava-se, assim, evitar que as mesmas fossem condenadas ao limbo (SAMPAIO, 2013, p 71).

Por se tratar de trabalhadores com tradições e cultura camponesa, onde o elemento religioso era forte organizador dos ritos e vida cotidiana, o batismo era um sacramento importante no âmbito das relações sociais. Por isso, embora partilhassem de laços familiares, ao tratar dos irmãos D. Edite, Manoel, Maria do Carmo, Joaquim, e tantos outros de nossos personagens, se referiam ao “compadre” ou “padrinho e madrinha”. Como já alertamos, muitos dos nossos personagens tinham como único documento a certidão de batismo, que era usada como comprovante de nascimento e localidade. Embora alguns desses homens e mulheres vivessem em regiões isoladas e de difícil acesso, a Igreja Católica e cultura cristã, chegavam nessas localidades, e assim, eram importante elemento na organização e manutenção da estrutura e cultura local. Ao investigar algumas das localidades de origem citadas nos proclamas ou que nasceram as pessoas que entrevistamos, descobrimos que se referiam a comunidades e vilas rurais, que se tornaram inóspitas e desabitadas com o tempo.

Neste sentido, a relação de compadrio de batismo e de outros sacramentos como crisma, consagração e casamento) estabelecida entre pais da criança e padrinhos, reforçavam laços familiares, de amizade e vizinhança. Indicando para fortalecimento de cooperação e solidariedade entre membros de uma mesma família, ou vizinhança. Desta forma:

Desde o século IX o batismo passou a contar com a presença obrigatória de padrinhos. Estes assumiam em nome do batizando o compromisso de que este seria criado nos preceitos da Igreja e perseveraria na fé. Este ato criava laços de parentesco rituais entre os partícipes (pais, padrinhos e batizando) impedindo, por exemplo, que eles contraíssem matrimônio entre si. É aqui que radica o grande interesse do batismo como instrumento de criação e/ou confirmação de relações sociais. Para o batizando, representava a inserção em redes de relações das quais só posteriormente ele tomaria consciência. Para seus pais e padrinhos, aquele era mais um laço criado entre eles (SAMPAIO, 2013, 72).

Mesmo que nossos personagens se distanciem dos sujeitos que são investigados por Sampaio, podemos observar ao longo da análise de fontes orais e documentais, que nas décadas de 50, 60, 70 as relações de compadrio formavam um forte traço cultural nas relações sociais, pelo menos entre os grupos de entrevistados. O compadrio pode ser verificado nas narrativas de nossos entrevistados, ou ainda nos documentos eclesiais que consultamos. Parte dos casamentos realizados selavam a união entre membros de uma mesma comunidade que haviam se mudado para mesma fazenda e colônia. Os padrinhos eram escolhidos membros da mesma comunidade, familiares, além de fazendeiros e comerciantes locais.

Defendemos que as relações de compadrio e os laços parentais formavam uma rede de informação que nos permitiu pensar no protagonismo de alguns destes trabalhadores no processo de migração, não apenas como determinados (pelas políticas do Estado e vontades do Capital), mas também determinantes dos caminhos e trajetos seguidos por homens e mulheres que migraram para Norte do Paraná. Desta forma, a relação de compadrio aparece nas fontes analisadas nesta pesquisa como elemento incidente sobre os motivadores da migração dos vários casos.

Houveram casos onde os trabalhadores chegaram totalmente desacompanhados, motivados apenas pelas propagandas e ação dos gatos. Zé Mineiro é um exemplo. Ele veio com um grupo de homens da sua região. Entretanto, ele nos alertou sobre o fato “dos mineiros e baianos se darem bem” porque eram próximos, e mais ou menos se conheciam... moravam perto”. Quanto a isso, ele e o irmão João ao se mudarem por um período para o Estado do Mato Grosso foram trabalhar em umas terras, que mais tarde descobriram se tratar de grilagem. Temerosos pela suas próprias seguranças, retornaram para o Paraná, onde já tinham alguns “conhecidos”, no caso o fazendeiro Paulo Campos.

Manoel, falou sobre os trabalhadores que chegavam sem “conhecimento” e “conhecidos” e acabavam caindo na *lábria* dos gatos e jagunços que levavam para o “*quebra milho*”. E neste sentido, alerta para importância de se ter um “conhecimento” na região para

não acabar “socado” em briga de terra. Para Manoel, ter conhecimento significava conhecer alguém que já estava empregado, que poderia introduzir em um trabalho nas diversas fazendas da região, ou ainda, que conhecesse as áreas de conflito e grilos. Tanto para Zé Mineiro como para Manoel, a rede de amizade e parentela eram importantes para se situarem no cenário regional, e assim, garantir que obtivessem trabalho.

As “notícias” e “informações” que eram repassadas e levadas entre determinados grupos sociais, foram mecanismos importantes para as estratégias que eram elaboradas pelos trabalhadores que engrossavam o afluxo de migrantes para as regiões mais distantes. Forma pela qual os trabalhadores migrantes poderiam ter acesso a informações mais seguras e confiáveis quanto aos lugares de destino.

E não só Sebastião mandava notícias. Nossos entrevistados, declararam que ouviram “notícias” do Norte do Paraná. “*A notícia corria*” (TEREZINHA, 2014), “*o Paraná naquela época era falado*”¹¹⁶ (ZÉ, 2015) e assim, além da propaganda realizada pelas empresas imobiliárias, da ação dos gatos e fazendeiros e do Estado, os próprios trabalhadores passavam informações sobre trabalho, as terras e oportunidades que de boca-a-boca chegavam até familiares, compadres, amigos, vizinhos que se encontravam em regiões mais distantes. Assim, “ouvi falar”, “o povo falava”, foram termos constantemente ouvidos nas narrativas de nossos entrevistados. Embora narrem as suas próprias epopeias, com foco nas trajetórias e dificuldades do momento da migração em suas próprias experiências, todos que entrevistamos (com exceção de Zé Mineiro), citaram que tinham um primo, tio, cunhado, compadre ou vizinho que já estava por “*estas bandas*” (MANOEL, 2015). Mesmo que não tenham vindo diretamente para o local onde o sujeito estivesse, estes “conhecidos” eram responsáveis por informar de tempos em tempos como andava o mercado de trabalho, as expectativas de vida, o valor das terras, a média salarial, as condições de recebimento e acolhimento nas cidades. Como Cora nos contou, “*tinha uns que vinham, depois ia embora (...) teve um irmão meu que fico aqui por cinco ano depois foi busca nois lá na Bahia*” (CORA, 2016). Além de que “*naquele tempo não tinha esse negócio de telefone, era só carta*” (CORA, 2016), o principal meio de comunicação com seus familiares e amigos.

Chamamos a atenção para fato que parte destes trabalhadores, homens e mulheres eram analfabetos, entretanto, as propagandas veiculadas pelos jornais, o “jargões” e máximas presentes nos cartazes como “*venha pra Loanda e fique rico*”, “*terra que se junta dinheiro de*

¹¹⁶ Inclusive Seu Zé e Dona Cora (2016) contaram que eles não foram para Rio de Janeiro depois que ficaram noivos, porque o Paraná “era mais falado”, fato que foi reforçado pelo irmão de Cora, que veio cinco anos antes (em torno de 1945) conseguiu emprego e levou em seguida irmãos, cunhados e filhos.

rastelo”, estão presentes em suas narrativas. Entre estes trabalhadores a cultura oral era predominante, entretanto, isto não significa que estes não tivessem acesso às informações e por isso, também fossem *propagandeadores* das novas fronteiras agrícolas.

Como já apontamos no segundo capítulo, pelos documentos eclesiais (gráfico 6, p.137) foi possível averiguar que era grande o número de homens e mulheres (principalmente os que desenvolviam atividade no campo) que não sabiam “escreve se qué o nome” (TEREZINHA, 2015). Muitos eram trabalhadores rurais nos locais de origem e ao chegarem à região, continuam realizando atividades como mateiros ou lavradores, trabalho que não exigia o domínio da cultura letrada. O que não quer dizer que não tivessem contato com a palavra escrita ou com certos aspectos da cultura letrada que fossem necessários ao trabalho cotidiano. Quanto a isso já citamos o caso da Cumadi Laudelina (irmã de Edite) que usava sistema de riscos com carvão, e ainda, Terezinha informou que o marido “não sabia ne assina o nome... mas ele sabia fazer as operações [matemática] por causa do trabalho dele...” (TEREZINHA, 2016).

Cartas como a de Sebastião poderiam ser escritas e lidas por terceiros. Quanto a isso, Davis (1990) ao analisar a disseminação da palavra escrita entre os camponeses franceses, constatou que na área rural, a cultura oral era predominante, entretanto, embora a divulgação da palavra escrita entre estes tenha sido limitada, isso não significa que não tenha chegado e promovido uma revolução nos costumes e cultura (DAVIS, 1990). As notícias e propagandas do Paraná, provocaram uma revolução cultural com migração em massa de homens e mulheres.

Referente à cultura letrada, D. Terezinha nos contou que aprendeu a ler “*praticamente sozinha*” com um “*livro velho que tinha guardado lá em casa. Aí fui fazendo cópia fazendo cópia, fazendo cópia desse livro até que aprendi. Ai já escrevia uma carta, lia uma bíblia, assinava o nome, mandava carta para a amiguinha*” (TEREZINHA, 2015). Como podemos observar, a necessidade de se comunicar com os conhecidos que haviam se mudado para outras localidades, se inscreve nos motivos que teriam levado D. Terezinha a se interessar pela leitura e escrita. Chamamos a atenção, que embora analfabetos, a família mantinha algumas obras literárias, como a bíblia (reliquia religiosa para os cristãos) e outro livro, que ela não identifica.

Mesmo quando estes trabalhadores não soubessem ler e escrever, a riqueza das imagens, o acervo fotográfico e a própria experiência dos vizinhos, amigos e familiares, se tornaram importantes portadores de notícias e propaganda. Ser analfabeto não era assim, impedimento para a chegada das notícias até estes trabalhadores. Isto é fato.

Além disso, os meios pelos quais estes trabalhadores tinham “notícias” podiam ser muitos. O rádio neste momento, era o mais importante meio de comunicação. Partes das

informações chegavam via rádio que transmitia informações sobre as novas regiões e sobre os que foram. Foi assim, que S. Manoel ficou sabendo de Loanda. Temos ainda o caso de muitos trabalhadores que pediam para outras pessoas escreverem cartas, ou encontravam maneiras de se alfabetizarem como forma de manter contato com os parentes de outras regiões (como caso de Sebastião). Tínhamos ainda os trabalhadores que retornavam de viagem às suas casas de tempos e tempos, e como D. Terezinha contou “*Outros tava aqui (..) Tinha bastante gente aqui [...] voltava bem vestido, com dinheiro. aí povo ficava tudo doido pra vim pra qui*”. Com eles, levavam histórias sobre fartura, terra roxa, e a possibilidade de riqueza na terra prometida: “onde se junta dinheiro de rastelo” (NANA, 2012).

Constatamos nas narrativas de nossos entrevistados que o Norte do Paraná era a terra de esperança, bonança e promessa. A nova fronteira significava dentro do imaginário de alguns dos trabalhadores que entrevistamos, a possibilidade não apenas de “juntar” riquezas de “rastelo”, mas ainda fornecer vida melhor, mesmo nos locais de origem. Embora muitos tenham se frustrado em seus objetivos e expectativas, como afirmou Maria do Carmo “eu vim junta dinheiro de rastelo e até hoje não rastelei nada”.

Quanto a isso, concordamos com Valcuende ao defender que:

A fronteira é sempre princípio e final, ponto de chegada e de partida, âmbito do cotidiano e do desconhecido, geradora de medos e desconfianças, espelho e escudo, eterna contradição de um ser que necessita dos outros, ao mesmo tempo em que necessita se diferenciar para continuar sendo esse, essencialmente humano (VALCUENDE, 2009, p. 19).

Ressaltamos que esta visão é de todos aqueles que chegam, do trabalhador, do capitalista, do pioneiro, que toma espaço, a partir de uma visão de vazio demográfico, e não do indígena ou caboclos que já vivia na região. O contraste entre as condições de subsistência e a possibilidade de obtenção de melhores condições a partir de um trabalho assalariado parece que foi o chamariz. Como a D. Terezinha nos afirmou “***naquela época dinheiro tinha dono***”. Como ela explicou “era pouco que tinha dinheiro (...) maioria era pobre” e ainda “dinheiro valia muito, com pouco dinheiro comprava muita coisa” (TEREZINHA, 2015).

Para nossos entrevistados que tinham muito pouco, as notícias sobre fartura e riqueza trazidos pelos familiares, compadres e vizinhos eram uma esperança no campo de possibilidades. Foram as notícias das riquezas produzidas pelo café que também chegaram até família d e D. Nana.

Dona Nana chegou com toda família no Norte do Paraná. Quando a entrevistamos, vivia com o terceiro marido em uma casa própria na periferia da cidade Loanda. Era aposentada

e mesmo após passar por diversas cirurgias cardíacas, trabalhava como vendedora ambulante: vendia Avon e bijuteria de porta em porta para completar a renda. O marido era trabalhador volante e fazia “bicos”, no entanto, não era sempre que conseguia trabalho.

Nascida em 1946, na cidade de Itaberaba, Bahia, D. Nana mudou-se para o Paraná com toda a família (mãe - filha de indígenas Ernestina, o pai - filho de trabalhadores escravos nascido logo após a lei Aurea - Manoel, e 7 irmãos mais jovens - sendo que mais três nasceram no Paraná). Era a segunda filha de 16 irmãos (o primogênito e outros seis faleceram ainda criança de desnutrição, sarampo, e outras doenças), e por isso, foi o “braço direito” do pai. Ao falar da mudança para o Paraná narrou:

Nós saímos da Bahia com minha família tinha seis anos, viemos para Mandaguari, de Mandaguari para Marialva e depois para Capelinha que hoje é Nova Esperança. Papai era administrador de uma fazenda lá. Aí um dia chegou um tio meu e disse para papai que aqui em Loanda se juntava dinheiro com rastelo! Era o café. Aí viemos todos, cheguei aqui tinha doze anos, em 1957 (MARIVALDA, 2012).

D. Nana justifica a migração a partir da expectativa e esperança que o pai tinha de juntar alguma “riqueza”, embora isso pudesse significar apenas a garantia de que os filhos tivessem o que comer. Ela não nos contou sobre o que antecedeu a sua chegada ao Paraná. Entretanto, a longa jornada empreendida pelo pai, a mãe e os oito filhos pequenos, nos indica que possivelmente foi a pobreza e a falta de trabalho¹¹⁷ que os abatia na Bahia o principal incentivo para a migração.

Entretanto, as notícias do irmão de Manoel indicavam possibilidade de melhoria. E assim, ele com ajuda dos familiares traçou estratégias e criou condições para que migrassem para a fazenda onde tinha trabalho acertado e moradia para a família. A família de D. Nana veio confiando em notícias e informações que os outros irmãos (solteiros e que já estavam na região) mandavam de tempos em tempos. D. Nana não diz, mas fica evidente que a riqueza prometida era propaganda enganosa. As expectativas que o pai e a família tinham não foram alcançadas já que ao chegarem em Loanda não apenas os pais, mas ela também teve que cumprir uma longa jornada trabalho, como nos contou.

As condições de trabalho ao chegarem na primeira cidade em que se estabeleceram, também parece que não foram favoráveis. Embora instalados, não tinham o suficiente para

¹¹⁷ Acumula-se a isso, o fato de Seu Manoel e D. Ernestina, pais de D. Nana, serem descendentes de trabalhadores escravos. Ambos nasceram nas primeiras décadas após o fim da escravidão e, por isso, é possível que este desde muito cedo tenha encontrado dificuldade de se encaixar no mercado de trabalho. Agora casado e com filhos a opção pelo deslocamento.

garantir a sobrevivência de modo digno. Isso pode ser o que fez a família se mudar de Capelinha pra Loanda, mediante a influência do irmão, que deslocaria para a “nova” cidade na esperança de ter acesso a um trabalho onde pudesse ganhar mais. Dona Nana nos contou, que a terceira mudança foi arranjada pelo seu tio. O pai dela conseguiu um emprego na madeireira e uma roça de café que ele tocava com a ajuda de Nana. Neste sentido, a rede de solidariedade e parentela foi importante para a acomodação da família, que foi morar na “Jurema”, em uma casa de casca de madeira.

Diferente foi o caso de Dona Terezinha, por duas vezes migrou seguindo vizinhos e moradores da vila onde vivia. A narrativa de Terezinha nos permitiu refletir sobre a pobreza e exploração que afligia estes trabalhadores a partir das circularidades que pontuaram sua narrativa, estruturada a partir da morte dos nove filhos. Rica em detalhes, a narrativa chamou a atenção pelos sentidos que a narradora denota as mudanças, as estratégias de vida e a busca pelo trabalho, que dependia de uma rede de relações travadas ainda nos locais de origem.

Dona Terezinha nasceu em Pedra Branca, no Ceará, em 1934. Quando a entrevistamos era viúva e vivia da renda de sua aposentadoria. Naquele momento vivia com um dos filhos, enquanto acabava de construir uma casinha no fundo da casa de outro filho. D. Terezinha é filha de trabalhadores rurais, quando ela nasceu o casal já tinha seis filhos. A inconstância do trabalho do pai que procurava serviço de fazenda em fazenda, levou o casal a dar para adoção a filha ainda pequena para um casal de primos. Por isso, ela foi criada pelo tio que tinha melhores condições de sobrevivência. Como explicou:

[meu pai] plantava milho, feijão, arroz... plantava tudo cereais, mas *não chovia* não dava quase nada coitado. Ficava pulando de gaio em gaio, passava pela fazenda de um ia pra fazenda de outro. Não tava bom ia pra fazenda de outro e assim ia [...] meu pai era muito *fraco* tinha já as crianças [...] aí quando minha prima foi visitar falô a não vai dar essa mínina pra nós cria. Aí fui (TEREZINHA, 2014). Grifo nosso.

Como podemos observar, a pobreza e a dificuldade de sobrevivência eram condições que acompanhavam a família de D. Terezinha desde seu nascimento. Devido a inconstância e a dificuldade de se estabelecer em um trabalho, os pais de Dona Terezinha não mantiveram a tutela dos filhos. A seca, é um fator constante na narrativa de D. Terezinha, que vive a condição climática como um fato social, como realidade que determinou vários momentos de sua vida como veremos a frente¹¹⁸. Neste sentido, a relação de parentela e compadrio (depois nos contou

¹¹⁸ Quanto a isso, o poeta cearense Theofilo Filho, no final do século XIX narrou em seu livro *A fome*, o cenário de miséria e fome gerados pela seca no Ceará desde século XIX. Barreto (2009) explica que dois anos antes do

que esses primos eram compadres dos pais e seus padrinhos de batismo), vinham em auxílio em momentos de dificuldade financeira.

A primeira tentativa de migração de Terezinha e seu esposo ocorreu no final dos anos 1950. Segundo ela, quando ocorreu uma estiagem e perderam a roça que plantaram. Assim saíram em andança “pros lados do Maranhão”. Pesquisando descobrimos que esta estiagem afetou não apenas os estados do Nordeste, mas outras regiões como Minas Gerais e São Paulo. Nos anos 1960, Terezinha saiu em retirada pela segunda vez, agora para o Paraná.

D. Terezinha é a única de nossos entrevistados que ressaltou que a “seca” teria sido o motivo para a migração. Assinalamos que em 1932 ocorreu uma grande estiagem que levou muitos trabalhadores a se retirarem para o litoral, principalmente para a cidade de Fortaleza. No final do século XIX e início do século XX foi gestada uma nova relação com a pobreza que se tornou gritante com a seca. Isso resultou em novos tipos de relação entre retirantes e Estado, que passou a organizar mecanismos de controle e repressão a este grupo social. Assim, “um amplo programa de criação de campos de concentração, em que os retirantes fossem induzidos a entrar e proibidos de sair, foi implementado com total apoio da Interventoria Federal no Ceará (NEVES, 2001). A fim de prevenir a “afluência tumultuária” de retirantes famintos a Fortaleza, cinco campos localizavam-se nas proximidades das principais vias de acesso à capital, atraindo os agricultores que perdiam suas colheitas e se viam à mercê da caridade pública ou privada. Dois campos menores situavam-se em locais estratégicos de Fortaleza, conectados às estações de trem que traziam os famintos, impedindo que eles circulassem livremente pelos espaços da capital. Uma vez dentro do campo, o retirante era obrigado não só a permanecer nele durante todo o período considerado de seca, mas deveria submeter-se a condições de moradia, relacionamento, trabalho e comportamento regulados pelas normas irredutíveis ditadas pelos dirigentes indicados pelo interventor – prefeitos nomeados e engenheiros do IFOCS. Os campos, portanto, pretendiam impedir a mobilidade física e política dos retirantes através da concessão de rações diárias e de assistência médica” (NEVES, 2001, p. 109).

Foi a pobreza que se abateu sobre a família que fez com que os pais de Terezinha passassem a guarda da criança para os familiares. Entretanto, não podemos reduzir os motivos da pobreza e da miséria vivida pela população unicamente as condições climáticas. Ao tratar de migração nordestina:

nascimento de D. Terezinha, em 1932 “outra estiagem iria devastar o semiárido nordestino. Foi nessa época que se tornou conhecida a indústria da seca”. Fato que contextualiza o fato narrado da entrevistada.

tudo se passa como se fosse uma decorrência econômica social natural, levando-se em conta a construção imaginária do tripé Nordeste-seca-migração. De certo modo, essa representação social contribui para criar a invisibilidade histórica em torno do migrante (GUILLEN, apud BARRETO, 2009).

Assim, outros fatores contribuíram para pobreza da família de Dona Terezinha que vão além da estiagem por tempo prolongado. A falta de emprego, as relações de dominação e exploração características da região, o subdesenvolvimento econômico que se instalou após o auge da economia açucareira. Tudo isso colaborou para aprofundar a situação de miséria, insegurança e morte destes trabalhadores da região do semiárido, como discutimos anteriormente.

Continuando sua narrativa, Terezinha segue contando sua história, agora casada com um pequeno proprietário, sua sorte não teria mudado muito. A pobreza e a morte continuavam rondando. Segundo ela depois de ter perdido a roça de milho com o marido em Pedra Branca, resolveram ir para o Maranhão, acompanhados de um grupo de famílias, vizinhos e amigos moradores da região em busca de trabalho:

Saímos em 60 [...] porque não aguento fã, porque era ruim demais, era seca demais. Em 58, em 58 nós foi pro Maranhão. Nós foi pro Maranhão porque [pessoas diziam:] ‘Ah Maranhão é bom, porque lá é muito bom, chove demais’. E aí, aí [meu marido] pego e ‘Vamo pro Maranhão!’. [O gato] Pegava uma família ‘Vamo pro Maranhão!’. Aí se Junto 10 família de gente viaja pra esse Maranhão em cima de caminhão. Quando nós chegemo em Bacabau lá no Maranhão, chuva direto aqueles atolero. Aí tinha que viaja de cavalo mais bastante quilometro! De cavalo e os cavalo atolado até a barriga naquela lama! E eu com menina [a filha] morre não morre, morre não morre. Crianzinha que eu levei com dois meses e meio, que veio bebendo água doce no caminho e adoeceu tadinha dilatou a (...) ficou vomitando só aquela água. Quando eu fui saí um homem falô “a Senhora vai vê, essas criança de vocês não vai se cria nenhuma, porque vai bebe água doce na viagem”. Não tinha leite pra vende naquele tempo. Num tinha negócio de leite, de cê chega num buteco e compra uma caixinha um pacotinho de leite [...] aí dava água doce, só agua doce com açúcar [...]. Quando chegemo lá fumo mora as 10 família numa casa só [...] no dia que chegemo ela morreu (TEREZINHA, 2015).

O trajeto de Terezinha não foi realizado só. Foi decisão coletiva que envolvia inclusive vizinhos e amigos que viviam em Pedra Branca. As relações de solidariedade e possibilidade de uma ação coletiva se colocavam no campo de estratégias e escolhas dessas famílias. Como ela contou, o “gato” arrumou dez famílias, todas da região. Os avisos e conselhos que seguiram sobre a filha se inseriram nas relações de solidariedade que eram realizados entre os andantes ao longo do percurso. Entretanto, o traço mais marcante na narrativa dela é a agonia e morte da filha de dois meses. Entre a pobreza e a miséria, ele e o marido resolveram seguir o caminho

tomado pelos vizinhos, já haviam morrido 4 filhos do casal ainda no Nordeste, todos com menos de um ano. Entre fazer a viagem e ficar, no campo das possibilidades, levar a menina para o Maranhão (embora hoje pareça irresponsabilidade, como Dona Terezinha assumiu) era a melhor garantia que tinham para que a filha sobrevivesse.

No Maranhão, D. Terezinha foi plantar arroz de “*a meia*”. O trabalho era realizado junto com o marido e um casal de vizinhos (que haviam migrado junto com eles). Além do trabalho na lavoura, Terezinha quebrava coco (babaçu) com mulheres da região e as conterrâneas para completar a renda, comprar a “mistura” da semana. Depois de dois anos, o marido ficou muito doente devido a um surto de sarampo que era muito comum na região. Durante esta época ela cuidou das tarefas dos campos de arroz com o apoio dos antigos vizinhos. Entre uma crise de sarampo e outra, ela também adoeceu, teve “maleita” (malária), decidiram então, voltar ao Ceará¹¹⁹. Com o dinheiro que haviam conseguido juntar com o plantio do arroz e fumo no Maranhão, retornaram ao Ceará e tentaram plantar culturas de subsistência na terra que era da família de seu marido, como ela nos contou:

Nóis vendemos aquele fumo que nóis feize [...] ai nóis vendemo o fumo, vendemo o arrois a nóis voltamos pro Ceará. Chegamo em 58, 59 chegamo pro Ceará. Aí veio queimo, apronto a terra bem prontinha aí quando vou em janeiro deu uma chuuvuua boa. Chuvona grossa. Aí ele pranto o mio, nasceu aquele mio tão bunituinho, uma beleza coisa mais bunita do mundo. Aí ... não choveu mais! ... (silêncio prolongado)...Não choveu mais, não choveu mais, não choveu mais. Aquele mio que pranto morreu tudo, fico só a terra. Um céu limpo que ninguém num via uma nuvem (TEREZINHA, 2015).

O retorno para a terra natal era resultado não da falência do projeto migratório. Mas ainda uma forma de melhorar as condições de vida no local de origem. Embora tenham permanecido dois anos no Maranhão, todo o dinheiro obtido com trabalho era guardado. E assim, quando o casal resolveu retornar ao local de origem, o dinheiro foi aplicado na terra comum que partilhava com outros membros de sua família.

Entretanto, mesmo sendo dono de um pequeno pedaço de terra que partilhava com a mãe e os 16 irmãos, as condições de vida não eram favoráveis para Terezinha e seu marido. Abatidos novamente pela falta de chuva, a extensa família ficou sem condições de

¹¹⁹ Além de terem doentes, D. Terezinha contou que a região não era como haviam falado. Segundo ela existiam poucos recursos e ela acreditava que ali não conseguiriam criar os filhos. Segundo ela “*Era cheio de mulé à toa naquele lugar. Aí disse que não ia cria meu fio naquele lugar não. Aí meu veio pego roça pra pranta [...] aí prantamos roça de fumo, quando tava bom de corta todo mundo ficou doente [...] aí nóis foi ino foi ino, e conseguimo coie bastante fumo [...] a nóis vendemo fumo, vendemos arrois aí voltamos em 58, 59 no Ceará*” (D. TEREZINHA, 2015).

sobrevivência. Nota-se que as condições climáticas não contribuíam para a manutenção do casal que agora com um filho, não tinha muitas opções de se estabelecer novamente na terra.

Mediante a seca que se abateu sobre ao roçado plantando com o dinheiro obtido com trabalho no Maranhão, a alternativa foi procurar trabalho novamente longe do local de origem. Naquele momento, final dos anos 1950 e início dos 1960, chegavam notícias, de outras regiões. Devido a situação de desesperança e sem condições de sobrevivência, o marido de D. Terezinha decidiu novamente migrar.

Nessa época já era casada e como ela nos explicou “*saí de Pedra Branca era casada ... já tinha morrido cinco fio*¹²⁰... *mais o que eu troxe pra cá e o que tava na barriga*” (D. TEREZINHA, 2015). Quando veio para o Paraná, os pais e os irmãos de Terezinha já estavam pelas “bandas” de Maringá, “*não aguentaram a seca e saiu*”. Assim, ela, o marido e o filho teriam saído motivados pelos familiares, que noticiavam que existia trabalho e melhores condições para sobreviver.

Ao chegarem cartas e notícias dos pais de Terezinha, mas ainda de outros homens que haviam migrado para Paraná, seu marido incentivado por grupo de vizinhos resolveu sair em andança. Como ela nos contou:

Aí ele [o marido] falo assim: “Ah agora eu vô mi’mhora pro Paraná. Vô mi’mhora pro Paraná e vô deixa você aqui”. Aí [eu falei]: “Eu? Ficá qui? Mas eu nun fico nem a pau! Deus me livre”. Aquele tempo as ***coisas lá tava difícil***, água num tinha, era naqueles cacimbão pra carrega água, eu tava grávida de gêmeos, subindo ladera com aquela lata d’água na cabeça maô sofrimento do mundo. Falei “Fico aqui não...Vô mi’mhora tumbém”. Aí tinha homi lá que carregava gente pra cá com pau de arara. Trazia e levava. Trazia gente de lá pra cá e levava gente que já tava aqui lá. [...]
Outros tava aqui [...] Tinha bastante gente aqui [...] voltava bem vestido, com dinheiro.. aí povo ficava tudo doido pra vim pra qui ... mas não tinha dinheiro! Mas aquele home trazia pra pessoa pagá quando pessoa chegasse aqui ganhasse dinheiro, quando ele voltasse da outra vez ele pegava o dinheiro [...]

¹²⁰D. Terezinha teve 20 filhos. Dez morreram ainda criança com menos de um ano. Segundo ela, “*naquela época no Ceará não tinha recurso, não tinha médico, não tinha nada. Tinha uma farmacinha assim, falava a criança dizia a criança tava assim, assim, dava remedio, se servia sim, se não servia morria [...] era criança morrendo pra todos lado [...] Mas era uma quantidade de criança que vou te falá. Se via fala a filho de fulano morreu, filho de fulano lá morreu, era desse jeito. Tudo piquinininho, tudo piquinininho! Tudo da mesma coisa vomitando com febre, com diarréia. Dava aquela epidemia naquele lugar lá, modo do que não sei acho que era modo da água né? Água era muito salgada. Água duns cacimbão cavucado no chão [...]. Água salgada e ruim, tão ruim que a água não cozinhava feijão.*” (D. TEREZINHA, 2013). Observamos que a mortalidade infantil era um fato corriqueiro no cotidiano das famílias que a cercavam. Todas as mulheres que entrevistamos, sofreram aborto ou mesmo, perderam filho com idade inferior a um ano o que nos permite pensar que a mortalidade infantil não era algo exclusivo das regiões do semiárido. Outra semelhança é que todas eram muito jovens. Casavam-se entre os 14 e 16 anos. A falta de atendimento médico aliado a pouca idade parecem ser o motivo da mortalidade infantil. Falando sobre assunto D. Giovana contou que mesmo em Loanda, nos anos 1950 morriam muitas crianças “de disenteria, chamava colerim ... minha fia morreu disso, minha primeira fia ... Não tinha remédio”. Dos seis filhos que D. Giovana teve, 02 morreram ainda crianças.

ele fazia assim [...] era uma micharia! *Naquela época dinheiro tinha dono!* Aí ele [marido] foi no homi lá, acerto a viagem aí nós veio. Não tinha mais jeito, não tinha mais solução nenhuma. Não tinha trabalho pra trabaiá. Seco sem nada no meio do mato. Ao meno se fosse na cidade. Aí ... nós veio... [...]. quando nós chegamo aqui [Paraná] aí nós fomo na casa de um uns parente nosso, um cunhado nosso que morava lá no Marco Zero [...]. Nós viemo porque tinha ele aqui. Essa minha cunhada tava bem tranquila porque tocava café de colônho. Aí nós vei pra, nós foi a procura deles. Aí nós foi pra casa deles, aí meu veio foi procura serviço pra trabalha. No outro dia já ranjo serviço pra trabalha na otra fazenda lá. Aí nós já arrumo fazenda [...]. A viagem minha fia peguemo esse pau de arara demoro 15 dias! Com 15 dias nós chego no Marco Zero, nu nu Monte Castelo. [...] Vinha direto pro Monte Castelo já tinha nome do Hotel, tinha Hotel Central tinha que desce lá posa lá, o endereço tudo certo [...].

Na narrativa de Terezinha é possível perceber uma rede de contatos e estratégias que permitiram a sua migração. O irmão estava no Marco Zero, e de lá ele mandava notícias e garantias de que poderiam se instalar quando chegassem. O gato (provavelmente alguém que já era da vizinhança) fazia o translado de forma facilitada (homens e mulheres poderiam pagar a viagem depois que já estivessem instalados e trabalhando). Outros familiares e amigos levavam notícias de fartura, bonança, trabalho. Assim, Terezinha e sua família saíram com destino e endereço certo “direto pra Monte Castelo”. As relações de parentela e solidariedade, foram importantes não apenas para mudança como para a instalação de Terezinha, como ela nos contou a frente.

Assim, após se acomodarem na casa da cunhada por um breve tempo, Terezinha e sua família mudaram-se para uma colônia na Fazenda do Marco Zero. Lá ela encontrou várias pessoas que eram lá das “bandas” do Norte, e inclusive antigos vizinhos de Pedra Branca. Por isso, segundo ela não foi difícil a adaptação. Ela lembra com saudosismo do ambiente de amizade e solidariedade entre as mulheres e os colonos.

Ai cheguelo lá (Hotel Central). Ai “meu Deus do céu como vai ser esse lugar?”. (...) Mas gostei tanto, já no outro dia já gostei daqui. Ai meu veio foi trabalha e eu cuidá da vida. Ai nois foi pra fazenda lá onde eu ganhei minhas menina. Ai lá tinha muita gente morava muita gente .. aquelas muié era muito boa... eu não tinha nada, nada, nada para aquelas criança [as gêmeas que esperava], ropa pra aquelas criança eu não tinha. Fiz uma mudinha de ropa na mão, mudinha de ropa costurada na mão pra aquelas criança, comprei uns pano poquim porque tinha dinheiro poquim, aí chego lá tava ganhando dinheiro pra come e tudo ... aí povo me dero tanta ropinha, tanta ropinha, tanto pano, tano pano, tanto pano, tanta coisa... só de cama ... [silencio prolongado]. Aí foi em casa [parto] eu tive uma sozinha... eu tava lá... era tempo de frio, era mês julho ... Ai as muie fez um fogo no terrero assim, ai nois tava tudo lá ... ai eu fumava e eu tava naquele terrero lá ai ... eu já tava sentindo né...sentindo aquela dorzinha.. sabia que era naqueles dias mas não sabia que ia ser naquele dia... meu véio tava trabalhando na roça.... aí eu falei pra aquelas

muie ah eu vô lá dentro pega meu cigarro... ah minha fiah...foi entra dentro de casa ...só deu tempo de entra no quarto eu ganhei a minha menina... ai chamei a minha vizinha.. “D. Maria vem aqui”, aí ela colocou cabeça assim “muie não tenho coragem pra isso não”. Aí foi chama as outra muie. Ai ah...encheu a casa... ai ganhei a outra, ai já cortaro umbigo, já banharo vistiro ropa, já fizero ...ai povo bão... a muie fico doida que nunca tinha visto menina gêmea...”que coisa linda...duas meninas”... era povo bão naquela fazenda... (...) Ai cuidar de tudo... (...) ai fiquemo ali dois ano, ai mudamo pra outra fazenda pro mesmo dono, mesma fazenda encostado ali.. (...) dava (bom) a ente comia bem... a gente não tinha nada dentro de casa... (...) ai ficamos trabalhando, trabalhando, trabalhando aí não dava ia pra outra fazenda, ia pra outra fazenda, ficava mudando (...) mas dava pra come só (...) aquela época era pouca, aí fomo trabalha de café de colônia (...) antes meu veio era volante... mas a gente comia bem, não faltava mistura em casa... lá no norte era arroize , pa pa come arroz norte era a coisa mais difícil do mundo... lá era um dia pra coloca um arroz no fogo... lá era feijão com cuscuz com milho... muia aquele milho faze cuscuz com feijão... isso ainda que meu veio era trabalhado e não faltava tempero os outro coitado, era água e sal não tinha uma gordurinha um óleo ... ai chegou aqui era nossa era fartura era arroz, carne... era fartura que não faltava mistura de jabá que até comprava jabá, linguiça, não faltava mistura, era bom demais aqui. Comprava... criei meus fio no sítio mas graças a Deus fome nunca pássaro (TEREZINHA, 2015).

A fome, a pobreza e a morte rondam toda a história contada por D. Terezinha, e em meio a isso a esperança. É interessante observar que a morte de um filho no começo de cada jornada, era anúncio da pobreza e problemas que assolariam a seguir. Assim, a morte dos filhos é anunciada quando vai para o Maranhão, e também para o Paraná. Já, a gravidez de gêmeos que “vingou” a viagem do Ceará para Paraná, anunciava a bonança. A esperança de vida.

Embora sua narrativa tenha uma estrutura linear crescente e cronológica, ela conta as experiências de forma circular, onde acontecimentos sempre culminavam com a morte e nascimento de um dos filhos. Isso se torna mais significativo, se levarmos em consideração que naquele momento, ela vivia com o filho que sobreviveu a migração para o Paraná.

Para ela, a migração não tem nada de bonito ou romântico. Até mesmo, a cobiça por riqueza não aparenta encher os olhos: a miséria e o sofrimento eram tantos, que ter um pouco para comer já bastava. Tal fato pode ser observado pela afirmação constante de “não ter nada”, apesar do marido ser dono de um pedaço de terra. Entretanto, embora o ganho fosse pouco, e continuassem não tendo nada, ali não faltava mistura. Todos os filhos se criaram.

Novamente na narrativa de Terezinha os laços de solidariedade entre os trabalhadores da colônia são ressaltados como elemento aglutinador. Para ela, a relação que tinha com as outras mulheres foi um dos fatos mais importante para gostar do lugar, e lembrar com saudade das rodas de conversa em torno do fogo. O acolhimento das filhas gêmeas, a doação de roupas, a felicidade de receber novas crianças. Tudo isso consta nas memórias dessa trabalhadora, que

vê nos momentos de interação com outras mulheres que viviam nas mesmas condições, a continuidade das relações afetivas e hospitalidade que havia deixado no local de origem. Assim, ela constata que embora todos tivessem pouco, apenas o suficiente para comer nos momentos de necessidade, como na chegada de uma nova família ou de um novo bebê, essas mulheres e vizinhos saíam em ajuda. Roupinhas, panos, e até, auxílio com parto, cuidar da casa, fazer comida e serviço da casa. Todas estas ações concerniam a relação que Terezinha e o marido travaram na comunidade onde se instalaram. Coincidiam assim, com a época de fartura e de muita comida na mesa.

Constatamos que os laços de parentela, compadrio e mesmo amizade e vizinhança foram importantes nas estratégias que foram traçados no percurso da mudança para Norte do Paraná, pelo menos ao que se refere aos homens e mulheres que entrevistamos. Mesmo que se refira a experiências individuais, elas refletem o cenário cultural e social que estes trabalhadores migrantes viviam. Nossas fontes evidenciaram como essas relações ocuparam um papel de destaque dentro do campo de possibilidades dos trabalhadores pobres, camponeses e nortistas que vieram para o Norte do Paraná.

3.4 Lembranças da terra prometida: à guisa de conclusão.

Aqui era tudo mato, mato, a gente *morava lá embaixo*, em um rancho. Papai foi trabalhar na serraria do Sr. Alvino e depois na serraria do Rubens, lá embaixo. Na época não tinha nada, só monte de rancho, feito de madeira de segunda. Eu lembro que era meninona, andava de bicicleta, e eu carregava os meninos aquela Avenida Brasil, era aquela terra que arou. Não tinha nada de cidade aqui [atual núcleo urbano]! Só tinha Hotel Loanda, Hotel pra lá, o Hotel do Nishi. Ai lá de baixo, da serraria do Rubens, *no fim da cidade* eu olhava aquela ruona... [Avenida Brasil] de terra vermelha, era a coisa mais linda... Ai *eu subia de lá* de bicicleta até onde é hoje a praça, não tinha nada naquele tempo, era só arado, e gostava de ficar olhando *lá pra baixo* aquela terra vermelha, linda, linda, linda.... Ai eu descia correndo de bicicleta (NANA, 2012).

Você olhava assim era terra vermelha! Você passava na ropa ficava vermelho, era cada pau dessa grossura [fala abrindo os braços] hoje cabo tudo... [silêncio longo] agora acabou tudo.... (ZÉ MINEIRO, 2014).

8 mil pé de café... plantamo e colhemo sozinho eu e meu veio ... sozinho... aqueles peção de café (...) era muita fartura... foi aqui que as coisa começo a melhora...[...] nunca, nunca senti saudade do Ceará... [silêncio longo] nunca quis volta.... [silêncio longo] (TEREZINHA, 2015).

Embora a terra prometida não tenha sido como esperava para maioria dos nossos entrevistados, as memórias sobre o momento de chegada são baseadas na lembrança da

esperança que se relacionava a fertilidade da terra, a solidariedade, e a farta oferta de emprego. Dona Nana, lembra da brincadeira de criança e das ruas vermelhas. A terra roxa. Lembrada com saudade junto com as árvores, que seu Zé Mineiro ajudou cortar, e que ficaram apenas na memória. A região foi local dos pés de café enormes, onde a fome e a morte dos filhos deixaram de fazer parte do cotidiano de Terezinha.

A mudança para estes nortistas não foi fácil. Em todos os casos referiam-se a uma ação planejada previamente, e que se inseria nas possibilidades que eram apresentadas não apenas pelas determinações financeiras, climáticas, mas ainda, pelas redes de solidariedade que tinham e poderiam assim, fornecer informações seguras sobre o trajeto, o local onde se hospedariam, ou ainda, onde poderiam conseguir trabalho.

Migrar, para alguns de nossos entrevistados, não significava mudar-se definitivamente para outro lugar, com cultura e costumes muitas vezes diferentes. Depois de alguns anos, o marido de Terezinha quis voltar ao Ceará. Chegou a vender o café que colheu, juntar o dinheiro que tinha acumulado. Terezinha e os filhos bateram o pé. Disse que não iriam. *“Ele ainda voltou duas vezes pra ver a mãe que fico lá ... eu nunca vortei... lugar ruim... Deus me livre”* (TEREZINHA, 2015). Para Manoel, Zé Mineiro, Cora e Zé também era solução temporária. O objetivo era acumular dinheiro, para que pudessem ter melhores condições de origem na terra natal. Entretanto, acabaram ficando. Cora e Zé, chegaram a retornar duas vezes para a Bahia: a primeira vez porque o pai de Zé havia ficado doente, depois a mãe. Depois de um tempo, resolveram voltar para o Paraná.

Mesmo tendo ficado, alguns não permaneceram. Nossos entrevistados se referiram a compadres, irmãos, sobrinhos e amigos que foram embora. Retornaram ao local de origem, em outras condições do que haviam chegado.

Como vimos, os meios com que homens e mulheres eram atraídos ou trazidos para Paraná poderia envolver redes de direcionamento do Estado, interesses do Capital Imobiliário e Agrícola através de uma rede informal de aliciamento, e ainda, redes de parentela e compadrio. Nossos personagens, poderiam ainda se utilizarem de estratégias que englobavam todos estes elementos. O que sabemos é que no Paraná, ao longo dos anos 1950 e 1960 se instalaram e passaram a integrar uma nova rede de relações sociais e econômicas, que ao mesmo tempo anunciavam a modernidade, reproduziam costumes e culturas tradicionais ligadas a cultura agrícola e organização do trabalho.

Embora não constem na história oficial, homens e mulheres nortistas formaram a força de trabalho que foi utilizada principalmente nas duas primeiras décadas (1950 e 1960), período

em que foram realizadas a derrubada das matas e produzido o café. O modelo de trabalho, era baseado em antigos acordos calcados no autoritarismo e dependência patronal. O sistema de colonato, existente até década de 50 e extinto gradualmente após o surgimento do Estatuto do Trabalhador Rural foi um dos principais responsáveis pela atração da população mais pobre, principalmente nortista para região.

Com a nova legislação trabalhista, e a transformação do contexto econômico e social as colônias acabaram, mesmo antes da extinção do café com as geadas e a política de erradicação do café. O que levou ao esvaziamento da região e ainda, surgimento de diversos conflitos entre trabalhadores e empregadores.

No próximo capítulo discutiremos sobre as relações de trabalho dos nortistas nas décadas de 1950 a 1970, e os impactos do Estatuto do Trabalhador sobre as dinâmicas e estruturas produtivas no período.

CAPÍTULO IV - SOBRE AS RELAÇÕES DE TRABALHO: COTIDIANO, JUSTIÇA E MEMÓRIA SOBRE O TRABALHO

Fabiano recebia na partilha a quarta parte dos bezerros e a terça dos cabritos. Mas como não tinha roça e apenas se limitava a semear na vazante uns punhados de feijão e milho, comia da feira, desfazia-se dos animais, não chegava a ferrar um bezerro ou assinar a orelha de um cabrito. Se pudesse economizar durante alguns meses, levantaria a cabeça. Forjara planos. Tolice, quem é do chão não se trepa. Consumidos os legumes, roídas as espigas de milho, recorria a gaveta do amo, cedia por preço baixo o produto das sortes. Resmungava, rezingava, numa aflição, tentando espichar os recursos minguados, engasgava-se, engolia em seco. Transigindo com outro, não seria roubado tão descaradamente. Mas receava ser expulso da fazenda. E rendiase: aceitava o cobre e ouvia conselhos. Era bom pensar no futuro, criar juízo. Ficava de boca aberta, vermelho, o pescoço inchando. De repente estourava - Conversa. Dinheiro anda num cavalo e ninguém pode viver sem comer. *Quem é do chão não se trepa* (GRACILIANO RAMOS, 1930).

Apesar do trabalho duro e da labuta diária, Fabiano e sua família mal tinham o que comer. O desejo de ter uma “reze” de gado, juntar dinheiro, ter a cama de couro são planos que se colocam no horizonte destes trabalhadores. No forjar das relações de trabalho Fabiano compreende que o acordo com o patrão não é justo, se rebela, reclama. Mas são poucas as possibilidades apresentadas a ele e a sua família para negociar e lutar contra a exploração que viviam. Com medo de perder o trabalho, aceita, repensa no caso, se dignifica. *Quem é do chão não se trepa*.

Ao descrever as relações de trabalho entre Fabiano e patrão, Graciliano Ramos discute as formas e arranjos tradicionais que existiam entre trabalhadores e proprietários rurais nos anos de 1930. Nos dá indícios ainda de como eram as disputas entre empregados e empregadores em relação ao ajustes e acordos sobre as condições de trabalho.

Nesse tempo, ao qualificar as relações no campo era possível detectar variadas relações que iam além de empregadores e assalariados. *Meeiros, parceiros, porcenteiros, empreiteiros, volantes e colonos* faziam parte do universo das possibilidades de relações que estes trabalhadores poderiam empreender nos latifúndios e propriedades rurais. Estas formas variavam muito de um local para outro. Cada região tinha seus próprios “costumes” que regiam os direitos e deveres de trabalhadores e proprietários. Nestes arranjos, os trabalhadores poderiam receber como pagamento um salário – muitas vezes minguado –, uma pequena parte da produção, local de moradia dentro da propriedade, e/ou algumas vezes tinham o direito de plantar cereais para subsistência em um pedaço de terra. Neste sentido, o trabalho de toda a família – esposa e filhos - entrava no acordo que era definido e outorgado pelo patrão. Nessa

lógica, quanto maior o número enxadas (membros da família) maior poderia ser o tacho de terra a ser assumido pelo trabalhador.

No século XIX, estes arranjos e acordos vieram substituir gradativamente as relações baseadas na escravidão. Com a gradual comutação do trabalho escravo pelo assalariado, o contrato se tornou a forma de regulamentar as relações de trabalho entre proprietários e trabalhadores do campo. Nem sempre o “contrato” era celebrado e lavrado em cartório levando em consideração as leis vigentes, muitas vezes, era realizado “de boca”, entre proprietário e trabalhadores levando em consideração apenas o “direito costumeiro” e assim, tinha como garantia apenas a palavra do patrão e trabalhador como garantia.

Mesmo que ocorresse a celebração de um contrato manuscrito, isso não significava que os trabalhadores teriam estabilidade e suas cláusulas cumpridas e respeitadas integralmente. Embora esta tenha sido a forma mais frequente de estabelecimento das relações de trabalho após o fim da escravidão, no cotidiano dos latifúndios, o que podemos observar é manutenção de formas tradicionais de relacionamento marcado pela coerção, pressão e violência, herdeiras do escravismo (MEDEIROS, 2002, p.152).

A violência, coerção, conflitos e tensões faziam parte do cotidiano das relações de trabalho. Ao ouvir repetidamente as narrativas de homens e mulheres nortistas que se mudaram para região nos anos 1950 e 1960, percebemos como estes reconstruíram suas memórias e histórias, ora exaltando a tranquilidade e paz da vida bucólica, ora ressaltando relações marcadas pela subordinação, conflitos, incertezas e tensões. Embora se sentissem injustiçados e considerassem as condições de trabalho a que eram submetidos impróprias e penosas, muitos destes trabalhadores permaneceram na região na lide no campo por muito tempo. Percebemos que como o personagem Fabiano, nossos sujeitos tinham a consciência da exploração e das injustiças cometidas contra eles. Isso é fato!

Se eles sabiam que eram explorados, por que se sujeitavam a tais condições de trabalho?

Essa pergunta é difícil responder devido as peculiaridades das experiências de nossos personagens. E junto a esta questão se unem diversos outros questionamentos que foram sendo levantados ao longo da presente pesquisa. Entre o pão e a fome, existia uma linha tênue, onde estes trabalhadores faziam seus arranjos, escolhas, e assim, participavam das negociações que envolviam as relações produtivas. Estes homens e mulheres faziam parte do processo de acumulação de capital que se desenvolvia naquele local e, ao mesmo tempo em que produziam mercadorias, se faziam mercadorias que eram trazidos pelos paus-de-arara, empreiteiros e gatos aos latifundiários. Embora sujeitados, encontravam meios e lacunas onde podiam negociar,

burlar as regras locais, realinhar as condições de trabalho, e assim, garantir condições mínimas de sobrevivência. Neste aspecto, temos ainda que levar em consideração que existiam poucas alternativas para que estes trabalhadores tivessem acesso à terra. Assim, muitas vezes os sistemas de colonato, de parceria, de arrendamento e de empreita, eram as únicas formas de ter acesso à terra e aos meios de sobrevivência.

É neste horizonte que, no percurso da pesquisa, buscamos fontes que poderiam ter registrado a presença desses trabalhadores. Sem muitas expectativas, procuramos o Cartório Civil em busca de processos trabalhistas, e para nossa surpresa, fomos informados de um volumoso acervo de processos trabalhistas existente entre os anos de 1956 e 1980.

A leitura destes autos nos permitiu levantar uma série de questões sobre as relações/ condições de trabalho dos nortistas em Loanda e região, bem como conhecer as lutas e demandas desse grupo de trabalhadores. Posicionamos essa documentação judicial no conjunto das fontes anteriormente analisadas e, a partir de uma análise comparativa, identificamos semelhanças e permanências de traços essenciais sobre o cotidiano de uma população, que via de regra, foi marginalizada por grupos locais possuidores do poder.

Embora os autos consultados compusessem uma série irregular, é possível ler elementos importantes que envolvem ambiguidades, contradições, silêncios e temas conflitantes que envolviam os trabalhadores, os proprietários e a justiça. A irregularidade, pressupomos, deve-se ao incineramento de parte do acervo¹²¹, bem como a iniciativa dos responsáveis pelo acervo no período recente dificultaram o acesso aos autos. Apesar disso, foi possível formular uma série histórica que vai de 1956 a 1973, e somam um total de 103 autos trabalhistas que correram na Vara Trabalhista da Comarca de Loanda. O trabalho de triagem não foi fácil devido à quantidade de processos e a dispersão de informações que nem sempre eram precisas. Levamos ainda em consideração as partes que acompanham os autos, sendo elas: apresentação da reclamação pelo advogado da defesa – podendo ou não ser acompanhado de provas; intimação das partes; Redação da Audiência realizada pelo escrivão; caso não ocorra acordo amigável durante audiência pode ocorrer– junção de provas, intimação testemunhas e transcrição depoimento das testemunhas e /ou defesa do réu ou acusador realizada de forma escrita pelo advogado ou promotor público; e sentença juiz, seguida de audiência para leitura de detenção.

Assim, organizei e analisei essa documentação enfrentando essas dificuldades.

¹²¹ Embora tenha aumentado número de trabalhos que recorrem aos documentos judiciais como fonte de pesquisa, é perceptível descaso do governo brasileiro quanto aos acervos públicos, que não tem sido preservado, e incinerados constantemente. Quanto aos processos trabalhistas, a Lei Nº 7.627 de 1987 permitiu aos Tribunais Trabalhistas a eliminação de autos findos há mais de 05 anos, contando a partir da data de arquivamento.

TABELA 4 - Dados sobre número e tipo de trabalho constante nos autos judiciais

Ano	Rural	Rural/Urbano 1	Urbano 1	Total Geral
1956	21	1	1	23
1964	35	0	11	46
1966	4	0	2	6
1967	11	0	0	11
1968	7	0	3	10
1970	3	0	1	4
1973	2	0	1	3
Total	83	1	19	103

FONTES: Processos trabalhistas da Vara do Trabalho da Comarca de Loanda. Arquivo Cartório Civil, Comércio e Anexos da Comarca de Loanda. Elaborado pela autora.

Esta tabela nos permite problematizar dois dados: a distribuição do volume de processos por ano e a origem e tipo trabalho (rural/ urbano)¹²².

Quanto ao primeiro aspecto, nos chamou a atenção de que o maior volume de processos se concentrava em 1964, um ano após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural. Entretanto, é perceptível que existe uma queda expressiva nos anos seguinte, principalmente nos anos 1970.

Acreditamos que a ascensão e o decréscimo do número de processos não são resultados unicamente do descuido dos funcionários dos cartórios que sendo que não foram selecionados aleatoriamente os processos que deveriam ser descartados. Mas, este movimento reflete o contexto em que foi criada a Vara Trabalhista na cidade de Loanda, e depois é decretado o encerramento de suas atividades e transferência da instituição para outra cidade (Paranavaí) nos anos 1970.

A Comarca de Loanda foi criada em 1955. A partir do ano seguinte, passou a julgar pequenas causas civis, trabalhistas e familiares. Faziam parte da nova Comarca as cidades que compõe a microrregião do Noroeste do Paraná, sendo que a Comarca mais próxima era a de Paranavaí localizada à 90km de Loanda. Neste sentido, se reúnem nesta série autos referentes as disputas trabalhistas nas cidades de Loanda, Santa Isabel do Ivaí, Querência do Norte, Porto Rico, Porto São José, Nova Londrina.

Segundo as informações obtidas no cartório onde está guardado o acervo, durante um período era comum os trabalhadores buscarem a Justiça do Trabalho para resolver as disputas

¹²² Apresentamos levantamento mais completo realizado dos autos trabalhistas no anexo 07, P. 297.

com o patronato. Entretanto, estas denúncias se tornaram tão comuns que os trabalhadores que procuravam a Justiça do Trabalho começaram a ser ameaçados e perseguidos. Com o tempo, principalmente a partir da Ditadura Militar e seu enrijecimento¹²³ houve uma gradual diminuição da procura da Justiça do Trabalho pelos trabalhadores.

Para fugir desta perseguição alguns trabalhadores passaram a procurar comarcas de outras cidades para ajuizar suas reclamações (no caso dos trabalhadores da região de Loanda, frequentemente o destino era a cidade de Paranaíba). Essa era uma estratégia utilizada pelos trabalhadores para não ficarem “marcados” pela classe patronal da cidade de origem¹²⁴.

As pressões, chantagens e punições, surtiram efeito. No decorrer dos anos 1970, devido a pouca procura, a Vara do Trabalho de Loanda foi transferida para Paranaíba. Um dos antigos funcionários do Fórum (que na época trabalhava na Vara Trabalhista) nos contou que se o trabalhador fosse visto na calçada da Justiça do Trabalho, não conseguiria mais trabalho na cidade. Tirando os exageros presente na fala do cartorário, ao longo da leitura e análise quantitativa dos processos foi possível entrever essa situação de tensão entre trabalhadores e proprietários¹²⁵.

Neste sentido, acredito que as decisões e o conjunto de resultados alcançados ao longo do tempo, contribuíram inclusive para criar uma memória sobre as disputas vividas no período estudado. E também nas tradições que foram construídas sobre as relações de trabalho, tanto no campo como na cidade. Neste âmbito, embora nem sempre os trabalhadores tivessem sucesso quanto as demandas e denúncias levadas até o campo jurídico, se torna certo que existiu uma probabilidade de chegarem a um acordo que garantisse minimamente seus interesses.

É evidente que a maioria dos processos se referiam ao trabalho no campo. A exemplo do que ocorria no território nacional - era significativo o número de trabalhadores que se concentravam na zona rural realizando atividades voltadas para a lide no campo.

Em relação a isso, o Censo Demográfico produzido pelo IBGE em 1970, ao tocante a cidade de Loanda, indica que neste ano o total da população era de 19.280 habitantes, sendo

¹²³ Nos processos de 67, 68 e 70 alguns advogados ao realizarem a defesa de seus clientes inclusive citavam o papel subversivo do sindicato “nos anos de 1964”, quando os trabalhadores foram levados a se levantarem contra seus senhores e patrões exigindo direitos.

¹²⁴ Essa prática, de acordo com um dos cartorários do Fórum de Loanda, ainda é utilizada pelos trabalhadores.

¹²⁵ Além dos autos que faremos a análise e discussão neste capítulo - 1955 a 1973- foi ainda levantado e realizado a leitura dos processos dos anos 1980 e 1990. Nestes, constam apenas processos coletivos e individuais levantados principalmente pela classe dos bancários durante o processo de fechamento e demissões do Banco Bamerindos e Banestado. Deste conjunto de 02 séculos, existe apenas 02 processos movidos por trabalhadores braçais: um contra uma empresa frigorífica e outra contra fábrica e loja de móveis. Ambos na década de 1990.

10.774 moradores da zona rural e 8.506 da zona urbana¹²⁶. Estes dados, entretanto, não levaram em consideração a população que estava circulando na região, e que sazonalmente se deslocavam para a colheita do café e outras atividades no campo.

Neste sentido, chamamos atenção para o número significativo de trabalhadores (homens, mulheres e crianças) que foram mobilizados tanto no momento de desmatamento da região, como na formação e na produção do café. É grande o número de processos que se referem aos trabalhadores que foram contratados para a derrubada da mata e na sequência, permaneceram na propriedade para produção de café e cereais. Quanto a isso, uma pesquisa publicada em 1961 pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), indicava que só no Paraná neste ano, havia cerca de 1.455.253 trabalhadores diretamente ligados a produção do café.

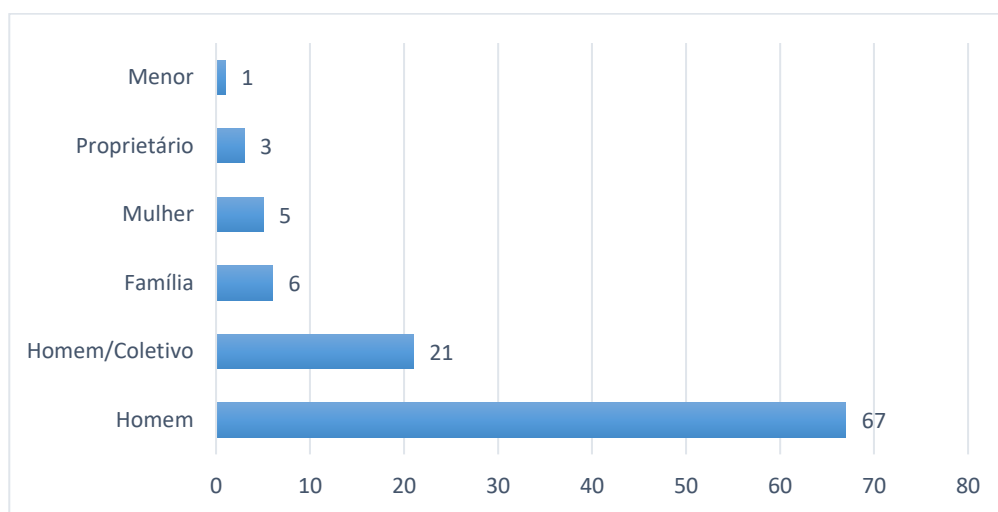
Parte dos trabalhadores que realizavam suas atividades nas cidades (em sua maioria serrarias e trabalhos domésticos nos hotéis da cidade), as vezes se ligavam inclusive a atividades extrativas, agrícola e rural que envolvia o processo de capitalização da terra. Embora alguns trabalhadores tenham acionado a Justiça do Trabalho como trabalhadores urbanos, esta não foi condição permanente. Os trabalhadores podem ter realizado um deslocamento frequente entre o campo e cidade. Estreitando os laços entre o campo e a cidade, tendo mudado pontualmente conforme a disponibilidade de trabalho. Por isso, por vezes, mesmo nos autos que se referiam a atividades consideradas urbanas, o trabalhador identificava-se, na maioria dos casos, como lavrador.

Quanto a isso, é possível averiguar que a maioria dos reclamantes se qualificavam como lavradores. Dos 103 processos consultados no período dos anos de 1950 aos anos de 1970, anotamos que 81% se declararam lavradores. Há um caso em que o trabalhador realizava atividade mista – era contratado para trabalhar em posto de gasolina, mas que esporadicamente também realizava serviços na propriedade rural do patrão. E que assim, se declarava como lavrador.

¹²⁶ A partir da década de 1980, a cidade (e região) teve aumento da população urbana em relação a rural e uma queda no número de habitantes. Em 1980, em Loanda a população era de 19.458 habitantes, sendo 12.771 da zona urbana e 6.887 na zona rural. Em 1991 a população total caiu para 17.775, sendo 12.305 moradores da cidade, e 3.452 do campo. Em 2000 a população volta a crescer, atingindo total de 19.464 habitantes, sendo 16.948 moradores da cidade e 2.601 do campo. Destes dados é sintomático a diminuição da população rural que em apenas uma década caiu pela metade, e da própria população geral. Embora Loanda tenha conseguido recuperar número de habitante devido a implantação polo industrial de metais sanitários nos anos 2000, outras cidades da região no decorrer dos anos 1970 perderam mais da metade da população, mantendo essa média até tempo presente, como é o caso de Santa Isabel do Ivaí que tinham em 1972 11.191 habitante – 15.591 rural, 5.600 urbana – e em 2000 passou para população total de 9.157 – 6.771 urbanos, e 2.383 rural. Dos 15 municípios jurisdicionados pela agência do IBGE de Nova Londrina, as únicas cidades que tiveram retomada de crescimento populacional nos anos 2000 foram os municípios de Loanda, Amaporã e Paranaíba todos os outros (Diamante do Norte, Guairaça, Itaúna do Sul, Nova Londrina, Marilena, São Pedro do Paraná, Porto Rico, Porto São José, Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Terra Rica.

Quanto a composição social por sexo dos sujeitos que acionavam a justiça, em sua maioria eram homens. Por vezes, as mulheres (esposas e filhas) eram citadas ou arroladas como testemunhas dentro dos processos. Entretanto, são poucas que aparecem como reclamantes ou mesmo testemunhas. No conjunto da série, em relação a distribuição por categoria e sexo temos os seguintes dados:

GRÁFICO 9 - Levantamento por categoria/sexo: números reais



FONTES: Processos trabalhistas da Vara do Trabalho da Comarca de Loanda. Arquivo Cartório Civil, Comércio e Anexos da Comarca de Loanda. Elaborado pela autora.

Nesta divisão optamos por organizar para além do sexo (homem e mulher) outras categorias: criança, coletivo (grupo de homens) e família (em que o chefe da casa aciona a justiça exigindo direitos em nome dos filhos e esposa). Consoante a estes dados, todos processos movidos por grupos familiares, eram relacionados ao trabalho no campo. E que os processos movidos diretamente por mulheres, com exceção de um, o restante referia-se a atividades domésticas.

No total (coletivos e individuais) analisamos 92 processos que foram acionados por homens. Sendo que seis se referiam ao conjunto da família, e assim, contabiliza filhas e esposas, que realizavam atividades domésticas e do campo ao lado do marido, filhos e pais – como referido em vários dos autos processuais. Cinco autos foram acionados unicamente por mulheres. Totalizando desta forma onze processos com presença de mulheres (6 processos familiares, mais 5 individuais).

A frequência menor do número de mulheres que denunciavam ou acionavam a justiça, talvez se deva a relação de subordinação aos homens da casa. Mesmo que as mulheres realizassem atividades ao lado dos pais, filhos ou maridos, frequentemente quem celebrava o

contrato, ou assumia a empreita ou parceria, era o homem. Entretanto no ato da contratação era contado o número de enxadas que a família disponibilizaria para o trabalho, o que incluía esposa e filhas. Isso não significava que, essas mulheres não tenham assumido a liderança nas relações de trabalho. Trabalhadoras como Laudelina que citamos nos capítulos anteriores, em alguns processos se apresentavam como trabalhadoras que realizaram acordos e contratos de empreita, de parceria ou colonato após se tornarem viúvas ou terem que assumir a responsabilidade da casa.

Nos autos que reuniam o conjunto familiar, era comum que o trabalho realizado pela esposa e filhos fosse desqualificado pela defesa do reclamado, e até mesmo, pelos representantes judiciais que em suas sentenças quando favoráveis, contavam apenas as exigências elencadas pelo trabalho do homem. Neste sentido, embora fosse provado que filhos e esposas participassem das atividades no campo, estes eram desconsiderados por fazerem parte dos arranjos que o trabalhador necessitava realizar para cumprir com os deveres e trabalho assumido.

Além destes dados mais gerais, os processos trabalhistas traziam algumas referências sobre trabalhadores e proprietários como: estado civil, local de moradia, idade. Quando era coletado o depoimento pessoal, neste era indicada a origem do reclamado e do reclamante.

Embora não possamos precisar o número de trabalhadores nortistas entre os autos consultados - pois nem todos têm referência ao local de origem dos reclamantes - podemos indicar que eram a maioria, principalmente no que se refere ao trabalho rural. Essa afirmação assenta-se nos indícios e pistas espalhadas pelos autos onde advogados e promotores que ao fazerem defesa dos trabalhadores citam uma maioria de trabalhadores analfabetos e simples, de origem nortista que realizavam o trabalho pesado no campo. Ou ainda, no interior dos processos coletivos e/ou depoimentos de testemunhas que se referem aos sujeitos identificados pela origem (baiano, pernambucano, etc.).

Nestas trajetórias e narrativas, é possível entrever a reprodução de tensões e conflitos que envolviam os personagens estudados neste trabalho, que também tinham como cenário de luta a Justiça do Trabalho.

É certo que a maioria dos trabalhadores não recorriam a Justiça Trabalho a fim de resolver os conflitos travados no campo de suas relações de trabalho. Nenhum dos nossos entrevistados citaram que alguma vez, teriam recorrido a justiça, embora em diversos momentos narram ter sofrido injustiças, e afirmara ter passado por momentos de tensão e conflito com seus patrões e mandatários. Tal fato poderia ser explicado por uma gama de motivos: a

necessidade de se manter no trabalho para manter família; a aceitação de uma cultura onde frequentemente as regras eram ditadas pelo patrão; a preferência por buscar outro trabalho nos momentos em que era abundante a oferta de trabalho; ou ainda, medo de jagunços e administradores que coagiam os trabalhadores a aceitarem certas determinações – expulsão da terra, sequestro da produção, não pagamento (conforme o combinado). Todas estas explicações foram listadas em diferentes momentos pelos trabalhadores.

Quanto a isso, tal fato não era uma novidade apenas na região. Ao realizar levantamento das lutas empreendidas pelos trabalhadores do campo desde os anos 1940, Medeiros (1989), considerou que:

Além das lutas pela terra, que se tornaram uma forte marca dos anos 50, as lutas salariais também persistiram, apesar da aparente diminuição do número de greves, se considerarmos como parâmetro as que foram registradas para o final dos anos 40 e início dos anos 50. Ao que tudo indica apesar das greves não serem, então, a forma predominante de luta, permaneceu viva a demanda pelos direitos entendiam-se os já assegurados aos assalariados urbanos através da CLT: carteira profissional, jornada de oito horas no máximo, proibição de descontos (especialmente o referente a descanso semanal e moradia), pagamento em dinheiro e não em gêneros; descanso semanal remunerado, liberdade de organização, etc. O caminho seguido era o da Justiça do Trabalho (MEDEIROS, 1989, p. 44).

Quando estes trabalhadores recorriam a lei?

Percebemos que para estes trabalhadores ao mesmo tempo que o aparato da Justiça do Trabalho era representativo dos interesses do Estado que controlava, excluía e/ ou enquadrava o trabalhador, também era um campo de lutas, utilizado para resolver seus conflitos. Os trabalhadores – principalmente do campo, e que até 1963 não tinham leis que regulamentavam seu trabalho – se apropriam da Justiça do Trabalho como forma de resolver tensões e conflitos que não conseguiam resolver sozinhos. E em determinados momentos, quando o Estado se encontrou sequestrado pela ditadura civil-militar, se tornou único campo de luta por direitos. Assim, quando se sentiam expropriados de seus direitos, ou lesados nos acordos estabelecidos com o patrão, recorriam a Justiça do Trabalho.

Quanto aos trabalhadores rurais, devemos nos recordar que estes tiveram seus direitos assegurados apenas nos anos 1960. Embora com o golpe de 1930, o Estado tenha passado por um momento de reorganização e centralização do poder, as oligarquias agrárias não foram alijadas de seu poder, mantendo-se representadas no congresso. Fato que permitiu assegurar o controle sobre a posse da terra, a manutenção e domínio sobre as relações de trabalho.

Mantendo os trabalhadores rurais à margem de uma série de direitos políticos conquistados pelos operários urbanos desde a década de 1930 (MEDEIROS, 1989).

Mediante as pressões das oligarquias latifundiárias e as disputas dos grupos econômicos, que se estabeleceram no processo de construção e consolidação da CLT em 1943, os trabalhadores rurais foram excluídos dos direitos elencados e estabelecidos para trabalhadores urbanos. Segundo a Lei:

Os trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas á agricultura e á pecuária, não seja, empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respetivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais (BRASIL, 1943, *on line*).

A tensão existente no texto da lei perpassaria a construção sobre o significado do trabalho, e das lutas que foram empreendidas por trabalhadores rurais ao longo do século XX. Essa exclusão não foi, contudo, total e indiscutível. Essas disputas encontraram espaço inclusive na atuação de juízes, promotores e advogados, que à revelia do que era tradicionalmente direito dos trabalhadores urbanos e rurais, reconheceram a causa dos trabalhadores rurais e colocaram em cheque os mecanismos tradicionais do patronato no campo (LINHARES, 1999, p.128).

Neste âmbito, se tornou comum que a defesa e a pena dos autos fossem compostos de argumentações que o situam no campo e defesa da Justiça Social. Este fato pode ser observado na série documental consultada principalmente na montagem dos autos, onde mesmo os trabalhadores rurais sendo excluídos do alcance da CLT, muitos advogados e promotores continuavam a incluir nas demandas e exigências pagamento de 13º salário, férias, indenização.

Mas não apenas os trabalhadores rurais buscavam a Justiça do Trabalho. Os trabalhadores urbanos (que muitas vezes realizavam atividades mistas) também viam na justiça uma forma de resolver os conflitos de trabalho. Nos chamou a atenção que grande parte dos processos de atividades urbanas, eram de trabalhadores de serrarias, que inclusive tinham uma relação de trabalho parecida com a dos trabalhadores rurais. Em alguns casos, constatamos que as serrarias também mantinham colônias, onde moravam os trabalhadores. Além da moradia, estes trabalhadores poderiam ainda receber parte do pagamento em suprimentos, ou ainda, quinzenalmente receber a permissão de compra nas mercearias locais. Além de que, muitas serrarias eram de proprietários rurais, que estabeleciam o comércio como forma de capitalizar

a reserva de mata em suas propriedades rurais, tratando a madeira que era vendida, frequentemente para o Estado de São Paulo.

Entretanto, tanto os trabalhadores rurais quanto urbanos e mistos, em alguns processos consultados, justificavam que após diversas tentativas de negociação diretamente com o patrão ou o dono da terra, haviam procurado a “lei”. O acionamento da Justiça do Trabalho ocorria após os trabalhadores serem compelidos pelos mandatários (que poderia ser patrão, administradores ou jagunços) a “procurarem seus direitos”. De uma forma ou de outra, podemos perceber que a Justiça do Trabalho poderia ser uma forma destes trabalhadores conseguirem obter qualquer proteção contra mandonismos ou interesses dos latifundiários.

É neste contexto que temos o forjar das lutas a que se referem os autos trabalhistas que analisamos a seguir.

4.1.1 Arranjos, acordos, emprego e a disputa pelos sentidos e identidade do trabalho rural.

DOCUMENTO 11- Ficha Criminal - Inquérito Policial da Comarca de Loanda nº 69 de 1967
- anexo Processo Trabalhista nº 39 de 1967



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DELEGACIA DE POLÍCIA

LOANDA, 7 de NOVENBRO de 1967

Estado do Paraná

QUALIFICAÇÃO

Nome JORGE ANTONIO DA SILVA
Vulgo _____
Filiação ANTONIO DA SILVA e MARIA CONCEIÇÃO DA SILVA
Natural de PETROLINA - Estado de Pernambuco
Côr morena Instrução analfabeto
Cabelos ondulados pretos Profissão lavrador
Olhos pretos Estado Civil solteiro
Nariz chato Idade 27 anos
Bôca média Altura 1,70 metros
Dentes bons Bigode aparrados
Sinais particulares _____
Residência Ribeirão Taquara - Neste Município
Motivo da Detenção _____

Jorge Antonio da Silva
Assinatura do Qualificado

[Assinatura]
Assinatura do Funcionário

FONTE: Acervo do Cartório Civil, Comércio e Anexos da Comarca de Loanda.

DOCUMENTO 12 - Ficha Criminal - Inquérito Policial da Comarca de Loanda nº 69 de 1967
- anexo Processo Trabalhista nº 39 de 1967.

4
1967

VIDA PREGRESSA DO INDICIADO:

Nome:- JORGE ANTONIO DA SILVA
Filiação:- Antonio da Silva e Maria Conceição da Silva
Viveu em companhia dos Pais até 18 anos

Teve tutores, viveu em sua companhia? não
Frequentou escola até não frequentou
Trabalha? sim Data em que começou a trabalhar? 18 anos de idade
Qual a profissão que exerce? lavrador
Já foi processado? não Qual o crime? nenhum

Situação econômica: não possui

Vícios que possui?: fuma

É casado? não Tem filhos? não Quantos? nenhum Onde e como vivem?

Frequentou a escola? não É arrimo de parentes?

Estado de ânimo antes e depois do crime:

Outras informações

de de 19
Delegado de Polícia

SSP - 11 - 5.000 - 1/67

FONTE: Acervo do Cartório Civil, Comércio e Anexos da Comarca de Loanda.

A imagem acima é parte dos documentos anexos em um dos autos trabalhistas levantados na Comarca de Loanda. A defesa do proprietário anexa o Inquérito e Ficha Crime que qualificava o trabalhador nos momentos antes de sua prisão em 1967 como prova cabal das más intenções do trabalhador em relação ao patrão que era proprietário rural.

O processo trabalhista Nº 39/1967 do Cartório Civil, Comércio e Anexos da Comarca de Loanda é representativo do conjunto das ações consultadas. Tal processo apresenta o contexto e reclamações que são similares à vários outros consultados. Entretanto, o selecionamos por conter um conjunto de peculiaridades que nos chamou atenção, como a defesa, as provas apresentadas pelo advogado de defesa e defesa realizada pelo Promotor Público.

Jorge Antônio da Silva, nasceu em Petrolina, Pernambuco em 1940. O filho de Antônio da Silva e de Maria Conceição da Silva, aos dezoito anos resolveu tentar a sorte. Não se sabe ao certo, mas provavelmente nessa idade teria seguido uma das turmas que foram contratadas para cortar madeira ou trabalhar na lide do cafezal no Paraná. Esse fato pode ser deduzido pelas várias fontes pesquisadas sobre trabalhadores que haviam se deslocado de Petrolina para região alguns anos antes.

Sabemos que ele nunca frequentou a escola, e apesar de desenhar as letras do seu nome, Jorge se declarava analfabeto e lavrador. Trabalhava na profissão desde os dezoito anos. Em 1967, tinha completado 27 anos. Naquela altura era solteiro e não tinha filhos. Pobre, não possuía bens, poupança ou qualquer propriedade. Por isso, ao ser questionado sobre situação econômica o trabalhador apenas identificou: não possui. Segundo testemunhas que falaram a favor do trabalhador, apesar de gostar das “*reisadas*” era um bom homem, honesto, bom trabalhador, calmo e pacífico. E até o momento, nunca havia sido fichado na polícia ou cometido qualquer crime. “Para o pobre, só restava o nome e a dignidade”. O que havia sido tirado pelo patrão naquele dia como explicou o promotor que realizou a defesa de Jorge Antônio da Silva.

Jorge Antônio foi fichado na polícia no dia 07 de novembro de 1967¹²⁷, no mesmo dia em que foi demitido. O inquérito policial, apoiava-se no Art. Nº 5ª, inc. II do Código do Processo Penal¹²⁸; nele pode-se ler a acusação de que o trabalhador (indiciado) havia trocado

¹²⁷ Inquérito Policial nº 79 de 07 de novembro de 1967 da 28ª Delegacia Regional de Polícia de Loanda. Secretaria de Segurança Pública, Estado do Paraná.

¹²⁸ CPP - Decreto Lei nº 3.689 de 03 de outubro de 1941. Art. 5o Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado: II - mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo. § 1o O requerimento a que se refere o no II conterá sempre que possível: a) a narração do fato, com todas as circunstâncias; b) a individualização do indiciado ou seus sinais característicos e as razões de convicção ou de presunção de ser ele o autor da infração, ou os motivos de impossibilidade de o fazer; c) a nomeação das testemunhas, com indicação de sua profissão e residência. § 2o Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia. § 3o Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito. § 4o O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado. § 5o Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

um cavalo, dado estadia a diversas vezes a tropas de gado no sítio onde trabalhava e vendido alguns litros de leite no curral sem a permissão do proprietário (a vítima). A acusação foi realizada logo após Jorge ter ameaçado o patrão de denunciá-lo à Justiça do Trabalho após sua demissão sem justa-causa.

Não tivemos acesso a pena e fechamento do inquérito criminal, pois como prova apresentada pelo advogado de defesa do proprietário foram juntados ao processo apenas a ficha criminal e denúncia realizadas na delegacia de polícia ¹²⁹. Mas sabemos que seis meses depois, Jorge continuava preso na cadeia pública de Loanda¹³⁰. Mesmo preso, Jorge acionou a Justiça do Trabalho exigindo uma série de direitos: pagamento de 39 salários retidos¹³¹, férias, 13º salário, aviso prévio e indenização. Na versão contada por ele, afirmava que foi contratado em 1964 como retireiro¹³². Cuidava de gado – fazia partos, curava, vacinava, alimentava e tirava leite das reses e entregava na cidade. Além disso, cuidava de dois cavalos e um burro. Um dos cavalos era arredio (provavelmente o que usava para entregar leite), inclusive o patrão havia manifestado o desejo de troca-lo por outro mais manso. Mediante a possibilidade do negócio e a permissão do patrão fez a troca.

A transcrição do depoimento de Jorge realizada pelo escrivão é confusa quanto a ordem dos acontecimentos. No depoimento prestado no dia da audiência, Jorge explicou que o combinado com patrão era receber moradia, comida, roupas, sapatos e um salário mínimo (pago conforme o costume da região). Entretanto, no período que trabalhou na propriedade não recebeu salário. Não sabia explicar se as despesas que eram pagas pelo patrão eram descontadas do valor do salário. Afirmou ao promotor que pegava mercadorias na “Casa Gaúcha”. Pequenas despesas como açúcar, óleo, sal, fósforos, fumo. Em determinado momento, Jorge ficou doente. O patrão pagou as despesas com médico e farmácia. Em outro momento, o patrão lhe deu um cheque para comprar uns móveis velhos para casa do sítio: um colchão velho, uma cama, uma mesa de quatro pés e duas cadeiras. Todas estas despesas esporádicas pagas pelo patrão constavam nos autos, provadas com notas assinadas em punho pelo trabalhador e guardadas pelo proprietário.

¹²⁹ Procuramos a delegacia de polícia de Loanda, nos informaram que os inquéritos policiais mais antigos haviam sido incinerados durante um incêndio.

¹³⁰ No ato de leitura da sentença, existe nota falando sobre a não realização da audiência devido ausência do juiz e a não presença do presidiário.

¹³¹ Auto Reclamação Trabalhista. Nº 39 de 13 de novembro de 1967. Cartório Civil, Comércio e Anexos da Comarca de Loanda.

¹³² Retireiro pode ser tanto companheiro pecuário, que retira o leite e faz ordenha de bovinos, como habitante ou pessoa que vive na fazenda.

O patrão de Jorge em seu depoimento, afirmou que o empregado era indisciplinado, teimoso, preguiçoso e por diversas vezes tinha desacatado suas ordens, causando grande prejuízo. Para ele Jorge era um homem rude e mal-educado no trato com ele e sua esposa. Mas apesar disso, o havia mantido por muito tempo sob suas ordens. Disse que o trabalhador gostava de reisadas. E por isso, no começo do ano saía atrás da folia de reis e dormia fora da propriedade deixando o gado sem água e comida. Quanto ao contrato estabelecido, o proprietário explica que além de pouso, comida (marmita preparada pela esposa), roupas e sapatos, no primeiro ano havia dado um alqueire de terra ao trabalhador para plantar cereais, mas que o mesmo não havia procedido o plantio. Depois disso, foi dado ao trabalhador parte do leite retirado, e do gado cuidado, além do pagamento mensal que deveria fazer no final do ano.

O trabalhador admite que, por vezes, vendia leite no curral, e foi repreendido pelo patrão por essa prática. Assumiu também que ficava com o pouco dinheiro que conseguia com a venda do leite. Assumiu que por três vezes deu pouso para boiadas e em troca recebeu um “agrado”, mas que não cobrou a diária como acusou o patrão. Todos estes atos considerados ilícitos, eram estratégias que o trabalhador articulava para conseguir algum dinheiro, já que aparentemente seu salário apenas dava para as despesas mínimas.

Dos arranjos realizados entre trabalhador-empregador, o proprietário assume que nunca pagou férias ou 13º salário. E que o pagamento dos anos de 1966 e 1967 foi realizado em parte em mantimentos, e outra parte ficado por conta o aluguel do pasto que o empregado havia realizado sem sua permissão. Mas não toca no assunto dos salários. Apenas afirma que quando o trabalhador o procurou para ajustar o salário do próximo ano (1968), ofertou o pagamento de trinta e cinco cruzeiros referentes 1966 e 1967, e sessenta e seis cruzeiros para o ano de 1968. Jorge não aceitou, exigiu quarenta cruzeiros. O patrão alegou que a diferença ficava por conta dos alugueis de pasto não repassado.

Após a contenda o trabalhador foi despedido. E aí retornamos ao início dos acontecimentos. Na reclamação trabalhista o promotor narra que indignado com a dispensa, Jorge exigiu do patrão o que era seu por direito: o salário pelo tempo de serviço. O patrão, antes de efetuar o pagamento, segundo a lei deu ingresso na Delegacia Regional de Polícia com Inquérito Crime contra o trabalhador, que foi autuado e preso. E em nenhum momento citado no processo se os 35 cruzeiros foram pagos.

A história de Jorge é rica em detalhes e registra aspectos importantes sobre as relações de trabalho naquele lugar e período. O auto trabalhista além de conter o rito sumário composto pela denúncia, ata da audiência, mandatos, depoimentos (das testemunhas, do reclamado e

reclamante), sentença, ainda traz o inquérito policial, que informa um pouco mais sobre este trabalhador.

A intervenção dos diferentes sujeitos presentes no processo: o trabalhador, o proprietário, o escrivão, o juiz, o promotor público, os advogados de defesa e acusação, as testemunhas e o delegado de polícia. Longe de querer julgar a ação de qualquer um dos sujeitos envolvidos, ou assumir um único discurso como verdadeiro, procuramos olhar para as diferentes narrativas a fim de compreender quais eram as disputas, conflitos e tensões que ali eram construídas, não especificamente no processo que envolveu o retireiro, mas o conjunto de trabalhadores no período estudado.

Observamos no auto uma série de enfrentamentos que se colocaram ao longo da contenda judicial: a luta pela comprovação da relação empregatícia; a qualificação do trabalhador pelo promotor, pelo advogado de defesa e por ele mesmo; e as disputas em torno do que seriam os direitos do trabalhador. Estes enfrentamentos não são algo exclusivo deste processo. Assemelha-se a muitos outros, onde constatamos diferentes pontos de vista, quanto às relações de trabalho existentes no campo e os sujeitos envolvidos.

Na primeira audiência, o advogado do reclamado (proprietário) defende que a reclamação era inconsequente e infundada. Nos autos judiciais, a defesa do proprietário se baseou em dois argumentos: a) nos primeiros anos Jorge havia realizado serviços esporádicos como trabalhador volante, o que não se caracterizava como relação empregatícia – e por isso, não tinha direito as exigências cabíveis ao trabalhador rural como previsto no Estatuto do Trabalhador Rural e menos ainda na Consolidação das Leis do Trabalho; 02) o trabalhador teria realizado durante o período de 1966, atividades julgadas ilícitas, e assim, o advogado de defesa tentou o desqualificar quanto ao serviço que foi contratado, e por isso, alegava que Jorge recebeu demissão por justa causa (embora o advogado tenha negado que existisse o vínculo empregatício).

Na disputa entre Jorge e seu empregador podemos entrever tensões e conflitos que vão além do caso isolado deste trabalhador. Tanto na defesa como na acusação, o promotor e o advogado de defesa, em sua arguição fazem uso do contexto mais complexo, que se refere as disputas sobre a definição da relação empregatícia, dos direitos do trabalhador rural segundo o Estatuto do Trabalhador Rural e a Consolidação das Leis do Trabalho.

No memorial apresentado pela acusação e defesa, ambos tentam comprovar ou desqualificar os laços empregatícios. O promotor através dos depoimentos tenta demonstrar que o trabalhador realizava serviços frequentes, que o definia e qualificava como trabalhador rural

mantendo relação empregatícia como definidas pelo Estatuto do Trabalhador Rural. Assim, a ação do empregador ao levantar inquérito policial e a negativa do pagamento dos salários era uma ofensa e violência contra o trabalhador e direitos garantidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural. (Salário mínimo, 13º salários, etc.).

O advogado de defesa, tenta desqualificar o trabalhador indicando que sua relação era limitada a atividades esporádicas, devido ao pouco trabalho e a prestação de serviços a terceiros (com a permissão do patrão). De acordo com a legislação vigente em relação ao trabalho no campo, as atividades esporádicas não caracterizavam laços empregatícios. Por isso, o advogado de defesa considerava que as exigências realizadas por Jorge que evocavam o Estatuto do Trabalhador Rural eram infundadas. O advogado, argumenta usando os próprios dispositivos do Estatuto do Trabalhador Rural:

DOCUMENTO 13 - excerto da defesa realizada pelo advogado do proprietário. Processo Trabalhista nº 39 de 1967, p.51

Aliás, comentando o art. 6º do Estatuto do Trabalhador Rural, diz o Dr. Aluysio Sampaio: " Observações. Contrato de trabalho rural provisório, avulso ou volante é aquele de caráter temporário, celebrado tendo em vista circunstâncias passageiras, em especial para atender à execução de serviços que excedam às possibilidades da equipe de trabalhadores permanentes de um estabelecimento. É o que se dá, por exemplo, nas épocas de safra.

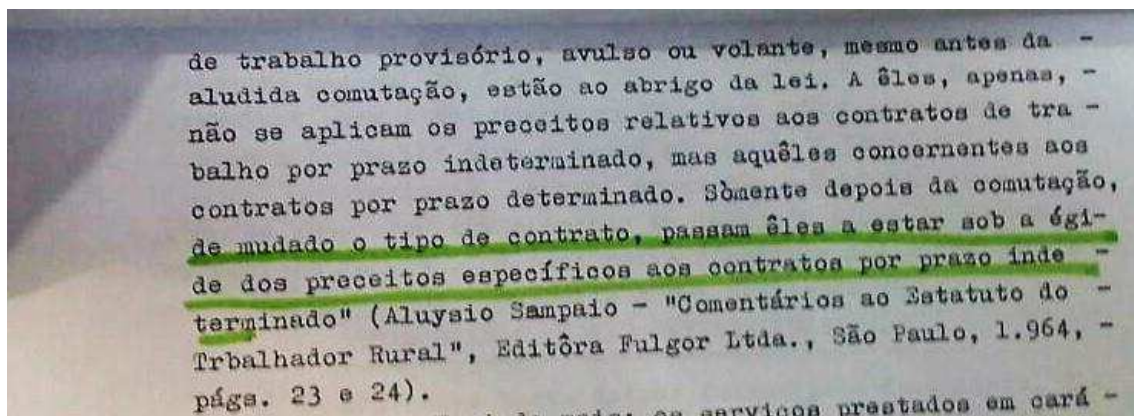
Bem examinada a natureza de tal contrato de trabalho provisório, avulso ou volante, conclui-se não passar ele de um contrato por prazo determinado, com o seu termo dependente da execução de determinado trabalho ou condicionado à ocorrência de certos acontecimentos (hipóteses previstas no art. 67). No contrato de trabalho provisório, avulso ou volante é menos certo o seu termo do que naqueles em que se fixa a data de sua resolução.

A fim de evitar injustiças e fraude à lei, o artigo comentado dispõe que no caso de tais contratos ultrapassarem um ano, incluídas as prorrogações, o trabalhador será considerado permanente. Em outros termos, o contrato transforma-se, definitivamente, em contrato por prazo indeterminado, com todos os seus consectários legais. É uma nova hipótese de comutação do contrato.

Não é demais salientar, porém, que os trabalhadores rurais vinculados a empregador rural por um contrato

FONTE: Acervo do Cartório Civil, Comércio e Anexos da Comarca de Loanda. Grifo nosso.

DOCUMENTO 14- Excerto da defesa realizada pelo advogado do proprietário, Processo Trabalhista nº 39 de 1967, p. 52.



FONTE: Acervo Cartório Civil, Comércio e Anexos da Comarca de Loanda. Grifo nosso.

A arguição em ambos os casos (defesa e acusação), recaía na multiplicidade de formas que ocorreram os arranjos e acordos que foram tratados entre Jorge e o patrão ao longo do tempo.

Ao longo de quatro anos Jorge realizou uma série de atividades laborais na propriedade rural do empregador. Entretanto, as formas de pagamento e os arranjos realizados entre ambos foram variando ao longo do tempo. De volante á morador do sítio, Jorge recebia salário misto, em forma de mercadorias, *in natura*, pedaço de terra para produção agrícola, moradia e pequenas quantias de dinheiro (diárias). A cada novo “contrato de boca” estabelecido de tempos em tempos, um novo arranjo era combinado entre trabalhador e empregador. Sendo frequentemente modificados, estes acordos e incluíam novas demandas, formas de pagamento, ou deveres e direitos de ambas as partes segundo os interesses do proprietário e da demanda de trabalho. Desta forma, estes tipos de acordo entre trabalhadores e proprietários, muitas vezes eram o motivo da manutenção da miséria dos trabalhadores.

Assinalamos que a historiografia tratou desse tipo de acordo, que nem sempre incluía pagamento em espécie (BORGES, 2000; SILVA, 2001; INÁCIO, 2009). Entre as várias formas que poderia ocorrer, esse tipo de acordo que ficou conhecido “por trama”, e não envolvia moeda (INÁCIO, 2009), mas se referia a uma relação de troca - de moradia e suprimentos em troca de dias de trabalho, relação comum entre camaradas e agregados. Esse tipo de relação permitia maior poder de negociação com o proprietário, sendo que o acordo era realizado de forma verbal e pessoalmente entre as partes.

Em uma tentativa de explicar as relações de trabalho que envolviam a relação de camaradagem e agregados, Silva explica que:

Camarada era qualquer trabalhador que fizesse um ajuste de trabalho com outrem para prestação de serviços na lavoura, pecuária, empreitadas de

viagem e serviços domésticos. Mesmo que as relações de trabalho estabelecidas em lei fossem assalariadas, o salário não se tornava uma relação social, mas apenas uma relação contábil, porque nunca chegava às mãos do trabalhador, que estava constantemente endividado (SILVA, 2001, p. 41).

Jorge, como tantos outros presentes nos processos consultados, ou no hall de nossos entrevistados, relatou situações semelhantes. Embora o salário mínimo tenha se tornado obrigatório com a CLT de 1942 (entretanto, no seu art. Nº 07, excluiu os trabalhadores rurais), e depois com o Estatuto do Trabalhador Rural, as relações de trabalho que estudamos, iam além de um contrato que envolvia prestação de serviços e salário pago em espécie. Buscando formas de sobreviver, muitos trabalhadores aceitavam arranjos e acordos, que não eram lucrativos e significavam uma subordinação ao proprietário. Inácio (2009), alerta que embora a historiografia tenha reduzido as relações de camaradagem a subordinação, este modelo incluía certas dinâmicas que garantiam determinada liberdade ao trabalhador.

No caso de Jorge, podemos observar que embora ele não recebesse salário, ele realizava arranjos, fazia bicos e atividades “por fora”, como vender leite na mangueira, trabalhar realizando pequenas atividades para outro fazendeiro como forma de complementar a renda, e obter assim, algum dinheiro para atender as suas necessidades que não eram supridas pelo patrão. Mas isso, não quer dizer que Jorge não tinha consciência de que ele tinha direito ao salário mínimo, ou mesmo que o salário em espécie fosse uma expectativa para este trabalhador. Ao ser despedido de forma injusta, Jorge não hesitou em procurar a Justiça do Trabalho, e exigir o pagamento em espécie que não havia sido realizado ao longo dos quatro anos que prestou serviço ao patrão.

Essa disputa não é algo que é exclusivo deste processo, mas envolveu uma disputa enfrentada a nível nacional quanto a definição das formas como o trabalho rural poderia ser realizado, as formas como eram negociadas as relações de trabalho no campo, e quais sujeitos poderiam ser incluídos como empregados rurais, e assim, ter seus direitos garantidos pela Justiça do Trabalho. Como constatou Priori (1996) o debate sobre a competência ou não da Justiça do Trabalho nos julgamentos dos processos trabalhistas foram intensos em toda a década de 50 e início da de 60. Nos casos estudados, pudemos verificar que este debate permaneceu até início dos anos 70.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) na Convenção nº 141 de 1975 define como trabalhador rural aquele que se dedica a região rural tarefas agrícolas, artesanais e atividades similares e conexas. É considerado trabalhador rural tanto assalariado, como sujeitos

que tenham outros tipos de relações e arranjos como parceiros, meeiros, arrendatários. ou pequenos proprietários.

No Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, o trabalhador rural é considerado aquele que “presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rustico, mediante salário pago em dinheiro ou *in natura*, ou parte *in natura* e parte em dinheiro.

A identificação ampla do trabalhador rural foi resultado de um conjunto de lutas e conflitos a nível internacional sobre a referência e tentativa de construção de uma definição de quem era trabalhador rural (ou empregado). Neste âmbito, no Brasil, desde o golpe de 1930 ocorreu tentativa de construção de uma identidade de trabalhador e trabalho (LENHARO, 1986). Principalmente a partir da ideologia *estadonovista*, ocorreu o processo que tendeu a constituir a imagem de um trabalhador passivo e colaborativo para com o crescimento da nação.

O Estado novo levou a sério a existência da luta de classes, assim como as possibilidades reais da classe operária no jogo do poder. As estratégias jurídicas de aliciamento e a proposta corporativista de sindicalização apontam para uma política especialmente orientada de controle da classe operária e de sua reestruturação a partir da orientação imprimida pelo poder (LENHARO, 1986, p.22).

Neste sentido, embora as pressões sociais, combinadas com as tentativas de modernização tenham resultado em um corpo de leis que regulamentavam o trabalho do operário urbano, isso não se verificou quanto ao trabalhador rural, que continuou a margem do processo até os anos 60. É neste contexto, que é instituído o Ministério do Trabalho, e criada a Justiça do Trabalho e seu conjunto legislativo, que transferia assim o conflito de classe da esfera social para o âmbito do Estado, normatizando e intermediando as relações entre empregador e trabalhador.

É importante salientar que embora excluídos da CLT, os trabalhadores rurais foram alvo de uma tentativa de construção de políticas públicas por parte de Getúlio Vargas. Sua preocupação em estender legislação aos trabalhadores rurais inseria-se ao contexto do Projeto de modernização e crescimento econômico do país (PRIORI, 1996). Por isso, a legislação para os trabalhadores rurais lançava a questão agrária como óbice do desenvolvimento através de uma aceleração do modelo *fordista keynesiano* periférico, que pretendia substituir as importações, criando ilhas de desenvolvimento (LINHARES, 1999, p.146). É nesse contexto que foi criado o Serviço Social Rural por Getúlio Vargas em 1951. Os tímidos resultados alcançados pela autarquia demonstram a dificuldade e cautela do estado ao tratar das relações no campo. O que indicava o poder que as oligarquias agrárias ainda representavam naquele

momento. Essa brecha jurídica quanto a extensão dos direitos sociais para os trabalhadores do campo, gerou uma série de conflitos e lutas, em busca da legalidade.

Desde a criação da Justiça do Trabalho na década de 1940, o Estado visava transferir para o campo burocrático os conflitos de classes, mitigando as manifestações de descontentamento por parte dos trabalhadores, podendo o Estado ampliar seu controle, principalmente sobre trabalhadores e suas organizações sindicais. Esta ideia ia ao encontro da ideologia *estadonovista*, que pretendia promover uma “colaboração de classes” em substituição a luta de classes, como afirmou Lenharo (1986).

Essa busca de definição tinha como objetivo organizar um grupo ou classe que pudesse ter representação política social, entretanto, moldada pelo crivo do governo do Estado Novo. E neste aspecto, o “*Estado buscava falar em nome da nação e em nome do povo e torna-se a sua única voz*” (MEDEIROS, 2002, p. 153). Neste período, alguns decretos foram instituídos no sentido de criar associações e sindicatos representativos dos trabalhadores do campo, mas que se enquadravam no modelo corporativista e centralizador do estado autoritário.

A organização rural foi desde os anos 30, objeto de leis especiais, e assim, distinta dos trabalhadores urbanos. Em 1941, foi constituída uma comissão interministerial que pretendia realizar estudos sobre o enquadramento das relações de trabalho na agricultura à organização sindical, sem nenhuma resolução. Em 1944 ocorreu uma nova tentativa com a apresentação de um anteprojeto apresentado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Neste contexto, foi possível demarcar uma disputa de projetos entre Ministério da Agricultura e Sociedade Nacional da Agricultura, que defendiam um sindicato misto de trabalhadores e proprietários, e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que apresentavam uma proposta de sindicato separado para ambas as categorias (trabalhadores rurais e proprietários).

Foi assim que em 1944, foi publicado o Decreto 7.038 que criou os sindicatos rurais nos quais os patrões e empregados tinham representação paralela com reconhecimento pelo Ministério do Trabalho. Entretanto, para a solicitação de investidura sindical era realizada a solicitação de um número considerável de exigências, que se tornaram uma barreira para sua efetiva realização, tais como:

Entre eles destacavam-se a necessidade de apresentação, para os diretores, de “prova de boa conduta, firmada por autoridade policial competente”, “prova de que não professam ideologias incompatíveis com as instituições ou interesses da Nação, mediante documento expedido pela Delegacia Especial de Segurança Política no DF, ou autoridades equivalentes nos Estados e Territórios; prova de exercícios efetivo da atividade ou profissão um ano antes (MEDEIROS, 2002, p.154-155).

Embora a proposta defendida pelo Ministério da Agricultura e Sociedade Nacional da Agricultura tenha sido vencida, um ano depois, foi aprovado Decreto 7.449 de 1945, que permitia criação de associações rurais de caráter misto subordinado não a categoria, mas a jurisprudência regional, subordinado ao Ministério da Agricultura. Este decreto que foi aprovado sem ser revogado o anterior mostrava o poder representado pela Sociedade Nacional da Agricultura. Tal decreto embora tenha dificultado o surgimento dos sindicatos rurais, acenou para a existência de uma “classe rural”, que partilhava de interesses comuns (MEDEIROS, 2002). Entretanto isso não impediu que surgissem sindicatos e associações civis. Os trabalhadores rurais alcançariam, legalmente o direito a sindicalização apenas com o Estatuto Rural de 1963.

É neste contexto que ocorreu a universalização de algumas categorias como a dos lavradores, trabalhadores agrícolas e camponeses como identidades políticas (MEDEIROS, 2002, p. 157). Esta definição na prática laboral se referia em um conjunto muito amplo, que mantinha suas especificidades e peculiaridades, o que permitia abrir brechas quanto ao questionamento das relações de trabalho e laços empregatícios.

Essa busca por identificar sujeitos e relações de trabalho no campo foi preocupação frequente do Estado e organismos e instituições que estavam diretamente ligados ao processo de produção capitalista. Na tentativa de quantificar o contingente de mão-de-obra mobilizada na produção cafeeira, identificar e tipificar as relações de trabalho, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) em 1961 realizou uma pesquisa no Estado do Paraná. Em seu levantamento, identificou 290 mil famílias que trabalhavam diretamente na produção do café, organizadas e distribuídas nos seguintes enquadramentos:

TABELA 5 - Tipo de trabalhadores nas propriedades cafeeiras no Paraná

Tipo de trabalhador	Número de famílias	%
Colonos	84.357	29,7
Parceiros	62.494	22
Proprietários e famílias	54.311	19,1
Diaristas	34.950	12,3
Empreiteiros	18.329	6,5
Gerente ou administrador	22.805	4,2
Outros	17.676	6,2

Fonte: Instituto Brasileiro do Café/OEA, 1961 *apud*. NAKAGAWARA, 1994.

O contingente de trabalhadores mobilizados para a produção cafeeira no Paraná, estava distribuído em um universo diverso de relações de trabalho. Aparentemente o colonato e parceria eram as formas mais comuns de relação empregatícia, seguido por proprietários e famílias, que se referiam a pequenos proprietários, que possivelmente poderiam combinar o trabalho na sua terra, com trabalho esporádico nas propriedades vizinhas.

Ser colono ou parceiro, não era uma situação permanente. Podendo o trabalhador passar de uma relação à outra ao longo do tempo. Mas o que diferenciava empreiteiro, de um colono, parceiro e volante?

O colonato consistia uma em relação contratual, frequentemente com a família do trabalhador. O colono e sua família, eram responsáveis por cuidar de um número determinado de pés de café (carpa anual, limpeza, espalhamento dos ciscos e colheita), produção de cereais com pagamento mensal, e por vezes, fornecimento de gêneros alimentícios. O colono possuía uma moradia na propriedade e o quinhão de terra e pés de café que era destinado a ele, era definido pelo número de enxadas disponíveis – membros da família ou agregados. O contrato de colono era normalmente de 04 anos.

O sistema de parceria ou “meia-ação”, se tornou comum na região principalmente na década de 1960, principalmente após frequência de geadas. Para os proprietários era mais lucrativo o sistema de parceria após as geadas, pois enquanto o café danificado era recuperado pelos trabalhadores, o parceiro poderia produzir cereais entremeio aos pés de café gerando alguma renda (PRIORI, 1996). O sistema que veio substituir amplamente o sistema de colonato, era regulado pelo Código Civil por meio do Art. 1410 do Decreto-Lei Nº 4657/ 42, que entendia como sistema de parceria quando “uma pessoa cede um prédio a outra, para ser por esta cultivado, repartindo-se os frutos entre as duas, na proporção que estimularem “. O proprietário fornecia os subsídios (mudas, sementes, adubo, agrotóxicos) e o meeiro realizava todo o trabalho de produção tendo direito a receber parcela da produção (50/50, 60/40, 70/30), ou do valor obtido com a venda dos produtos. O sistema de parceria frequentemente era de quatro anos. Embora frequentemente o sistema de parceria permitisse maior liberdade ao parceiro, nos processos analisados, constatamos que na região o parceiro era submetido a um rígido controle e direcionamento do trabalho, como averiguaremos no caso a seguir.

O empreiteiro foi utilizado extensivamente no momento de derrubada da mata e limpeza da terra. Frequentemente os proprietários contratavam um empreiteiro (gato), que assumia a limpeza de uma extensão da terra, a partir da sublocação de outros trabalhadores. Neste contrato, o proprietário ficava totalmente descomprometido em relação aos trabalhadores

contratado pelo empreiteiro. Estes ainda poderia ser contratado para plantar café (também ficaram conhecidos como plantadores de café). Neste caso, o trabalhador recebia por pé de café e poderia plantar cereais entre as fileiras do cafezal. O contrato do empreiteiro frequentemente era de dois ou três anos, entretanto, encontramos alguns processos em que o contrato chegou a quatro anos.

Por fim, os trabalhadores diaristas ou volantes, são os trabalhadores que recebiam por dia. O diarista não tinham contrato, ou relação permanente de trabalho o acordo era realizado verbalmente com o dono, empreiteiro ou proprietário. Estes trabalhadores eram contratados para realizar determinadas tarefas que exigiam maior número de força de trabalho, como nas colheitas ou derrubada de mata. Eles não tinham direito à moradia fixa, sendo que eram alojados em barracões ou casas coletivas nas colônias nos períodos de colheita ou secagem do café. Com o tempo, os trabalhadores volantes foram enquadrados como boias-frias. Trabalhadores camponeses que moram na cidade e tem que se deslocar rotineiramente para o campo a fim de realizar seu trabalho. Neste sentido, o processo de formação de um conjunto de trabalhadores boias-frias, está intrinsecamente ligado a expropriação de terras, modernização das formas de produção no campo e proletarianização dos camponeses no Brasil (FORMAN, 1979; LINHARES, 1999; MEDEIROS, 2002).

Apresentadas as peculiaridades de cada tipo de relação ou trabalho rural, é importante observar que nem todos colonos, parceiros ou meeiros disfrutavam dos mesmos direitos. Existia diferentes formas em que cada um dos formatos apresentados poderiam ser apresentar, existindo inclusive hierarquia entre os diferentes tipos de contrato.

Neste sentido, ao longo dos anos 1950 e 1960, tivemos um esforço permanente por parte dos sindicatos e associações civis de trabalhadores rurais (associações, uniões, ligas)¹³³ em tentar estabelecer uma interpretação e reconhecimento no âmbito político e jurídico de que parceiros, meeiros, empreiteiros, arrendatários, eram tipos de trabalhadores assalariados, que recebem um pagamento *in natura* ou em dinheiro com a venda do produto (FORMAN, 1989¹³⁴). Principalmente porque em todos estes casos os trabalhadores dependiam das terras e subsídios fornecidos pelos proprietários, sendo dependentes da relação de patronagem.

Nos autos processuais consultados em muitos momentos observamos como essa disputa pelos sentidos e identificação do trabalhador rural foi constituída. A partir de um número

¹³³ Segundo Medeiros (1989), os sindicatos eram organizações de trabalhadores que, de alguma forma podiam ser considerados como assalariados, como era o caso de colonos, moradores, camadas (...). As associações civis, por sua vez, destinavam-se aos que de alguma forma tinham acesso à terra (posseiros, arrendatários, meeiros, etc.) ”. (MEDEIROS, 1989, p. 26)

¹³⁴ FORMAN, Shepard. Camponeses: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

significativo de casos, percebemos uma regularidade nas estratégias organizadas pela defesa dos proprietários rurais, em desqualificar as relações de trabalho e subordinação bem como os “trabalhadores rurais”. Via de regra, empreiteiros, plantadores de café¹³⁵, meeiros, parceiros, volantes, quando procuravam a Justiça o Trabalho, por terem sido lesados nos acordos e arranjos construídos com o senhor da terra, eram questionados pela defesa do proprietário quanto a validade da acusação.

Era argumentado, por exemplo, a existência de relações de subordinação, sendo por isso, a acusação interpretada como estranha e indevida a Vara do Trabalho. Na tentativa de burlar e escapar do julgamento pela Vara Trabalhista, era pedido pelos advogados do proprietário a aplicação da instrução do incidente de exceção de incompetência *ratione materiae*¹³⁶. Esta interpretação era conclusa invariavelmente pela natureza do acordo e/ ou a forma de pagamento pelo qual era realizado o pagamento pelo serviço prestado. Geralmente mista, que podia combinar fornecimento de subsídios, salário ou mesada (mensal, semestral ou anual), exploração terra e produção agrícola, pagamento *in natura* (fornecimento gêneros alimentícios), moradia, etc. Neste contexto, a parceria, a meia-ação, a empreita ou diárias tentavam ser descreditadas como relação de trabalho.

A partir daí, tínhamos início de uma disputa onde o trabalhador tentava comprovar os laços de exploração e subordinação, e o proprietário, de demonstrar a relações de trabalho não existia. Para além de uma disputa por pagamento de serviços realizados, os conflitos se referiam as formas como as relações de trabalho e subordinação se desenhavam na região (e no Brasil) e a identidade do trabalhador rural.

De imediato percebemos que existia uma hierarquia em relação ao trabalho agrícola, quanto as condições e formas que ocorriam a relação e o contrato de trabalho. Este acordo era resultado da combinação de diferentes fatores como a extensão territorial, a fase de exploração da terra, o gênero agrícola a ser cultivado – e decorrente disso, a demanda de mão-de-obra, o local de moradia do proprietário, e a renda disponível para a “formação” agrícola (por parte do proprietário).

¹³⁵ Algumas vezes se repetiu este termo “plantador de café”, que se referia a trabalhadores que haviam assumido uma porção de terra (que poderia já ter sido desmatada ou não) a fim de plantar cafezal. O pagamento pela atividade poderia ser realizado com a produção dos cafezais no primeiro ano de forma integral, parcial, ou ainda, plantar cereais nas ruas de café. Devolvendo a terra após dois ou três anos.

¹³⁶ No âmbito constitucional, o critério *ratione materiae* é adotado a fim de estabelecer a competência dos diversos órgãos em que se divide o Poder Judiciário (Trabalhista, Civil, Penal, etc.). A competência pode ainda ser determinada de acordo com características relativas ao direito material incidente sobre os fatos apreciados em razão da natureza da infração.

Observamos que na região, devido as condições naturais apresentadas e processo de capitalização do uso da terra, as relações de trabalho frequentemente eram estabelecidas de acordo com o avanço ou condições da terra (derrubada, coivara, campos plantados), estes trabalhadores eram enquadrados como parceiros, meeiros, porcentageiros ou empreiteiros, volantes.

Nem sempre esta relação garantia ao trabalhador (indiferente de sua condição ou enquadramento) um salário ou uma renda favorável, mas uma coisa era certa: comprar terras na região destinadas a exploração extrativa e produção cafeeira era considerado um investimento lucrativo. Grande parte dos processos analisados, tem como proprietários médicos, juizes, advogados, engenheiros, empresários de outras regiões (principalmente São Paulo, Curitiba e Rio Grande do Sul), que haviam adquirido terras destinados a este fim. Neste contexto, a figura do administrador que assegurava a posse da terra e direcionava os trabalhadores era central para a exploração da terra.

O grande proprietário contratava entrepostos para realizar a derrubada da mata e limpeza da terra. Por sua vez, estes contratavam número de homens sob diversas condições: volantes, subempreiteiros, meeiros, porcentageiros. Essa relação dependia do tempo que o proprietário exigia a devolução da terra e das condições com que as queria receber. Assim, o empreiteiro poderia apenas juntar uma “turma” para realizar limpeza da terra e pagar por dia, ou ainda, sublocar para os trabalhadores que durante um período deveriam derrubar a mata, e poderiam desfrutar das terras produzindo cereais por um tempo determinado (frequentemente de dois a três anos).

Assim, ao longo do tempo, era comum a ascensão de trabalhador volante à situação de colono. Em menor grau um colono podia passar para o cargo de empreiteiro ou parceiro agrícola. Por último, dificilmente um parceiro passava à condição de administrador.

Este é o caso de Tibúrcio Ribeiro da Silva. Provavelmente nasceu nas primeiras décadas do século XX (tinha cerca 50 anos em 1964). Era migrante e trabalhador rural. Era casado e sua esposa trabalhava como missionária – a renda como missionária complementava a subsistência familiar, como foi esclarecido na denúncia presente no auto. Tibúrcio tinha dois filhos: uma menina maior e Antônio, com cerca de cinco anos.

Em novembro de 1964, Tibúrcio acionou a Justiça do Trabalho reivindicando pagamento de férias, 13º e indenização do seu ex-patrão, o francês naturalizado brasileiro

Marius Theóphile Mercier¹³⁷ - orientador industrial, contratado pelo Ministério da Educação e Cultura na década de 1950.

Tibúrcio foi contratado em meados de 1954/ 1955 como diarista no período de desmatamento e limpeza da Fazenda Solange, em Querência do Norte- PR. Em 1955, Tibúrcio passou a trabalhar como colono, quando provavelmente trouxe toda a família para a fazenda e passou a ocupar uma das 12 casas destinadas aos colonos. Lá foi plantador de café. Trabalhava com a família. Devido ao bom trabalho, em 1957 assinou um contrato de parceria por mais dois anos. Nessa época, ele e a família se mudaram para a casa sede, e assumiram a responsabilidade de administrar da fazenda. Tibúrcio tinha a responsabilidade de fazer pagamentos, cuidar dos cafezais e olivais. Ele ainda arranjava mão-de-obra e intermediava os acordos de trabalho junto ao patrão. Vendia o café e pagava os impostos. Era o único homem de confiança de Theóphile, como o proprietário afirmou em uma das cartas trocadas com o trabalhador.

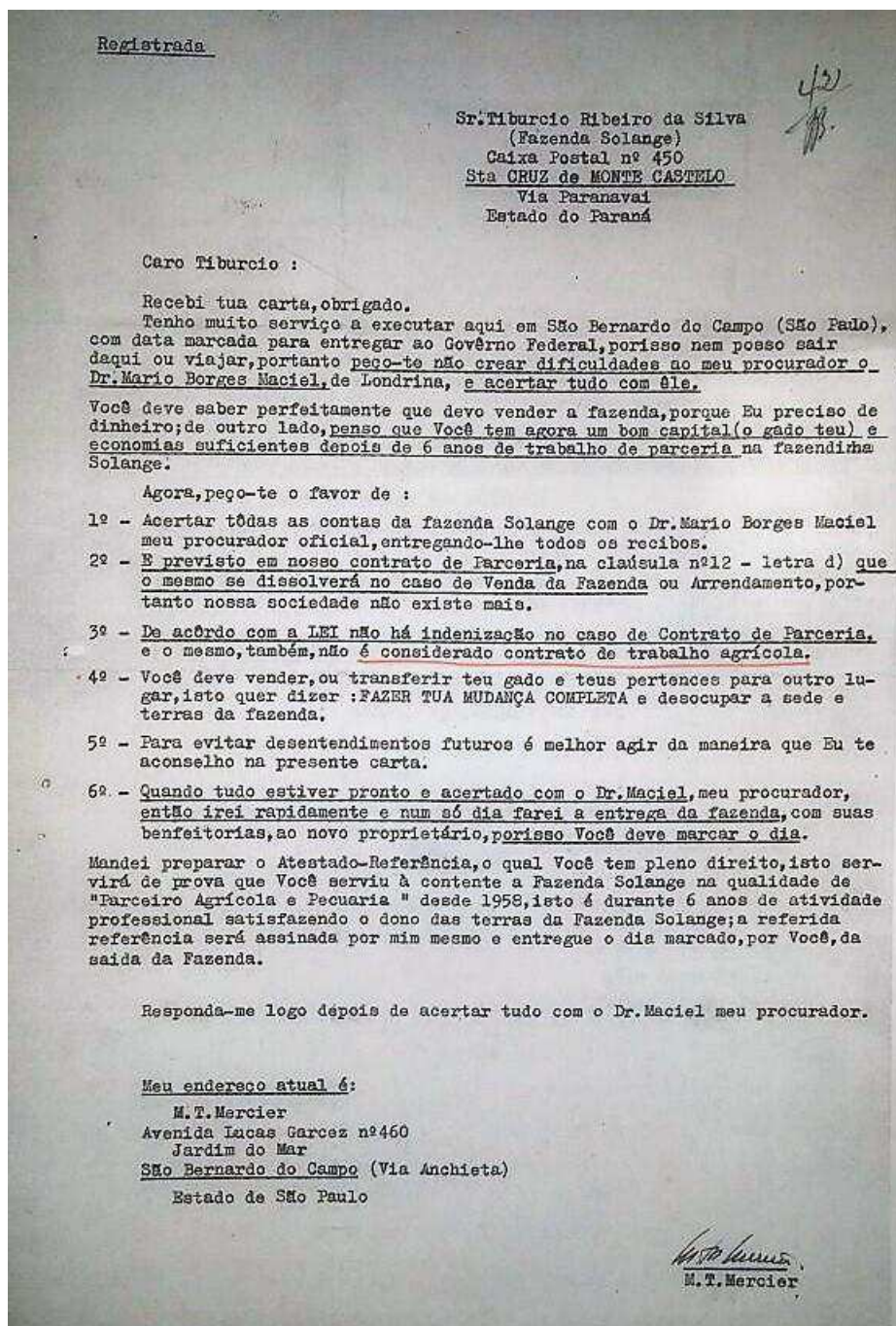
No primeiro contrato assinado por Tibúrcio, constava uma cláusula que impunha que o trabalhador deveria seguir as instruções passadas pelo proprietário por meio de correspondências. No auto trabalhista, foi juntada 33 cartas enviadas por Theóphile a Tibúrcio, mais 02 cartas enviadas por Tibúrcio a Theóphile enviadas entre 1957 e 1964. O teor das cartas sempre é informativo quanto as atividades que Tibúrcio deveria realizar ou fiscalizar junto aos colonos ou Pedro (empreiteiro) e os trabalhadores volantes contratado por estes. São ainda encomendados orçamento para construção de poço d'água (que foi construído por José, irmão de Tibúrcio), concerto nas casas dos colonos e na casa grande.

Embora o trabalhador tenha assumido diversas atribuições, não foi firmado contrato de administração. Recebia mesada de quatro mil cruzeiros mensais, e ainda, plantava cereais em um quinhão de terra e criava umas poucas cabeças de gado em pasto que foi cedido pelo patrão. Assim, seu pagamento era misto, pago em espécie e *in natura*. Em torno de 1960, em uma das cartas Theóphile sugeriu ao empregado que queria vender a Fazenda Solange, e inclusive mencionou um possível comprador. Em 1962, o proprietário sofreu um acidente de carro e ficou vários meses sem se comunicar com Tibúrcio. No mesmo ano, parte do cafezal foi devastado por uma intensa geada. A partir d1962, o trabalhador mandou diversas cartas cobrando resposta para suas dúvidas quanto ao destino colheita e novas ordens, além do envio de novo do contrato

¹³⁷ Sobre o imigrante conseguimos saber um pouco mais. A partir de informações coletadas na internet, sabemos que o Marius Theóphile Mercier nasceu em 1904 na França, e migrou para o Rio de Janeiro em 1941. A partir do Decreto 47.536/1959 (DECRETO DO EXECUTIVO) de 29 de dezembro de 1959 foi contratado como trabalhador mensalista de extranumerários pelo Ministério da Educação e Cultura do Presidente Juscelino Kubistchek.

de trabalho, prometido pelo proprietário. Em 1964, a fazenda foi vendida. O tom de amizade que reinava nas outras cartas mudou completamente.

DOCUMENTO 15 - Carta / prova anexa auto trabalhista nº 48/1964, p. 42.



FONTE: Acervo do Cartório de Civil, Comércio e Anexos. Justiça do Trabalho. Comarca de Loanda. (grifo nosso no ponto 3)

Na última carta, o proprietário solicitou ao trabalhador que desocupasse a casa da fazenda. Nela deixou claro que como parceiro agrícola, Tibúrcio não tinha nenhum direito. Esta carta, provavelmente foi enviada em resposta aos questionamentos e protesto que Tibúrcio fez

ao procurador da fazenda. Embora tenha realizado um conjunto de atividades administrativas, pecuárias e agrícolas, ao se ver compelido a vender a fazenda, o proprietário negou o reconhecimento de laços empregatícios e o *status* de trabalhador ao empregado Tibúrcio. Embora Théophile reafirme que apenas existiu uma relação de parceria, as ordens e o tom de mandonismo reinava nas cartas: a organização da fazenda para a transferência para ao dono, seria responsabilidade também de Tibúrcio, o parceiro agrícola.

Ao questionar a exigência de saída e não pagamento pelo tempo de serviço prestado, Tibúrcio que até então, era alvo de respeito e confiança do patrão, gerou desaprovamento. Théophile nomeou um procurador de Londrina. Tibúrcio, depois de nove anos de trabalho, se negou a seguir as ordens do procurador. Théophile, então resolveu mandar uma carta com as orientações, como havia feito nos últimos anos. O desaprovamento por parte do proprietário, é reforçado ao “aconselhar” que o trabalhador seguisse o seu conselho, para que não ocorressem maiores problemas..., mas que problemas seriam estes? Provavelmente, o proprietário recorreria à polícia ou ao seu amigo promotor, para que promovessem o despejo do trabalhador, como já havia ocorrido em data anterior¹³⁸. Neste sentido, para o trabalhador existiam poucas alternativas, ou se conformava com a carta de recomendação expedida pelo proprietário, como parceiro agrícola e pecuário por 9 anos – ou reagia. Ele ainda podia tratar o acontecimento – sua dispensa - com violência, resistir na fazenda, recorrer à Justiça Trabalhista. Estas eram soluções determinadas ou disponíveis naquele contexto. Tibúrcio optou pelas duas últimas opções. Tibúrcio se recusou a abandonar a casa e a safra de cereais que tinha direito a um quinhão. Não procurou nem “obedeceu” às ordens do procurador de Théophile. Por fim, optou por lutar na Justiça do Trabalho pelos direitos que ele acreditava ter pelos nove anos de trabalho prestados na Fazenda Solange.

Tibúrcio após protestar contra a posição do proprietário por meio de uma carta e através do procurador da propriedade, fez uma reclamação formal na Justiça do Trabalho. Na composição do processo, narrou as atividades que realizou por nove anos na Fazenda Solange, as mudanças e ascensões do posto de trabalho ao longo do tempo. E por fim, exigiu: o pagamento do 13º salários referentes aos anos de 1963/ 1964, férias, aviso prévio, indenização, diferença salarial (porque recebia abaixo do salário mínimo), horas extras. Como prova das

¹³⁸ Em uma das correspondências trocadas com Tibúrcio, Théophile solicita que ele avise a um terceiro trabalhador para se retirar da fazenda. Caso o trabalhador continuasse negando a saída, Tibúrcio deveria avisar que Théophile havia entrado em contato com o seu “amigo” promotor e com a polícia local para promover o despejo da casa na colônia da Fazenda Solange. Neste sentido, o proprietário reafirma seu poder a partir do uso da violência policial e da máquina do Estado, para garantir a integridade de suas terras e suas ordens.

relações de subordinação e da relação de trabalho, Tibúrcio apresentou as trinta e três cartas enviadas ao longo de nove anos por Marius Théophile Mercier.

O proprietário não compareceu a audiência. Entretanto, uma semana depois recorreu aos fatos apresentados, justificando sua ausência e contestou os dados apresentados pelo trabalhador. No memorial apresentado pela defesa do proprietário, Théophile explica que era naturalizado brasileiro, contratado para prestar serviços à nação, e por isso, não podia deslocar-se sem prévia permissão do Estado (no caso Ministério da Educação). Em seguida, contestou os laços empregatícios e o reconhecimento de Tibúrcio como trabalhador rural. A exemplo do que ocorreu em grande parte dos processos que consultamos, Théophile considerou a acusação “*de meritis*”, incompetente à justiça trabalhista para reconhecer as relações existentes entre reclamante e reclamado, por não haver relação de trabalho, mas sim “parceria agrícola”.

Observamos que o proprietário tentou negar a relação de subordinação. Na lógica tecida pela defesa de Théophile, o proprietário e o trabalhador não estariam submetidos a uma relação de subordinação e mandonismo, mas de equidade, onde cada sujeito colaborava com sua parte (proprietário com terra, insumos e capital, e o parceiro desprovido, com mão-de-obra) para a produção de capital. Há de entrever que ao contrário, esta é uma relação totalmente desigual, em que é evidente que os parceiros (meeiros e empreiteiros), nada tinham a oferecer, além da mão-de-obra. Mas lembramos que a produção só era possível devido ao fornecimento de subsídios por parte do proprietário, quer era o detentor do capital. Para o trabalhador, sobrava entrar com a força de trabalho.

Muito pouco se diferenciava Tibúrcio de um colono, ou o empreiteiro Pedro (a que se refere nas cartas trocadas com proprietário). Como os outros agregados da fazenda, Tibúrcio recebia uma mesada mensal (abaixo do mínimo, paga a cada dois ou três meses) e moradia fixa na fazenda. A diferença salarial era completada com 15% sobre a venda de cereais, 10% sobre o café vendido (das roças cuidadas por ele e a família) e como prêmio, Tibúrcio tinha autorização do patrão para plantar cereais no meio dos olivais e possuir sete cabeças de gados (no máximo) no pasto¹³⁹. Além de cuidar dos cereais, café e gado que lhe correspondia, Tibúrcio cuidava da venda de toda produção realizada na fazenda, e direcionamento dos outros trabalhadores. Embora Tibúrcio participasse dos lucros e ocupasse uma posição destacada, não significa que ele tinha melhores condições de sobrevivência do que os outros colonos ou empreiteiro. Tibúrcio era um lavrador, e por se identificar como tal, não aceitou a imposição do patrão que

¹³⁹ Informações contidas no contrato de parceria agrícola/ documento 08/ prova anexa auto trabalhista nº 48/1964, p. 63. Cartório de Civil, Comércio e Anexos. Justiça do Trabalho. Comarca de Loanda.

o intitulava parceiro agrícola, e com isso, o retirava da alçada dos direitos que eram garantidos Estatuto do Trabalhador Rural (1963).

Tibúrcio, recorreu a Lei e evocando o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e o Estatuto da Terra (1964), reivindicou seu reconhecimento como trabalhador rural.

Com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra (Lei n. 4.504 /64), ocorreu a regulamentação dos contratos de arrendamento e parceria agrícola. O Estatuto da Terra foi um dos primeiros decretos criado pela Ditadura Civil Militar, como tentativa de frear os poucos avanços conseguidos mediante as pressões do movimento campestre no Brasil com o fim do Estado Novo. Neste sentido, embora legisle sobre acesso à terra e a reforma agrária o documento, que em grande medida não saiu do papel, trazia cerne conservador. Tal documento foi intensamente criticado pelas oligarquias agrárias. Quanto a isso:

reagiram os grandes proprietários de terra e suas entidades de classe que, há muito mobilizados contra a reforma agrária, sentiram-se traídos pelo governo Castelo Branco. (...). Em várias partes do país a classe ruralista reagiu prontamente. Os usineiros do Nordeste, por exemplo, viam no Estatuto da Terra a desestruturação da exploração açucareira; os cafeicultores do Paraná denunciaram que o Estatuto significava o ataque ao direito sagrado de propriedade (BRUNO, 1995, p. 5-31).

A igualdade de direitos entre os trabalhadores rurais e urbanos ocorreu apenas com a Constituição Federal de 1988. Entretanto, nestes documentos fica interpretado que tanto parceiro como arrendatário eram trabalhadores rurais. No inciso 4º do capítulo IV do Estatuto da Terra, fica explicitado que:

Os contratos que prevejam o pagamento do trabalhador, parte em dinheiro e parte em percentual na lavoura cultivada ou em gado tratado, são considerados simples locação de serviço, regulada pela legislação trabalhista, sempre que a direção dos trabalhos seja de inteira e exclusiva responsabilidade do proprietário, locatário do serviço a quem cabe todo o risco, assegurando-se ao locador, pelo menos, a percepção do salário mínimo no cômputo das 2 (duas) parcelas (BRASIL, 1966, *on line*).

Observamos que o Estatuto do Trabalhador Rural ia além das demandas ligadas diretamente as condições de trabalho. A universalização e o reconhecimento da pluralidade de relações e formas em que ocorria trabalho rural e da identidade do lavrador, eram o mecanismo de regular as relações que existiam no campo, muitas vezes arcaicas e pontuadas por leis costumeiras.

Embora seja embutido de ambiguidades residuais do jogo de conflitos e interesses dos grupos sociais relacionados a questão da terra e direitos trabalhistas, não podemos deixar de avaliar o Estatuto da Terra como expressão do populismo que desembocou no Estado que foi sequestrado com o golpe de 1964. Entretanto, críticas à parte, com a regulamentação dos contratos agrícolas de parceria, arrendamento, colonato e prestação de serviço rural, foi possível limitar, e com o tempo, abolir formas de exploração arcaicas fundadas na coerção, de parceria e arrendamento, onde a prestação de serviço poderia ser gratuita, por fornecimento de alimentação e moradia, pagamento de vales, ou exclusivo com a venda dos produtos lavrados.

Antes de indicar uma política, a nova legislação impôs um novo recorte da realidade, criou categorias normativas para uso do Estado e da sociedade, capazes de permitir modalidades, antes impensáveis, de intervenção do primeiro sobre esta última. Ao estabelecer, com força de lei, conceitos como latifúndio, minifúndio, empresa rural; arrendamento, parceria, colonização, etc., o Estado criou uma camisa-de-força para os tribunais e para os seus próprios programas de governo, ao mesmo tempo que tornou possível a sua intervenção sem o concurso de mediadores e abriu espaço para a atuação de grupos sociais que reconheceu ou cuja existência induziu. Nesse sentido, independentemente da efetivação de políticas por ela possibilitadas a reforma agrária, a modernização agrícola, a colonização, são exemplos da nova lei passou a ter existência social a partir da hora em que foi promulgada. Tornou-se uma referência capaz de permitir a reordenação das relações entre grupos e propiciar a formação de novas identidades (PALMEIRA, 1989, p.95).

Assim, mediante os dispositivos tanto do Estatuto do Trabalhador Rural como Estatuto da Terra, as relações de trabalho de Jorge e Tibúrcio, eram reconhecidas como de prestação de serviço agrícola e as formas de pagamento fornecidas pelos proprietários, passaram a ser consideradas indevida e ilegal. Seja por não fornecer um salário mínimo em espécie mensalmente, ou por pagar (em sua maioria ou unicamente) na forma de gêneros alimentícios.

Mas como a Justiça interpretou suas reclamações?

No caso de Tibúrcio, o processo não chegou ao julgamento. O trabalhador realizou um acordo extrajudicial com o ex-patrão, que aceitou quase na integralidade as exigências de Tibúrcio, além de permitir que ele permanecesse na fazenda até a colheita dos cereais plantados. No caso de Jorge, o Juiz deu um parecer parcialmente favorável: reconheceu o direito as férias e o pagamento do 13º salário, entretanto, não reconheceu as exigências de horas extras, indenização prévia, correção monetária e salários retidos. Neste aspecto, o argumento do juiz quanto ao último ponto esclarece:

c) – Salários retidos. O recibo de fls. 19 faz com que não sejam discutidos os direitos do Reclamante a quantias por receber até ao final de 1965, uma vez que também reconhece que recebia roupas e alimentos do Reclamado. Não especifica o Reclamante a que títulos teria direito ao recebimento de outras quantias e nem produziu provas a respeito. A confirmação do Sr. Fioravante de que o Reclamante trabalhou para si durante os períodos da manhã e da tarde durante oito meses em 1966 já faz diminuir outra parte do tempo que o Reclamante disse que trabalhava para o Reclamado. Igualmente os fornecimentos de mantimentos e medicamentos, bem como o de pagamento em dinheiro foram o suficientemente provados para excluir a responsabilidade do Reclamado quanto ao pagamento referente a este título.

FONTE: Acervo Cartório Civil, Comércio e Anexos. Justiça do Trabalho. Comarca de Loanda.

Nesta decisão, o pagamento em gêneros alimentícios, roupas e outros suprimentos são reconhecidos como forma de pagamento pelos serviços prestados, bem como o trabalho realizado. O argumento levantado pela defesa do proprietário quanto a não existência de relação de trabalho também é aceita pelo juiz, que concorda que o trabalhador não tinha o direito de receber em quantias em dinheiro, por demais atividades, que não foram comprovadas pelo trabalhador. Assim, Jorge é qualificado como agregado.

Quanto a interpretação da Justiça, nos chamou a atenção o balanço realizado pelo Promotor de Justiça Lamartine Rollo Soares em defesa do auto 39/ 1964¹⁴⁰.

¹⁴⁰ No caso, o trabalhador Elias de Oliveira, havia sido contratado como empreiteiro para realizar cuidado de certo de 104 mil pés de café, com pagamento de mensal. Como após quase um ano de empreita o pagamento não havia sido realizado, o trabalhador, acionou a Justiça do Trabalho.

Loanda, 1ª de _____

RECLAMATÓRIA TRABALHISTA Nº 29/64.

Exceto: ELIAS DE OLIVEIRA.

Excipiente: Dr. FELIPE SILVEIRA DE BITTENCOURT.

Contestação pelo exceto Elias de Oliveira.

J. a conclusão
Em 19/9/64
Substituto

MM. Dr. JUIZ:-

Com grande frequência, últimamente, têm os empregadores rurais da região, quando notificados de reclamações trabalhistas de seus empregados, alegando, ao comparecerem à audiência de Conciliação e Julgamento, a incompetência do Juízo Trabalhista para conhecer e julgar os feitos em que são partes. Trata-se, na grande maioria dos casos, de medidas meramente protetórias dos empregadores rurais que não têm cumprido o disposto no Estatuto do Trabalhador Rural e que são, invariavelmente, condenados a pagarem na Justiça do Trabalho o que é verdadeiramente devido aos trabalhadores do campo.

No caso presente, a exceção apresentada, que é meramente protetória, é fundamentada somente nos dispositivos da C.L.T., com a citação de duas decisões de nossos Tribunais Trabalhistas.

Ocorre que, em decorrência da Lei Nº - 4.214, de 2 de março de 1.963, entrou em vigor em meados de junho do ano mencionado o Estatuto do Trabalhador Rural, que passou a regular as relações do trabalho rural, dispondo o seu art. 1º (primeiro) que são nulos de pleno direito os atos que visarem a renúncia ou a limitação dos benefícios nele contidos.

Como podemos então aceitar as limitações que a C.L.T. fazia aos trabalhadores rurais, estando já em vigor o Estatuto do Trabalhador Rural, que alterou as relações entre empregadores e trabalhadores rurais, ampliando de maneira considerável os direitos destes.

As decisões citadas pelo excipiente, do TST., datadas de 4-5-1.949 e de 15-9-1.949, respectivamente, apenas poderiam ser invocadas se não existisse o E.T.R.

Segadas Vianna, ao comentar o E.T.R., afirma: "... sem atentar, entretanto, que a nova redação é muito mais ampla e leva à conclusão que adotamos: -- O Estatuto do Trabalhador Rural abrange todo e qualquer trabalhador, seja qual for a forma/ou o tipo do contrato e o sistema de pagamento. E, se dúvida houvesse, bastaria, também, o exame do art. 41 e de seu parágrafo único". (Segadas Vianna, O Estatuto do Trabalhador Rural, pag. 82, ed. de 1.963).

Afirma o mesmo autor: " Pouco importa que o empregador seja pessoa física ou jurídica, pouco importa seja ou não/proprietário do estabelecimento, pouco importa, ainda, que exerça a sua condição diretamente ou através de preposto. Desde que explore atividades agrícolas ou na indústria rural e tenha trabalhador a seu serviço, é empregador. Não precisa, em face do art. 2º (segundo), que ele tenha empregado no restrito sentido do termo, bastando que tenha trabalhador a seu serviço, qualquer que seja a forma, tipo ou natureza do contrato e mesmo pagando-lhe só in natura, com a participação deste nos frutos do trabalho que realizar. (grifei - obra citada, pag. 82).

Notamos assim que, o Estatuto do Trabalhador Rural modificou de maneira marcante as relações empregadores e empregados rurais, fazendo com que muitos empregadores descontentes, com a grande conquista do trabalhadores, cogitassem, prontamente, em descumprí-lo e desrespeitá-lo.

Aluysio Sampaio diz: "Não se pode esquecer que o Estatuto do Trabalhador Rural não é uma lei que vise apenas dar forma jurídica a situações de fato anteriores, mas uma lei que visa transformar regime jurídico anterior, ampliando a fonte imperativa dos contratos de trabalho e instituindo direitos e benefícios ao trabalhador. Dúvida não pode haver de que os "meeiros" e similares são considerados, para os efeitos do Estatuto, típicos trabalhadores rurais. Se assim não fosse, não cogitaria a lei de remuneração anual, como o faz em seu art. 41., § único:" - Embora podendo integrar o resultado anual a que tiver direito o trabalhador rural, a plantação subsidiária ou intercalar não poderá compor a parte correspondente ao salário mínimo, na remuneração geral do trabalhador, durante o ano agrícola". (comentários ao estatuto do trabalhador rural, pag. 17., ed. 1.964).

O mesmo autor adiante afirma: "Toda pessoa física ou jurídica que explore atividades agrícolas, pastoria ou na indústria rural é empregador rural (obra citada - pag. 20).

E ao comentar o art. 62, o autor citado faz a seguinte referência: "O novo conceito de contrato de trabalho rural, pelo visto em relação a parceria e a empreitada, adquire uma força avassaladora, dilatando-se em sua substância protetivo-nista de modo a impor o recuo de concepções civilistas, desatualizadas em suas bases liberal-privatísticas do direito, para integrar situações jurídicas, anteriormente assentadas nos princípios da autonomia da vontade, em um novo regime jurídico: o do trabalho protegido (obra citada - pag. 116 - grifo nosso)".

Estando plenamente demonstrado que é a Justiça do Trabalho a competente para apreciar a reclamação do exceto, - dúvidas não restam de que o foro competente para apreciar e julgar o seu pedido é o foro de Loanda, por estar situado o imóvel, em que o exceto e reclamante exerce o seu trabalho, na comarca de Loanda.

Assim, embora conste na cláusula 11ª. (décima primeira) do "contrato agrícola", firmado pelo reclamante e reclamado, que: "DECIMO PRIMEIRO:- Fica eleito pelas partes o foro desta comarca de Marialva, para nele ter lugar ação oriunda do presente compromisso", é a mesma nula de pleno direito, tendo em vista os dispositivos de lei, que abaixo transcrevemos:

art. 1º do E.T.R.: "Regem-se-ão por esta lei, as relações de trabalho rural, sendo, nulos de pleno direito, os atos que visarem a renúncia ou a limitação dos benefícios aqui expressamente referidos";

art. 179 do E.T.R.: "Estendem-se aos trabalhadores rurais os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho que não contradigam ou não restrinjam o disposto nesta Lei";

art. 650 da C.L.T.: "A jurisdição de cada Junta de Conciliação e Julgamento abrange todo o território da comarca - em que tem sede, podendo, entretanto, ser estendida ou restringida, mediante decreto do presidente da República";

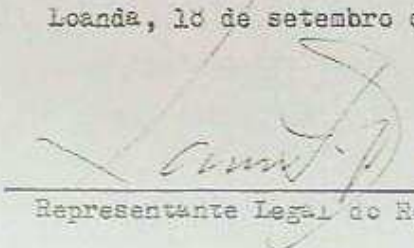
art. 651 da C.L.T.: "A competência das Juntas de Conciliação e Julgamento é determinada pela localidade onde o empregado reclamante ou reclamado prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro".

Assim, sendo nula a cláusula 11ª (décima primeira) do contrato firmado por exceto e excipiente, tendo em vista o disposto nos arts. de lei mencionados e tudo o mais constante no E.T.R. e C.L.T., e já estando demonstrado que o exceto pode pleitear na Justiça do Trabalho a garantia e rescisão de seus legítimos e sagrados direitos, R E Q U E R o exceto que seja a exceção, apresentada pelo reclamado, julgada improcedente, designando V. Exa. data para a continuação da audiência de Conciliação e Julgamento, onde espera a condenação do excipiente em todo o pedido da inicial.

N. termos,

P. deferimento.

Loanda, 18 de setembro de 1.964.


Representante Legal do Reclamante e Exceto.-

Optamos por reproduzi o documento na íntegra diante dos detalhes do argumento apresentado pelo Promotor Lamartine Rollo Soares. É importante assinalar, que Lamartine Rollo Soares foi o primeiro Promotor de Justiça da Comarca de Loanda. Em sua trajetória como promotor percebemos que este magistrado, frequentemente regia suas decisões a partir da interpretação da chamada Justiça Social, reconhecendo, denunciando e dando visibilidade a esses conflitos no campo.

A defesa que saiu vitoriosa na disputa judicial, com reconhecimento dos laços empregatícios entre o empreiteiro e proprietário, reflete os conflitos e as tensões que se instauraram com a publicação do Estatuto do Trabalhador Rural.

De imediato, o advogado argumenta ser comum que na região, os proprietários quando denunciados na Justiça do Trabalho exigissem a incompetência da Vara para o julgamento do caso, por não reconhecerem os laços de trabalho e ainda, por negarem-se em cumprir com os dispositivos e direitos obtidos com o Estatuto do Trabalhador Rural. Nele ainda, evoca a ampliação do sentido de trabalhador rural – e seu reconhecimento “seja qual dor a forma ou tipo do contrato e a sistema de pagamento”. E não apenas isso, a limitação do empregador rural, qualquer seja o tipo ou natureza do contrato. Ao definir e identificar trabalhadores e empregadores, o magistrado reconhece e reafirma as relações de subordinação características das relações de trabalho no campo na região.

Observamos que ao identificar a produção de um extenso arcabouço teórico produzido sobre as mudanças promovidas na concepção das relações de trabalho no campo, entrevemos os campos de disputa pelos sentidos e interpretações que poderiam ocorrer no campo da justiça, e que assim, passaram a figurar como um dos mecanismos de luta por direitos e melhores condições de trabalho. Esse reconhecimento, entretanto, não foi observado apenas no campo jurídico, mas principalmente pelos trabalhadores do campo das relações socioculturais e cotidiano.

Os trabalhadores ao se denominarem como lavradores¹⁴¹ e não como parceiros, meeiros, empreiteiros, posseiros, arrendatários e grileiros se auto identificavam a partir da cultura do trabalho e das relações sociais e culturais. Indiferente se cuidavam de gado, como Jorge, ou fosse administrador da fazenda, ou serralheiros, mateiros, ao serem questionados sobre sua profissão, reafirmam a identidade camponesa.

¹⁴¹ Nos registros de casamento analisados referentes ao mesmo período, os trabalhadores rurais também identificam como lavradores.

O uso amplo do conceito lavrador pela Justiça do Trabalho, pela Igreja nos documentos eclesiais, e pelos próprios trabalhadores pode ser explicado pelo reconhecimento da multiplicidade das relações de trabalho que existiam no campo e das experiências que eram compartilhadas por estes homens e mulheres. Neste sentido, acreditamos que esses trabalhadores ao realizarem suas atividades rotineiras, reproduziam seus ritos e estabeleciam laços de solidariedade que garantiam sua sobrevivência, e assim, constituíam-se como classe.

Observamos que, principalmente a partir de 1964, muitos trabalhadores e Sindicatos de Trabalhadores Rurais passaram a fazer uso da identidade social e política obtida com Estatuto do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra, para acionar a Justiça do Trabalho a fim de resolver suas disputas, defender seus interesses, pressionar pelo consenso em torno de seus direitos, seja, individualmente ou coletivamente.

Assim, os trabalhadores rurais encontraram também nessas legislações uma base legal para sustentar suas lutas no campo jurídico, tendo como cenário de disputa o próprio Estado, que se encontrava sequestrado pela Ditadura Militar.

Embora fossem muitas as formas com que eram celebradas as relações de trabalho, observamos que em seu conjunto, os processos movidos por colonos, volantes, parceiros, empreiteiros, destacam-se pelas tensões e conflitos em torno de dois campos de disputas: por direitos e por se manter na terra. Temas que discutiremos a seguir.

4.1.2 A luta por direitos trabalhistas e pela terra

Eu não dô meu dinheiro pro sindicato. Prefiro fica sem me aposentá do que dá dinheiro pro sindicato [...] Eles acabaram com tudo... eles acabaram com tudo... (MANOEL, 2015).

É com essa negação que Seu Manoel começou a entrevista, se referindo ao fim do sistema de colonato e ao crescimento urbano da cidade. Ficamos espantados quando o trabalhador em sua narrativa, que por vários momentos denunciou as relações marcadas pela coerção e violência, se posicionou abertamente contra o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Aparentemente abalado, o seu tom bem-humorado e cheio de “pegadinhas, desapareceu. Os olhos de Manoel se serraram. Para ele a ação do Sindicato significou o fim.

Mas o fim de que? Para responder esta pergunta temos que apresentar um cenário mais geral que envolve a disputa por direitos, e a tentativa de manutenção das formas clássicas de exploração dos trabalhadores do campo.

Tanto o Estatuto do Trabalhador Rural quanto o Estatuto da Terra e seus desdobramentos foram resultado de um longo processo de lutas sociais e políticas (CAMARGO, 1981). Como apresentado na defesa do Promotor de Justiça, o Estatuto do Trabalhador não deu apenas formas as relações existentes anteriormente, mas ainda, transformou completamente estas relações ao ampliar e instituir direitos e benefícios a um conjunto de trabalhadores que haviam sido marginalizados do campo de disputas jurídicas.

Embora apenas em 1963 tenha sido instituído o Estatuto do Trabalhador Rural, isso não significou que em período anterior, os trabalhadores rurais já não acionassem a Justiça em busca de justiça social. Quanto a isso, as ambiguidades existentes na CLT em relação aos trabalhadores rurais, deu margens a situações, onde os trabalhadores recorreram à justiça galgando exigências a partir da CLT. Para Linhares, embora a historiografia insista em interpretar que o trabalhador rural tenha sido excluído da CLT de 1943, esta foi de extrema relevância nos conflitos rurais, sendo que:

em dependência direta do grau de mobilização do trabalhador – em especial do papel da CLT desempenhada no imaginário do trabalhador – e do entendimento das instâncias jurídicas, inúmeros casos – em montante sempre crescente – de conflitos entre trabalhador rural e empregador foram considerados pertinentes e assim julgados (LINHARES, 1999, p. 161).

Nos autos processuais consultados entre 1955 e 1964, mesmo antes do surgimento do Estatuto do Trabalhador Rural percebemos que os trabalhadores rurais recorriam a Justiça do Trabalho em busca de direitos. Destacamos ainda, que embora não tenha sido assunto desta pesquisa, outros estudiosos (PRIORI, 1996, 2001; LINHARES; 1999; VARUSSA, 2012), indicam que os trabalhadores quando não conseguiram acessar a Justiça do Trabalho, acionavam a Justiça Comum para tentar resolver suas disputas. Neste sentido, constatamos que os trabalhadores acessavam a Justiça do Trabalho toda vez que se sentiam lesados em suas relações de trabalho, ou eram coagidos de forma violenta a abandonarem a terra. Assim, o argumento destes trabalhadores se baseava no cumprimento dos contratos de trabalho (realizados verbalmente ou de forma escrita) e exigiam direitos garantidos pela CLT. Neste sentido, empreiteiros e parceiros se apoiavam no Artigo nº 652, § III, alínea A da CLT, que determinava que competia a Justiça do Trabalho julgar os dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro fosse operário ou artífice.

Para os trabalhadores rurais, a implantação do Estatuto do Trabalhador significou o acesso a direitos que já haviam sido obtidos a mais de uma década para os trabalhadores

urbanos: o pagamento do salário mínimo regional, férias, descanso remunerado e a sindicalização. Com isso, observamos que o volume de autos aumentou.

O Estatuto do Trabalhador Rural reconheceu a existência do trabalhador rural como categoria profissional, vale dizer, como parte do mundo do trabalho (este, por sua vez, parte de um mundo maior, concebido pela legislação trabalhista, elaborada durante o Estado Novo, dividido entre os interesses conciliáveis do capital e do trabalho) (PALMEIRA, 1989, p. 101).

Nas denúncias e depoimentos presentes nos autos, observamos que nos anos de 1950 e 1960 a situação das relações de trabalho no campo eram degradantes se comparadas com a dos trabalhadores urbanos (não que estes disfrutassem de uma situação de sobrevivência melhor). Neste aspecto, era comum que muitos trabalhadores rurais realizassem atividades agrícolas ligadas a limpeza e cultivo da terra, sem receber salários em espécie, em troca de receber unicamente de gêneros alimentícios ou cultivar uma pequena porção de terra. Essa situação de exploração, aparentemente melhorou a partir dos anos 70, sendo que algumas garantias como o do pagamento do salário mínimo em espécie, se tornaram mais comuns.

D. Teresinha nos relatou que nos anos 60 quando chegou ao Paraná, ela e o marido não recebiam salários em espécie nas primeiras fazendas que trabalharam como colonos. O pagamento era composto pelo fornecimento de moradia e de gêneros alimentícios que eram comprados quinzenalmente pelos capatazes da fazenda e distribuído entre os colonos. Em situação análoga à escravidão, viveu Otávio e sua família. Sua filha Maria Edi¹⁴² nos contou sua família durante muito tempo trabalharam derrubando mata no Norte e Oeste do Paraná. Segundo ela, o gato cedia um pedaço de terra (cerca de cinco alqueires) que deveria ser limpo pela família. Depois disso, Otávio podia plantar feijão que servia de alimento para a família. Depois de colher o produto, ele e sua família eram transferidos para outro pedaço de terra onde repetiriam o processo (desmatamento, limpeza e plantio). Todo trabalho realizado por Otávio, a mulher e os seis filhos, eram pagos em espécie, ou seja, com o feijão que era plantado no talhão de terra. Essa dura realidade fez com que a família de Maria Edi e Otávio vivesse em situação de miserabilidade, marcado pela fome, desnutrição e doenças.

O trabalho da família de D. Teresinha e Otávio garantiam a geração de riquezas para os proprietários da terra. Seja pela geração de produtos agrícolas voltados para o mercado externo, ou ainda, pela criação de condições para exploração capitalista da terra. Aos

¹⁴² O único trabalhador que manifestou o desejo de não nos ceder entrevista, foi o senhor Otávio. Por isso, realizamos a mesma com sua filha Maria Edi.

trabalhadores sobrava o mínimo, e uma vida marcada pela exploração e dificuldade de sobrevivência. Estes trabalhadores, auxiliavam assim, no processo de fixação do capital à terra, como explicou Marx. Quanto a isso, criavam as condições primeiras e necessárias para transformar a terra antes considerada improdutiva do ponto de vista do capitalismo, em um potencial gerador de lucros.

Situações como estas que foram narradas pelos nossos entrevistados são recorrentes nos autos processuais. A partir de 1964, percebemos que os trabalhadores passaram a lutar pelo reconhecimento e garantia dos direitos que haviam sido alcançados a partir do Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da Terra. O que indica que embora houvesse uma efetivação da legislação dos direitos prescritos pela legislação trabalhista, os trabalhadores rurais da região ainda não usufruíam de tais direitos em seu cotidiano de trabalho.

Mas o que exigiam os trabalhadores rurais na Justiça do Trabalho?

Conseguimos qualificar as disputas presentes nos processos consultados, em dois tipos: a) a luta para garantir os direitos obtidos com o ETR; b) a permanência e direito à terra.

Quanto ao primeiro aspecto; observamos que em todos os processos os trabalhadores exigiam: o pagamento de férias remunerada, do 13º salário, do aviso prévio, da indenização, do descanso remunerado e, da equiparação ao salário mínimo regional.

Averiguamos nos autos pesquisados que em sua totalidade, os trabalhadores que recorreram à justiça para resolver os dissídios trabalhistas, recebiam salários inferiores ao mínimo. Sendo ainda, que parte do pagamento era misto, como já explicamos.

O salário mínimo foi instaurado por Getúlio Vargas pela Lei Nº 185 de 1936, sendo que apenas em 1º de maio de 1940, foi fixado seu valor através do Decreto Nº 2162. Para a fixação do salário mínimo o país foi dividido em 22 regiões, contando 20 estados, mais o Distrito Federal e Acre. Por sua vez, estas 22 regiões foram subdivididas em 50 sub-regiões. A partir desta divisão, foi estabelecida uma tabela com 14 valores que variavam de acordo com as especificidades de cada região. Essa tabela de valores tinha um prazo mínimo de validade de três anos. O primeiro reajuste do salário mínimo ocorreu em 1943.

Entretanto, os trabalhadores rurais eram totalmente excluídos dessa lei. Embora em algumas regiões existisse uma tentativa de se estabelecer um salário mínimo regional para os trabalhadores rurais, os proprietários e latifundiários foram resistentes ao pagamento de salários mínimos em espécie.

Neste sentido, o surgimento do Estatuto do Trabalhador Rural foi forjado a partir da constituição de um campo de enfrentamentos que envolveu trabalhadores, proprietários e

sindicato dos trabalhadores rurais, que passaram a ter um papel importante para conscientização dos trabalhadores e intermediar acordo e disputas com os proprietários (PALMEIRA, 1989; CAMARGO, 1981; PALMEIRA E LEITE, 1998; MEDEIROS, 2002).

Longe de representarem a imposição unilateral da vontade de um grupo, refletiram um jogo de conflitos e composições entre os interesses dos setores sociais envolvidos com a questão da terra ou dos direitos trabalhistas, ao mesmo tempo que expressaram as alterações nas "composições de poder e estilos de populismo" que desembocaram no golpe militar de 1964 (CAMARGO, *apud* PALMEIRA, 1989, p. 94)

O surgimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais foi fundamental para a luta pela garantia do pagamento do salário mínimo e direitos garantidos por lei (PRIORI, 1996). Nos processos consultados referentes as décadas de 1960 e 1970, é constante a referência da ação dos sindicatos.

Os sindicatos dos trabalhadores rurais surgiram na região Norte do Paraná desde o final da década de 1950. O primeiro ser fundado foi o Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina em 1956. Este e outros sindicatos que foram fundados no mesmo ano, não foram reconhecidos de imediato pelo Ministério do Trabalho (PRIORI, 1996). O reconhecimento dos sindicatos do Norte do Paraná pelo Ministério do Trabalho, ocorreu apenas em 1962 (PRIORI, 1996). Mesmo na ilegalidade, o Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina e Sindicato de Empregados de Trabalhadores Rurais de Maringá organizaram o I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná, na cidade de Londrina, nos dias 5, 6 e 7 de agosto 1960.

Embora esse não seja nosso tema, acreditamos que este acontecimento tenha sido importante, para a formulação e surgimento de diversos sindicatos de Trabalhadores Rurais na região. Neste sentido:

A implantação dos sindicatos de trabalhadores rurais, que correu paralela a essa intervenção do Estado, contribuiria de modo decisivo para enfraquecer os padrões tradicionais de dominação. Antes mesmo de sua atuação, sua simples presença ameaçaria aqueles padrões. O sindicato iria se colocar não só como um mediador alternativo, mas como um veículo para a implementação de regras impessoais que são a negação da dominação personalizada do latifúndio. Através do sindicato, os trabalhadores puderam ter acesso à Justiça e a implementação das leis tornou-se uma possibilidade real (PALMEIRA, p. 101-102).

Apoiados no Estatuto do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra, os sindicatos passaram a atuar principalmente nas fazendas e latifúndios da região, propagando os novos direitos obtidos

por lei e incentivando os trabalhadores rurais exigirem melhores condições de trabalho e principalmente o pagamento do salário mínimo regional. Neste sentido, dirigentes sindicais percorriam a região promovendo reuniões entre os trabalhadores, e muitas vezes, mediando negociações com patronato, a fim de alcançar salário mínimo regional. Neste aspecto, acreditamos que o surgimento dos sindicatos levaram ao tensionamento das relações de trabalho (com as ações na Justiça e as ameaças de greve), bem como serviram de desculpa para acelerar as mudanças das relações no campo. Quanto ao último aspecto, frequentemente esteve associado ao discurso anticomunista dos anos 60/70 (PRIORI, 1996).

A ação de sindicalistas nas fazendas e colônias da região foi informada em alguns dos autos trabalhistas que consultamos, entre eles o processo nº 15 de 1964. Esse processo foi acionado pelo trabalhador Aluizio Gomes da Silva. Nos autos, ele informou que tinha 20 anos quando começou a trabalhar como colono na Fazenda São Marcos, na cidade de Itaúna do Sul. Depois, do primeiro contrato como colono, ele estabeleceu um novo acordo, onde passou a receber por pé-de-café, e por fim, teve sua jornada alterada para a condição de empreiteiro.

Nascido em Palmeirinha, Pernambuco, Aluizio se identificou no inquérito como lavrador. Segundo os documentos anexos no auto trabalhista, o trabalhador pernambucano havia migrado para a cidade de Nova Londrina em meados de 1958, seis anos antes do processo. Provavelmente o trabalhador migrou para a cidade em busca de trabalho nos cafezais que estavam sendo plantados em toda a região.

No relato de Aluizio, ele explica que o trabalho nos cafezais era duro e os salários eram baixos. Inclusive abaixo do salário mínimo. Por isso, ao lado de José Alves de Melo (lavrador, casado e também trabalhador da Fazenda São Marcos), encabeçou uma luta pelo pagamento do salário mínimo, com a intervenção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaúna do Sul.

Nos fatos apresentados na reclamação trabalhista, montada pelo advogado Pedro Paulo de Mello, os dois trabalhadores narram que junto outros trabalhadores da fazenda São Marcos, lutaram pelo pagamento do salário mínimo conforme estabelecido no ETR. Entretanto, o proprietário da fazenda se negou veemente em reconhecer o direito dos trabalhadores rurais. Aluizio e José Alves informaram que na época, recebiam quatro cruzeiros por pé-de-café limpo, fato que, não os permitia alcançar o salário mínimo regional que era de 16 mil cruzeiros. Para eles era impossível limpar cem pés-de-café por dia, o que garantiria que o trabalhador recebesse ao final do mês um salário mínimo.

As primeiras tentativas obter o pagamento do salário mínimo, foram sem resultado. Ao procurarem o proprietário, o fazendeiro sempre compelia grosseiramente os trabalhadores

ao afirmar que “o serviço que temos é esse, só pagaremos isso se quiserem continuar terá que ser assim, caso contrário procurem outro serviço, pois o problema é de vocês”. Se a miséria e a pobreza em que viviam os trabalhadores do café na fazenda São Marcos não eram um problema do empregador, de quem mais seria? Tal miséria era produzida inclusive pelos valores paupérrimos pagos pelos patrões aos trabalhadores. Indiferente de quem fosse a responsabilidade da exploração destes trabalhadores, é certo que eles estavam determinados a conseguir o direito ao salário mínimo.

Não sabemos se o conflito pelo salário mínimo na Fazenda São Marcos, começou devido a interferência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ou se o sindicato foi acionado depois dos trabalhadores terem repetidas vezes, recebido a negativa do empregador. Mas sabemos que aparentemente, a contenda foi resolvida somente depois da interferência do organismo de classe e seu consultor jurídico.

DOCUMENTO 20 – Excerto do Auto 15/ 64, p. 01. Grifo nosso

3 - que a RÉ somente efetuou o pagamento do salário - mínimo, após muita insistência por parte do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAUNA DO SUL, tendo inclusive havido uma reunião na fazenda, ocasião em que a ré fez questão de demonstrar claramente, a NÃO vontade de pagar o que os trabalhadores tinham direito por "L E I", pois chegaram a levar um advogado para convencer os trabalhadores que - estes não tinham direito algum ao salário mínimo e que nem mesmo se sabia como aplicar/ tal lei, enfim a ré, a/través de seu promotor, tentou por inúmeras vezes não concordar com o que pleiteavam os trabalhadores, todavia estava ali o órgão de classe dos trabalhadores rurais e seu consultor jurídico fez valer a lei e finalmente a RÉ teve que pagar a todos seus empregados o salário imposto por lei;

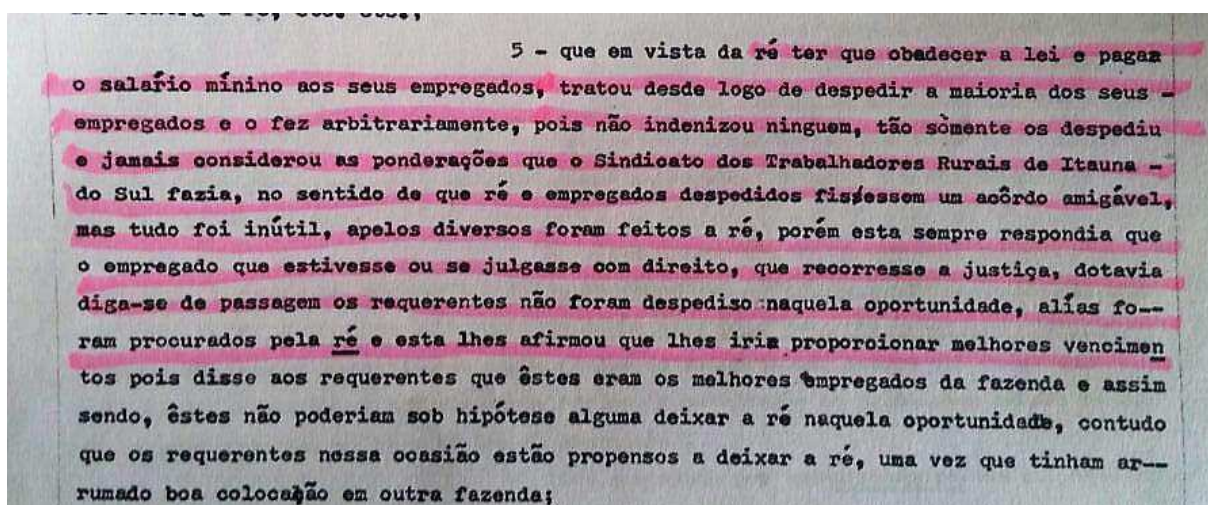
FONTE: Acervo do Cartório de Civil, Comércio e Anexos. Justiça do Trabalho. Comarca de Loanda.

Embora estabelecido por lei, observamos que o proprietário era resistente ao pagamento do salário mínimo. Fato que não era exclusivo da Fazenda São Marcos. Embora os trabalhadores se apoiassem na lei promulgada um ano antes (1963), o proprietário usou de todos os artifícios para negar o seu pagamento. É possível que o argumento elaborado pelo advogado do proprietário tenha se apoiado no fato de que, parte destes trabalhadores eram empreiteiros, e por isso, suas relações de trabalho não se caracterizavam como trabalhadores rurais segundo a legislação corrente. Como colocado logo no início do processo, tanto Aluizio como José iniciaram o trabalho na fazenda como colonos, passando a empreiteiros. Possivelmente, essa mudança ocorreu com a instauração do Estatuto do Trabalhador Rural. Mas, é fato que, embora fossem parceiros, empreiteiros, ou colonos, todos eles se identificavam como trabalhadores

rurais, dentro de uma relação de subordinação. Por isso, os trabalhadores estavam convencidos de que as leis estabelecidas no Estatuto do Trabalhador Rural também correspondiam a sua realidade de trabalho.

A luta pelo salário mínimo na Fazenda São Marco, entretanto não acabou com a intervenção do sindicato e o acordo celebrado entre proprietário e trabalhadores. Após ter “aceitado” pagar o salário mínimo, o proprietário despediu grande parcela dos trabalhadores, como narrou Aluízio e José Alves na denúncia transcrita no excerto do documento abaixo:

DOCUMENTO 21 – Excerto Auto 15/ 64, p. 02. Grifo nosso.



5 - que em vista da ré ter que obadecer a lei e pagar o salário mínimo aos seus empregados, tratou desde logo de despedir a maioria dos seus empregados e o fez arbitrariamente, pois não indenizou ninguém, tão somente os despediu e jamais considerou as ponderações que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itauna - do Sul fazia, no sentido de que ré e empregados despedidos fizessem um acordo amigável, mas tudo foi inútil, apelos diversos foram feitos a ré, porém esta sempre respondia que o empregado que estivesse ou se julgasse com direito, que recorresse a justiça, dotavia diga-se de passagem os requerentes não foram despedidos naquela oportunidade, aliás foram procurados pela ré e esta lhes afirmou que lhes iria proporcionar melhores vencimentos pois disse aos requerentes que estes eram os melhores empregados da fazenda e assim sendo, estes não poderiam sob hipótese alguma deixar a ré naquela oportunidade, contudo que os requerentes nessa ocasião estão propensos a deixar a ré, uma vez que tinham arrumado boa colocação em outra fazenda;

FONTE: Acervo do Cartório de Civil, Comércio e Anexos. Justiça do Trabalho. Comarca de Loanda.

Ao ser obrigado a pagar o salário mínimo, o proprietário elaborou uma manobra para conter o conflito e as exigências elencadas pelos trabalhadores. Ao despedir parte dos trabalhadores que haviam participado da mobilização provavelmente, o proprietário tenha assustado a outra parte, que continuou trabalhando na fazenda e possivelmente amedrontados pela ameaça de demissão, aceitaram as condições impostas pelo fazendeiro. Vemos que neste momento, teve início segunda luta com o sindicato para que ocorresse o pagamento de indenizações dos trabalhadores demitidos de forma amigável.

Ao constranger os trabalhadores e manda-los procurar a Justiça do Trabalho, o proprietário esperava prolongar o processo de pagamento das indenizações, e até mesmo contestar a incompetência da Justiça do Trabalho e o pagamento das indenizações. O fato, de José e Aluízio terem procurado a Comarca da cidade de Loanda e não de Nova Londrina (cidade mais próxima de Itaúna do Sul) nos fez pensar que talvez, na Comarca de Nova Londrina o juiz de direito naquele momento, tivesse um histórico de dar sentenças que fossem mais favoráveis

ao patronato do que a classe trabalhadora. Ou ainda, que o proprietário da fazenda São Marcos, poderia ter alguma proximidade ou relação com os magistrados desta cidade. Não sabemos as motivações que levaram os dois trabalhadores a se deslocarem para uma Comarca mais distante, mas é fato que esta estratégia era utilizada por vários trabalhadores no período estudado, o que explica o volume de processos trabalhistas de outras cidades da região.

O que é certo, é que a revelia do que havia sido estabelecido pelo Estatuto do Trabalhador Rural, pelo Estatuto da Terra ou pela Consolidação das Leis do Trabalho e as apelações do Sindicato de Trabalhadores Rurais, o proprietário não reconheceu nem direito ao salário mínimo, nem realizou as indenizações pela dispensa.

Acontece que os dois trabalhadores, José e Aluizio, não foram despedidos de imediato, apesar de terem sido os “líderes” do movimento. Eles narraram que inclusive foram procurados pelo patrão, que afirmou que queria que os dois trabalhadores permanecessem na propriedade por serem os melhores no serviço que realizavam. A atitude do fazendeiro causou estranheza nos dois trabalhadores, que naquele momento, também estavam propensos a deixar a propriedade inclusive, já haviam recebido outras propostas de trabalho.

Aluizio e José, afirmaram que após o suposto acordo com o patrão, começaram a ser hostilizados de diferentes formas: maus tratos, atraso nos salários e até mesmo a suspensão do trabalho. Segundo ele, o proprietário e seu administrador fizeram campanha na região contra os trabalhadores, propagando que os dois trabalhadores agitavam os demais empregados causando conflitos e confusão. Por fim, mediante a resistência dos trabalhadores (provavelmente direcionados e aconselhados pelo sindicato a não abandonar o trabalho) que permaneciam no trabalho mesmo com as provocações do patrão, Aluizio e José foram despedidos do trabalho. Após a demissão, Aluizio e José acionar a Justiça do Trabalho exigindo o pagamento de férias, do 13º salário, de horas extras trabalhadas e da indenização por demissão sem justa causa.

Este auto trabalhista não tem sequência. No dia da audiência os trabalhadores chegaram quinze minutos após o horário determinado para o início da audiência¹⁴³. O advogado de defesa solicitou o arquivamento por parte do reclamado fundado no art. 844 da CLT. Aos trabalhadores, sobrou pagar os custos do processo. Sem meios de o fazê-lo, o trabalhador mais jovem Aluizio, apresentou um atestado de pobreza expedido pela Delegacia de Polícia de

¹⁴³ Neste período, caso uma das partes não comparecem na audiência no horário marcado, não era permitido que adentrasse no ressoito após início dos trabalhos do dia. Por isso, a transcrição do rito seguido durante a audiência realizada pelo escrivão sempre começava pela apresentação do Porteiro da audiência, e da verificação se ambas as partes estavam presentes. Com o tempo houve uma alteração no rito, sendo tolerados quinze minutos de atraso.

Loanda, onde atestava que ele era reconhecidamente pobre, sem recursos financeiros, e por isso, não seria capaz de pagar as despesas da Justiça do Trabalho.

Encontramos denúncias semelhantes em outros processos, que retratam o contexto em que ocorreram as relações de trabalho no campo na região no período de 1964 – 1968, embora nem todos os trabalhadores rurais tenham acionado a justiça. Caso como o dos trabalhadores da Fazenda São Marcos, ocorreu também na Fazenda São Carlos em Loanda. Os trabalhadores que também haviam sido contratados como colonos, passando a empreiteiros, exigiram do proprietário a pagar salário mínimo logo após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural. Após terem acionado a Justiça do Trabalho e resolvido a contenda amigavelmente com o proprietário, alguns trabalhadores foram expulsos pelo administrador da fazenda, que se negou a renovar o contrato de empreita. O terem seus direitos expropriados e serem expulsos da terra os trabalhadores Pedro Juventino e José Amâncio recorreram à Justiça do Trabalho.

Na audiência, o juiz propõe uma conciliação amigável aos trabalhadores e proprietário, que é aceita por ambas as partes. Neste processo, não existe a citação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Entretanto, constatamos que ações como estas se tornaram frequentes neste ano de 1964 e nos anos seguintes. Muitos trabalhadores acionaram a Justiça do Trabalho exigindo o pagamento do salário mínimo à revelia de ter ou não, presença do sindicato.

Retornamos aí a fala de seu Manoel presente no início deste subtópico: “*o sindicato acabou com tudo*”. Embora o sindicato tenha aberto um espaço de luta pelo cumprimento dos direitos alcançados pelo Estatuto do Trabalhador Rural, sua ação ao questionar as relações de trabalho no campo, contribuíram para o aumento das lutas e conflitos no entre os trabalhadores rurais e proprietários, e para Manoel, para o fim de sistemas de trabalho como o de colonato, parceira e empreita.

Tal fato, pode ser sustentado pela hipótese de que o Estatuto do Trabalhador Rural ao impor pagamento salário mínimo com pagamento em dinheiro nunca inferior a 30% (quando constar moradia e fornecimento de gêneros alimentícios) rompeu com as formas clássicas de exploração do trabalhador rural. Isso porque, embora pudesse ser descontando do salário o valor referente a moradia e a alimentação, o resultado da plantação subsidiária ou intercalar (que era frequentemente realizado), não poderiam mais corresponder como parte salário do empregado. Ou seja, práticas como a de trocar o serviço do trabalhador pelo direito de plantar em um quinhão de terra, ou ainda, por plantações nas ruas dos cafezais, passaram a ser proibidas como forma de pagamento.

Para os proprietários, os sistemas de colonato, parceria e empreita, passaram a ser pouco lucrativas, já que na região, este tipo de pagamento era muito frequente. Neste sentido, com o aumento do custo do trabalho e as pressões dos sindicatos e trabalhadores, gradativamente estes tipos de relações tradicionais foram sendo substancialmente substituídas pelo trabalho de volantes. Até mesmo porque os trabalhadores volantes, por não terem contrato de trabalho, e terem uma esporádica de trabalho não tinham seu trabalho coberto pela Estatuto do Trabalhador Rural.

Assim, a fala do seu Manoel é possivelmente a reprodução da forte campanha que grupo de proprietários tenham reproduzido em relação a ação dos sindicatos na região, em um processo de desqualificação do organismo de classe, e convencimento dos trabalhadores de abrirem mão dos direitos obtidos pelo ETR. A revelia de outros fatores, Manuel culpa os sindicatos pelo colapso das relações do campo, sem questionar como as mudanças ocorridas pela acomodação do capital, na verdade, contribuiu para expulsão do homem do campo.

Assinalamos que os autos consultados, apresentam um conjunto de situações que gradativamente nos permitiram observar o cenário em que ocorreu o esvaziamento do campo, e o fim das relações tradicionais de trabalho. Assim, além das tensões geradas pelas disputas judiciais, podemos citar outros processos que contribuíram para o fim do colonato como: a) a política de erradicação do café e expulsão dos trabalhadores (colonos empreiteiros,) a revelia da vigência do contrato de trabalho; b) a degradação do solo devido à exaustão do plantio cafeeiro; c) a crise do preço do café e a d) substituição por outras culturas como gado; e) as frequentes geadas desde a década de 1950, que tornava a produção do café pouco produtiva e rentável; e por fim, f) a política de modernização da agricultura com a implantação de sistemas agrícolas baseados no uso de insumos e maquinário.

Esse conjunto de imperativos citados acima contribuíram para a descontinuidade das formas tradicionais de trabalho existentes no campo ao criar um desequilíbrio nas estruturas sociais que servem de suporte, entre outros, às atividades econômicas (PALMEIRA, 1989).

Todos estes fatores em comunhão com as modificações das relações de trabalho e com o surgimento de nova legislação levaram a um contínuo processo de expulsão dos trabalhadores do campo. Fato que deu início a uma nova frente de lutas, agora pela permanência na terra.

4.1.3 A luta pela permanência na terra

A luta, não apenas pelo direito ao salário mínimo levou os trabalhadores acionarem a Justiça do Trabalho. Como anunciámos no início do texto, as lutas dos trabalhadores do campo também eram pela manutenção na terra (e pelo acesso à terra).

A expulsão da terra poderia ocorrer por vários motivos: a) a ação desonesta de proprietários e jagunços que contratavam trabalhadores para realizar determinados serviços, e logo após os enxotavam da terra de forma violenta, sem que ocorresse colheita da produção ou pagamento serviço; b) a política de erradicação do café a partir de 1962, que passou a indenizar os proprietários pela corte do café e sua substituição pelo gado; c) a frequência de geadas que prejudicavam a produção, e assim, diminuía número de trabalhadores necessários.

Estes fatores ainda puderam ser combinados agravando a situação de violência a que eram submetidos estes trabalhadores. Este foi o caso de Pedro Soares.

Quando acionou a Justiça do Trabalho em 1964, o trabalhador já tinha idade avançada, 62 anos. Ele foi contratado em dezembro de 1962 pelo proprietário da fazenda Nossa Senhora Aparecida, como trabalhador volante recebendo inicialmente, três cruzeiros por pé-de-café, depois quatro e cinco cruzeiros. Além do pagamento, Pedro ocupava uma casa da colônia, e havia recebido permissão verbalmente, para plantar nas ruas dos cafezais e em torno da casa. Com a permissão do patrão, fez o plantio de cereais destinado a alimentação da família.

Entretanto, dois meses após o plantio, o trabalhador foi surpreendido por um entreposto do proprietário que a mando do patrão, arrancou parte dos cereais plantados por Pedro. Além de perder os cereais plantados, o trabalhador foi obrigado a abandonar a propriedade sem justificativa, sem poder fazer a colheita do milho que havia plantado com a família.

Na audiência judicial, foi realizado um acordo entre Pedro e o proprietário, que se comprometeu a realizar o pagamento de parte do valor exigido pelo trabalhador. Pedro poderia permanecer com sua família na casa da propriedade rural até o final do contrato e procedesse a colheita do milho que havia plantado. Os motivos que levaram o proprietário a expulsar o trabalhador e sua família, não é conhecido. Até mesmo porque não estão presentes no auto o depoimento das partes. Entretanto, chamamos a atenção para o fato de que o trabalhador teve sua plantação destruída em dezembro de 1964, cinco meses após a geada negra que devastou cafezais da região. Embora não cite no processo, muitos de nossos entrevistados, contaram que ao longo de 1964, 66 e 67 os cafezais foram sendo gradativamente “derriçados”, seja motivado pela política de erradicação do café, ou pelas geadas que se seguiram naqueles anos.

O que nos chama a atenção, é a coerção do proprietário, que a partir da ação de entreposto, compeliu violentamente o trabalhador e sua família, os obrigando a deixar a terra. Se não existia mais trabalho no cafezal, os trabalhadores não eram mais necessários, e por isso, era preciso afugenta-los. Essa lógica macabra de violência e coerção é recorrente nos processos que pesquisamos.

Fato similar foi o da trabalhadora rural Maria Dantas Nobre. Viúva e analfabeta, a lavradora comprou em maio de 1966 um contrato de parceria agrícola realizado por terceiros - prática comum na época- que tinha vigor até o mês de dezembro de 1967¹⁴⁴.

O contrato referia-se aos cuidados de 5400 pés-de-café que haviam sido atingidos pela geada no Bairro Rural Rio Tamanduetí. Segundo o contrato, a trabalhadora tinha direito de ficar com toda a produção do cafezal no ano agrícola de 1966, e a 50% da produção no ano de 1967. Além disso, ela podia plantar cereais entre o cafezal. Nestes termos, a lavradora ocupou a casa na propriedade e passou a realizar o trabalho no cafezal com auxílio de seu filho.

Na reclamação autuada pela promotoria, consta os seguintes fatos.

Que desde dois meses, o reclamado vem tentando tomar-lhe a roça de qualquer maneira. Eis os fatos:

- a) Há quase dois meses, o reclamado comprou revolver, com o qual perseguiu a reclamante e seus filhos tentando matá-la, do que deu parte á D. P., que lhe prendeu arma;
- b) Nessa ocasião, apos sair da D. P. o reclamado injuriava a reclamante, irritado com a providencia acima;
- c) Querendo-se vingar, o reclamado, estiolando sua baixeza de caracter, secou a agua de que se servia a reclamante para beber, que necessitou usar (e está usando) a água do vizinho;
- d) Dia 24/fev. último, o reclamado cercou a casa da reclamante, prejudicando-a, e dia 25/fev. soltou o gado no terreiro da casa da reclamante;
- e) Ainda dias 23 e 24/fev. último, o reclamando quíz “despejá-la” sem ordem judicial, a valentona;

(Auto Trabalhista 09/1969, p. 01. Cartório do Civil, Comercio e Anexos. Justiça do Trabalho, Comarca de Loanda).

Uma possibilidade de análise deste conflito é a que segue. Maria era considerada um empecilho, seja de obtenção do lucro total da produção cafeeira, ou ainda da substituição dos cafezais pela produção de gado, e por isso, o proprietário estava determinado a expulsar a trabalhadora. Os fatos narrados na reclamação são confirmados por três testemunhas: vizinhos que tinham auxiliado a trabalhadora no transcorrer dos sucessivos atos de violência cometidos

¹⁴⁴ Consta levantamento no cartório civil, do contrato realizado com o primeiro parceiro agrícola, e com anotação da transferência do contrato para a lavradora Ana Nobre, inclusive com presença e consentimento do proprietário Santo Trabasso.

por Santo Trabasso, o proprietário. Inclusive foi com auxílio dos vizinhos que ela retirou o gado de dentro de sua casa, e construiu um cercado ao lado da casa para pôr o gado.

O cercamento da casa, a destruição de parte dos cereais pelo gado, as ameaças de morte ou mesmo os tiros, são evidências da ação violenta que o proprietário utilizou para assustar e afugentar a trabalhadora. Se ela abandonasse a terra perderia o direito a indenização pela quebra de contrato, e os benefícios que haviam sido realizados pela trabalhadora.

Na primeira audiência, o proprietário Santo Trabasso negou veemente todos os atos. Justifica que nenhuma das ações haviam sido propositais a fim de prejudicar a trabalhadora. Entretanto, ele não aceita realizar nenhum acordo com Maria, por achar que a lavradora não tinha nenhum direito sobre propriedade rural. O promotor pede então a convocação de três vizinhos que são arrolados no depoimento da lavradora. Todos confirmam a história narrada por Maria e as ameaças realizadas por Santo Trabasso.

Na segunda audiência, o proprietário Santo Trabasso propôs um acordo, que permitia a lavradora ficar em sua propriedade até o final do contrato, marcado para o dia 09 de setembro de 1967, podendo ela ficar com a totalidade do café colhido nos dois anos (1966 e 1967). Maria Nobre aceitou a proposta mediante o comprometimento do proprietário em “levar a vida em bons modos, respeitando a ela e seus familiares”, o que significava que, a partir de então, as ameaças e violência acabariam.

Os dois casos apresentados nos autos são muito similares, apesar do primeiro ter ocorrido em 1964 e o segundo em 1967. Em ambos os casos, os trabalhadores tiveram sua plantação agrícola prejudicada pela ação violenta e criminosa de proprietários e entrepostos, com objetivo de compelir os trabalhadores a abandonar a terra. Estes atos de violência nos chamaram atenção pela frequência que passaram a ocorrer a partir dos anos 60. Em nenhum dos dois casos, o objetivo é evidente. Embora existam indícios como a presença de gado, a citação de cafezais afetados pelas geadas e contratos pouco lucrativos a serem cumpridos.

Neste aspecto, observamos que apesar de ser reconhecido os direitos do trabalhador rural e do campo, isso não assegurou que as relações de mandonismo e violência, tenham sido cessadas ou melhoradas. Embora, tenha ocorrido a tentativa de modernizar as relações e diminuir os conflitos entre proprietários e trabalhadores, os últimos continuaram a ser pressionados e compelidos a relações que nem sempre eram favoráveis, e quando não eram necessários, eram evadidos do direito de permanecer a terra.

E neste contexto, que temos o avanço dos processos de expulsão dos trabalhadores rurais na região. No início dos anos de 1980, vários dos bairros rurais já se encontravam

esvaziados, e as colônias abandonadas. Muitos dos trabalhadores nortistas, deixaram não apenas o campo, mas o Norte do Paraná, em busca de novas oportunidades de emprego e sobrevivência. Outros nortistas acabaram ficando, porque já tinham idade avançada, ou porque simplesmente não tiveram outras alternativas.

Atualmente, a região Norte do Paraná não é mais produtora de café. Em toda a região, existe uma produção extensiva de gado, cana e mandioca. As fábricas de torneira se tornaram a partir dos anos 1990 o principal produto da economia local. Nas linhas de produção, encontramos de alguns de nossos entrevistados, que cruzam a cidade todos os dias de casa para o trabalho. Ainda é possível ver alguns ônibus que carregam boias-frias até as plantações de mandioca e os canaviais. Ao olharmos pelas janelas dos ônibus, é possível observar trabalhadores de pele escura, descendentes daqueles primeiros trabalhadores que citamos ao longo desta pesquisa.

CONCLUSÃO

Sinhá Vitória fez a pergunta, Fabiano matutou e andou bem meia légua sem sentir. A princípio quis responder que evidentemente eles eram o que tinham sido; depois achou que estavam mudados, mais velhos e mais fracos. Eram outros, para bem dizer. Sinhá Vitória insistiu. Não seria bom tornarem a viver como tinham vivido, muito longe? Fabiano agitava a cabeça, vacilando. Talvez fosse, talvez não fosse. Cochicharam uma conversa longa e entrecortada, cheia de malentendidos e repetições. Viver como tinham vivido, numa casa Sinhá protegida pela bolandeira de seu Tomás. Discutiram e acabaram reconhecendo que aquilo não valeria a pena, porque estariam sempre assustados, pensando na seca (GRACILIANO RAMOS).

Aqui, chegamos ao fim. Exatamente do local que partimos. E por isso, passo a escrever no singular. Termino com a história que deu origem a toda narrativa que escrevi ao longo dos quatro anos de doutorado. Comecei com D. Nana: mulher, negra, nortista, trabalhadora rural, pobre. Acima de tudo isso, minha avó.

Dona Nana, apesar de medir as distâncias que percorria entre o cafezal e o IBC, permanecia morando na Jurema. “Sempre morei aqui, vivi aqui, meus filhos nasceram aqui, vou morrer aqui”. E veio realmente a falecer, um ano depois da entrevista. Na mesma casa de tábuas, na rua empoeirada sem asfalto que a entrevistei. Para ela o centro nunca foi local para ela e a família. Os filhos. Talvez, para única neta, que aqui vos escreve... que ela sempre dizia... “você vai ser madame, não vai viver na senzala”. Nana viveu a vida andando. Como Fabiano e sua família andou muitos quilômetros, com trouxas de roupas e latas d’água na cabeça (habilidade que se orgulhava).

Na juventude andava da casa para o roçado, do roçado para poço d’água, do poço d’água para IBC. Na velhice, continuou cortando a cidade, andando debaixo de sol vendendo semi-jóia, Avon, romaneio. A andaça fazia parte da sua história. Por isso, além das mãos também tinha os pés grossos e calejados. Mas o que poderia se esperar? Ainda bebê se tornou uma andante. Carregada pela família de fazenda a fazenda, cortou estados e chegou ao Paraná.

Os nortistas não se referem apenas a um grupo cultural ou étnico. Após ouvir narrativas e consultar os diversos documentos que apresentamos ao longo deste texto, foi possível entrever um grupo, que se definia pela situação que chegaram ao Norte do Paraná, e as relações e condições de trabalho a que eram submetidos. O nortista era o quebrado, o fudido, que fazia os piores trabalhos. Ganhavam menos, eram homens brutos. Seja a partir das políticas do Estado, que direcionavam as levas de trabalhadores migrantes, ou da ação de gatos e latifundiários, esses trabalhadores foram fundamentais para processo de reocupação de Loanda, e todo Norte

do Paraná. Neste processo, eles criaram as bases da economia regional, e serviram como força de trabalho no processo de capitalização da terra e da produção agrícola e agropecuária que foi estabelecido na região. Ao mesmo tempo que produziam mercadorias, eram transformados em mercadorias. Sua força de trabalho, era o valor cobrado pelo seu deslocamento, e posteriormente de sua família e amigos. Eles eram submetidos a relações de trabalho marcadas pela violência e opressão. Os nortistas eram a mão-de-obra mais barata do mercado.

Anteriores ao processo de definição dos territórios municipais e a instalação dos centros urbanos, foram de fato, os primeiros moradores das regiões – claro logo após os indígenas. Entretanto, considerados como sujeitos não desejáveis e de cultura iletrada foram excluídos das narrativas e mitos originários, que como uma cosmogonia ilustram o surgimento dos ajuntamentos populacionais e da cultura local. Este fato, como averiguamos ao longo desta tese, faz parte de uma longa tradição iniciada pelos paranistas, que no fervor de construir e consolidar uma identidade paranaense, forjou um mito pioneiro de homens brancos, proprietários, descendentes de europeus. E que assim, excluem da história os andantes, que figuram como personagens principais nesse trabalho.

Contraditório é o fato de que apesar de ser uma andante, nem D. Nana, nem nenhum dos sujeitos aqui apresentados virou nome de rua, travessa ou avenida. Locais destinados aqueles homens que não tinham pés e mãos grossas. O que me faz pensar na afirmação de Graciliano Ramos, personificada na fala do personagem Fabiano: *Quem é do chão não se trepa*.

Talvez por isso, ainda hoje os nortistas não façam parte da História oficial de Loanda, e sua cultura é negada, como a base das tradições que formam a cultura regional. Os documentos oficiais não citam os nortistas. Quando muito, eles aparecem como figurante das fotos dos cafezais que se espalhavam na cidade. O que conseguimos entender ao final dessa pesquisa, é que as experiências e histórias desses trabalhadores, mais do que nunca estão vivas e são pulsantes. Não nos lugares comuns, nos livros e bibliotecas. Estão nas ruas, nas filas do SUS, nos encontros e bailes da terceira idade.

Assim, observamos que no campo do vivido, existe um conflito pelos sentidos da cidade e pela memória local. Enquanto temos a imposição das elites que tentam perpetuar pioneiros e sujeitos que teriam cumprido com seu quinhão no processo de colonização da região, esses trabalhadores reivindicaram em suas falas, um lugar na memória social que antecede o capital imobiliário e a ocupação urbana.

Suas histórias e memórias, apesar de negadas e silenciadas pelos conflitos que ainda se fazem presente (pela ocupação da cidade, serviços públicos, direito a aposentadoria, disputa pela terra) sobrevivem nos valores morais, nas histórias e contos que povoam a cultura popular.

Apesar de nunca ter vivido no campo, o cafezal, a casa de tábuas, a Jurema, são elementos comuns, a que me identifico e a minha história familiar, e de quem eu sou como ser humano e historiadora. Por isso, me considero herdeira de uma história e memória camponesa, que ainda permeia imaginário social e fundamentam minha identidade como sujeito histórico.

Essa história é sobre todos andantes, nortistas e trabalhadores que estiveram na ontologia da formação social do Norte do Paraná, dos que foram e permaneceram.

É a história dos meus vizinhos, amigos, pais e avós.

É, acima de tudo minha história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR., D. M.. Paraíbas e Bahianos: órfãos do campo, filhos legítimos da cidade. In: **Travessia** - São Paulo: Centro de Estudos Migratórios. São Paulo, n. 8, p. 28, set./dez.1990. ;

ALVES, Eliseu; MARRA, Renner; SOUZA, Geraldo da Silva. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**. Brasília, DF: Ano XX – No 2 – Abr./Maio/Jun., p. 80-88, 2011.

ÂNGELO, A. A presença dos Cordelistas e Cantadores Repentistas em São Paulo. In: **Cidade**. Ano 2. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico. 1995.;

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Nordeste, Nordestes. Que Nordeste? In: **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/Editora UNESP, 1995.

_____. ARAUJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estud. av., São Paulo** , v. 11, n. 29, p. 7-36, Apr. 1997 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141997000100002>.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru/ SP: EDUSC, 2006.

BAPTISTA, D. M. T. **Nas terras do “Deus Dará”**: Nordestinos e suas redes sociais em São Paulo”. (Tese de doutorado em Ciências Sociais) - São Paulo, PUC, 1998. 324 p.;

BARNABÉ, Marcos Fagundes. **A organização espacial do território e o projeto da cidade: o caso da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Departamento de Arquitetura e Planejamento da Escola de Engenharia de São Carlos, São Paulo. 1989.

BARRETO, Pedro Henrique. História - Seca, fenômeno secular na vida dos nordestinos. In: **Desafio do Desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2009 . Ano 6 . Edição 48 - 10/03/2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1214:reportagens-materias&Itemid=39

BERNARDES, Lísia Maria Cavalcanti. O problema das “Frentes Pioneiras” no estado do Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia**: julho-setembro, 1953.

BRASIL, 1938. **DECRETO-LEI Nº 406**, de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada, de estrangeiros no território nacional. On line. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De10406.htm

_____, 1930. **DECRETO Nº 19.482**, de 12 de dezembro de 1930. Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências. On line. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-publicacaooriginal-1-pe.html>.

_____, 1943. **DECRETO-LEI Nº 5.452**, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. On-line. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>

_____, 1966. **DECRETO Nº 59.566**, de 14 de novembro de 1966. Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências. On-line. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d59566.htm

BORGES, Barsanufu Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930- 1960**. Goiania: Editora da UFG, 2000.

BOSI, Antônio de Pádua. História e narrativa fotográfica: o caso de “migrant mother”, de Dorothea Lange. In: **História da Históriografia**. Ouro Preto: nº19, dez. 2015. p.159-173.

_____. **Reforma urbana e luta de classes: Uberabinha/MG (1888 a 1922)**. São Paulo: Xamã, 2004.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Vol. 5, novembro 1995. p. 5-31.

BUNYAN, John. **O peregrino: a viagem do cristão à cidade**. São Paulo: Martin Clares, 2004.

BURNETT, Annahid. A “saga” dos retalheiros: um estudo sobre a instituição da feira da sulanca no agreste Pernambucano. In: Século XXI, **Revista de Ciências Sociais**, v.3, no 2, p.09-40, jul./dez. 2013.

CALIL, Léa Elisa Silingowschi. **Direito do trabalho da mulher: a questão da igualdade jurídica frente à desigualdade fática**. São Paulo: LTr, 2005.

CAMPOS, Nívio de. **Wilson Martins: entre a intelligentsia e a universidade (1951)**. 1. Rev. bras. hist. educ., Campinas-SP, v. 12, n. 1 (28), p. 113-144, jan./abr. 2012.

CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. **Os enfermos da razão: cidade planejada, exclusão e doença mental (Maringá, 1960-1980)**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2004.

_____. Moralizando o pobre: vadios, baderneiros e loucos na “cidade tecnicamente planejada para ser bela e sem problemas”. In: **Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de História regional**. Maringá: Eduem, 2001.

CAMARGO, A. A. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, B., org. **História geral da civilização brasileira** - Tomo III — O Brasil republicano. 3º volume. Sociedade e Política (1930-1964). São Paulo, Difel, 1981.

CANCIAN, Nadie Aparecida. **Cafeicultura paranaense 1900/ 1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CARVALHO, Márcia Siqueira de. O uso do solo na década de 1960 no norte do Paraná e a política cafeeira. In: **Geografia**. Londrina: v. 8, n. 2, p. 135-141, jul./dez. 1999

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo: Editora Ave Maria: 1975.

DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de História regional**. Maringá: Eduem, 2001.

IANNI, Octávio. **A Luta pela Terra**. Petrópolis: Vozes, 1981.

INÁCIO, Paulo Cesar. **Sudoeste goiano: seus trabalhadores, seus construtores, suas memórias – Nossa História**. Uberlândia: UFU, 2009. Tese de doutorado.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945 -66)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FORMAN, Shepard. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FURTADO, Celson. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

GOMES, M. I. S. O genocídio dos índios americanos. In: **E-Rei: Revista de Estudos Interculturais do CEI**. Porto: Jan/ 2013.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **Errantes da selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia**. Editora Universitária UFPE, 2006.

GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. **A Ditadura Civil-Militar e a “politicalha interiorana”**: O caso Halim Maaraoui em Nova Londrina-PR (1969). Curitiba: Editora CRV, 2012.

GRIMBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciais. In: PINKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. **Querência do Norte**: Uma experiência de colonização e reforma agrária no Noroeste do Paraná. Maringá, PR: Editora Massoti, 2002.

_____. **Processo de Transformação do território do Noroeste do Paraná e a construção de novas territorialidades camponesas**. Tese doutoramento em Geografia pela Universidade de São Paulo. São Paulo: 2007.

HOBBSBORN, Erick. **A era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

JOFFILY, José. **Londres-Londrina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

KOSAK, Vladimir et al. Os índios Héta: peixe em lagoa seca. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná**, vol. 37, p. 3-120, 1981.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. São Paulo: Papirus, 1986.

LIMA, Roberto Kant de. Cultura jurídica e práticas policiais – a tradição inquisitorial. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 4, n. 10, 1989

LINHARES, Meia Yeda; Silva, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus 1999.

LOMONACO, Maria Aparecida Tochi. **Bel de Santa Isabel**: história do município de Santa Isabel do Ivaí na visão de seus protagonistas. Santa Isabel do Ivaí, PR: Prefeitura Municipal, 2008.

LOPES, Ana Yara Dania Paulino. **Pioneiros do capital**: a colonização do Norte do Paraná. São Paulo, Dissertação de Mestrado, USP, 1982.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá/ PR: Prefeitura Municipal, 1997.

MARCELO, Paulo. **História de Paranavaí**. Prefeitura Municipal de Paranavaí-PR, 1988.

MARTINS, José de Sousa. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **Campesinato e Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1984.

MEDEIROS, Leonilde Sêrvolo de. **História dos movimentos sociais do campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos. In: CHIVITARESE, L. (Org.). **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2002.

MENDONAÇA, Sônia Regina de. **Estado e Economia no Brasil**: Opções de desenvolvimento. São Paulo: Graal, 1985.

MOTA, Lúcio Tadeu & NOVAK, Éder da Silva. **Os Kaingang do Vale do Ivaí** – PR. História e relações interculturais, Maringá, EDUEM, 2008.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: A História épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). 2ª ed revisada e ampliada. Maringá: EDUEM, 2009.

_____. Construção e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: **Maringá e o Norte do Paraná**: Estudos de História regional. Maringá: Eduem, 2001.

MUSSALAM, René. **Norte pioneiro do Paraná**: formação e crescimento através dos censos. Curitiba, 1974. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.

NAKAGAWARA, Y. **Café, do colonato ao bóia-fria**. Semina: Cio Soc./Hum., Londrina, v. 15, n. 3, p.270-279, set.1994.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Rev. bras. Hist.** São Paulo: v. 21, n. 40, p. 107-129, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 Sept. 2016.

NICHOLL, William H. A Fronteira Agrícola na História Recente do Brasil: O Estado do Paraná, 1920-65. In: **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, 24 (4) 113/91, out./dez. 1970.

NOELLI, Francisco S.; MOTA, Lúcio T. **Exploração e Guerra de Conquista dos Territórios Indígenas nos Vales do rio Tibagi, Ivaí e Piquiri**. In: *Estudos de história regional*. DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org). Maringá: EDUEM, 1999.

_____; NOELLI, Francisco Silva. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: **Maringá e o Norte do Paraná**: Estudos de História regional. Maringá: Eduem, 2001.

NOTA DA REDAÇÃO. **Nicholls**: in memória. In: Revista Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro: vol. 08, p. 555-560, dezembro de 1978.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, R. C.; SALLES, J. O; KUNHAVALIK, J. P. **A construção do Paraná moderno: políticos e política no governo do paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETTI, 2004.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. São Paulo: **Revista Estudos Avançados**. 1989, vol.3, n.7, pp.87-108.

PANAGIDES, Stahis. Erradicação do café e diversificação da agricultura brasileira. In: **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 23 (I): 41-71, jan./mar. 1969.

PAYES, M. A. M., 1984. **O Norte do Paraná**: Expansão Cafeeira e Apropriação da Renda Fundiária desde Fins do Século XIX até 1960. Dissertação de Mestrado, Itaguaí: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

PAULINO, E. T. **Terra e vida**: a geografia dos camponeses no norte do Paraná. Tese (Geografia Humana) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

PENNA, M. **O que faz ser nordestino**: identidades sociais, interesses e o “Escândalo Erundina”. São Paulo: Cortez, 1992. p. 1-113.

PRIORI, Ângelo Aparecido. **O levante dos posseiros**: a Revolta Camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no Campo. Maringá: Eduem, 2011.

_____. Lutas sociais e conflitos políticos: alguns temas da história de Maringá (o II Congresso de Trabalhadores Rurais e a formação da Frente Agrário Paranaense). In: **Maringá e o Norte do Paraná**: Estudos de História regional. Maringá: Eduem, 2001.

_____. **O protesto do trabalho**: histórias das lutas sociais dos trabalhadores rurais do. Paraná: 1954-1964. Maringá: EDUEM, 1996.

PORTELLI, Alessandro. O melhor limpa-latas da cidade: A vida e os tempo de Valtêro Peppoloni, trabalhador. In: **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. Forma e significação na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. In: **Projeto História. São Paulo**: v. 14, 1997. p.7-24.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. São Paulo: Record, Martins, 1975.

ROMPATTO, Maurílio. **Memória da Colonização do Noroeste Paranaense**: Microrregião de Paranavaí: a experiência e a proposta da pesquisa. Paranavaí-PR: Anais do I Fórum das Faculdades Estaduais do Paraná, 1998, pp. 17-18.

_____. O Processo de (Re)Ocupação do Noroeste do Paraná nas Versões Oficiais e na Memória Popular. In: **Anais Congresso Internacional de História**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011. P. 1295 -1307.

ROSEMBERG, Fúvia; PIZA, Edith. Analfabetismo, gênero e raça no Brasil. In: **Revista USP**. São Paulo: nº 28, p. 110-121, dez/ fev. 1995/1996.

ROSEMBERG, André; SOUZA, Luís Antônio Francisco de. **Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica**. In: Revista Patrimônio e Memória. V. 5, n.2. São Paulo: UNESP, dezembro de 2009.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. "Em nome do pai": o compadrio na construção das estratégias sociais dos homens de negócio cariocas (1718-1741). In: ANDRADE, Francisco Eduardo de; JESUS, Ronaldo Pereira de; GONÇALVES, Andréa Lislyl. (Org.). **Itinerários da pesquisa histórica**. 1ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, v. 1, p. 65-88.

SAMUEL, Raphael. Escopofilia. In: **Projeto História**. São Paulo: 2000. p.25-37

_____. Teatros da Memória. In: **Projeto História**. São Paulo: Fevereiro de 1997. p. 41-52.

_____. História Local e História Oral. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v.0, nº 19. Set 89/ fev/ 90. p.219-243.

SARLO, Beatriz. **Tiempo Presente. Notas sobre el cambio de una cultura**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Autores Associados: Campinas, 2007.

SCALIANTE, D. H. **Colonização e Conflitos na Ocupação das Terras da Região do Município de Loanda**. Dissertação Mestrado. Universidade de Maringá. Maringá: 2011.

SIDNEY, Washington. Cinco décadas de história. In: **Revista Desafios de Desenvolvimento (IPEA)**. 2014. Ano 10. Edição 80 - 23/06/2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3048&catid=28&Itemid=39. Consultado em: 24/11/ 2015.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. De colona à bóia-fria. In: **História das Mulheres no Brasil**. Org. Mary Del Priori. São Paulo: UNESP, 2007.

_____. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Unesp, 1999.

SILVA, Ana Lúcia da. **A revolução de 30 em Goiás**. Goiânia: Agepel, 2001.

SWAIN, Tânia Navarro. Fronteiras do Paraná: da colonização a migração. In: AUBERTIN, Catherine. **Fronteiras**. Brasília: UnB, 1988.

SOARES, Olga Maria Machado. **Bases Ecológicas da Atividade Agrária em Loanda – Pr**. São Paulo: USP, 1973. Tese de Mestrado.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de; HOCHMAN, Gilberto. Ano de nove, ano de varíola: a epidemia de 1919, EM Salvador, Bahia. In: Fênix – **Revista de História e Estudos Culturais**. Setembro/ Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2012, Vol. 9 Ano IX nº 3.

TELAROLLI Jr., Imigração e epidemias no estado de São Paulo. In: **História, Ciências, Saúde —Manguinhos**, III (2):265-283 Jul.-Oct. 1996.

TOMAZI, Nelson Décio. **Norte do Paraná: histórias fantasmagóricas**. Curitiba\PR: Aos quatro ventos, 2000.

_____. In **Apropriação da renda fundiária: o caso norte paranaense**. Revista Geografia. Maringá: Uem, 1986.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da Teoria: ou um planetário de erros**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **Costumes em comum: estudos sobre cultura popular e tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VARUSSA, Rinaldo Jose. **Trabalhadores e a construção da justiça do trabalho no Brasil: (décadas de 1940 a 1960)**. São Paulo: LTr, 2012.

VALCUENDE, José Maria (coord.). **História e Memória das Três Fronteiras: Brasil, Peru e Bolívia**. São Paulo: EDUC, 2009.

VELHO, Guilherme Otaviano. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. São Paulo: Difel, 1979.

VENDRAME, Maíra Ines. Mobilidade, redes e experiências migratórias. IN: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto (Orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo/RS: Editora Oikos Ltda, 2015.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. **A procura das Bandeiras Verdes: viagem, missão e romaria % movimentos sócio—religiosos na Amazônia Oriental**. Campinas: Unicamp, 2001. Tese de Doutorado.

ANEXOS

ANEXOS 1:

Dados reais gráfico 5, p. 129 sobre origem dos nubentes. Fonte: Processos de casamento da Igreja Nossa Senhora Aparecida – Loanda/PR. 1955-1960. Organizado pela autora.

TABELA ESTADOS DE ORIGEM – PROCLAMAS IGREJA NOSSA SENHORA APARECIDA- LOANDA/PR	
Estado/País	
São Paulo	574
Bahia	317
Minas Gerais	270
Pernambuco	152
Alagoas	91
Ceará	81
Paraná	79
Santa Catarina	57
Rio Grande do Sul	57
Paraíba	25
Sergipe	24
Portugal	19
Piauí	18
Rio Grande do Norte	14
Rio de Janeiro	9
Espanha	6
Não declarado	4
Espírito Santo	4
Mato Grosso	3

Japão	3
Itália	2
Mato Grosso Sul	2
Odessa/Rússia	1
Pará	1
Tocantins	1
TOTAL:	1.814

ANEXO 2:

Dados reais gráfico 04, p. 120: Local de origem por gênero. Fonte: Processos de casamento da Igreja Nossa Senhora Aparecida de Loanda/PR. 1955-1960. Organização da autora.

Estado de origem	Homens	Mulheres	Geral
São Paulo	235	339	574
Bahia	185	132	317
Minas Gerais	143	127	270
Pernambuco	87	65	152
Alagoas	43	48	91
Ceará	45	36	81
Paraná	26	53	79
Santa Catarina	28	29	57
Rio Grande do Sul	30	27	57
Sergipe	16	8	24
Paraíba	18	7	25
Portugal	10	9	19
Piauí	11	7	18
Rio Grande do Norte	10	4	14
Rio de Janeiro	4	5	9
Espanha	4	2	6
Não declarado	1	3	4
Espírito Santo		4	4
Mato Grosso	2	1	3
Japão	2	1	3
Mato Grosso Sul	2		2
Itália	2		2
Odessa/Rússia	1		1
Tocantins	1		1

Pará	1		1
Total Geral	907	907	1814

ANEXO 3:

Dados gráfico 6, p. 138, sobre índice de alfabetismo/analfabetismo. Fonte: Processos de casamento da Igreja Nossa Senhora Aparecida – Loanda/PR. 1955-1960. P. 110.

Índice de alfabetizados	
Alfabetizado	1324
Não alfabetizado	486
Não declarado	4
Total Geral	1814

ANEXO 4:

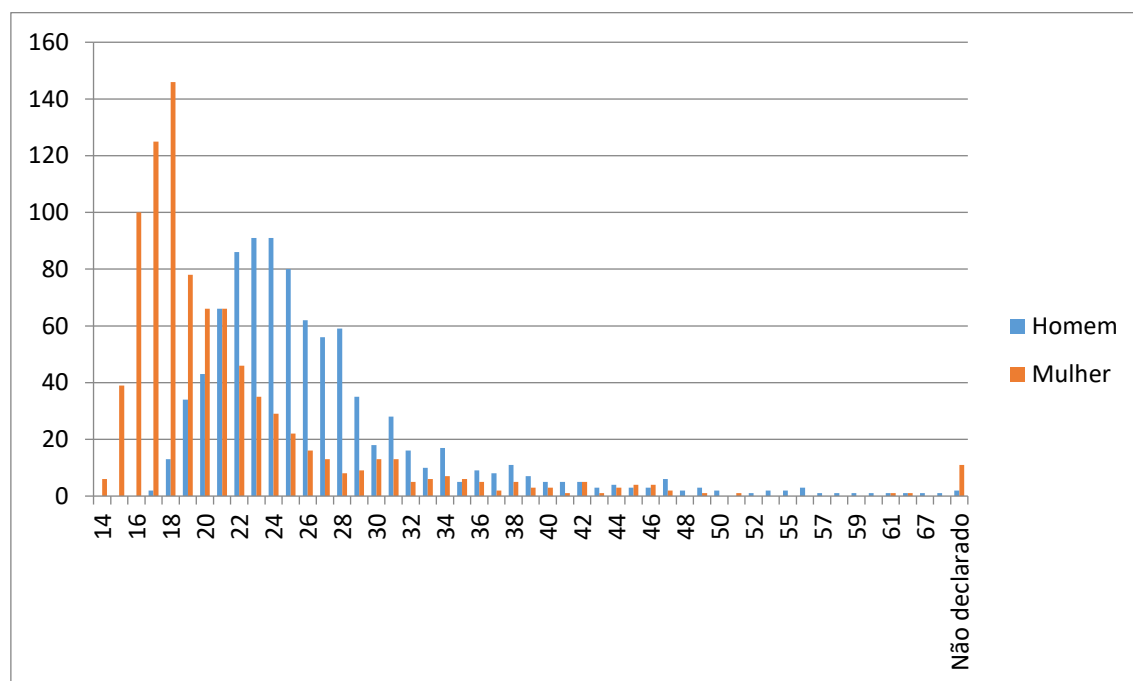
Dados reais Gráfico 07, p.141, sobre declaração de profissão/ ocupação processos de casamento da Igreja Nossa Senhora Aparecida de Loanda/PR: 1955-1960. Organização da autora.

Profissão	Nº
Não declarado	878
Doméstica	449
Lavrador	429
Comerciante	13
Professora	6
Carpinteiro	4
Lavradora	4
Mecânico	4
Professora primária	3
Agricultor	2
Telegrafista	2
Motorista	2
Dentista	2
Guarda-livros	1
Administrador	1
Guarda-livros	1
Alfaiate	1
Industrial	1
Barbeiro	1
Cabelereira	1
Enfermeiro	1
Sapateiro	1
Serventuário da justiça	1

Costureira	1
Auxiliar de Escritório	1
Comerciário	1
Operário	1
Doméstico	1
Pedreiro	1
Total Geral	1814

ANEXO 5:

Gráfico 8 p. 142, média de idade dos nubentes por gênero. Processos de Casamento Igreja Nossa Senhora Aparecida – Loanda/PR. 1955-1960. Organizado pela autora.



ANEXO 6 – transcrição da carta de Sebastião França, p.204, 205.

Loanda, 28 de janeiro de 1956

Abraçu-os

Padrinho e Madrinha, ao receber de vos a querida cartinha, quem que foi enviada por mão própria ficamos muito satisfeitos em saber voças noticias, enquanto nos por aqui contentes e saúde.

Sabeis da nova noticia?

Loanda, já passou Comarca, isto foi ontem a noite a volta das 20 horas, neste momento eu estava na aula quando diretamente da radio P.R. 8-2 de Curitiba anunciavam diretamente da Assembleia Legislativa, todas as conduções começaram a correr pelas Avenidas soltand fogos, a aula foi interrompida porque os fogos não deixavam estudar, na Igreja já tinha batido o terceiro sinal mas não teve terço. O fogos teve inicio as 20 e terminando a volta das 23, talvez não soltaram mais porque não encontraram mais na cidade, sendo gasto tudo o que encontraram, quiseram ir buscar em outra cidade mas ficaram com medo, porque a cidade de Santa Isabel do Ivaí, também queria ser, e receiaram,. Dentro de 90 dias estará estalada a Comarca, e averá uma festa grande, o gastos de fogos foi calculado em Cr\$. 25.000,00.

Estamos muitos contentes de sermos moradores desta futura cidade, que cada dia que se passa aumenta um passo na historia do Estado do Paraná, também na historia do Brasil, que Loanda a única cidade do Estado do Paraná e do Brasil que com a penas dois ou três anos, já passou a Comarca, ficando fivre da colônia de Paranavaí e dominando cidade mais velhas tai como as: Santa Izabel do Ivaí, Monte Castelo, Querencia do Norte, Nova Londrina, e o Porto São José e o Porto Rico, duas cidade ao lado do Rio Paraná, Loanda foi o nome dado pelos paulistas qe travessaram o Paranapanema par enfrentar as matas virgens do Paraná.

Também loanda com essa idade já possui casas comerciais, umas partes de taboas e outras de tijolos como bar, secos, molhados, relojoaria, gabinete dentária, farmácia, assistencia medica, varias construções de tijolos tais como a rodoviário, o cinema, a casa do prefeito, um crub qual deram o nome crub Recreativo Loandense com a área de 500 meto quadrado. E agora estão vendo se consegue aqui para loanda: um Grupo Escolar, uma Delegacia e uma Cadeia também de tijolos, também um Posto de Saúde, porque o mais perto e de Maringá, o qual se acha na Capital o Dr. Ugo R. Acorsi, que tomará parte e conta do Posto, acham-se o Sr. Asio Monticuco prefeito de Loanda, Irio Spinardi Diretor Gerente da Empleza, Sergio Scalise, Gernte do escritório nesta cidade, e Sebastião D.Machado

.....
Emtao e verdade em que a Luzia não passou de ano? Ficamos triste ao saber esta noticia, mas sempre acontece. Eu espero fazer meus exames o dia 30 d próximo mês. O Zé e o Dar passaram de ano o Dar com (72) e o Zé com 882) eles disseram que o exame aqui foi muito fácil, e com media de 40

passariam. Nos Já madamos fazer o carreador da chacará o mario já esta la de morada, a cada ficou muito boa e também o posso, que deu tão raso que ninguém esperaria, deu com 30 e poucos palmos, mas não chegou (140).

Madrinha crio que vocês nem imaginaram com que tristeza fiquei ao receber uma das carta, na qual vinha dizendo que não intenderam nada caligrafia, mas acho que hoje em diante compriendera porque eu já (...) para a capital deste estado ou [incompreensível...] encomenda xxx manuscrita e quando xxx eu estiver escrevendo da mesma forma lhes enviarei carta, e vocês poderas ler, e afora continuo escrevendo a maquina, também por ser mais rápida. x x x x

O João ia esses dias ai mas não ira por causa da chuva, Penso que da chuva não preciso contar, aqui chove quase todos os dias, raramente passa dois ou três dias sem chover e isso já vem longe, com ontem a tarde deu uma muito boa.

Eu iria ai ia chegar no dia 23 ou 24 mais recebi uma noticia em que a senhora ir colocar a dentadura e receiando com medo de me morder com os novos dente odiei a viagem. Eu esper começar a tratado dos dente ate o dia 15 proximo, mas não sei que fazer já fais 16 anos que estou com medo.

A mamãe manda lembrança para o compadre Onofre e para a Comadre Maria com Familia. Nos também enviamos lembranças para eles, todos daqui manda lembranças para você para quem de nos perguntarem, e benção para os Sobrinho, enquanto a Mamãe xxx poe um bencão na Sra. e nos Netos, e eu peça vos uma e mando também para os “Gruis”

SEBASTIÃO FRANÇA

ANEXO 07 - LISTA ENTREVISTAS

	Nome	Ano entrevista	Citados na tese	História apresentada – principais fontes	Tipologia/ Trabalho
1.	Aidir Marin	2011	X		Empresário
2.	Alonso Fernandez Botelho	2011			Ex-proprietário rural
3.	Alzira Monticuco	2012			Esposa proprietário ECNP
4.	Assis Pinheiro	2012			Ex-promotor/ Prefeito
5.	Ana	2012	X		Trabalhadora Rural/ Prefeitura
6.	Ásio Monticuco	2012	X	X	Ex proprietário ECNP/ 1º Prefeito
7.	Cassimira	2016	x		Ex-Moradora Jurema
8.	Cesar Meira	2012			Proprietário Rural
9.	Cora	2016	X	X	Trabalhadora Rural
10	Darci	2016	X		Filho Gato/Proprietário Rural
11	Deusdete	2016	X	X	Ex- Trabalhador Rural/ Proprietário Rural/ Ex- Prefeito
12	Diva Campos	2016			Esposa Proprietário Rural
13	Edite Carneiro	2015	X	X	Trabalhadora Rural
14	Edneia Carneiro	2015	X		Professora
15	Flávio Acorssi	2012			Médico/ Ex-Prefeito
16	Francisco	2015	X		Trabalhador Rural
17	Giovani Barbosa	2014	X	X	Lavadeira/ Aposentada
18	Joaquim Meira	2012			Trabalhador/ Proprietário Rural
19	Joaquim Silva	2016	X	X	Trabalhador Rural
20	Jorides Zorato	2012			Empresário/ Ex- vice prefeito, vereador

21	José de Freitas Santos (Seu Zé)	2016	X	X	Trabalhador Rural
22	José Matias de Souza (Zé Mineiro)	2014	X	X	Trabalhador Rural
23	Manoel Carneiro (Genildo)	2015	X	X	Trabalhador Rural
24	Manoel Ortiz	2012			Proprietário Rural/ Ex-Prefeito
25	Maria Aparecida Botelho	2012			Filha Ex-proprietário/ Centro Espirita
26	Maria de Jesus	2016	X		Filha , esposa Gato/ Aposentada
27	Maria do Carmo	2016	X	X	Trabalhadora Rural/ / Aposentada
28	Maria Edi da Silva Comilo	2017	X		
29	Marivalda Ramos Medeiros (Nana)	2012	X	X	Trabalhadora Rural/ Aposentada
30	Margarida França	2017	X		Trabalhadora Rural/ Aposentada
31	Raimundo Homem Cruz (Mundoca)	2016	X	X	Motorista Pau de Arara/ Aposentado
32	Sérgio Scalize	2004	X		Gerente da ECNP
33	Terezinha	2014, 2015	X		Trabalhadora Rural
34	Ugo Acorssi	2015			Médico/ Ex- Prefeito
35	Valter gomes	2012	X		Proprietário Rural
36	Vera	2014			Trabalhadora Rural/ Moradora Jurema/ Professora
37	Vicente Bicudo	2015			Arquiteto Igreja Matriz

ANEXO 08– LEVANTAMENTO AUTO TRABALHISTAS – 1955-1973/ ACERVO
CARTÓRIO CIVIL, ANEXOS E COMÉRCIO DE LOANDA.

Ano	Número Processo	Urbano/Rural	Homem/ Mulher/ família/ coletivo	Cidade
1956	3	Rural	Homem	Santa Cruz do Monte Castelo
1956	4	Urbano	Homem	Santa Cruz do Monte Castelo
1956	5	Rural	Homem/ Coletivo	Querência do Norte
1956	6	Rural	Homem/ Coletivo	Querência do Norte
1956	8	Rural	Homem	Querência do Norte
1956	9	Rural	Homem	Loanda
1956	10	Rural	Família	Santa Cruz do Monte Castelo
1956	14	Rural	Homem	Nova Londrina
1956	15	Rural	Homem	São Pedro do Paraná
1956	16	Rural	Homem	Loanda
1956	17	Rural	Homem	Loanda

1956	19	Rural	Homem	Diamante do Norte
1956	21	Rural	Homem	Fazenda São João - Monte Castelo
1956	24	Rural	Homem	Santa Isabel do Ivaí
1956	25	Rural	Homem	Fazenda Santo Antônio do Ivaí - Santa Isabel do Ivaí
1956	27	Rural	Homem/ Coletivo	Fazenda Guairaça - Monte Castelo
1956	30	Rural	Homem/ Coletivo	Vários
1956	38	Rural	Homem/ Coletivo	Londrina
1956	40	Rural/ Urbano	Homem	Porto Rico
1956	41	Rural	Homem	não consta
1956	43	Rural	Homem	Loanda
1956	48	Rural	Homem	não consta

1956	49	Rural	Homem/ Coletivo	Santa Isabel do Ivaí/ Fazenda Todos os Santos
------	----	-------	-----------------	---

Tabela 6:1964

Ano	Número Processo	Urbano/ rural	Homem/ Mulher/ família/ coletivo	Cidade
1964	0	Urbano		Loanda
1964	1	Urbano	Mulher	Loanda
1964	4	Urbano	Mulher	Loanda
1964	5	Rural	Homem	Santa Cruz Monte Castelo
1964	6	Urbano	Homem	Loanda
1964	7	Urbano	Homem/ Coletivo	Loanda
1964	9	Rural	Homem/ Coletivo	Loanda
1964	8	Urbano	Homem/ Coletivo	Nova Londrina
1964	14	Rural	Família	São Pedro
1964	15	Rural	Homem/ Coletivo	Itaúna do Sul

1964	19	Urbano	Homem	Nova Londrina
1964	20	Rural	Homem/ Coletivo	Santa Cruz Monte Castelo
1964	21	Rural	Homem	Santa Cruz Monte Castelo
1964	22	Urbano	Homem	Loanda
1964	23	Rural	Homem	Loanda
1964	24	Urbano	Homem	Loanda
1964	25	Rural	Homem	Porto Rico/Fazenda São Judas Tadeu
1964	26	Rural	Homem	Gleba 11
1964	27	Rural	Homem	Planaltina do Paraná/ Fazenda Santa Julia
1964	29	Rural	Homem	Querência do Norte

1964	30	Rural	Homem	Porto Rico
1964	31	Rural	Homem	Loanda
1964	32	Urbano	Homem/ Coletivo	Loanda
1964	33	Urbano	Homem	Loanda/ Serraria Alto Paraná
1964	36	Rural	Homem/ Coletivo	Querência do Norte
1964	38	Rural	Homem	Querência do Norte
1964	39	Rural	Homem/ Coletivo	Loanda
1964	40	Rural	Homem/ Coletivo	Paranavaí

1964	41	Rural	Mulher	Querência do Norte
1964	42	Rural	Homem	Querência do Norte
1964	43	Rural	Homem/Coletivo	Fazenda Califórnia (?)
1964	44	Rural	Homem/ Coletivo	Fazenda São Carlos - Loanda
1964	46	Rural	Homem/ Coletivo	Porto Rico/ Fazenda Califórnia

1964	48	Rural	Homem	Querência do Norte/ Fazenda Solange
1964	47	Rural	Homem	Fazenda Regina/ Monte Castelo
1964	49	Rural	Homem	Fazenda Santa Maria - Loanda
1964	50	Rural	Homem	Santa Cruz Monte Castelo
1964	51	Rural	Homem	Fazenda Junqueira/Loanda
1964	52	Rural	Família	Santa Cruz Monte Castelo/ Fazenda Santo Antônio da Prata
1964	53	Rural	Homem	Porto Rico
1964	54	Rural	Homem	Fazenda São Carlos - Loanda

1964	55	Rural	Homem	Querência do Norte
1964	56	Rural	Homem	Loanda
1964	57	Rural	Homem	Loanda
1964	58	Rural	Homem	Querência do Norte
1964	59	Rural	Homem	Loanda

Tabela 7: 1966

Ano	Número Processo	Urbano/ Rural	Homem/ Mulher/ família/ coletivo	Cidade
1966	6	Rural	Homem	Loanda
1966	9	Urbano	Homem	Loanda
1966	14	Urbano	Homem	Fazenda Boa Vista- Monte Castelo
1966	16	Rural	Mulher - responsável por menor	Loanda
1966	18	Rural	Homem	Porto São José
1966	29	Rural	Homem/ Coletivo	Querência do Norte Três Lagoas

Tabela 8: 1967

Ano	Número Processo	Urbano/ rural	Homem/ Mulher/ família/ coletivo	Cidade
1967	2	Rural	Homem	Loanda
1967	8	Rural	Homem/ Coletivo	Loanda
1967	9	Rural	Mulher	Água Tamandueti
1967	20	Rural	Homem	Querência do Norte
1967	24	Rural	Homem	Amaporã
1967	27	Rural	Homem	Loanda

1967	28	Rural	Homem	Loanda
1967	29	Rural	Homem	Gleba Paranapanema - São Pedro do Paraná
1967	35	Rural	Homem	Fazenda Fartura
1967	37	Rural	Mulher	Loanda
1967	39	Rural	Homem	Loanda

Tabela 9: 1968

Ano	Número Processo	Urbano/ rural	Homem/ Mulher/ família/ coletivo	Cidade
1968	2	Urbano	Homem	Loanda
1968	4	Rural	Homem	Loanda
1968	5	Urbano	Homem	Loanda
1968	7	Rural	Homem	Loanda
1968	9	Rural	Empresa Privada	Loanda
1968	17	Rural	Homem	Porto Rico

1968	18	Rural	Proprietário Sítio São Francisco	Santa Cruz do Monte Castelo
1968	29	Urbano	Família	Loanda
1968	30	Rural	Homem/ Coletivo	Loanda
1968	117	Rural	Homem	Porto Rico

Tabela 10: 1970

Ano	Número Processo	Urbano/ rural	Homem/ Mulher/ família/ coletivo
1970	5	Urbano	Homem
1970	25	Rural	Homem
1970	28	Rural	Família
1970	30	Rural	Homem

Tabela 11: 1973

Ano	Número Processo	Urbano/ rural	Homem/ Mulher/ família/ coletivo	Cidade
1973	1	Rural	Homem	Monte Castelo
	2	Rural	Homem	Loanda
	6	Urbano	Homem/ criança	Loanda